



Mariana da Silva Santos

O Islão Político: Qual a dimensão da religião na política externa de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani?

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mariana da Silva Santos

**O Islão Político: Qual a dimensão da
religião na política externa de Mahmud
Ahmadinejad e Hassan Rouhani?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado de Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria do Céu de Pinho Ferreira
Pinto Arena**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora Prof^a Dra. Maria do Céu Pinto Arena pelo apoio dado ao longo da dissertação, pelos conselhos e pelos incentivos, e por ajudar a manter a dissertação no caminho certo.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão pela confiança, por serem a voz da razão quando existiam dúvidas, por me manterem motivada, pelo apoio incondicional ao longo do meu percurso acadêmico e por estarem sempre ao meu lado.

Obrigada às minhas amigas por todo o companheirismo, pelas palavras de incentivo, pelas conversas e pela paciência em ouvir-me a falar sobre política externa iraniana.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O Islão Político: Qual a dimensão da religião na política externa de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani?

Resumo

A religião surgiu como elemento caracterizador da política com a fundação, em 1979, do regime teocrático. Ganhou também destaque no exterior. Em alguns aspetos, a sua política externa passou a assemelhar-se aos preceitos de um regime fundamentalista. O discurso dos decisores políticos, como os presidentes iranianos, parece ser influenciado pela tradição e história xiita, como a crença na divisão do mundo entre opressores e oprimidos.

Assim sendo, esta dissertação pretende perceber como a religião se enquadra nas Relações Internacionais, como questão com relevância política, percebendo, em particular, as dinâmicas que envolvem a religião e a política externa no Irão. Os seus opositores creem que o Irão tem uma agenda sectária, é irracional e fanático. Porém, há também quem apresente outras perspetivas, desvalorizando as alegadas políticas ideológicas do Irão. Estes em vez de colocar ênfase na religião e nas suas motivações ideológicas, defendem que o Irão age sobretudo em virtude de objetivos pragmáticos-políticos, económicos e securitários - e segundo uma postura defensiva.

Como tal, a religião será analisada no contexto de política externa, recorrendo ao estudo dos dois últimos presidentes iranianos, de fações diferentes - Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani. Esta análise explora diferentes dimensões, como as relações interestatais, as mensagens dos presidentes, as dinâmicas regionais e algumas questões históricas, permitindo assim clarificar o papel da religião na política externa iraniana, a sua importância e de que modo, é que, ela molda e condiciona a política externa da República Islâmica do Irão.

Palavras-chave: Hassan Rouhani, Mahmud Ahmadinejad, Política Externa, Religião, Shiism

The Political Islam: What's the dimension of religion in Mahmud Ahmadinejad and Hassan Rouhani foreign policy?

Abstract

Religion emerged has a characterizing element of politics with the foundation, in 1979, of the theocratic regime. It also gained prominence abroad. In some aspects, it has come to resemble the precepts of an fundamentalist regime. The discourse of policymakers, such as the presidents, seems to be influenced by the Shiite tradition and history, such as the belief of the division of the world between the oppressors and the oppressed.

Therefore, this dissertation intends to understand how religion fits in the International Relations, as an issue of political relevance, understanding, in particular, the dynamics that involve religion and foreign policy in Iran. Its opponents believe that Iran has an sectarian agenda, is irrational and fanatical. However, there are also those who present other perspectives, devaluing Iran's alleged ideological policies. They argue that instead of placing emphasis on religion and its ideological motivations, argue that Iran mainly acts in virtue of pragmatic – political, economic and security objectives – and according a defensive posture.

As such, religion will be analyzed in the context of foreign policy, drawing on the study of the last two iranian presidents, from different factions – Mahmud Ahmadinejad and Hassan Rouhani. This analysis explores different dimensions, such as interstate relations, messages from the presidents, regional dynamics and some historical issues, thus allowing to clarify the role of religion in the iranian foreign policy, as well as, in what way it shapes and conditions the foreign policy of the Islamic Republic of Iran.

Keywords: Foreign Policy, Hassan Rouhani, Mahmud Ahmadinejad, Religion, Shiism

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento teórico	5
1.1. A religião no Irão	10
1.2 Os pilares da identidade iraniana	11
Capítulo II: Contextualização do Irão: geopolítica e a religião	13
2.1. Xiismo: o cisma do Islão	19
2.2. O fundamentalismo islâmico	28
Capítulo III: Antecedentes da Revolução: a revolta contra a dinastia Pahlavi	36
3.1. O regime teocrático e a nova identidade islâmica	39
Capítulo IV: A ameaça do Crescente xiita	54
4.1. Irão: “a reliable partner” ou promotor de instabilidade?	58
4.2. Desafios à política externa iraniana	66
Capítulo V: A evolução da política externa iraniana: entre o conservadorismo e o reformismo	73
Capítulo VI: A era de Mahmud Ahmadinejad (2005-2013) e o regresso do conservadorismo	76
6.1. A diplomacia de Ahmadinejad: coligações contra o Grande Satã e Pro-Terceiro Mundo	79
6.2. Ahmadinejad e a perpetuação do Paradigma de Karbala: <i>mostazafin</i> e <i>mostakberin</i>	89
Capítulo VII: A ascensão e política externa reformista de Hassan Rouhani (2013-2021)	96
7.1. O regresso ao diálogo entre civilizações?	99
7.2. O discurso de Rouhani e as semelhanças a Ahmadinejad	110
Conclusão	118
Bibliografia	124

Glossário

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

AP- Autoridade Palestiniãna

APA – Assembleia Parlamentar da Ásia

ASACR – Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional

CCG – Conselho de Cooperação do Golfo

CENTO – Organização do Tratado Central

CIA – Central Intelligence Agency

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSRII – Conselho Supremo para a Revolução Islâmica do Iraque

CX – Cinco de Xangai

DCA – Diálogo de Cooperação da Ásia

EAU – Emirados Árabes Unidos

EUA – Estados Unidos da América

FIS – Front Islamique du Salut

ISIS – Islamic State of Iraq and Syria

MNA – Movimento dos Países Não-Alinhados

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OCX – Organização para a Cooperação de Xangai

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PACG – Plano de Ação Conjunta Global

RI – Relações Internacionais

UE – União Europeia

WAVE – World Against Violence and Extremism

Introdução

O Irão é um dos casos onde a religião e a política se fundem como um Estado teocrático e com um pensamento que se assemelha, em alguns aspetos, ao fundamentalismo islâmico. Almeida e Silva (2016), assim como Duarte (2015), assumem esta integração, caracterizando a Revolução Islâmica de 1979 como um marco da ascensão do fundamentalismo na política. Emerson e Hartman (2006) explicam que este evento conferiu maior visibilidade, assim como assinalou o ressurgimento do fundamentalismo à escala global.

A religião e a ideologia, ainda que valorizados pelo Irão, criam desconfianças e fomentam a propagação de mensagens negativas. Regionalmente e internacionalmente, alguns países acusam o Irão de fomentar divisões sectárias e de ter uma agenda expansionista, através da interferência em vários países, criando instabilidade. Estas perceções, são por exemplo motivadas, pela noção do Crescente xiita, pois tal como Nasr (2006) indicou, estes países acreditavam que o Irão desde 2003, que tentava criar uma coligação xiita que poria em risco o *status quo* do Médio Oriente. Acusam-no ainda de patrocinar o terrorismo.

Assim, desde a Revolução Islâmica que é um contínuo desafio equilibrar o seu poder e orientações ideológicas, com as relações diplomáticas e as necessidades políticas, económicas e securitárias do país. Adib-Moghaddam (2005) explica que o comportamento da República Islâmica é o legado do seu período revolucionário. Os seus valores foram assimilados e continuavam a vigorar em contexto de política externa através da sua influência na identidade do Estado. Quanto a isto, Akbarzadeh e Barry (2016) indicam três pilares identitários do Estado iraniano – o Iranismo, o Islão e o Xiismo. Estas particularidades delinearão a sua política externa, sendo que dois deles correspondem à religião.

Esta dissertação pretende ser um contributo às análises da política externa iraniana, permitindo, ou não, desmistificar algumas conceções existentes sobre o Irão e as suas políticas. Independentemente das fações dos presidentes, o Irão parece continuar envolto em desacordos e rivalidades com os seus vizinhos e com a comunidade internacional. Isto aparenta dever-se às perceções (negativas) criadas sobre o Irão desde a Revolução Islâmica, sendo uma delas a interferência da religião na política externa e o seu interesse em exportar a Revolução para a região, mas também devido à sua postura fundamentalista e as suas memórias, como a crise dos reféns de 1979.

Consequentemente, é necessário perceber, se de facto, a religião é o principal motivo ou orientador da sua política externa. Para isso, teremos de ter em conta os argumentos que alegam o desígnio sectário do Irão, mas também o seu oposto, algumas referências que validam estas posições,

o contexto histórico para o entendimento da intromissão da religião na esfera política, a análise das suas relações interestatais, focando-nos nos mandatos de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani, e ainda a forma como os presidentes se expressam internacionalmente.

Logo, analisar a política externa iraniana, e em específico o papel da religião na política externa de Mahmud Ahmadinejad (2005-2013) e Hassan Rouhani (2013-2021) continua um tema atual. A compreensão sobre o papel deste elemento e a análise dos dois presidentes, permite clarificar e atualizar os objetivos, as motivações e os desafios políticos que o Irão enfrenta. Oferecer-nos-á ainda um maior entendimento sobre a perseverança da ideologia do Estado, e como isso afeta a sua política externa.

Assim, a pergunta de investigação estabelecida: “Qual o papel da religião na política externa de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani?”, permitir-nos-á perceber como a religião interage, é usada ou existe na política externa do Irão.

Esta dissertação estará dividida em sete capítulos, e respetivos subcapítulos, que cruzam diferentes temas em diferentes tempos cronológicos. Por considerar que é um tema complexo, com diversas variantes e tópicos, estas questões precisam de ser mencionados para uma compreensão global sobre o Irão e a sua política externa.

O primeiro capítulo tratará o enquadramento teórico, cuja informação é relevante para a construção desta dissertação e para a conclusão. Recorrendo a diferentes autores, procuraremos perceber como a religião se relaciona com as Relações Internacionais e com a identidade iraniana. De seguida, o segundo capítulo será a contextualização do tema, onde serão feitas algumas considerações sobre a geopolítica e informações relativas ao Irão como a geografia, recursos e bem comercializados, entre outros. Tal como Barzegar (2008) argumenta, a geopolítica é um importante elemento para a compreensão das políticas regionais iranianas. Este capítulo oferecerá também uma contextualização sobre a religião, realçando a sua história, incluindo o cisma religioso, onde será possível perceber e enquadrar as divergências sectárias entre o Irão e alguns dos seus vizinhos regionais. Neste capítulo será ainda abordado o fundamentalismo islâmico de forma a entender o pensamento que levou à Revolução Islâmica e à fundação da República Islâmica.

Posto isto, o terceiro capítulo focar-se-á nos antecedentes da Revolução, cuja informação ajudará a perceber as alterações políticas e ideológicas entre o pré e pós-Revolução. Segue-se a exposição de matéria sobre a instauração da República e a nova identidade islâmica, como delimitação daquilo que é o Estado iraniano, para tentar entender como o regime opera, perceber a sua ideologia e princípios, e o que isso significa para a sua política externa.

No quarto capítulo abordaremos um evento político relevante para o Irão, o Crescente xiita, que sucede a invasão do Iraque em 2003. Esta questão permitir-nos-á perceber e enquadrar as desconfianças mais recentes sobre o Irão e a religião, e que envolve principalmente o Irão e os países da região. Este capítulo irá expor os argumentos dos seus opositores, mas também oferece a perspetiva da defesa iraniana. Este debate, que engloba argumentos religiosos e pragmáticos, será exposto de seguida, onde é importante perceber se é possível validar as acusações contra o Irão ou se existem outras explicações sobre os seus objetivos. No final deste capítulo estarão enumerados alguns desafios à política externa iraniana, sendo esses políticos e económicos.

No capítulo cinco, antes de avançarmos para a análise dos presidentes, serão feitas algumas reflexões sobre as fações mais importantes da política iraniana– conservadores e reformistas. Este será um capítulo introdutório que servirá para esclarecer as diferenças entre os dois, exemplificando as rivalidades entre si e os desafios que os reformistas enfrentam na condução das suas políticas internas e externas, mas também explicar quais as funções do presidente, as suas limitações e os requisitos que estes devem cumprir.

De seguida, os capítulos seis e sete, referentes aos presidentes Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani estarão divididos de forma idêntica, procurando organizar a informação de forma concisa e por tópicos. Primeiramente, explicar-se-á as condições pelas quais os presidentes assumiram o poder e serão expostos os seus princípios ideológicos, motivações e objetivos. Este capítulo prossegue com uma análise às suas relações interestatais, procurando compreender como os presidentes avaliam as suas necessidades e se estas são, ou não, influenciadas pela sua ideologia. Por fim, as temáticas expressas pelos presidentes serão estudadas, procurando encontrar semelhanças ou diferenças entre os dois, assim como perceber como os dois presidentes de diferentes fações, com destaque para o reformista, se colocam no discurso da República Islâmica e o seu passado revolucionário.

Quanto à metodologia usada, o método qualitativo é o mais indicado, pois permitirá ter um estudo mais aprofundado e menos generalista sobre o tema. Sendo assim, recorrerei a técnicas de investigação como o estudo de caso, que é naturalmente uma pesquisa mais detalhada, que analisa um determinado tópico, e a análise histórica, dado que a contextualização é importante para o desenvolvimento da dissertação.

Além deste método, como será feita a comparação entre políticas externas de dois presidentes, a utilização do método comparativo também se adequa. Uma análise qualitativa-comparativa também dá prioridade às particularidades e especificidades de um caso individual, ou seja, a comparação também permite a análise de um pequeno número de casos.

Como perspectiva epistemológica o interpretativismo é o mais adequado para esta dissertação, visto que ao contrário do positivismo, desenvolve interpretações da vida social através da perspectiva cultural e histórica, com base num contexto sólido que influencia os significados sociais e não pretende encontrar uma causa-efeito. Consequentemente, esta dissertação pretende oferecer a compreensão holística sobre o tema e não apenas a sua explicação. Ou seja, o interpretativismo permite-nos compreender significados, e a natureza do conhecimento incide nas interpretações de acontecimentos e comportamentos.

A informação recolhida para esta dissertação provém principalmente de fontes secundárias. Sendo esses, livros, artigos científicos e notícias, e ainda informação disponível no *Website* oficial do presidente, cujo arquivo possuía informação em inglês relativa a visitas de Estado, comunicações, presenças do presidente Hassan Rouhani em celebrações, e que oferece a opinião do presidente sobre variados temas. Será seguido então um método de pesquisa com recurso à revisão da literatura. No entanto, também será analisada informação com recurso a fontes primárias, de forma a providenciar um olhar mais pessoal e original sobre o tema. Analisando a informação de acordo com a análise temática, pois recorrerei a entrevistas e discursos de Mahmud Ahmadinejad, Hassan Rouhani e Javad Zarif, disponíveis em plataformas virtuais como Youtube, assim será feita a análise de conteúdo.

Capítulo I: Enquadramento teórico

Jonathan Fox (2001) enquadra a religião na política internacional de diversas formas. Primeiramente, as visões religiosas influenciam as decisões e o comportamento dos *policymakers* e dos responsáveis pela gestão da política externa. O Irão, como um Estado teocrático, é um exemplo dessa dinâmica.

Além desta, acrescenta-se ainda a religião como fonte de legitimidade para criticar ou aprovar o comportamento de determinado governo local ou internacional, e ainda, de uma terceira forma: a dimensão internacional de alguns conflitos religiosos.

Relativamente à primeira, alguns *policymakers*, como membros da sociedade, partilham da mesma afinidade e valorização da religião que a população. Logo, as suas *worldviews*, análise de eventos, as suas ações e crenças são influenciados pela mesma. A religião funciona assim como um sistema de crenças. Os sociólogos explicam que: “people almost universally possess a coherent, overarching, and articulated ‘Weltanschauung’, ‘world view’, ‘perspective,’ ‘frame of reference,’ ‘value orientation,’ or ‘meaning system’ that is often based on religion” (Fox 2001, 59-60).

Em termos práticos, estas ideologias religiosas presentes nos *policymakers* e nas suas políticas, geram algum grau de inflexibilidade política. Por vezes, podem ser mesmo responsáveis pelo surgimento de conflitos, visto que diferenças religiosas são as principais causas de guerras à escala internacional. Um exemplo apresentado pelo autor é o conflito entre Israel e os países árabes, que conta com a interferência de vários países, e porque ambas as partes usam também argumentos religiosos para justificar as suas reivindicações territoriais (Fox 2001).

Não obstante, a relação Irão-Arábia Saudita pode também ser outro exemplo dos efeitos da religião na política. Isto porque, o facto da Arábia Saudita crer no Wahhabismo colide com o Xiismo do Irão (Moore 2015), nomeadamente em *proxy wars* como no Iémen (Akbarzadeh e Conduit 2016b). Ainda que não fossem um confronto direto entre si, é inegável a importância da religião no seio destes conflitos, dada as rivalidades religiosas entre os dois países.

Outra forma pela qual a religião sugere as decisões dos *policymakers*, é através dos constrangimentos impostos pelas próprias crenças da população. Ou seja, o Estado na tomada de decisões deve honrar, e não se opor, ao sistema de crenças e valores da sociedade. Desta forma, por vezes, o Estado tem dificuldades em concertar as necessidades realistas com necessidades religiosas, visto que podem ir contra a vontade da maioria (Fox 2001).

Não obstante, independentemente da importância da religião, por vezes, o pragmatismo tem de se sobrepôr à ideologia ou à religião. Nomeadamente, o caso Irão-Contra¹ é um exemplo destas circunstâncias. Depois do caso se tornar público em 1986, Khomeini terminou, como Rieffer-Flanagan descreveu, a “embarrassing relationship” (2009, 15) que mantinham com Israel e os Estados Unidos da América (EUA). Neste caso, a continuação de uma parceria comercial importante para o Irão, contradizia os valores proclamados por Khomeini, logo, a sua exposição pública ditou o fim da parceria. Valores religiosos e a proteção da imagem de Khomeini, impediram a concretização de valores realistas.

No geral, a religião é interpretada como uma questão identitária e um importante elemento que influencia a própria identidade. Assim, muitos consideram que a identidade é um fator que atua na política (Fox 2001), ideia semelhante ao que é defendido pelos construtivistas e como parece indicar Adib-Moghaddam (2005) quando este explica como a ideologia revolucionária moldou as suas opções e comportamentos políticos.

Devido à complexidade que é entender a política externa iraniana, surgem diferentes perspetivas sobre o comportamento iraniano, e nomeadamente, sobre a seriedade da exportação da Revolução: realismo e o construtivismo. A primeira teoria esclarece que o Irão está mais preocupado com a sua proteção e sobrevivência, pois o Sistema internacional é anárquico, sem autoridade e sem ordem. A segunda, apresenta argumentos divergentes, arguindo que a identidade do ator político, composta por ideias e normas sociais, é o que define e influencia as suas ações e interesses. Isto é, os construtivistas valorizam o papel da identidade na ação política (Akbarzadeh e Barry 2016).

Portanto, o construtivismo é opositor do realismo pois enquadra os interesses e as motivações de política externa não apenas na sobrevivência, mas motivada pela ideologia e interesses sociais. Por sua vez, a identidade do Irão afeta positiva, ou negativamente, o relacionamento com os diferentes países. Enquanto fomenta proximidade com países muçulmanos ou com países com semelhanças culturais, por outro lado, fomenta também hostilidades, por exemplo, com os EUA devido à retórica anti-imperialista e antiocidental (Akbarzadeh e Barry 2016).

Existe também uma correlação entre a proximidade do indivíduo à religião, e a sua posição política: indivíduos religiosos tendem a ser mais politicamente conservadores, o que não se verifica naqueles não religiosos. A religião é assim definida como: “a unified system of beliefs and practices relative to sacred things, that is to say, things set apart and forbidden – beliefs and practices which unite into one single moral community” (Fox 2001, 60).

¹ Este episódio controverso envolveu a venda de armas ao Irão via terceiros – Israel, durante a guerra com o Iraque, cujo rendimento era usado para apoiar os Contras em Nicarágua. Esta negociação foi motivada depois de grupos xiitas no Líbano terem feito reféns ocidentais. Em troca da intervenção iraniana com o intuito de resolver o problema, os EUA vendiam as armas necessárias para a guerra, visto que o Irão não conseguia obtê-las de mais nenhum Estado, devido ao embargo em vigor (Rieffer-Flanagan 2009).

Além da religião como elemento que intervém na política através dos *policymakers*, existem outras formas pelas quais a religião pode ser usada, nomeadamente, na legitimação de governos, mas também para o seu oposto. Porém, a religião como meio de garantir legitimidade é também atribuída no campo da política internacional, como por exemplo, promover e legitimando uma guerra como santa (Fox 2001).

As questões religiosas, por vezes, ultrapassam as fronteiras estatais. Esta dimensão confere outros níveis de análise da religião na política internacional. Um exemplo, é a propagação de conflitos étnico-religiosos. Isto acontece naturalmente, pois os povos envolvidos nos confrontos têm elementos dispersos por vários países. Assim, as revoltas têm o potencial de se alastrar a onde se encontram os seus concidadãos, pois estes apoiam ou são incitados a revoltarem-se. A isto chama-se de contágio (Fox 2001). Por sua vez, os efeitos são de tal forma abrangentes que a instabilidade pode englobar a região, afastando-se por isso dos limites étnicos ou religiosos e daí, segue-se a intervenção internacional no confronto. No entanto, esta propagação também acontece por via da difusão— quando uma rebelião num determinado lugar pode cativar grupos idênticos, alocados em outras partes, a replicar os mesmos comportamentos (Fox 2001).

Outra circunstância em que a religião ganha importância internacional, refere-se ao facto de que a liberdade e direitos religiosos, são reconhecidos internacionalmente juntamente com os outros direitos humanos. Desta forma, as minorias religiosas ou fiéis de uma determinada religião estão protegidas de atos de ódio e discriminação através de inúmeras declarações internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos de 1966, Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas na Religião ou Convicção de 1981, entre outros. Por sua vez, a violação destes direitos chamará atenção internacional (Fox 2001).

Ainda assim, o autor afirma que nas Relações Internacionais (RI), não é dada a devida atenção à influência da religião, mesmo quando existem indícios da sua presença, como conflitos religiosos que se expandem internacionalmente (Fox 2001).

Mandaville e Hamid (2018) explicam que nas últimas décadas o Islão tem sido frequentemente analisado no contexto de política externa. Não obstante, encontraram algumas lacunas nos estudos produzidos, como a existência de um grande foco nas organizações não-governamentais, como movimentos sociais e partidos políticos, e pouco na forma como alguns governos utilizam o Islão, como componente na sua política externa. Também Warner e Walker, argumentam algo semelhante afirmando que: “Religion’s influence in the interactions of states is one of the great and least understood security

challenges of the twenty-first century. Religion's role in international politics also presents an intellectual challenge to scholars of international relations and religion and politics" (2011, 113). Ou seja, apesar do crescimento deste fator em algumas análises das RI, continuam a existir questões por explorar quanto ao papel da religião na política externa dos Estados.

Fox (2001) apresenta explicações para escassez destes estudos. Primeiramente, porque as Relações Internacionais têm na sua génese a rejeição da religião. Para a interpretação do comportamento humano, os cientistas sociais estavam determinados em abandonar as concepções religiosas por perspectivas racionais. O seu poder entraria em declínio e perderia importância no mundo moderno, conseqüentemente, o modelo teológico seria substituído por um modelo secular. Especificamente, na Ciência Política, por volta do século XX, existia a crença de que a modernização reduziria o significado político de fenómenos relativos à etnia e religião, e que guerras motivadas pela religião deixariam de existir. O autor apresenta ainda mais argumentos que podem explicar a desvalorização da religião como um fator de análise na política internacional: os cientistas sociais ocidentais, particularmente os norte-americanos, são instruídos a menosprezar a religião pois seguindo os ensinamentos do liberalismo clássico, acreditam que religião deve-se manter separada da política; e porque muitas vezes recorrem a estudos quantitativos, ignorando variáveis que são difíceis de medir, como é o caso da religião (Fox 2001).

Mandaville e Hamid, referem-se ao Islão como habilidade de governar, ou seja, os Estados usam o poder, símbolos e autoridade religiosa, na prossecução dos seus objetivos geopolíticos. A religião é também caracterizada como um mecanismo de *soft power* na sua política externa – “phenomenon whereby states incorporate the promotion of religion into their broader foreign policy conduct” (2018, 6). Estes elementos são visíveis em várias concepções políticas como o antagonismo entre Arábia Saudita e Irão, que usa a religião como forma de expressar rivalidades geopolíticas; o seu uso como *proxy*; as novas tendências em que os Estados apelam à visão moderada do Islão para agradar o Ocidente e garantir a sua participação no contraterrorismo, e ainda na diplomacia quando poderes emergentes procuram parceiros económicos e securitários com semelhanças culturais.

No primeiro caso, é difícil perceber qual o verdadeiro motivo do conflito sectário, religioso ou político, isto porque: “the religious fuels the political; a worsening political conflict inflames religious passions, and so on.” (Mandaville e Hamid 2018, 9). No entanto quando a Arábia Saudita apoia interpretações conservadoras do Islão, parece indicar que procura limitar a influência iraniana. A religião, é usada pela Arábia Saudita na sua política externa, por exemplo, através da disseminação de

interpretações conservadoras do Islão, (através do financiamento de *madrasas*² no estrangeiro, de mesquitas, etc.). No entanto, estas políticas de exportação religiosa, dependem do contexto regional e não visam apenas o Irão. Nos anos 60, coincidiu com o secularismo nacionalista do presidente egípcio Abdel Nasser, visto que esses valores eram uma contrariedade do Salafismo e Wahhabismo saudita. Porém, a propagação do Islão é também vista como uma obrigação da Arábia Saudita dada à sua ligação ao Islão (Mandaville e Hamid 2018). Depois da Revolução iraniana e o interesse em espalhar os seus ideias pela região, cresceu a sua competição “geo-religious” (Mandaville e Hamid 2018, 9), com os dois países a procurar garantir a sua hegemonia nos países muçulmano. O Islão, é um importante mecanismo ideológico, que, combinado com o pragmatismo, pertence às aspirações dos Estados muçulmanos que procuram influência regional ou global.

Mandaville e Hamid (2018) explicam ainda outra forma como os Estados utilizam a religião na construção da sua política externa – o uso da narrativa do Islão moderado. Países como Marrocos, além de usarem a religião como um mecanismo para fundamentar a sua legitimidade interna, usam também para melhorar a sua posição no Sistema Internacional. Isto porque, desde o 11 de setembro que o Ocidente esperava por narrativas reformadoras, opostas à ameaça do extremismo. Posto isto, os seus apelos e iniciativas (como a Declaração de Marraquexe, a criação da organização *Rabita Mohammadia des Oulémas*³) aumentaram a sua importância internacional, como um defensor da moderação religiosa.

Não obstante, Mandaville e Hamid (2018), admitem que apesar da ideologia dos políticos, para satisfazer os interesses do Estado, é preciso adotar diferentes mensagens para diferentes públicos, através de diferentes fontes de legitimidade religiosa, étnica, linguística e histórica.

No mundo muçulmano, os governos põem a religião ao serviço das suas agendas domésticas ou para proteger o Estado de interpretações religiosas que possam ameaçar a sua autoridade (Mandaville e Hamid 2018). No caso do Irão, como Adib-Moghaddam (2005) esclarece, o Ayatollah Khomeini desejava tornar o Irão num pilar do mundo muçulmano, a determinação deste poder e da sua identidade anti-imperialista e revolucionária, ajudaria a eliminar qualquer dissidência doméstica e enalteceria o Irão como o líder da comunidade muçulmana internacional. Por exemplo, relativamente à política externa no Iraque depois da chegada dos Xiitas ao poder, o Irão tinha também outros interesses: intervir junto dos líderes xiitas iraquianos, para garantir que o Xiismo no Iraque não confrontasse nem se sobrepusesse ao poder xiita iraniano (Kemp 2005). Ainda, Ahmadinejad com o seu discurso messiânico que servia para atrair o povo e eliminar vozes dissidentes (Ansari 2007) ou ainda a pintura de murais de celebração do

² Escolas tradicionais de teologia (Richard 1995).

³ Esta Declaração expressa que as minorias étnicas em Marrocos terão os seus direitos protegidos, nomeadamente, a liberdade de praticar a sua fé (Mandaville e Hamid 2018).

martírio⁴, com a associação de Hussein e outras formas de propaganda ideológica, que voltaram a ganhar destaque depois dos protestos do Movimento Verde⁵ (Rolston 2020).

1.1.A religião no Irão

Outro exemplo que relaciona a religião com as Relações Internacionais relaciona-se com o fundamentalismo religioso. Quando este é bem-sucedido na sua integração com a política, a religião também se transforma numa questão internacional, pois ainda que os seus efeitos sejam inicialmente no âmbito da sua política interna, a longo prazo a sua política externa também será afetada (Fox 2001). O Irão é um exemplo destas circunstâncias.

Como estará explicado nos próximos capítulos, a Revolução Islâmica e a instauração da República Islâmica foram responsáveis pela crescente sensação de instabilidade na região. Este efeito, deveu-se principalmente aos receios dos países vizinhos sobre uma possível propagação revolucionária nos seus países (Hinnebusch e Ehteshami 2002). Temeu-se então o efeito de difusão, que a comunidade muçulmana fosse incentivada a replicar a Revolução nos seus países, o que poria em risco o poder árabe sunita e as suas monarquias (Yazdani e Hussain 2006). Por conseguinte, as suas relações regionais e internacionais foram prejudicadas, com efeitos ainda visíveis nos dias de hoje.

A sua nova postura também contribuiu para o seu isolamento internacional. Além das alterações internas, como a Revolução Cultural, como meio de rejeição da modernidade e ocidentalização (Warnaar, 2013), o pensamento e ideologia adotada na sua política externa também se iria assemelhar ao fundamentalismo islâmico – anti-imperialista, antiocidental, anticolonialista, maior importância da religião na sociedade e política (Adib-Moghaddam 2005).

Por conseguinte, a sua ideologia fundamentalista afastou e tornou o Irão numa preocupação internacional, como viria a ser provado na guerra com o Iraque em 1980 e a mobilização internacional para o conflito (Yazdani e Hussain 2006). Como se verificou com o isolamento internacional e a aplicação de sanções económicas tanto dos EUA como da Organização das Nações Unidas (ONU), devido ao seu comportamento (como a crise de reféns, alegado patrocínio do terrorismo ou movimentos islâmicos, etc.) e produção nuclear, para alegados fins não pacíficos (Dizboni e Omar 2018, Borszik 2016; Hiro 2018).

⁴ Para mais detalhes sobre a cultura de martírio xiita e os murais no Irão ver: Rolston, Bill. 2020. "When everywhere is Karbala: Murals, martyrdom and propaganda in Iran". *Memory Studies* 13, n.º1 (fevereiro): 3-23. <https://doi.org/10.1177/1750698017730870>

⁵ Depois da reeleição de Ahmadinejad em 2009, grupos da oposição contestaram os resultados, afirmando que tinham sido manipulados, consequentemente, eclodiram protestos por várias cidades, incluindo Teerão (Borszik 2016).

1.2 Os pilares da identidade iraniana

Tendo em conta a informação supramencionada, Akbarzadeh e Barry (2016) identificaram três fatores identitários que se mantêm constantes, desde a Revolução de 1979, e contribuem para uma certa previsibilidade da política externa iraniana – Iranismo, Islão e Xiismo.

O Iranismo resulta da crença da sua herança de uma civilização antiga, que precede o próprio Islão, tendo contribuído para a sua expansão. Este elemento é visível na sua política externa, na forma como o Irão se relaciona com determinados países, procurando parceiros naturais, que pertencem à sua esfera cultural, que partilham as mesmas tradições, língua, cultura, história, e geografia, como os países que pertencem às suas fronteiras históricas, como durante os Impérios Safévidas e Sassânidas. Alguns países que atendem a essas características são o Afeganistão, Iraque, Tajiquistão, Turquemenistão, Azerbaijão, etc. No entanto, o Iranismo coexiste com o Islão, isto porque, a religião, juntamente com os restantes elementos, é também um elemento de associação entre países (Akbarzadeh e Barry 2016).

Para os iranianos, cultura e religião são indissociáveis. Então, a sua combinação tem estado presente nas conceções de política externa e ambas eram atacadas pelo imperialismo norte-americano, pelos sionistas e ameaçadas internamente. Assim, dentro do Iranismo, existe a crença que o Irão é representante e descendente de uma grande nação, estando ainda expressos, sentimentos de contestação e anti-imperialismo, que ganharam notoriedade antes e depois da Revolução Islâmica. Os Estados Unidos levam a cabo uma campanha de desinformação junto dos vários países que também professam o Islão, para denegrir a imagem da República e os seus objetivos. Além disto, os EUA tentavam diminuir a presença iraniana em países como na Ásia Central, divulgando o Islão proveniente do Irão como perigoso, o que gerava sentimentos de medo em relação ao Irão. Esta Iranofobia, era um dos grandes desafios da política externa que precisavam de a superar, e incentivava argumentos de que o Irão estaria a batalhar contra a arrogância global e o imperialismo, em busca de um mundo mais justo (Abkarzadeh e Barry 2016).

A segunda, o Islão, reflete a associação entre o Islão e a Revolução Islâmica, cuja mensagem é universal e promovida através da sua política externa, sendo então importante para a sua identidade. A Revolução tem carácter internacional, pois o seu regime e Revolução, inspirados nos ensinamentos religiosos, apresentaram um sistema de valores justo e universal (Akbarzadeh e Barry 2016). Com o eclodir da Revolução, surgiram desconfianças quando à sua exportação para outros países muçulmanos. Porém, a probabilidade de isso acontecer era reduzida. Os efeitos da Revolução não partiram da réplica dos seus ideais, mas da sua aceitação pelos Sunitas. Estes, que antes renegavam os Xiitas, celebraram a Revolução xiita como uma vitória contra os regimes repressivos (Mandaville e Hamid 2018). O Líder

Supremo, apesar de acreditar que a Revolução deveria ser adotada por todos, por corresponder a um idealismo, não deveria ser imposta através da coerção militar, mas acreditavam nos efeitos da sua publicitação, aproveitando o ambiente revolucionário e o seu poder ideológico graças ao carisma de Khomeini (Adib-Moghaddam 2005).

No entanto não é seu objetivo principal promover os valores islâmicos, pois com países como a Arménia, o discurso religioso não teria qualquer efeito. Neste caso, a relação com este relaciona-se com o Iranismo devido às suas semelhanças culturais. Mesmo com os países muçulmanos, existem outras prioridades como criar relações económicas e políticas (Akbarzadeh e Barry 2016).

Não obstante, a sua identidade islâmica, permite relacionar-se com os Árabes no Médio Oriente, pois o Islão é um elemento comum que permite reduzir as suas diferenças étnicas e sectárias. Para legitimar as suas políticas, o Irão encaixa as suas estratégias no interesse de todos os muçulmanos, daí por exemplo, continuar a interferir no conflito Israelo-Árabe e por demarcar a sua importância internamente (assinalou que a última sexta-feira do Ramadão seria o Dia Quds, para encorajar os muçulmanos no Irão e no exterior a protestar pelos palestinianos) (Akbarzadeh e Barry 2016).

Esta é responsável por algumas dificuldades relacionais com os EUA. A tentativa de aproximação entre os dois sofre bloqueios internos, pois são consideradas um desvio dos princípios da Revolução e consequentemente, põe em risco a preservação dos valores islâmicos (Akbarzadeh e Barry 2016).

Por fim, o Xiismo, cujo simbolismo está presente na conceção da República, por exemplo através do *velayat-e faqih*, que na doutrina xiita tem um significado diferente – tutela legal dos clérigos seniores, sobre os incapazes de cuidar dos seus próprios interesses, como menores, viúvas e os insanos. Outro elemento que incorpora a identidade xiita do Irão, com efeitos na sua política externa, é a simbologia do *Ashura* e a evocação do Paradigma de Karbala (Akbarzadeh e Barry 2016). Parafrazeando Adib-Moghaddam: “The introjection of the utopia of the just state, mantled in the romantic imagery of the millenarian Shi’i struggle for emancipation, constituted the pool of shared knowledge that determined the foreign policy culture of the Iranian state after the Islamic Revolution in 1979” (2005, 287).

O Irão conseguiu associar-se com os países recentemente descolonizados, que procuravam uma alternativa às duas grandes potências – EUA e soviéticos. Por fim, a promoção dos seus princípios de combater a desigualdade, a injustiça e o neoimperialismo, aproximaram Khomeini dos países em desenvolvimento, ganhando o apoio destes. Assim, não tendo sido executada a exportação da Revolução, a sua ideologia e a sua narrativa aproximaram o Irão, tanto das massas dos países árabes, mas como também aos países em desenvolvimento (Mandaville e Hamid 2018).

Capítulo II: Contextualização do Irão: geopolítica e a religião

Samuel Huntington na sua tese sobre o choque das civilizações, explica que os conflitos mundiais alteraram de rivalidades entre superpotências para choques entre civilizações cultural e religiosamente diferentes (Correia 2010a). Isto é, após a Guerra Fria, os conflitos internacionais seriam motivados por questões como a religião (Fox 2001).

Desta forma, distingue oito grupos civilizacionais: Civilização cristã-ocidental, cristã-ortodoxa, sínica, japonesa, hindu, latino-americana, africana e islâmica. A última, é constituída por Estados islâmicos e por comunidades muçulmanas minoritárias em Estados não islâmicos (Correia 2010a). A área onde está inserida a civilização islâmica envolve diferentes povos e continentes⁶, o que confere uma significativa grandeza territorial – corresponde a cerca de 57% da superfície terrestre, densamente povoada (Santos 2009).

Esta civilização detém grande potencial financeiro, devido à sua riqueza petrolífera e à existência de uma camada relevante de jovens de classe média, urbana e dinâmica. Esta civilização tem grande proximidade à religião e advoga o regresso do Islão como alternativa à modernidade, o que permitirá resolver os problemas sociais e políticos. É uma civilização “prosélita” (Correia, 2010a, 210) com tendência para acentuar essa condição, dado o seu elevado crescimento demográfico e os consequentes movimentos migratórios para Estados não-muçulmanos (Correia 2010a).

Efetivamente, o facto de o Médio Oriente ter uma vasta densidade populacional jovem, é como Rashed (2019) afirma, uma forte vantagem para a região, pois estes são cada vez mais qualificados e mais interconectados. Estas características são importantes impulsionadores do desenvolvimento económico, ainda que, os países árabes tenham elevadas taxas de desemprego jovem. No caso do Irão⁷, o elevado número de habitantes é um forte indicador do seu potencial de crescimento económico, devido à sua vasta mão de obra qualificada, assim como maior consumo interno (Dizboni e Omar 2018).

Além de vantagens económicas, a sua elevada densidade populacional pode ter também outras vantagens, como aconteceu na guerra contra o Iraque. A sua população três vezes mais numerosa que a do país vizinho, facilitou a mobilização de milhões de homens para o exército e milícias e outros milhões em reserva. Estes números excederam a capacidade iraquiana (Momeni 2019).

⁶ Esta civilização está presente no Magrebe e do Sahel em África, na África Oriental, no Médio Oriente, na Índia, Sudeste Asiático, Ásia Central e ainda nas Balcãs (Correia 2010a).

⁷ A denominação do país alterou de Pérsia para Irão em 1935, quando Reza Xá ordenou às embaixadas ocidentais para abandonar esta nomenclatura, pois conservava conotações tradicionais (contos, lendas, cultura ancestral). Reza Xá procurava modernizar a imagem do país, adotando por isso, o nome de Irão (Richard 2019).

Embora os países beneficiem dessas características, passam também a existir outras exigências. Com uma população jovem, educada, interligada e com acesso à internet e meios de partilha de informação, estes são mais atentos ao estado dos seus países, e assim, têm a capacidade de reivindicar melhores condições de vida. Porém, de difícil concretização graças aos seus governos corruptos e ineficientes (Rashed 2019).

Por sua vez, a aproximação da sociedade à modernidade e o distanciamento da tradição, significará a prossecução de políticas externas pragmáticas, realistas e não ideológicas. A tendência para o racionalismo no Irão pode ser explicada pelas exigências da classe média, o grupo mais representativo da sociedade, por oposição às forças tradicionais, como os clérigos xiitas e as forças militares (Barzegar e Divsallar 2017).

Saul Bernard Cohen, um geógrafo norte-americano alega que existem duas regiões geoestratégicas – o *Heartland* russo e Europa oriental e o leste asiático continental. Entre estas, existem duas regiões geopolíticas a que ele chama de cinturas fragmentadas, e é onde o Médio Oriente se enquadra. Estes espaços são propícios à persistente instabilidade e conflitualidade, definidas como uma: “grande região estrategicamente situada, ocupada por um certo número de Estados em conflito e refém dos interesses opostos de grandes potências contíguas (...) o que é peculiar da cintura fragmentada é o seu carácter política e economicamente disperso” (Correia 2010a, 204).

De facto, a região era um importante destino para as várias forças estrangeiras oriundas da Europa, Rússia e os EUA, cuja presença foi acentuada no século XX após a descoberta do petróleo. No entanto, historicamente, esta região sempre constituiu importantes rotas para o movimento de pessoas, comércio e conhecimento (Amirahmadi 2015). A partir do início do século XIX, as potências europeias competiam pelos seus territórios (dadas as suas importantes localizações geoestratégicas)⁸ e recursos. Muita da sua atratividade para as grandes potências, ainda na atualidade, deve-se à sua riqueza de recursos naturais, como os combustíveis fósseis: esta região possui mais de metade das reservas globais no seu território (Rashed 2019).

O Irão nunca foi oficialmente colonizado, mas também não era verdadeiramente independente. Durante alguns períodos viveu sob influência russa, britânica e mais tarde norte-americana (Richard 2019). A interferência deste último, através do apoio e ingerência interna durante a dinastia Pahlavi, contribuiu para o eclodir da Revolução Islâmica de 1979, com importantes repercussões religiosas e político-sociais que ecoam até os dias de hoje.

⁸ Como Santos explica: “para a Europa é a rota directa para a Ásia Meridional, para a Rússia é o cobiçado acesso a mar aberto e para os Estados da Ásia Central é a avenida comercial mais favorável para o mundo exterior” (2009, par. 44).

Amirahmadi (2015) explicou que, a conclusão da Guerra Fria foi responsável pela estrutura contemporânea do Médio Oriente – Estados falhados, economias fracas, desigualdade e pobreza, radicalismo, interferências estrangeiras, entre outros. O Ministro dos Negócios Estrangeiro de Hassan Rouhani, Mohammad Javad Zarif (2014) nomeou alguns eventos, alguns duradouros, que contribuem para o carácter conflituoso e crítico do Médio Oriente – a ocupação da Palestina, que afeta o desenvolvimento do Médio Oriente, as intervenções militares no Iraque e Afeganistão que facilitaram a crescente instabilidade e violência e a Primavera Árabe que segundo o mesmo, introduziu outros fatores desestabilizadores na região.

O Médio Oriente, representa a instabilidade mencionada por Saul Cohen, é uma região propícia ao aparecimento de conflitos, tanto ao nível interno como interestatal. Estas questões, por vezes, relacionam-se com a existência de várias alterações territoriais entre países vizinhos, e alguns conflitos como a guerra Irão-Iraque (1980-1988), que envolveu a contestação sobre a posse marítima Shatt El-Arab (Hiro 2018) e mais tarde, a Primeira Guerra do Golfo com a invasão do Kuwait⁹ (Office of the Historian n.d.). Estes são exemplos que sustentam os argumentos sobre a rivalidade de interesses no Médio Oriente.

Para além da questão territorial, subsistem divisões religiosas e étnicas que juntamente com a abundância de recursos naturais na região, como o petróleo e o gás natural, agravam a competição e as relações entre Estados (Moore 2015).

A religião é de extrema importância para o Médio Oriente, pois foi aqui que apareceram as três principais religiões – Judaísmo, Cristianismo e Islão, sendo que a última se tornou a predominante. Consequentemente, após anos de expansão e consolidação, como Correia declarou: “é no Golfo Pérsico que se encontra o seu centro, o núcleo, o verdadeiro coração do mundo muçulmano” (2010b, 197). Estima-se que até 2030, a população muçulmana aumente de 1,2 para 2,2 mil milhões de crentes (Moore 2015).

No entanto, apesar da aparente homogeneidade religiosa, o Islão e os seus crentes estão envoltos numa realidade mais complexa, nomeadamente, o cisma entre Sunitas e Xiitas. Esta particularidade, por ser de relativa importância para a compreensão do tema abordado nesta dissertação, estará explicada com mais detalhe no seguinte subcapítulo.

Moore explica que: “the Sunni and Shi’ite schism fuses some religious differences with geopolitics, (...) that has created a frequently violent and hostile region; these differences have been

⁹ De entre várias motivações para a invasão do Kuwait, o Iraque continuava a reclamar posse das ilhas Warbah e Bubiyan, geoestrategicamente importantes para o Iraque. Além disso, o Iraque via o Kuwait como uma extensão do seu território (Office of the Historian n.d.).

exacerbated by external intrusions into this region by several European powers and the United States” (2015, 230).

Atualmente, as divergências entre Estados relacionadas com diferenças sectárias, devem-se à procura pelo domínio político no Médio Oriente (Holtmann 2014) sendo que, uma das características para a rivalidade Irão-Arábia Saudita deve-se à propagação do Islão xiita e da Revolução Islâmica, enquanto a Arábia Saudita propaga uma concepção mais conservadora, puritana e anti-Xiita, o Wahhabismo (Guzansky 2015).

A República Islâmica do Irão¹⁰ (*Jomhuri-ye Eslami-ye Iran*) está localizada no Médio Oriente e inserida numa sub-região em redor do Mar Árabe, denominada por Golfo Pérsico, que se prolonga ao Golfo de Omã e oceano Índico (Correia 2010b). Dada a sua dimensão territorial, faz fronteira terrestre com vários países - Afeganistão, Arménia, Azerbaijão, Turquia, Turquemenistão, Iraque e Paquistão (CIA WorldFactbook n.d.b), fronteiras marítimas com outros seis - Kuwait, Bahrein, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Qatar e através do Mar Cáspio, com a Rússia e Cazaquistão (Juneau 2014).

Por sua vez, o seu território é diversificado:

The heart of Iran is a mountainous plateau, much of which consists of uninhabitable desert, surrounded by the waters of the Caspian Sea to the north and the Persian Gulf to the south, by plains to the southwest and deserts to the east. Towards the west, the Zagros mountains range steadily descends towards the densely populated and fertile Mesopotamian basin. A part of this plain extends into the southwest corner of Iran, the province of Khuzestan, one of the country's most vulnerable areas because of its exposure to open plains to the west, its oil wealth and its Arab minority. Iran's eastern flank, on the other hand, consists mostly of empty desert. (Juneau 2014, 94)

Contudo, a sua figura geográfica limita a projeção de poder, visto que, criam barreiras naturais que isolam o Irão dos países vizinhos (Juneau 2014). Tal como Rashed explica: “Iran's mountainous terrain had protected it from invasion for most of its history, but also limited its capacity to project power and influence” (2019, par.11) A sua geografia também propicia a sua orientação para a supremacia regional uma vez que, na visão iraniana, a combinação entre história e geografia justificam a sua qualificação para moldar o destino do Golfo. A sua influência deve ir além-fronteiras, pois é herdeiro de uma civilização histórica e porque é dos poucos países no Médio Oriente que não foram fabricados, ou suas fronteiras delimitadas pelos imperialistas (Hinnebusch e Ehteshami 2002).

A sua população compreende cerca de 83 milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos (Persas, Azeri, Curdos, Árabes, tribos turcas, etc.), que estão reunidos maioritariamente no norte,

¹⁰ Esta denominação advém do referendo que estabeleceu o nome do novo sistema político após a Revolução Islâmica de 1979. Esta decisão contou com a oposição de certos grupos da comunidade iraniana, como os secularistas (Hiro 2018).

noroeste e ocidente do Irão. Existe algum pluralismo religioso, pois apesar da predominância do Islão xiita, a população iraniana professa também o Sunismo, Zoroastrismo, Judaísmo, Cristianismo, entre outras (CIA Worldfactbook n.d.d). Ainda assim, estas minorias étnicas, não-falantes do persa, representam outra parte da população iraniana xiita (Richard 1995).

Por sua vez, a cidade mais populosa é a capital, Teerão, seguida por Mashhad, Isfahan, Shiraz e Tabriz. Consequentemente existem várias línguas, para além da oficial –o persa, a única língua reconhecida oficialmente pela Constituição (Richard 2019).

A sua costa estende-se ao longo de 2,440 km e confere uma localização estrategicamente privilegiada graças ao seu posicionamento no Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz, que são caminhos marítimos importantes para o transporte de petróleo (CIA WorldFactBook n.d.b). Dos vários países produtores da região, é a única passagem marítima para o transporte de bens e pessoas. Além da importância económica, esta localização é também estratégica pois como o Irão controla maior parte desta passagem marítima, na presença de perigo, utiliza este caminho como meio de intimidação e chantagem através de ameaças ao seu bloqueio. No entanto, os norte-americanos protegem o Estreito e o tráfego comercial através do seu posicionamento no Bahrein (AlJazeera 2019b).

Não obstante, o Irão explora ainda outro tipo de recursos, como por exemplo, o gás natural, carvão, crómio, cobre, minério de ferro, manganês, zinco e enxofre. No entanto, apesar da relativa dependência das exportações destes recursos, principalmente do petróleo (com exportações que rondam os 60%) e gás, existem ainda outros sectores expressivos como, a agricultura¹¹, indústria¹² e serviços (CIA WorldFactbook n.d.a). O Irão é ainda o maior produtor de aço do Médio Oriente, assim como é dos maiores produtores de automóveis, verificando-se o crescimento desta indústria após a negociação do acordo nuclear em 2015. Por sua vez, a exportação de bens industriais ultrapassa a dos bens tradicionais iranianos, sendo que os seus maiores parceiros económicos são a China, Índia, Turquia, Coreia do Sul, e ainda o Iraque, Afeganistão e Paquistão (os três últimos em menor escala) (Richard 2019).

No entanto, Richard (2019) afirma que a dependência económica do petróleo é problemática para o Irão. Primeiramente porque limita a visão estatal sobre as condições reais da economia, mas também porque está dependente das dinâmicas dos mercados internacionais, o que para o Irão representa alguns riscos devido à queda do preço do petróleo, e à imposição de sanções económicas derivadas da tensão com os EUA.

¹¹ Como o trigo, arroz, beterraba sacarina, cana-de-açúcar, frutas, nozes, algodão, lacticínios, lã e caviar (CIA WorldFactbook n.d.a).

¹² Petróleo, petroquímicos, gás, fertilizantes, soda cáustica, têxteis, cimento e outros materiais de construção, processamento de alimentos, fabricação de metais ferrosos e não ferrosos e armamentos (CIA WorldFactbook n.d.a).

Por sua vez, a evolução da conjuntura estrutural interna poderá contribuir para o enfraquecimento da atividade comercial iraniana, como o crescente uso doméstico de produtos refinados, consequência do crescimento demográfico e do aumento da urbanização, que limita a sua disponibilidade para exportação. Porém, o Irão mantém elementos atrativos e recursos indispensáveis para as grandes economias, pois detém uma grande percentagem das reservas globais de hidrocarbonetos, mantendo-se por isso um ator relevante (Richard 2019).

No entanto, o Irão deve ser capaz de agir consoante os desafios impostos pelos EUA. As divergências e as imposições de sanções económicas aplicadas pelos EUA (além das que vigoram desde 1979¹³, existem outras impostas multilateralmente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) devido ao seu programa nuclear) (Dizboni e Omar 2018), lesam o seu estatuto e minam o seu futuro comercial e económico, e debilitam a sua legitimidade internacional (Warnaar 2013). Os danos destas decisões para a sua economia refletem-se na hiperinflação, na desvalorização da moeda iraniana e grandes taxas de desemprego (Dizboni e Omar 2018).

O contexto geopolítico influencia as relações interestatais do Irão que regionalmente sofre várias pressões político-securitárias, provenientes, por exemplo, da ameaça militar dos EUA e da sua vizinhança relativamente instável. Por conseguinte, a geopolítica, deve ser destacada, pois tem implicações para o Irão e para a região. Como Barzegar argumenta: “Iran’s regional policies have been driven by ideology as well as geopolitics” (2009, par. 2)

Durante o período de governação do presidente Mahmud Ahmadinejad, estas condições estavam particularmente demarcadas. Às supramencionadas, acrescenta-se ainda as condições débeis de regiões e países fronteiriços a norte – Ásia Central, Cáucaso, Afeganistão e Paquistão, a Ocidente, no Iraque confrontos sectários (entre Sunitas e Xiitas), e a sul, a existência de regimes autoritários suscetíveis a alterações político-sociais futuras (como se viria a verificar com a Primavera Árabe). Tudo isto poderia antecipar uma situação potencialmente perigosa para o Irão e para o Médio Oriente, como o surgimento de rivalidades regionais e consequentes conflitos militares e a intervenção de poderes estrangeiros. Estas questões exigiam a ação cautelosa do governo iraniano, que criou iniciativas de cooperação de forma a reduzir tensões. A estabilidade do Irão, está assim intrinsecamente ligada à estabilidade regional, num sistema de interdependência securitária (Barzegar 2009). Citando Javad Zarif: “whatever harms the stability of our region, harms us, because we are a major part of this region” (Zarif 2017, at 21:40-21:46).

¹³ Depois da invasão da embaixada norte-americana e da crise dos reféns em Teerão em 1979, por estudantes iranianos foram impostos vários tipos de sanções ao Irão (Borszik 2016). No entanto, foram ainda impostas sanções em 1995 devido ao seu alegado patrocínio de terrorismo (Hiro 2018).

2.1. Xiismo: o cisma do Islão

O estudo e compreensão do Islão são importantes para esta dissertação, pois esta fé tem impacto na região e países envolventes, principalmente devido aos contributos históricos para o desenvolvimento da civilização muçulmana, pelo seu papel nas relações interestatais e na forma como as pessoas se relacionam no seio da comunidade. Mais que ideologia, a religião é também um importante elemento político no Médio Oriente e em outras áreas onde está presente (Norte de África e Ásia do Sul). Estas áreas converteram-se ao Islão ao longo dos anos, sob a liderança de vários califas, através de conquistas militares, chegando inclusive à Península Ibérica, Índia, Indonésia, e, com menos expressão, à China (Moore 2015).

Antes da conversão ao Islão, muitos Árabes professavam o Cristianismo, o Judaísmo e também o Animismo¹⁴. A disseminação da nova religião deu-se com o Profeta Maomé (o Mais Nobre Mensageiro) (Imam Khomeini cit. in Algar 1995), após a revelação divina do Anjo Gabriel, em 610. Este foi escolhido para o cumprimento dos desígnios de Deus (Alá), para difundir uma nova religião e testemunhar a sua existência junto dos Árabes (Almeida e Silva 2016).

A primeira revelação divina aconteceu numa noite durante o mês do Ramadão¹⁵ e sucederam ao longo de 22 anos. Por sua vez, estas mensagens foram divulgadas pelo Profeta junto de um círculo mais próximo de familiares e amigos. Aos seus seguidores, Maomé ensinou que deveriam abandonar a idolatria e ser totalmente devotos a Alá. Reprovou ainda a acumulação de riqueza, sendo que um dos pilares do Islão – *zakat*, é uma forma de purificação da riqueza (Hiro, 1989). Aqueles que se converteram à nova fé foram chamados de muçulmanos - “aqueles que se entregam a Deus” (Almeida e Silva 2016, 11).

No entanto, Maomé e os seus seguidores eram importunados devido à sua crença monoteísta, que colidia com os interesses mercantis de Meca, com o politeísmo dos animistas e com os líderes dos clãs. Maomé ameaçava a sua fonte de rendimento, pois graças à sua localização geográfica, os primeiros enriqueciam com a chegada de peregrinos que se dirigiam para o *Kaaba* (Hiro 1989).

Dado este ambiente hostil, Maomé e os seus seguidores refugiaram-se em Medina. No entanto, a cidade tinha solicitado ajuda a Maomé para a resolução de uma longa disputa entre as tribos *Khazaraj* e *Aus*. Em troca, protegeriam os convertidos de Meca. Com a posterior conversão das duas partes ao Islão, cessaram os conflitos entre eles. Em Medina, Maomé foi adquirindo cada vez maior autoridade sobre a gestão civil e militar da cidade. Deste modo, a religião é sinónimo de Estado, pois o Profeta não

¹⁴ Nomeadamente, o santuário de Kaaba em Meca era local de veneração dos ídolos animistas (Hiro 1989).

¹⁵ Nono mês do calendário Islâmico (Hiro 1989).

era só uma figura religiosa, mas desenvolveu competências militares (como comandante militar), recolhia impostos, redigia as leis e exercia a justiça (Hiro 1989).

Este movimento migratório (622), de grande importância histórica, ficou conhecido como Hégira (*Hijra*)¹⁶, (Duarte 2015) e foi em Medina que foram dados os primeiros passos para a materialização da religião, nomeadamente, através do estabelecimento da *umma*¹⁷ com Maomé como líder. A criação da *umma* tinha como objetivo principal unir os vários grupos políticos de Medina, e, conseqüentemente, terminar com as divergências religiosas (Almeida e Silva 2016).

Depois da Hégira, Maomé derrotou os Qoraish, uma tribo de Meca, entrando na cidade com o seu exército em 630. Destruiu o santuário animista e marcou-o como o lugar de veneração a Alá. Mais tarde, várias tribos árabes e nômadas politeístas, de livre vontade, escolheram converter-se ao Islão (Hiro 1989). A expansão do Islão, foi também facilitada pela atividade comercial da região (Almeida e Silva 2016).

O Alcorão (sendo que as revelações de Maomé foram reunidas apenas durante o califado de Othman¹⁸), “confirma o que foi revelado anteriormente a outros Profetas” (Almeida e Silva 2016, 5). No entanto, o argumento é que o Islão e o Alcorão são a mensagem aperfeiçoada de Deus, revelada a Maomé, depois de os judeus e cristão terem adulterado a sua mensagem, previamente concedida aos seus Profetas. (Goldschmidt Jr. 2008) Este Livro “prova a veracidade da palavra de Allah” (Almeida e Silva 2016, 4), e nele estão presentes os seus ensinamentos para a comunidade muçulmana.

O Alcorão é mencionado como a fonte mais importante de união entre os muçulmanos, pois estes deviam seguir os seus ensinamentos. Nele, estão expressos valores e ensinamentos importantes para os muçulmanos (e para o mundo) – o progresso, desenvolvimento, civilização, fraternidade e união (Holy Quran shows the path of guidance 2015). Com respeito ao Islão e ao Profeta, os muçulmanos iriam criar o caminho da paz, da tolerância, da justiça, do progresso e da espiritualidade entre as nações que professam o Islão (President felicitates heads of the Islamic states 2015).

Podemos então assumir que o Islão não é negação das religiões existentes, os muçulmanos não negam os antigos profetas (Moisés, Jesus Cristo) nem as suas Escrituras: cristãos e judeus, fazem parte dos Povos do Livro, que deveriam ser protegidos pelos muçulmanos (Pasha e Ahmad 2014). Como explicou Santos (2009), o Alcorão menciona passagens das Escrituras anteriores, algumas das quais estão descritas exatamente iguais, e outras estão recontadas de forma diferente das presentes na Bíblia e na Tora.

¹⁶ Evento que marca o início do calendário muçulmano (Duarte 2015).

¹⁷ Comunidade islâmica e conceito que expressa a união e igualdade entre muçulmanos de diferentes culturas e geograficamente dispersos. A *umma* é objeto no plano divino de salvação (Oxford Islamic Studies Online n.d.).

¹⁸ Composto por 114 capítulos (*suras*) e 6,616 versos (Hiro 1989).

Só após a morte de Maomé (632) é que foi desenvolvido um código legal, a *Sharia*¹⁹ pelos *ulama*²⁰ (Duarte, 2015) que tinha como função regular todos os aspetos do comportamento humano e da vida diária - economia, política, família, negócios, entre outros (Santos 2009). Por sua vez, os cinco pilares do Islão, deveres comuns a todos os muçulmanos, são também os rituais que permitem a ligação entre todos os povos que seguem o Islão (Moore 2015).

Hiro (1989), explica que os cinco pilares surgem como uma racionalização para a salvaguarda da *umma*. Isto é, para a sua sobrevivência, era necessário inculcar nos recém-convertidos um elevado grau de solidariedade, que se ritualizaria na sua vida diária como obrigações individuais e sociais.

O primeiro, a Profissão de Fé, afirma que estes devem acreditar e ser plenamente devotos apenas a Alá e ao seu Profeta (*sahada*), Maomé; o segundo, a oração (*salat*) – são obrigatórias cinco diárias²¹; o terceiro, esmola legal (*zakaat*) - atribuir alguma da sua propriedade ou rendimento para os mais necessitados; Jejum (*sawm*), durante o mês do Ramadão, em que é proibido ingerir alimentos e bebidas, assim como fumar, ter relações sexuais ou ter pensamentos impuros, desde o amanhecer até o pôr do sol. É uma época de total devoção à religião, em que os muçulmanos devem ler o Alcorão e meditar. Por fim, a Peregrinação (*haji*) à Cidade Santa de Meca. Contudo, os muçulmanos mais extremistas argumentam que existe ainda um sexto pilar, a *Jihad*, que retrata o confronto armado entre o mundo muçulmano e não muçulmano (Almeida e Silva 2016).

Ao longo dos séculos, as conquistas e a expansão do Islão para outros territórios, permitiram o contacto entre muçulmanos e outras civilizações, promovendo um certo grau de tolerância²². Sem nunca deixar de promover os valores do Islão - igualdade, justiça social e monoteísmo, a comunidade muçulmana desenvolveu-se através da aquisição de novos elementos culturais provenientes das terras conquistadas, originando uma civilização multicultural (Moore 2015).

Porém, a religião é um fator que causa distúrbios no Médio Oriente dada a sua diversidade e consequentes rivalidade históricas entre Sunitas²³ e Xiitas. Estas disputas eclodiram após a morte do Profeta Maomé e a consequente crise de sucessão entre os seus companheiros mais próximos. Por esta altura, a principal condição para a sucessão era pertencer à família ou tribo do anterior líder, com prioridade para os membros do sexo masculino (Moore 2015), com melhores capacidades de liderança

¹⁹ Trata-se da “lei baseada nos Textos Sagrados do Islão e na tradição da jurisprudência” (Duarte 2015, 311).

²⁰ Plural de *ulema*, que significa: “erudito religioso; clérigo” (Duarte 2015, 311).

²¹ As cinco orações diárias são a: “oração da Alvorada, Oração do Meio-dia, Oração do Meio da Tarde, Oração do Pôr do Sol e Oração da Noite” (Almeida e Silva 2016, 48).

²² Por exemplo, o segundo califa Omar, promoveu a tolerância como forma de prevenir possíveis rebeliões contra os conquistadores, daí ser necessário encarar os recém-convertidos e grupos étnicos como iguais aos árabes, podendo conservar costumes locais e até mesmo a sua língua (Moore 2015).

²³ Designados desta forma pois os Sunitas respeitam a *sunnah*: “traditional teachings and sayings of Muhammad” (Moore 2015, 229). Estes “creem representar a autoridade da *sunnah*, seguem o exemplo do Profeta e da primeira comunidade muçulmana” (Duarte 2015, 311) e reconhecem principalmente a legitimidade dos quatro Bem Guiados – Abu Bakr, Omar, Othman e Ali (Almeida e Silva, 2016). Os quatro califas a seguir ao Profeta (Duarte 2015).

político-religiosa (Almeida e Silva 2016), que por fim, seriam escolhidos pelos homens pertencentes à sua família ou tribo (Moore 2015).

Para a comunidade, logo após a morte do Profeta, esta disputa centrou-se principalmente entre Abu Bakr²⁴ e Ali ibn Abu Talib, (Almeida e Silva 2016). O primeiro, graças à sua proximidade com o Profeta, acabou por prevalecer e assumiu a liderança da comunidade muçulmana (Moore 2015). Abu Bakr (632-634), foi então nomeado primeiro califa (“representante ou delegado”) (Almeida e Silva 2016, 17), guiado pelo mesmo propósito que previamente guiou Maomé – espalhar a fé e governar a comunidade muçulmana.

O segundo califa, Omar (634-644) derrotou os Bizantinos na Síria, os Sassânidas passando a controlar o Iraque e o Irão e conquistou ainda o Egito (Hiro, 1989), a Líbia e Jerusalém (Moore 2015). Os anos do seu califado são considerados “(...) a Idade de Ouro do Império Muçulmano” (Almeida e Silva 2016, 19). Porém, um ataque perpetrado por um escravo iraniano, acabou por vitimar Omar o que assinalou o fim do seu califado. De entre as nomeações para o seu sucessor, incluíam-se Ali e Othman ibn Affan²⁵ (Hiro 2018). Desta vez, foi concedido a Ali a responsabilidade de assumir o califado, se este assentisse com duas condições: governar de acordo com o Alcorão e com as práticas do Profeta, e, aceitar todos os precedentes estabelecidos pelos anteriores califas. Ali rejeitou o segundo, pois no passado tinha criticado algumas ações de Abu Bakr e Omar. Por consequência, o califado foi entregue a Othman que aceitou as mesmas condições (Hiro 1989).

Sob a liderança de Othman (644-656), o califado e o Islão propagaram-se até ao Norte de África, Afeganistão, Arménia e Azerbaijão. A sua liderança ficou marcada por alguns episódios de contestação, pois a população não o apoiava. Um grupo de dissidentes egípcios acabaria por assassiná-lo em Medina (Almeida e Silva 2016), sob a justificação de que este não estaria a respeitar o Alcorão (Hiro 1989).

O terceiro califa escolhido pelo povo foi Ali ibn Abu Talib²⁶ (656-661) (o último dos Bem Guiados ou *Rashidun*). Também este lidou com disputas de poder, primeiramente com uma das mulheres de Maomé, Aisha²⁷, na Batalha do Camelo (656 d.C.), em Kufa (Iraque) de onde Ali saiu vitorioso. Desta forma, alterou a capital de Medina para Kufa, fortalecendo a sua presença e autoridade no Iraque (Almeida e Silva 2016). Durante o seu califado, os Árabes chegaram ao Norte de África, Espanha, Ásia Central e ao Paquistão (Goldschmidt Jr. 2008). Mais tarde, foi acusado pelos apoiantes de Othman de ter auxiliado o seu assassinato. Ali negou as acusações, mas nunca condenou os culpados (Almeida e

²⁴ Foi dos primeiros árabes a converter-se ao Islão, era companheiro de Maomé e mais tarde seu sogro (pai de Aisha, uma das suas nove mulheres) (Almeida e Silva 2016).

²⁵ Casado com duas das filhas de Maomé – Ruqaiya e Umm Kulthum (Hiro 1989).

²⁶ Genro e primo de Maomé (Moore 2015).

²⁷ Aisha ordenou a Ali que punisse os assassinos de Othman, mas como Ali rejeitou, os dois confrontaram-se (Hiro 1989).

Silva 2016). Muwaiya ibn Abi Sufian, primo de Othman, cunhado de Maomé e governador Omíada (que se tinham aproximado de Othman durante o seu califado) da Síria, recusou reconhecer Ali como califa e ordenou que a morte de Othman fosse vingada (Hiro 1989).

Consequentemente, Muwaiya e Ali confrontaram-se na Batalha de Siffin em 658 culminando na primeira guerra civil. No final, Muwaiya, saiu vitorioso, automeiou-se califa e instituiu a sucessão por via hereditária – o ramo Omíada (Moore 2015). Porém, Ali manteve-se igualmente como califa, mas não detinha autoridade sobre os territórios governados por Muwaiya (Almeida e Silva 2016).

Ali foi assassinado em 661 por alguns militares dissidentes²⁸ da Batalha de Siffin, que mais tarde viriam a ser chamados de Kharijitas, provocando outra ramificação do Islão (Almeida e Silva 2016).

Com a sua morte, Muwaiya é proclamado califa, mas Hassan, filho de Ali também. Muwaiya, graças à sua superioridade militar e prestígio, persuadiu Hassan a retirar-se para Medina e prometeu que o próximo califa seria escolhido por uma decisão consensual da comunidade muçulmana. Hassan morreu envenenado em 669 e Muwaiya nomeou Yazid, o seu filho, como seu sucessor. Consequentemente instituem uma inovação e uma contrariedade aos princípios islâmicos, o aparecimento de uma dinastia que contraria as práticas anteriores, escolher entre muçulmanos mais qualificados do clã Hashimi ou Omíada (Hiro 1989).

Após a morte de Muwaiya em 680, o califado sob o comando dos Omíadas estava consolidado, e Yazid acabou por assumir o califado. Esta decisão foi um sinal de traição, que desencadeou sentimentos de revolta entre os muçulmanos que contestavam a liderança dos Omíada e a sua sucessão dinástica. Este evento veio mostrar a existência do persistente debate sobre a sucessão a califa, que uma vez mais, culminou numa guerra civil (680-692) (Moore 2015).

Hussein, filho mais novo de Ali, foi morto em Karbala pelas tropas de Yazid quando se deslocava de Medina para Kufa para apoiar a rebelião contra a dinastia. Após a morte do seu irmão e pai, Hussein anunciou o direito da sua família em assumir o califado e não o usurpador Yazid. No entanto, a sua morte ocorreu depois de vários dias em que Yazid tentou negociar, sem sucesso, a rendição de Hussein. A sua atuação agraciou-o como um mártir e o mais venerado de todo o Islão (Hiro 1989). A conceção de martírio resultante deste evento, e a transposição prática desse sentimento, ficou muito enraizado no credo religioso e nas celebrações²⁹ religiosas dos Xiitas. A morte de Hussein, simbolizou para a comunidade xiita a luta da humanidade contra a injustiça, opressão e a tirania (As-Saadi 2020).

²⁸ Deveu-se ao desentendimento quanto à resolução do conflito com Muwaiya através da arbitragem. Estes consideraram que a decisão de Ali foi contrária à vontade de Deus (Almeida e Silva 2016).

²⁹ Os Xiitas nos seus rituais assumem alguma culpa pela morte de Hussein. Todos os anos acontecem celebrações no *Ashura*, em que os Xiitas relembrem o martírio do filho mais novo de Ali. As celebrações consistem em: "by telling stories, participating in mourning processions and passion plays that dramatize the events of October 10, 680, and take part in funeral possessions in which they beat their chests in an act of contrition or flog themselves with whips or chains while chanting the names of Hasan and Husayn" (Moore 2015, 230); "During this month (...) during the first ten days, the clergy commemorate the

A partir do século XVI os iranianos xiitas fortaleceram a sua devoção pelos Imãs, o que se materializou em peregrinações às cidades santas ou pela realização de cerimónias de luto como as que são realizadas no *Ashura*³⁰ (ver nota de rodapé nº29). Estas celebrações foram posteriormente adotadas e ampliadas pela dinastia subsequente - Qajar (1785-1921). Estas demonstrações permitem aos Xiitas relacionarem-se intimamente com o sofrimento de Hussein, morto em batalha (Richard 2019). Os Xiitas acreditam que através da perpetuação do sofrimento, conseguem diminuir os efeitos da humilhação e da dor infligidos não só a Hussein, mas também a Hassan e Ali - todos assassinados. Atos como o autoflagelo, permitem expressar e reencarnar a frustração dos habitantes de Kufa face à inércia em socorrer Hussein (Hiro 2018).

Pelas palavras de Richard: “Shi’ism makes a cult of death and martyrdom. There is no better illustration of Shi’ites’ beliefs and conception of the sacred than their devotion to the great symbolic figures of the past who serve as a reflection of their community, who are honored for having been tortured, for having borne witness to the faith” (1995, 11). Para demonstrar a sua gratidão, os crentes devem realizar uma peregrinação aos seus túmulos, atos que simbolizam a sua devoção e a batalha contra as forças do mal.

A diferença ideológica do Xiismo e a contestação da dinastia Omíada, relegou os seus crentes ao anonimato, privados de poder político e subjugados sob o domínio de vários impérios que existiram na região ao longo dos séculos (Salamey e Othman 2011).

Os apoiantes de Ali, intitulados Xiitas (ou partido de Ali), ao contrário dos Sunitas, acreditam que este, dada a sua genologia, e pelo facto de ter sido diretamente³¹ nomeado pelo Profeta, é o natural herdeiro do Califado (Moore, 2015). Ou seja, a sucessão devia acontecer no âmbito da *Ahul Bait* (“Gente da Casa do Profeta”) (Almeida e Silva 2016, 28). Os Sunitas acreditam que qualquer muçulmano devoto e capaz, tem o direito de assumir essa responsabilidade, através da escolha por via eletiva³² (*shawra*) (Holtmann, 2014) sob a responsabilidade de um pequeno número de líderes tribais e pessoas mais velhas (Salamey e Othman 2011).

Além disto, os sucessores de Maomé (na terminologia Xiita os Imãs) são os descendentes diretos de Ali, escolhidos por Alá e única fonte legítima para as práticas e instrução religiosa (Moore 2015).

sufferings of the Imam by a special sermons; the faithful weep and cry to show their sharing in the savior’s sacrifice (Richard 2019, 5). A isto, acrescenta-se ainda: “The most impassioned participants strike themselves with a sword so that their bloody heads add a touch of realism to the martyrdom of the savior” (Richard 2019, 5).

³⁰ Apesar do significado especial para os Xiitas, o *Ashura*, que acontece no 10º dia do primeiro mês do calendário islâmico, é celebrado por todos os muçulmanos, pois marca o dia em que Noé deixou a Arca e quando Moisés foi salvo do Egito. Neste dia, os muçulmanos, Xiitas e Sunitas, praticam os rituais do Profeta, como o jejum (As-Saadi 2020).

³¹ Os Xiitas acreditam que Maomé nomeou Ali como seu sucessor, num discurso em Ghadir Khumm (Moore 2015).

³² Crença estabelecida mais no plano teórico do que prático, visto que Muawiya manteve o califado sob o domínio da sua família, assim como os califas da dinastia Abássida e os Sultões Otomanos, nos séculos seguintes (Holtmann 2014).

Dessa forma, os Sunitas não reconhecem a sucessão através dos Imãs, considerando-os falíveis. Veneram apenas o Profeta e os Quatro Bem Guiados, enquanto os Xiitas, veneram o Profeta, o Imã Ali e os seus descendentes (Hiro 1989).

Os Sunitas correspondem à maioria da população muçulmana mundial (85 a 90%) (Holtmann, 2014). Por sua vez os Xiitas estão representados em escassos países, como na Arábia Saudita, Iémen, Paquistão, Líbano, Kuwait, Albânia e Turquia (Santos 2009). Porém, prevalecem em maioria no Irão, Bahrain e Iraque (Almeida e Silva 2016).

No entanto, há mais elementos de desacordo entre Sunitas e Xiitas além da discussão sobre a sucessão do califado. Os Sunitas rejeitam a adoração de santos e sepulturas praticada pelos Xiitas, que por oposição, afirmam ser algo importante na busca da salvação. Os Sunitas, consideram essas práticas como não islâmicas e “(...) um desvio herético e perigoso do verdadeiro louvor a Deus” (Almeida e Silva 2016, 24).

Embora os Sunitas respeitem o martírio de Hussein, as práticas de martírio dos Xiitas são rejeitadas pelos mesmos, que as consideram inovações religiosas (Richard 1995), assim como a permissão de casamento temporário (*mut'a*), instituído por um contrato matrimonial por um período de tempo não definido (Moore, 2015). Outra prática defendida pelos Xiitas que não existe para os Sunitas, é a doutrina de *taqiya*: “dissimulation, the disguising of one's true goals, beliefs, or thoughts in the face of persecution” (Moore 2015, 230). Esta doutrina faz todo o sentido, lembrando a ideia atrás referida de que os Xiitas se consideram oprimidos e perseguidos pelos restantes muçulmanos. Assim, esta doutrina de ocultação sectária é um mecanismo de proteção (Hiro 2018).

As hierarquias religiosas e rituais de oração também diferem entre Sunitas e Xiitas. No topo, para os Xiitas estão os “grand ayatollah” (*ayatollah-ozma*), de seguidos pelos “sign of Allah” (*ayatollah*), “proof of islam” (*hojatalislam*) e por último, pelos “trust of islam” (*thiqatalislam*) (Hiro 2018, 10). Para os Sunitas, os clérigos mais importantes denominam-se por *mujtahid*, abaixo estão os “wise man of islam” (*Shaikh al Islam*), “Grand Mufti, Deliver of fatwas, religious decrees” (*Mufti al Azam*), Mufti, “religious judge” (*Qad*) e por último *Shaikh* (Hiro 2018, 10).

Porém, tanto os Sunitas como os Xiitas partilham os mesmos três princípios - monoteísmo, profecia³³ e a ressurreição (Hiro, 2018). Têm de cumprir os cinco pilares do Islão, têm o Alcorão como fonte de referência, o mesmo Profeta (Richard, 1995). No entanto, além destes, os Xiitas têm outros: *imamat* e *aadl* (“the just nature of Allah”) (Hiro 2018, 9).

³³ Profecia é uma forma de comunicação entre Deus e a humanidade (Hiro 2018).

De acordo com a primeira, Deus criou o Homem e enviou os seus Profetas para os guiar pelo caminho da justiça e da verdade, sendo Maomé o último. Não obstante, após a sua morte, continuava a ser fundamental existir um guia espiritual: o Imã³⁴, para orientar a comunidade em concordância com a verdade de Deus. O segundo elemento, ao contrário do que defendem alguns Sunitas: a vontade de Deus é arbitrária, os Xiitas acreditam que Deus só age dentro dos limites da justiça (Richard 1995).

Logo, a adoração dos Imãs (*imama*): “infallible and sinless individuals” (Moore 2015, 230) demarca ainda mais a sua separação dos Sunitas, sendo escolhidos por Alá e descendentes de Ali e Fátima, com qualificações divinas para representar e interpretar o espírito e a palavra de Maomé (Moore, 2015). O último Imã, Muhammad al-Mahdi, entrou em ocultação em 874 e regressará no fim do mundo para restaurar a verdadeira religião e combater as injustiças (Arjomand 1989). Com o desaparecimento deste Imã, tornou-se impossível seguir a linhagem hereditária pois Mahdi não deixou sucessor. Passam a ser os Ayatollahs a cumprir seu papel (Salamey e Othman 2011).

No entanto, o Xiismo não é homogêneo, pelo que existem várias ramificações derivadas do conflito de opiniões sobre a sucessão dos Imãs – Ismaelitas, Doze Imãs, Khojas, Drusos, Mustalitas e Nizaritas (Almeida e Silva 2016). No Irão prevalece o Xiismo dos Doze Imãs³⁵, o grupo mais importante (Richard 1995). Assim, este ramo inexistente para os Sunitas, também não é partilhada pela totalidade dos Xiitas.

Esta vertente do Islão xiita foi introduzida como ideologia oficial do Estado iraniano em 1501, pela dinastia dos Safévidas. O seu líder, Xá Isma’il (1501-1524) usou o poder religioso, afirmando ser o próprio Mahdi (Arjomand 1989) como forma de legitimar a sua liderança (Richard 2019). Quando no poder, o discurso alterou moderadamente, em vez de reencarnação de Mahdi, os governantes Safévidas anunciaram ser os representantes do Imã Oculto e que o seu reinado iria manter-se até o retorno do mesmo. Sob o domínio desta dinastia, o Xiismo espalhou-se por todo o Irão (Arjomand 1989) e ao clero xiita foi conferido maiores privilégios políticos, sociais e económicos (Khalaji 2011). Este evento foi considerado a primeira revolução xiita bem-sucedida no Irão (Arjomand 1989).

No entanto, somente as diferenças não é suficiente para instigar rivalidades entre doutrinas. Nomeadamente, a existência de correntes radicais dentro dos Sunitas, são um estímulo importante para desacordos e potenciais conflitos sectários no Médio Oriente. É o caso da corrente Salafista³⁶, que

³⁴ O Imã tem de preencher vários princípios. Deve ter um conhecimento perfeito de assuntos religiosos, ser totalmente justo e equitativo, o homem mais perfeito do seu tempo (Richard 1995).

³⁵ O primeiro foi Ali, seguido pelos seus filhos Hassan, Hussein, depois Ali’ Zainul-A’bedeen, Mohammad al-Bâqir, Jafar al-Sadiq, Mûsâ al-Kazem, Ali al-Reza, Mohammad al-Jawad, Ali al-Naghee, al-Hassan al- Askari e o último Mohammad al-Mahdi (Almeida e Silva 2016).

³⁶ Ou “Salaf al-salih, (...) É uma doutrina que segue rigorosamente a emulação dos antepassados piedosos, sem a pretensão de possíveis alterações, adaptações ou interpretações. As correntes salafista defendem as três primeiras gerações de muçulmanos (o Profeta, os seus companheiros e os primeiros califas) como autoridade principal e exemplos perfeitos do Islão” (Duarte 2015, 311).

promove uma doutrina mais pura, recorrendo à interpretação literal do Alcorão e aos princípios estabelecidos nos primórdios do Islão para guiar os seus crentes. Portanto, visto que o Xiismo é compreendido como uma inovação do Islão, as interpretações mais próximas da mensagem verdadeira, como é entendido pelo Salafismo, fomentam a hostilidade contra os Xiitas, como declará-los infiéis (*takfir*³⁷) (Holtmann 2014).

O Wahhabismo³⁸ é outra doutrina que acentua a divisão pois também se relaciona com o salafismo, uma vez que, os seus princípios impelem ao respeito e devoção apenas a Alá, ou seja, rejeitam a devoção de qualquer figura humana, inovações do Islão, igualando os primeiros muçulmanos (Hiro 2018). Esta doutrina é proveniente da Arábia Saudita e considera o Xiismo como uma apostasia³⁹, o que, consequentemente, contribui e alimenta a rivalidade ideológica entre Irão e Arábia Saudita (Moore 2015). Tal como veremos no capítulo referente ao Crescente xiita, o facto da política regional ter influências do sectarismo, faz com que as diferenças religiosas tenham impactos políticos.

Porém, no geral, existem três grupos de muçulmanos que partilham diferentes visões sobre como a religião deve ser vivida – os fundamentalistas, secularistas e os extremistas (muçulmanos radicais, defensores da *jihad* armada e da restauração do califado, como por exemplo o ISIS) (Moore 2015).

³⁷ Takfir significa “Imputação de impiedade; excomunhão” (Duarte 2015, 311). Doutrina introduzida pelos *Kharajitas*, uma terceira facção emergente da separação entre Sunitas e Xiitas. Estes não seguiam nenhuma das duas. Perseguiam, combatiam e assassinavam os infiéis. O único julgamento possível para o acusado de *takfir* é a morte. Atualmente esta doutrina ainda persiste nas camadas dos jihadistas *takfiris*, que se focam principalmente nos muçulmanos que se desviem do caminho correto da religião (Holtmann 2014). Um exemplo prático é o ISIS que matava Xiitas, Sunitas, Cristãos, por se oporem à sua visão ou por não os considerarem verdadeiramente devotos (Moore 2015).

³⁸ Doutrina fundada por Muhammad bin Abdul Wahhab (1703-1792) (Hiro 2018).

³⁹ Os seguidores de Wahhab organizaram uma *jihad* em que destruíram elementos xiitas, como túmulos, santuários e lápides, pois contestavam a devoção xiita à família do Profeta como idolatria (Hiro 2018).

2.2. O fundamentalismo islâmico

O fundamentalismo não é original do Islão: historicamente, este conceito advém do Ocidente e do cristianismo protestante (Pinto, 2003). Este termo surgiu nos EUA entre 1870 e 1925 (Emerson e Hartman, 2006) como meio conceptual para descrever núcleos religiosos, como Igrejas e outras organizações, que detinham uma interpretação literal da Bíblia (Pinto 2003).

Este fenómeno foi instigado pela postura de liderança norte-americana na condução da modernização mundial, mas foi a Revolução Islâmica que conferiu maior visibilidade, assim como assinalou o ressurgimento do fundamentalismo (Emerson e Hartman 2006).

Apesar das complicações que surgiram nas relações regionais do Irão, como estará explicado mais à frente, a Revolução foi um marco importante para o mundo muçulmano. O sucesso iraniano foi celebrado entre Xiitas e Sunitas, pois representou a vitória do Islão sobre as forças estrangeiras (Pinto 2003).

Neste sentido, o líder da Revolução, o Ayatollah Khomeini defendia que o imperialismo britânico tinha como objetivo forçar a introdução de leis ocidentais e eliminar as do Islão. Por sua vez, a imposição destas leis eram causas de problemas e dificuldades na sociedade – por exemplo, tornaram o sistema e o processo judicial mais lento e injusto. A situação imposta ao Irão pelas forças estrangeiras e os seus agentes (ou fantoches dos imperialistas, como o Xá), diminuía o alcance e relevância da religião na sociedade. Os imperialistas ocidentais pretendiam retardar o seu progresso, explorar as suas riquezas, as suas terras e os seus recursos humanos e torná-los dependentes do exterior (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Posto isto, a ideia de separação entre religião e política foi concebida pelos imperialistas com o intuito de acabar com a sua influência e poder na sociedade muçulmana, e não corresponde aos preceitos religiosos. Como consequência disso, os imperialistas separaram os eruditos daqueles que procuravam a liberdade e independência e assim, os imperialistas, conseguiram dominar a comunidade, na busca pelos seus próprios interesses (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Os académicos ocidentais utilizam também outro termo – islamismo, que engloba, por exemplo, o fundamentalismo islâmico. Este conceito, surge do movimento reformista conservador islâmico no século XIX, porém, a sua visibilidade e estruturação ocorreu a partir de 1950, com os contributos teóricos de autores como Sayyid Qutb (um teorizador radical da Irmandade Muçulmana) e de Syed Abul A'ala Maududi (criador do partido político paquistanês, *Jama'at i Islam*). O islamismo tem como objetivo principal a transformação dos regimes árabes em vigor. Assume-se, desta forma, como uma alternativa ao *status quo* com o desígnio de criar um Estado Islâmico. Para esta doutrina, a religião pertence e regula

todas as esferas da sociedade através da *Sharia* (Duarte 2015). Toda a soberania pertence a Deus, e a lei do Islão tem total autoridade sobre todos e sobre o governo islâmico (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

A religião como ideologia política advém da “revitalização do Islão” (Pinto 2003, 20), face ao enfraquecimento de outras ideologias políticas, como o nacionalismo árabe e o socialismo. O fundamentalismo sucede os movimentos “de busca interior e de autocrítica dos crentes” (Pinto 2003, 34) no início dos anos 70, ganhando relevo o retorno às práticas e costumes tradicionais dos muçulmanos e o Islão como sistema ideológico com orientação para a política. Desta forma, o Islão contempla um sistema político original, sendo que, que os islamistas exigiam o estabelecimento de regimes islâmicos (Pinto 2003).

Por conseguinte, Khomeini afirmava que os muçulmanos só conseguiriam viver em segurança, tranquilidade e preservar a sua fé e moralidade, se fossem protegidos por um governo e sistema administrativo que respeitasse as leis e a justiça em concordância com o Islão, sendo dever dos muçulmanos implementar esse governo (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Quanto à definição de um governo islâmico, o Imã Khomeini esclarece que:

Islamic government is neither tyrannical nor absolute, but constitutional. (...) It is constitutional in the sense that the rulers are subject to a certain set of conditions in governing and administering the country, conditions that are set forth in the Noble Qu’ran and the Sunna of the Most Noble Messenger (...) It is the laws and ordinances of Islam comprising this set of conditions that must be observed and practiced. Islamic government may therefore be defined as the rule of divine law over men”. (Imam Khomeini cit. in Algar 1995, 55)

Por sua vez, o poder e competências legislativas, e o estabelecimento das leis, recaí somente em Deus (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Genericamente, existem duas interpretações que procuram entender a essência do islamismo - moderna e pós-moderna. A primeira linha de pensamento caracteriza o islamismo como um “movimento reactivo e regressivo (...) contra a ocidentalização das sociedades muçulmanas. Parte da ideia de uma crise que decorre de um profundo sentimento de humilhação (...) A resposta para tal traduz-se num regresso às origens e numa recusa abrupta de tudo aquilo que tenha um cunho ocidental” (Duarte 2015, 28).

Alguns eventos históricos poderão ter contribuído para a ascensão destes elementos, como o fim do Califado, as ocupações e divisões territoriais pelas potências coloniais, a ocupação soviética do Afeganistão em 1979, e até mesmo lembranças associadas às Cruzadas nos países muçulmanos. A versão pós-moderna interpreta este fenómeno como, “manifestação reactiva à pós-modernidade ou à

globalização (...) resposta a uma perda de identidade, de autonomia cultural e de alternativa política ou moral. (...) procura da diferença no mundo universalizado dos valores ocidentais (Duarte 2015, 29).

Os efeitos práticos da secularização no Médio Oriente nem sempre significaram visíveis melhorias, como Almeida e Silva argumenta: “este processo não trouxe democracia, nem direitos humanos, nem sequer uma melhor ou uma maior distribuição da riqueza” (2016, 62). Aliás “(...) o programa de ocidentalização resultou em governos seculares ditatoriais e opressivos e numa riqueza distribuída apenas por uma pequena elite” (2016, 62). A incapacidade de o secularismo funcionar na região, fortaleceu a visão fundamentalista de que estas ideologias são incapazes de gerar progresso e são incompatíveis com as comunidades muçulmanas.

Todavia, Emerson e Hartman, caracterizam o fundamentalismo como - “discernible pattern of religious militance by which self-styled true believers attempt to arrest the erosion of religious identity, fortify the borders of the religious community and create viable alternatives to secular institutions and behaviors” (2006, 130); ou então “a religiously based cognitive and affective orientation to the world characterized by protests against change and the ideological orientation of modernism” (2006, 130). O fundamentalismo islâmico caracteriza o Islão como uma ideologia intolerante, pois abnega o pluralismo (Pasha e Ahmad 2014).

Um dos princípios chave que poderá ajudar a definir o fundamentalismo, é o facto de este ser um fenómeno variável, que depende do contexto social em que se insere. O fundamentalismo nasce, mas também ressurg periodicamente⁴⁰, do conflito com a modernidade e secularização (Emerson e Hartman 2006), sendo expectável a continuação deste debate, a menos que, hipoteticamente, uma delas deixe de existir. Nesta perspetiva, o fundamentalismo islâmico leva a cabo processos de *de-secularization* com recurso ao Islão para combater a rejeição religiosa e da tradição pela modernidade (Pasha e Ahmad 2014).

Desta forma, para o fundamentalismo islâmico, é importante a preservação do Islão na sua forma natural. Isto relaciona-se com o renascimento e ressurgimento islâmico, ou seja, um novo interesse na religião (Hiro 1989).

Alguns valores introduzidos na sociedade como a tolerância, a aceitação do pluralismo cultural e ideológico, a divisão da esfera social (privada e pública), a racionalização da sociedade, que delega a religião à crença individual (Emerson e Hartman 2006), a exploração colonial, a introdução de valores

⁴⁰ Após 1925, com o declínio do Protestantismo nos EUA, estes acabaram por perder a visibilidade na sociedade. O argumento utilizado para explicar o seu reaparecimento é que a secularização incentivou o fundamentalismo a lutar uma vez mais pelas suas ideologias, num mundo que se desenvolvia afastado da religião (Emerson e Hartman 2006).

ocidentais, como o feminismo, a homossexualidade⁴¹ e o materialismo (Moore 2015), são algumas das características da modernidade e secularização rejeitadas pelo fundamentalismo.

Por sua vez, a diversidade é o oposto do que é defendido pelo fundamentalismo – o absolutismo⁴² (Pasha e Ahmad 2014) pois desejam o total controlo da esfera pública e privada e promovem a interpretação e aplicação rigorosa da *Sharia*. Logo, é uma ideologia coerciva e repressiva porque impõe o seu cumprimento não aceitando qualquer alternativa (Almeida e Silva 2016). O modo de vida inspirado e assente na modernidade afasta-se dos valores sociais tradicionais (Pasha e Ahmad 2014). Por conseguinte, os fundamentalistas islâmicos desejam a restauração do Islão tradicional, dos seus valores e lei, como forma de combater o que eles consideram errado na sociedade muçulmana e que são promovidos pela modernidade (Moore 2015). Como tal, esta disputa entre lados ideológicos estabelece a distinção entre muçulmanos e os não muçulmanos (Pinto 2003).

A influência ideológica do Ocidente na sociedade muçulmana é uma verdadeira preocupação para os fundamentalistas, que temem a exposição à sua cultura, os sistemas educativos inspirados no Ocidente (Pasha e Ahmad 2014), e as suas políticas no mundo árabe e muçulmano. A aceitação destes modelos pela comunidade muçulmana são a causa dos seus fracassos, pois afastam-nos do Islão e aproximam-nos do secularismo e do materialismo. No entanto, a modernidade não é totalmente rejeitada pelos fundamentalistas, pois os mesmos aceitam a ciência e tecnologia, se enquadradas nas crenças islâmicas (Pinto 2003).

Por oposição, a secularização da sociedade muçulmana é defendida por aqueles que apregoam por reformas democráticas (por exemplo, separação entre Estado e religião, igualdade de género, a defesa dos direitos humanos, etc.), e por maior aproximação e aceitação da modernidade (Moore 2015). Isto significa que desdenham os valores e ordem social tradicional; a religião perde valor na sociedade. Neste sentido, são opositores e apresentam soluções aos valores invocados pelos fundamentalistas (Pasha e Ahmad 2014).

No entanto, além da aversão à modernidade e secularização, o fundamentalismo islâmico tem outros incentivos, como “a crise de identidade do mundo árabe” (Almeida e Silva 2016, 64), que contrasta com a procura pelo sentimento nacionalista árabe. A própria intolerância às implicações da modernidade, como o pluralismo cultural e ideológico, resulta da existência de sentimentos xenófobos e

⁴¹ Os fundamentalistas são reacionários, e uma das suas componentes mais importantes é o facto de serem ávidos protetores das tradições no que concerne temas da família e relação entre género, acreditam na base patriarcal tradicional da família em que o homem e a mulher têm papeis distintos. Desta forma, contestam novas formas de família e de relacionamento, como a homossexualidade (Emerson e Hartman 2006).

⁴² O absolutismo reconhece apenas uma verdade, a sua, sobre as coisas ou pensamentos. Só existe uma forma de vida melhor, um melhor tipo de valor e apenas uma única forma de salvação (Pasha e Ahmad 2014).

etnocêntricos. São ainda influenciados pela recordação histórica das humilhações e submissão colonial do Médio Oriente ao Ocidente (Almeida e Silva 2016).

Para os fundamentalistas, o Ocidente está diretamente relacionado com a modernidade, sendo esta uma forma de “Westernization or Americanization” (Pasha e Ahmad 2014, 302). que são incompatíveis com os valores islâmicos. Por conseguinte, a sua influência deve ser mesmo reduzida ou eliminada, e a sociedade islâmica protegida de quaisquer influências externas (Pinto 2003).

A aversão ao Ocidente ganhou mais ênfase no início do século XX, ainda que date de épocas mais antigas, como as Cruzadas. A chegada dos colonialistas e imperialistas europeus, prejudicaram as sociedades islâmicas e a limitação de novas fronteiras, que criaram Estados-nações artificiais, enfraqueceram os muçulmanos através da divisão da *umma* (Pinto 2003).

Jamat al-Din Afghani, uma personalidade religiosa, influenciado pelo colonialismo britânico, foi dos primeiros a estabelecer a dicotomia antagonista entre Islão e o Ocidente. Por conseguinte, estas ideias traduziram-se em sentimentos anti-imperialistas. Assim, o mesmo encorajava os muçulmanos a resistir à presença europeia (Hiro 1989).

Também Jalal Al-e Ahmad, considerado um dos intelectuais da oposição de Pahlavi, protestava a ocidentalização e a dependência do Irão. As suas teorias caracterizaram a intromissão e a dependência do Ocidente como um estado de mediocridade cultural e económica. Ahmad menosprezou a dinastia de Pahlavi, que conduzia o Irão à destruição da sua dependência económica, política, cultural, visto que a sociedade seria mais facilmente infiltrada pelo Ocidente. Fora das fronteiras iraniana simbolizou o duelo entre o “Occidental West and the Oriental East.” (Adib-Moghaddam 2005, 275), em que o Ocidente detém todo o poder e conhecimento tecnológico da modernidade, e o Oriente era mantido em dependência política e económica. Por isso era preciso alertar os orientais para a intromissão ocidental e os efeitos da sua subjugação, que corrompiam a sociedade e tornavam-nos subservientes das vontades imperialistas (Adib-Moghaddam 2005).

Além do retorno à originalidade e pureza dos ensinamentos e mensagens religiosas, por exemplo, através da emulação dos *Salaf* pela *umma* e a rejeição da cultura ocidental, os fundamentalistas contemporâneos partilham outros princípios como: o Islão rege toda a existência humana, cada indivíduo muçulmano tem a responsabilidade de lutar por uma ordem islâmica terrena, e para tal, é preciso propagar o Islão. Neste sentido, é também necessário estabelecer a soberania de Deus, através de uma *jihad* para que possam ser eliminados obstáculos à disseminação do Islão. A propriedade privada é reconhecida, mas limitada, pois, tudo pertence a Deus, assim como condenam formas de acumulação de riqueza indevidas e políticas monetárias que fomentem a divisão da sociedade. A legitimidade dos

governantes e instituições, é atribuída com respeito à *Sharia*, e aos precedentes dos primeiro quatro Califas. Criticam diferentes correntes dentro do Islão, como o sufismo e também as tradicionais, pois falham em ajudar os crentes e por serem aliadas daqueles que tentam subjugar o povo. Por isso, os fundamentalistas não lhes reconhecem autoridade, pois os *ulama* têm uma interpretação manipulada da lei islâmica de forma a suportar as elites. Em troca, o fundamentalista propõe a sua própria doutrina. Logo, tradição não é sinónimo de fundamentalismo, nem eles o defendem, pois não correspondem aos mesmos valores (Pinto 2003).

Consequentemente, uma política externa inspirada em valores fundamentalistas defende a rejeição de Estados seculares, da hegemonia ocidental no mundo muçulmano, que acusam, juntamente com o Sionismo, de fomentar a divisão da *umma*. Desta forma, é preciso assegurar a coesão da mesma (Karabell, 1996). Assim, o Islão é extremamente importante para os fundamentalistas, que se afirma na sociedade como uma “*din* (a religion), *dunya* (a way of life), and *dawla* (a state)” (Karabell 1996, 79). O Islão representa mais do que um sistema espiritual-religioso, mas também um sistema ideológico com efeitos na vida social dos fiéis, pois orienta a ordem sociopolítica (Pinto 2003).

Não obstante, o Irão com a sua Revolução Islâmica liderou a transposição prática dos desejos e valores explicitados ao longo deste capítulo. Ruhollah Khomeini conseguiu materializar a teoria devido à defesa por algo como “(...) uma espécie de Islão político” (Duarte 2015, 31). Khomeini, revelou ao mundo a possibilidade de conciliar religião e ideologias políticas, instituindo uma teocracia constitucional (Duarte 2015). Muitos dos fundamentos enumerados ao longo do capítulo estavam presentes, como a agressividade perante os EUA e Israel, a instauração de valores mais conservadores junto da população por oposição à modernidade imposta pelos Pahlavi e que imperava no Irão.

Porém, o grau de intensidade na prossecução dos desígnios fundamentalistas difere. Os atos fundamentalistas islâmicos podem tomar proporções mais radicais através da promoção da violência contra indivíduos de outros credos, ou até de crentes da sua própria religião, se estes forem acusados de aceitar o modo de vida ocidental ou desonrarem a sua fé. Pois dentro da aversão ao pluralismo, estão também incluídas as diferentes interpretações do Islão (Emerson e Hartman 2006). Esta reação agressiva à modernidade e ao pluralismo, parte do princípio de que os fundamentalistas não expressam a sua oposição por via de diálogo ou argumentos: a única forma é o recurso à violência que permite maior visibilidade de forma a atingirem os seus objetivos (Pasha e Ahmad 2014).

Ainda assim, apesar de estes atos serem praticados maioritariamente por grupos fundamentalistas extremistas, por vezes, a religião é apenas uma justificação usada para legitimar o recurso à violência para fins nem sempre religiosos. A violência como o terrorismo, é empregue na luta

entre o bom e o mau, o fundamentalismo contra a secularização. A vitória final do fundamentalismo permitirá voltar a atribuir o lugar de destaque da religião na sociedade (Emerson e Hartman 2006).

É comum entre grupos fundamentalistas existir o objetivo de criar um Estado teocrático, concebendo uma sociedade devota aos valores do Islão. Porém, nem todos o desejam pôr em prática através dos mesmos mecanismos. Enquanto alguns defendem o uso da força, da violência e a islamização da sociedade para o conseguir, por exemplo, através do derrube de regimes, outros procuram um processo pacífico, confiando na conversão dos indivíduos (Pinto 2003).

Karabell argumenta que as desconfianças ocidentais associadas ao fundamentalismo e a Estados ou grupos fundamentalistas são supérfluas. Como o autor argumenta: “Islamic civilization is not destined to clash with the rest of the world, and Islamic fundamentalists in power do not necessarily represent a threat to international security” (1996, 78), pois o fundamentalismo não deseja dominar ou interferir em Estados não-muçulmanos. Na política externa com estes Estados, não existem motivos para criar confrontos, exceto se, os países não-muçulmanos continuarem a atacar a coesão da *umma* (Karabell 1996).

Contudo, o contrário também é defendido, pois o próprio discurso dos ativistas muçulmanos, coincidiam com o que os ocidentais pensavam sobre os muçulmanos e a sua animosidade em relação ao Ocidente. Logo, era necessário repensar a abordagem política ao mundo muçulmano. Nomeadamente, com o aparecimento de movimentos islamistas em vários países, era necessário analisar os efeitos destes movimentos no Ocidente. As preocupações incidiam em questões de segurança, pois a proximidade da Europa à região do Magrebe tornava o continente suscetível à instabilidade da região, que se traduzia, por exemplo, nas migrações dos muçulmanos para os países da União Europeia (UE). Estes movimentos criavam complicações securitárias, como a “importação de problemas” (Pinto 2003, 36), como a criminalidade, tráfico de droga, e o surgimento de problemas domésticos devido ao choque cultural entre os muçulmanos e as sociedades para onde migram.

Eventos mundiais produziram sentimentos hostis no Ocidente contra o Islão e muçulmanos. Nos anos 80 o ativismo islâmico aproximou-se do terrorismo, com a efetivação de ataques na Europa e nos EUA, que expressavam a vontade dos muçulmanos em destruir a ordem ocidental. Logo, externamente, o Islão foi interpretado como “uma religião hostil e bárbara, e os Muçulmanos como fanáticos e terroristas” (Pinto 2003, 35).

O Islão não é inerentemente violento ou intolerante, como já explicitado no capítulo introdutório: no Islão, os cristãos e os judeus pertencem aos Povos do Livro. A comunidade muçulmana desenvolveu-se e ampliou-se como projeto multicultural. Desta forma, as características negativas estão relacionadas

com o fundamentalismo, que rejeita todas as formas de pluralismo, a modernidade, secularização, e, por consequência, o Ocidente que é visto como o impulsionador destes fenómenos.

Em suma, fundamentalista não significa ser forçosamente extremista e promover atividades violentas, como o terrorismo. Estas ações, assim como o fundamentalismo, não são aceites pela totalidade dos muçulmanos, e assim sendo, também não devem ser feitas generalizações sobre estes. Um bom conhecimento sobre o Islão e a sua diversidade teológica e cultural, ajudaria a promover bons relacionamentos, não só entre pessoas de diferentes realidades, mas também entre Estados⁴³ (seculares e muçulmanos), o que ajudaria a reduzir a discriminação, a promover respeito e tolerância pelos muçulmanos.

Sobre o Irão, país em análise nesta dissertação, ao longo dos anos tem sido assinalado como um Estado fundamentalista e radical. Muitas destas acusações devem-se à ocasião da Revolução de 1979, às suspeitas sobre o seu programa nuclear e à sua propaganda anti-Israel (Pasha e Ahmad 2014). A análise das políticas externas de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani poderão indicar diferentes resultados, dada a diferente abordagem de ambos em relação ao Ocidente, e a sua aproximação à ideologia revolucionária de 1979. Internamente, existem forças, como o Movimento Reformista (marginalizados durante a governação de Ahmadinejad, o que poderá indiciar uma maior aproximação deste presidente a valores conservadores, fundamentalistas) (Warnaar 2013) e os Verdes, que apoiam o pluralismo e se opõem ao fundamentalismo e ao extremismo islâmico no Irão. No entanto, existe também, quem defenda o contrário (Pasha e Ahmad 2014) como os radicais e o próprio Líder Supremo que são elementos mais conservadores, que preservam o fundamentalismo de Khomeini ao nível da política externa (Salamey e Othman 2011 204).

⁴³ A 10 de novembro de 2019 foi realizada uma marcha em Paris, de protesto contra a Islamofobia, usando cartazes que diziam “Yes to criticism of religion, no to hatred of believers”, “Stop Islamophobia” and “Co-existing is crucial”, ou então pedindo solidariedade para as melhores que usam lenço. Esta marcha foi organizada por organizações de esquerda quatro dias depois de um homem, com alegadas ligações à extrema-direita, ter atacado uma mesquita em Bayonne e depois do ressurgimento do debate público sobre o uso de lenço. Os presentes defenderam que a sua religião é compatível com o secularismo do Estado francês (France24 2019).

Capítulo III: Antecedentes da Revolução: a revolta contra a dinastia Pahlavi

“Independence, Freedom: Islamic Republic”

(Hinnebusch e Ehteshami 2002, 285)

Até à chegada ao poder da dinastia Pahlavi (1921-1979), sucessora da dinastia Qajar (1785-1921) o funcionamento do clero e dos seus seminários era pouco estruturado e rigoroso. Com a instauração desta nova dinastia foram feitas algumas alterações ao funcionamento arbitrário do clero, através da introdução de exames, assim como permissões formais e certificados para clérigos (Khalaji 2011). No entanto, enquanto a monarquia elaborou reformas para estruturar o funcionamento do clero xiita, outras, com o desígnio de modernizar o Irão (ex. a Revolução Branca)⁴⁴ (Richard 2019), prejudicaram a sua autoridade religiosa e influência cultural. Assim, adotaram uma agenda mais secular e modernizada, todavia, mantiveram a religião como ideologia do governo pois era um meio de legitimidade (Khalaji 2011).

Alguns pontos de ação que interferiram no domínio clerical, foram a criação de um sistema educativo, assim como um sistema judicial secular e centralizado, que supervisionava as doações religiosas por todo o país que antes eram controladas pelos *ulama* (Arjomand 1989). A estas pode-se acrescentar a concessão de maiores liberdades às mulheres⁴⁵ e o código de vestuário masculino imposto por Reza Xá Pahlavi, de inspiração europeia. Uma vez mais, estas formas de ocidentalização da sociedade iraniana foram interpretadas pelas figuras religiosas como uma “submission to the infidels” (Richard 2019, 174).

A educação nas escolas passou a igualar o sistema francês, assim, o ensino da religião deixou de ser prioritário. O mesmo aconteceu com o sistema judicial, em que as reformas de Pahlavi de caráter ocidental, submeteram a pasta da justiça ao domínio exclusivo do Ministério da Justiça, assim como era requerido aos juizes formação moderna e promover a separação entre a religião e as leis do país (Richard 2019).

Em abril de 1963, numa Celebração dos Mártires em Qom, Khomeini expressou o seu descontentamento pelo governo e as suas “evil intentions and is opposed to the ordinances of Islam”

⁴⁴ Termo que descreve um conjunto de medidas, como, a nacionalização das florestas nacionais, com o intuito de combater a desflorestação, repartição de lucros pelos trabalhadores de uma empresa, permissão do voto às mulheres, combate da iliteracia, entre outros (Richard 2019).

⁴⁵ Por sua vez, a proibição do uso do véu nas mulheres era um tema um pouco mais sensível, visto que, tal ação era entendida como um ataque à sua honra, uma violação à própria mulher, um ataque “more deeply felt than an ideological attack against Islam” (Richard 2019, 175). No entanto, esta tentativa de libertar as jovens iranianas pareceu gerar um efeito contrário do esperado. Enquanto as jovens tinham acesso facilitado ao ensino, inclusivamente observou-se o crescimento da participação feminina no ensino secundário e em eventos anteriormente destinados maioritariamente aos homens, outras famílias iranianas optavam por reprimir ainda mais a sua liberdade (Richard 2019).

(Imam Khomeini cit. in Algar 1995, 175), designadamente o Ministério da Justiça. Este órgão tinha concebido várias iniciativas opostas às determinações religiosas, como a abolição do requerimento que os juízes fossem muçulmanos e do sexo masculino. Desta forma, era possível aos cristãos, judeus e os inimigos do Islão e dos muçulmanos, decidir assuntos relacionados com os muçulmanos (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Também o seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, continuou com esse processo, através da elaboração de políticas que contribuíram para o enfraquecimento do clero, como a Reforma Agrária de 1960, que redistribuiu terrenos que pertenciam a mesquitas, seminários xiitas e aos *ulama* (Arjomand 1989).

Não obstante, os *ulama*, mesmo após o seu enfraquecimento, conseguiram manter algumas das suas capacidades, como a realização das suas tarefas de caridade (peregrinações e apoio aos necessitados), manutenção de algum serviço educacional independente do sistema educativo-religioso do Estado, através das suas instituições (Qom e Mashhad), e continuaram ainda a usufruir dos impostos islâmicos impostos aos crentes (Richard 2019). De facto, ao longo dos anos, a liderança xiita foi-se consolidando através da distribuição de fundos aos mais necessitados. Esta prática consistia na taxação da comunidade, cujos rendimentos eram distribuídos pelos pobres, seminários e instituições, o que permitiu que esses *ulama* estabelecessem alguma influência e proximidade junto das comunidades xiitas (Salamey e Othman 2011).

No geral, as reformas educacionais, judiciais, a redistribuição dos seus terrenos, assinalaram a separação entre a política e a religião. A hierarquia xiita perdeu influência ao nível estatal e na comunidade. Desta forma, o sentimento de marginalização dos *ulama* é considerado um fator crucial para a Revolução que destronou o monarca Reza Pahlavi em 1979 (Arjomand 1989). Este evento levou à ascensão no poder do Ayatollah Ruhollah Ali Khomeini (1979-1989), que ao contrário dos Pahlavi, conferiu e reforçou a autoridade e poder político ao clero (Khalaji 2011).

Esta figura importante para a história iraniana pertencia ao grupo de clérigos radicais que se opunham ao Xá, pois enquanto estudante em Qom, experienciou as políticas que visaram diminuir o seu poder. Desta forma, o seu grupo formava um núcleo de resistência que negava a secularização⁴⁶ e a modernização no Irão, Khomeini, demonstrou ser um ávido opositor da monarquia e das suas reformas, contrariando e prevendo o fim da dinastia (Richard 2019). Como tal, incitava a população a revoltar-se contra o regime subserviente e traidor do Xá (Pinto 2003). A sua visibilidade começou a crescer após ter

⁴⁶ Khomeini, antes da notoriedade da Revolução já tinha expressado a sua oposição a estes valores no seu livro "The Secrets Revealed" (Hiro 2018, 56).

começado a lecionar no seminário de Qom e mais tarde nas mesquitas de Salmasi e Mahmoudi, onde dirigia discursos que denegriam o governo e a sua dependência do estrangeiro (Hiro 2018).

Estes sermões continuaram enquanto líder dos clérigos radicais, o que levou ao seu aprisionamento e mais tarde ao exílio no Iraque (ainda que na altura da Revolução se encontrasse na França depois de ter sido expulso do país por Saddam Hussein) (Hiro 2018). Porém, por meio algum perdeu a sua força ideológica, continuando a produzir e a disseminar ilicitamente muita da sua propaganda antirregime nos tempos que antecederam à Revolução (Richard 2019). Khomeini explorou o descontentamento que se vivia no Irão por volta de 1977, depois da situação económica ter piorado graças à corrupção e fraca gestão financeira, e a crescente insatisfação ao regime do Xá no geral (Pinto 2003).

Assim, este clérigo, liderou o movimento revolucionário contra os Pahlavi do exílio, com a intenção de acabar com as políticas que diminuían a tradição xiita no país (Arjomand 1989). Logo, depois de já terem sido enumeradas características do fundamentalismo, podemos verificar que Khomeini foi motivado principalmente por convicções associadas ao fundamentalismo islâmico. Tal como Almeida e Silva, defendeu que: “Com a Revolução Islâmica do Irão, o fundamentalismo islâmico conseguiu aceder ao poder pela primeira vez no século XX” (2016, 112). Desse modo, como caracterizou Adib-Moghaddam, a Revolução correspondeu à agitação inspirada na “religion of combat and sacrifice” (2005, 265).

Por conseguinte, estas circunstâncias pesaram na ideologia de Khomeini e influenciaram as crenças políticas, sociais e religiosas no Irão. Khomeini era um conservador, que aspirava pela “renovação espiritual da população iraniana” (Almeida e Silva 2016, 112), sendo então preciso acabar com o domínio ocidental no Irão, e, por oposição, instituir um governo liderado por figuras religiosas, assumindo todos os encargos do país. Era seu dever e responsabilidade guiar a comunidade em conciliação com a vontade de Alá (Almeida e Silva 2016), regendo-se segundo a lei islâmica – a *Sharia* (Yazdani e Hussain 2006).

A Revolução foi o culminar de vários anos de construção de um sentimento antiocidental, devido ao envolvimento das várias dinastias persas com os poderes hegemónicos (Salamey e Othaman 2011), e da alienação da população iraniana muçulmana, assim como da camada clerical, em detrimento das elites políticas favorecidas pelos EUA (Yazdani e Hussain 2006). O alvo desta Revolução não foi apenas o Xá, mas também quem lhe dava apoio, como os EUA que colaborava com o seu regime autocrático. A potência ocidental procurava no Irão um importante aliado dada a sua riqueza petrolífera (Saikal 2016)

e dimensão geopolítica, que representava uma barreira à expansão da influência soviética durante a Guerra Fria. Assim, o Irão tinha meios para proteger os seus interesses na região (Warnaar 2013).

No entanto, os EUA ao promoverem a cooperação com o Irão, estavam a auxiliar um regime ditatorial e repressivo⁴⁷, algo ignorado pela potência ocidental (Warnaar 2013). Em troca da ajuda iraniana e a proteção dos seus próprios interesses, os EUA suportavam o regime de Pahlavi, (ex. treinavam o seu exército e forneciam ajuda militar e económica) ignorando as violações de direitos humanos e os ataques à democracia (Yazdani e Hussain 2006). A sua presença era também muito ativa e generalizada, mantendo-se, contudo, à parte das questões religiosas (Hiro 2018).

Não obstante, os EUA não foram sempre vistos como inimigos do povo iraniano. Os norte-americanos chegaram ao país após a Segunda Guerra Mundial, para protegerem o Irão da ameaça soviética que se instalara numa província a norte. No entanto, o seu auxílio à Operação Ajax, em 1953, para depor o governo de Mossadeq⁴⁸, alterou a imagem da potência ocidental no Irão. De país libertador transformou-se num poder imperialista e a partir desse momento, surgiram os sentimentos antiamericanos e anti-Xá que perduraram ao longo das décadas (Pinto 2003).

3.1. O regime teocrático e a nova identidade islâmica

Seguindo-se a Revolução, o Irão procurou usar o seu poder para proteger a sua autonomia do Ocidente. Ainda assim, ao nível económico era difícil distanciar-se ou seguir um caminho independente da ordem capitalista (Hinnebusch e Ehteshami 2002).

A possibilidade de instaurar uma República Islâmica deveu-se maioritariamente ao auxílio de indivíduos leais a Khomeini e não devido aos diferentes grupos que participaram na Revolução (Warnaar 2013). De facto, apesar de Khomeini ter saído vitorioso, a Revolução foi o produto do descontentamento geral da sociedade iraniana, insatisfeitos com as políticas de Reza Pahlavi. Grupos com objetivos e ideologias tão distintas como estudantes, comunistas, liberais e muçulmanos conservadores, lutaram juntos com o intuito de destituir o monarca (Treviño 2013). Porém, não era vontade geral a instauração de uma República Islâmica (Saikal 2016).

⁴⁷ A restauração do poder do Xá em 1953, assinalou a hegemonia dos EUA no Irão, que também terá contribuído para a repressão através da formação e do estabelecimento de contactos entre a CIA (*Central Intelligence Agency*) e operacionais da Savak (*Organization of National Security and Intelligence*) (Hiro 2018), polícia política criada em 1955 com intuito reprimir a oposição ao regime. Outra forma de domínio e opressão política pelo Xá, deveu-se também por duas vezes, limitar a existências de vários partidos políticos. Em 1957, acabou com o partido *Tudeh* e com a Frente Nacional de Mossadeq. Porém, em 1959 emergiram dois partidos controlados pelo Estado, o no poder, partido Nacionalista e o seu opositor o Partido Popular (Hiro 2018). Também em 1975 acabou com o sistema bipartidário, passando a existir apenas um – Partido da Ressurreição (Renovação) da Nação Iraniana (Richard 2019).

⁴⁸ Mossadeq nacionalizou uma companhia britânica petrolífera, que detinha o monopólio do petróleo iraniano, instigado pela perda do controlo e participação na companhia. Receosos da instabilidade no Irão e da ascensão do partido comunista iraniano (*Tudeh*), a CIA e os ingleses, juntaram-se contra Mossadeq. A participação dos EUA nesta operação foi também sinal da importância do Irão, do seu petróleo e posicionamento geográfico (Pinto 2003).

Após o regresso de Khomeini ao Irão, foi eleita a Assembleia dos Peritos⁴⁹ que teve a função de redigir uma nova Constituição, mais tarde aprovada por referendo e onde ficaram assentes os novos pilares do regime (Richard 2019).

Porém, para a sua sobrevivência, o Estado teve de empreender domínio total. Muitos opositores⁵⁰, como secularistas, modernistas e alguns clérigos, foram silenciados (exilados, presos ou executados). Para limitar a exposição de diferentes opiniões e críticas ao regime, o Estado passou a gerir também os meios de comunicação (Almeida e Silva 2016), para esse efeito, durante a Revolução Cultural de agosto de 1979, foram introduzidas legislações que proibiam críticas sobre a República, restrição de meios de comunicação estrangeiros e foram encerradas algumas editoriais. Um mês depois, o Estado banuiu da sociedade iraniana música contemporânea persa e ocidental, e começaram a ser alterados os conteúdos a serem lecionados nas escolas e universidades (Warnaar 2013), num processo que implicou o encerramento de dois anos das instituições educativas (Richard 2019).

Após a Revolução, surgiram evidências que a ala moderada estaria a cooperar com os norte-americanos. Pinto (2003) explicita que documentos encontrados durante a tomada da embaixada norte-americana em Teerão, viabilizaram a crescente hostilidade contra os EUA e o afastamento dos moderados da luta pelo poder.

Ao nível das reformas políticas internas e externas, na construção do Irão pós-revolucionário, não houve separação entre os ideais revolucionários e os interesses nacionais. A realização desses mesmos ideais era sinónimo de concretização não só dos seus, mas também dos interesses da *umma* (Adib-Moghaddam 2005).

O Irão passou a recusar a estrutura do sistema internacional, e as suas dinâmicas opressores-oprimidos, procurando tornar a sua política externa pro-Terceiro Mundo e anti *status-quo*, de forma contrariar a hierarquia global e a injustiça (Colleau 2016). O Irão emergiu da Revolução como: “defiant, fiercely independent, proactively religious, and nonaligned power” (Hinnebusch e Ehteshami 2002, 283).

Desse modo, as elites que formavam a sua política externa constataram que, para aumentar a empatia da comunidade muçulmana pela Revolução, teriam de suportar a retórica com ações. De facto, tanto durante, como após a Revolução, o Irão procurou legitimar os seus valores e a sua postura revolucionária, como por exemplo, com a ocupação da embaixada norte-americana em novembro de 1979. Este acontecimento simbolizou o seu protesto contra o imperialismo e contra a ordem mundial

⁴⁹ Este órgão é constituído por clérigos sénior eleitos de quatro em quatro anos. Para além da eleição do Líder Supremo, certificam-se de que este mantém na sua governação o carácter islâmico do Estado iraniano. Porém, a sua função mais importante é proteger o Estado se a posição do Líder Supremo for comprometida (Keynoush 2012).

⁵⁰ Alguns destes grupos opositores, ideologicamente diferentes, participaram e foram comandados por Khomeini durante a Revolução, para mais tarde serem eliminados nos primeiros anos da República Islâmica (Warnaar 2013).

injusta e opressiva, uma rejeição das leis e convenções internacionais, nomeadamente, as diplomáticas (Adib-Moghaddam 2005).

Por conseguinte, respeitando a importância da concepção anti-imperialista na sua política externa, o Irão retirou-se de várias organizações da Guerra Fria como a Organização do Tratado Central (CENTO), aproximou-se do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), começou a apoiar a causa palestiniana, e transformou as relações com os EUA em inimizade. Esta postura permitiria cativar outros movimentos revolucionários, seguindo o exemplo da nova República e o seu ativismo contra os opressores (Adib-Moghaddam 2005).

O MNA surgiu durante a Guerra fria e é composto por países que desejavam neutralidade e autonomia dos blocos políticos da altura – Ocidente ou Leste. Estes partilhavam de concepções anti-hegemónicas, uma extensão de sentimentos pós-coloniais. A relação com estes países e a declaração de não-alinhamento, correspondia a diferentes necessidades estatais, como questões de segurança nacional. Foi ainda um meio estratégico que possibilitou a concretização dos seus objetivos pós-revolucionários de independência e autodeterminação, com autonomia para orientar a sua política externa (Sadri 2012).

Não obstante, em consonância com os princípios de não-alinhamento, o Irão integrou a religião neste discurso. Através da promoção de um Governo de Deus, Khomeini separou o Irão do exterior e da sua influência - “Neither East nor West, but the Islamic Republic” (Sadri 2012, 384) e instituiu uma governação de acordo com o Islão e o Xiismo.

Assim, o *slogan* sintetiza as opções da política externa iraniana após 1979 – rejeição dos EUA e da União Soviética, sendo que após o seu fim, toda a atenção foi direcionada para o Ocidente (Akbarzadeh 2015).

Nas suas lições Khomeini defendeu a necessidade de estabelecer instituições políticas com respeito ao Islão, ou seja, subordinar o poder político à religião e aos seus objetivos. Para a concretização deste fim, os eruditos religiosos tinham o dever de criar um Estado Islâmico que detivesse todo o poder (legislativo, executivo e judicial) (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Khomeini concretizou esta missão, quando enveredou por outras políticas que alteraram profundamente a estrutura de liderança iraniana. Este pôs em prática o que havia teorizado sobre a “governance of the jurist-theologian” (Richard 2019, 252), instituindo-o na Constituição.

Khomeini defendeu que após a Ocultação do último Imã, foi delegada aos *ulama* a responsabilidade anteriormente disposta a Maomé – governar o território material. Logo, as competências dos *ulama* estendem-se também à política (Richard, 2019). Este princípio foi estabelecido

num quadro mais complexo de estrutura governativa. Como Saikal argumenta, Khomeini baseou-se em dois sistemas diferenciados de forma a consolidar o novo Estado, um dos sistemas corresponde à noção supramencionada, o *velayat-e faqih*⁵¹ - “a supreme Islamic jurist or a figure like Khomeini himself” (2016, 21) que representa a soberania de Deus e usufrui de plena autoridade religiosa e política. O segundo, baseia-se em órgãos institucionais eleitos que representam a vontade do povo, como o cargo de presidente e a Assembleia (*majlis*) (Saikal 2016).

Evocando uma declaração de Rouhani: “Imam Khomeini established a religious democracy based on public votes and emphasized that the true measure of (acceptance) is nation's vote and the main pillar of the Islamic government is Divine laws and the Constitution” (Imam Khomeini established modern Islamic Govt. 2014, par.5).

O poder de Khomeini ficou enraizado e consolidado, através da nomeação como Líder Supremo como total fonte de emulação e com jurisdição absoluta para governar. Este domínio político-religioso, é o esforço de preencher o vazio de poder existente após a ocultação de Mahdi. Ayatollahs como o Líder Supremo Khomeini, são figuras admiradas e respeitadas pelos Xiitas pois, para além do seu conhecimento, são vistos como sucessores dos Doze Imãs (Salamey e Othman 2011).

O Líder Supremo iraniano é reconhecido constitucionalmente como a figura com mais poder político: tem autoridade para ditar políticas e supervisionar a aplicação das mesmas, é o Comandante Supremo das Forças Armadas, nomeia os altos funcionários do Estado, como os Comandantes dos Guardas Revolucionários⁵² (*Sepah-e pasdaran*), do exército (*artesh*), elege o chefe do poder judicial, dos media estatal, quem preside a Oração de Sexta-Feira⁵³ e metade dos membros do Conselho dos Guardiões⁵⁴. Além disto, conta ainda com uma influência alargada junto de vários representantes em diferentes instituições estatais, e institutos religiosos e culturais. Este tem ainda a função de nomear os

⁵¹ Richard (2019), afirma que este conceito remete a algo existente e definido em 1813 pelo clérigo Molla Ahma Naraqi. No entanto, Naraqi não exclamou a necessidade de criação de uma República Islâmica.

⁵² Os Guardas Revolucionários, foram criados pelo Ayatollah Khomeini após a Revolução de 1979, como mecanismo de proteção de ameaças externas, mas também internas, como a oposição ideológica ao regime (Treviño 2013). Serviam para proteger a Revolução e monitorizar as atividades dos simpatizantes de esquerda e liberais e como força de oposição às tropas das forças armadas cuja lealdade ao regime era dúbia (Hiro 2018).

⁵³ Pertence ao grupo das Orações obrigatórias e “consiste num sermão feito pelo imam, o qual é recitado metade na língua local e outra metade em árabe e inclui bastantes passagens do Alcorão” (Almeida e Silva 2016, 50). Depois desta oração, segue-se um sermão sobre questões sociais e religiosos. No Irão, por exemplo, os líderes usam o sermão para educar e informar a população sobre a atualidade, assuntos internos e externos (Hiro 1989).

⁵⁴ Órgão composto por seis clérigos eleitos pelo Líder Supremo, e seis juristas escolhidos pelo parlamento entre nomeações pelo judiciário, que juntamente com o Ministério do Interior, verificam previamente as credenciais dos vários candidatos presidenciais de forma a fazer uma pré-seleção dos mesmos. Tem ainda a competência para monitorizar as eleições (Keynoush 2012). Warnaar (2013) argumenta que este órgão é uma limitação à democracia iraniana devido ao seu poder de vetar candidatos e o processo legislativo. Tendencialmente, este órgão escolhe os candidatos políticos baseados na sua lealdade ao regime e credenciais, desta forma, foram excluídos candidatos políticos com associações ao comunismo, nacionalistas, curdos e até mesmo membros de órgãos políticos relacionados com o movimento reformista.

Estas limitações participativas continuam a suceder. Efetivamente, o Conselho vetou alguns candidatos proeminentes da política iraniana, (aprovados 7 de 40 que cumpriam os requisitos, num total de 600 registos) para as eleições de junho de 2021, como o vice-presidente Eshaq Jahangiri, aliado de Hassan Rouhani (Middle East Monitor 2021a) e Ali Larijani, sendo que a maior parte dos candidatos aprovados pertencem ao espectro *hardliner* e conservador (Eqbali e Rasmussen 2021). Depois de conhecida a decisão do Conselho, Jahangiri declarou que: “The disqualification of many qualified people (is) a serious threat to public participation and fair competition among political tendencies, especially reformists” (Middle East Monitor 2021a, par.8).

O afastamento dos reformistas parece ser uma tendência recente nas decisões do Conselho, pois o mesmo já se tinha verificado na escolha de candidatos para as eleições parlamentares de 2020, algo criticado pelo presidente Rouhani. Este comentou a falta de pluralidade política e como a falta de representatividade não reflete o propósito das eleições (Jafari 2020).

diretores das agências culturais dispersas pelas suas embaixadas, ainda que operem autonomamente (Warnaar 2013).

As suas prerrogativas incidem sobre matérias internas, de política externa e sobre as forças armadas. O seu cargo serve também, para garantir o sistema político em vigor (Keynoush 2012). Para este fim, existem várias instituições como, o Conselho dos Guardiões, a Assembleia dos Peritos, o Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime⁵⁵, assim como os Guardas Revolucionários e os seus afiliados, como a Mobilização dos Oprimidos⁵⁶ (*basisj*), e as Forças Armadas, que funcionam em conjunto com as duas organizações paramilitares supramencionadas, como uma força auxiliar para a defesa do país. Existem ainda as *bonyads* (fundos de caridade ou fundações económicas), que exercem essencialmente projetos de *soft power* (ajuda económica e humanitária) fora e dentro do Irão (Saikal 2016).

Contudo, há algumas limitações à sua autoridade, nomeadamente, devido à delegação de poder em diferentes instituições, o que cria uma relação de dependência entre o gabinete do Líder Supremo e os restantes órgãos estatais (Warnaar 2013). Apesar da aparente homogeneidade ideológica, visto que o presidente não deve distanciar-se da visão e objetivos do Líder Supremo, os centros do poder iraniano divergem criando conflitos de interesses, muito devido à existência de várias fações. Desta forma, o papel político do Líder Supremo é também sensível às pressões políticas e socioeconómicas, sofrendo constrangimentos na tomada de decisões (Keynoush 2012).

As diferentes orientações políticas estão presentes na Assembleia, que representa os diferentes grupos políticos que variam no espectro entre dos reformistas e moderados aos mais conservadores. A Assembleia tem o dever de criar legislação e ratificar tratados, no entanto, a aprovação depende do Conselho dos Guardiões, que tem autoridade para vetar as suas iniciativas, se entender que é uma oposição aos princípios islâmicos do Estado (Keynoush 2012).

Ao nível ideológico, a hostilidade direcionada ao Ocidente que passou a caracterizar a República Islâmica, deve-se ao facto de considerar que os problemas do Irão e do mundo Islâmico se devem à corrupção das superpotências, neste caso, os EUA - o Grande Satã (Salamey e Othman 2011) é o impulsor deste mal. As potências ocidentais, juntamente com Israel⁵⁷, foram nomeadas por Khomeini como inimigos do Irão, do mundo muçulmano e do Islão. Segundo uma declaração em Qom

⁵⁵ Este órgão nomeado pelo Líder Supremo, tem a função de arbitrar conflitos entre o poder executivo e o legislativo, sendo que a sua prioridade é tomar decisões que beneficiem o sistema (Keynoush 2012).

⁵⁶ São doutrinados desde muito novos, são extremamente leais ao governo (Saikal 2016).

⁵⁷ Também aqui a política externa iraniana distanciou-se da de Pahlavi. A partir de Khomeini, o Irão passou a apoiar os palestinianos e a sua causa, denunciando a ocupação israelita (Richard 2019).

em 1964, para o Líder Supremo, todos os problemas do Irão derivavam desses dois países (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

A influência de forças imperialistas data vários séculos. O Líder Supremo constata que, primeiramente, os judeus foram o principal inimigo do Islão pois foram os primeiros a lançar campanhas anti-Islão, que se prolongaram ao longo dos anos. Mais tarde, surgiram outros grupos “more satanic than they” (Iman Khomeini cit. in Algar 1995, 27), como por exemplo, as Cruzadas, que para atingirem os seus objetivos materialísticos depreciavam o Islão, que era visto por eles como uma ameaça à sua autoridade e poder político.

Antes da Revolução, Khomeini já tinha criticado Israel. Este declarou que para a realização dos seus objetivos, Israel procurava eliminar obstáculos no seu caminho, portanto, tentava fragilizar o Alcorão e os *ulama* no país. Não desejava a presença de homens cultos, assim como desejavam controlar a economia, destruir o comércio, a agricultura e apropriar-se da sua riqueza. A nação continuava a ser vítima dos seus planos e das suas ambições, agindo em conformidade com o governo iraniano⁸⁸ (Imam Khomeini cit. in Algar 1995). Além da causa palestina, estas ideias podem explicar o porquê de a República Islâmica ser tão crítica de Israel.

O poder e interesses hegemónicos dos EUA e Israel, dependiam da subjugação (política, económica e cultural) de outros povos, usurpando os seus recursos, retirando a sua independência territorial (Salamey e Othman 2011), e promovendo divisões na *umma* (Yazdani e Hussain 2006).

Com a crescente importância da religião na política da República Islâmica através da *velayat e-faqih*, verifica-se que a proteção da sua soberania era mais do que uma questão de autodeterminação e de vontade nacionalista, mas também significava a defesa do governo de Deus. A negação do poder e influência hegemónica era igualmente uma luta religiosa (Sadri 2012).

Por esta ordem, na visão do Khomeini, era inconcebível a união entre o mundo islâmico (*Dar al-Islam*) e o mundo não islâmico (*Dar al-Harb*) (Almeida e Silva 2016). Estes são polos opostos que se confrontam e correspondem à divisão do mundo – os oprimidos (*mostazafin*) e os opressores (*mostakberin*) os pobres (*foqara*) contra os ricos (*sarvatmandan*) e as nações oprimidas (*mellat-e mostazafl*) contra o governo de Satanás (*hokumat-e shaytan*). Estes princípios terão contribuído e moldado o quadro ideológico da Revolução. Por sua vez, o confronto entre opressores e oprimidos, relaciona-se com o Paradigma de Karbala de Michael Fisher. O evento em Karbala em 680, que retrata a morte do terceiro Imã, exprime ideias de martírio, sacrifício e comprometimento a uma causa. Khomeini e as

⁸⁸ Neste discurso, Khomeini pediu ao Xá que ouvisse os seus e os conselhos dos *ulama*, pois estes desejavam verdadeiramente o bem-estar da nação, ao contrário de Israel. Para o Líder Supremo, este país não tinha nada para oferecer, afirmando que, caso ocorresse um tumulto no Irão, Israel não o apoiaria, pois Israel é apenas “friends of the dollar; they have no religion, no loyalty” (Imam Khomeini cit. in Algar 1995, 180).

entidades religiosas usaram o seu simbolismo religioso como argumento revolucionário para unir a população contra o Xá. Ou seja, no contexto da altura, o povo oprimido iraniano correspondia a Hussein, e o Xá os opressores, associados à dinastia de Omíada (Husseini 2010).

Como Rolston elucida: “Karbala became primarily a political message, anchored deeply in religious sentiment that yelled and clamoured and shrieked for salvation from tyranny” (2020, 10). A integração da questão política foi aceite e difundida pelos clérigos que criticavam o Xá, mas também por secularistas, atraídos pela sua demanda de justiça e soberania nacional. A insurgência contra o Xá era o símbolo do martírio presente, pela justiça, tal como Hussein havia feito (Rolston 2020).

O significado de Karbala incute também a dicotomia justiça *vs* injustiça, que é explorada nos seus temas de política externa. Os imperialistas e corruptos são os injustos e os países em desenvolvimentos e os muçulmanos, as vítimas das suas injustiças (Akbarzadeh e Barry 2016). O Irão acreditava possuir superioridade moral e religiosa para mudar o sistema injusto, e a própria Revolução, teve como objetivo demonstrar a vitória dos oprimidos sobre o opressores (Adib-Moghaddam 2005).

Antes da Revolução, os Xiitas prestavam homenagem ao Imã através de rituais de luto, como os praticados durante o *Ashura*. No entanto, o simbolismo deste evento foi posteriormente politizado ideologicamente e nas suas práticas. Assim, alguns estudos sobre o Paradigma de Karbala indicam a evolução do seu significado⁵⁹ - uma alteração da interpretação tradicional e salvífica para uma interpretação revolucionária (Szanto 2013).

Não obstante, a reinterpretção da Narrativa de Karbala foi o que legitimou e permitiu enquadrar a crescente contestação do Xá nos anos 60 e 70. Ideias de teorizadores passados, como Va'iz Kashifi⁶⁰ (século XV), que enquadravam a mensagem de Hussein meramente no plano esotérico, não se adequavam à conjuntura da altura. Assim, os novos, recorreram ao Paradigma de Karbala para enquadrar as novas preocupações: a rejeição do Ocidente e os seus valores culturais, independência do mesmo, retorno aos valores tradicionais islâmicos e rejeição da monarquia (Aghaie 2001).

Salihi Najafabadi, colega de Khomeini, apesar de contestado, foi um revolucionário na introdução da leitura política de Karbala. Incentivou os muçulmanos a seguirem o exemplo de Hussein e a

⁵⁹ A primeira interpretação significava a execução das práticas de luto, como a autoflagelação, de forma a obter a salvação durante a vida, mas também após a morte. A segunda, deveu-se à alteração para uma visão moderna, pois os Xiitas identificavam-se com valores modernos, como a educação, progresso, consciência política e envolvimento social. Ainda que algumas práticas sejam aceites pelo atual Líder Supremo como o *latm*, (palmas rítmicas no peito) chorar e o uso de roupa preta outras, como a *tatbir* (cortar a pele da cabeça com uma espada), são reprovadas, pois danificam a imagem do Xiismo (Szanto 2013).

⁶⁰ Este autor apresenta a visão tradicional da narrativa com uma obra literária, em 1502, *Rawzat a-shuhada*. Karbala não representa a inspiração para atos políticos, mas um conjunto de símbolos, que deviam ser comemorados pelos verdadeiros crentes. Destaca a homenagem do evento, através de rituais de luto. Estas práticas, recompensariam o fiel na sua vida terrena, e na morte, um dos objetivos mais importantes do Paradigma. Para Kashifi, a morte de Hussein não representava revolta contra o regime opressor e corrupto, aliás, a vingança, era direito e responsabilidade do Mahdi. O luto ganha destaque como a preservação da mensagem do verdadeiro Islão, a mensagem de Hussein (Aghaie 2001).

revoltarem-se contra os regimes corruptos em atos de ativismo político. A sua morte foi uma causa, mas não um objetivo final, pelo que o movimento de Hussein não é só um simbolismo esotérico, mas um comportamento político de rebelião (Aghaie 2001).

Outro ideólogo iraniano, Ali Shariati, considerado um dos ideólogos mais importantes e com mais influência na Revolução Islâmica, também transformou a narrativa de Karbala num ideário revolucionário. Influenciado por ideias de esquerda: como as marxistas de justiça e igualdade, anti-imperialismo, Shariati era crítico do regime do Xá e também dos *ulama* (Aghaie 2001). Shariati acreditava que a imitação de Hussein correspondia à revolta ativa contra os governantes corruptos. Assim, substituiu um evento histórico-religioso responsável pela preservação de práticas soteriológicas (correspondentes à interpretação tradicional), numa obrigação política e moral dos Xiitas de revolta contra as injustiças. O martírio de Hussein correspondia a um modelo de contestação da dinastia e dos imperialistas (Szanto 2013).

Os *ulama* foram os responsáveis pela interpretação errada do significado do movimento e eventos de Karbala, pois ignoraram os problemas políticos e recolheram-se aos rituais de veneração. Por conseguinte, Shariati referenciou o trabalho de Najafabadi, pois apesar de controverso, alertou para a existência do ativismo e interpretação política e não ignorou a sua função histórica. Em suma, o activismo revolucionário era de extrema importância para a narrativa de Karbala de Shariati (Aghaie 2001), que criticou as celebrações de luto, como as demonstrações teatrais (*ta'ziya*), pois manipulavam o sentimento religioso. Estes atos tinham origem na imitação de tradições ocidentais, como as Paixões de Cristo (Richard 1995).

Esta propriedade revolucionária era legitimada pelo líder da Revolução. Este comportamento deve-se ao facto de o Islão ser a religião de militância individual, que rejeita o imperialismo e respeita valores de justiça, a verdade, independência e a liberdade. Como declarado por Khomeini, a ameaça do imperialismo era mais do que a sua presença física no mundo muçulmano. Os servos dos imperialistas, não sendo necessariamente ocidentais, mas também orientais ou figuras escolhidas por eles para desempenhar diferentes cargos na comunidade (política, educação, educação religiosa, etc.), procediam na propagação de imagens falsas do Islão. A sua versão do Islão, divulgada em instituições religiosas, negava a sua propriedade revolucionária, o que impedia a união entre muçulmanos e a sua posterior libertação e o cumprimento dos mandamentos da religião (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Outro evento que fortaleceu a politização de Karbala foi a guerra com o Iraque. Neste contexto, Saddam sofreu a mesma associação com o governo de Yazid como o Xá. Os clérigos usaram a mensagem de Karbala para instigar os homens a ir para a guerra, pois os mesmos estariam a proteger

a Revolução, a sua nação e a fé xiita. Tal como Rolston (2020) mencionou, Karbala tornou-se um forte elemento mobilizador, ganhando destaque o martírio e o papel do mártir no Irão. Desta conceção surgiu também outro paradigma e outro discurso usado pela República Islâmica, a Defesa Sagrada (Momeni 2019). Este paradigma explora essencialmente os mesmos valores de Karbala - martírio, sacrifício e vitimização, mas recorreu à propaganda televisiva⁶¹ para santificar a guerra com o Iraque e incentivar o povo a voluntariar-se para a guerra. A televisão nacional foi então o principal criador e responsável pela disseminação deste Paradigma durante o conflito, que visava promover as ideias de resistência e martírio no povo iraniano (Momeni 2019).

Enquanto o Paradigma de Karbala foi um elemento mobilizador para a Revolução de 1979 contra o Xá, a nova interpretação no contexto da guerra com o Iraque foi um relevante elemento mobilizador para garantir o apoio civil (Momeni 2019).

Posto isto, Richard explica: “the history of modern Iran is closely bound up with the symbolism of Karbala and the strong emotive charge created by the memory of Hoseyn’s martyrdom” (1995, 105).

A resistência era apoiada por Deus, que encorajava os Homens a se insurgirem contra os reis e contra os opressores. Ainda assim, era possível observar um comportamento tradicional de luta contra os governos, líderes opressores e tirânicos, e daqueles que danificavam a religião. Especificamente, os Imãs, além de confrontarem eles próprios os seus governos, incitavam os muçulmanos a participar em *jihads* contra os seus inimigos. Os muçulmanos em união, teriam de ser resistentes, de forma a eliminar e preservar os seus interesses da ameaça imperialista e dos seus agentes (Imam Khomeini cit. in Algar 1995).

Desta forma, era necessário promover e assegurar a união religiosa, política e cultural entre muçulmanos, submissos ao Islão, a única fonte de moral e autoridade política, capaz de proteger a comunidade das injustiças. Para tal, Khomeini aspirava incentivar os muçulmanos oprimidos para que estes se emergissem contra as potências hegemónicas, o que, conseqüentemente, levaria ao derrube dos seus regimes no mundo muçulmano. A resistência a Israel e aos EUA era dever de todos os muçulmanos, e naturalmente do Irão. Khomeini, promoveu continuamente a ideia de que era necessário combater estes dois países (Salamey e Othman 2011), e ainda lutar contra a influência soviética (Yazdani e Hussain 2006). Para isto, foram estabelecidas algumas estratégias direcionadas para esta questão,

⁶¹ Como o docudrama *Ravayate Fath*, financiado pelo Estado, que Momeni (2019) descreveu como tendo um papel central na máquina de propaganda do Estado. Foi produzido entre 1984 e 1987 e publicitava a guerra e o martírio à população. O seu diretor e argumentista, Morteza Avini, admitiu que este projeto tinha como objetivo recrutar soldados, incitar as pessoas a irem para a guerra, e não para informar. Para isso, Avini: “wanted to represent a spiritual world and journey. His goal was not to replicate *reality* (...) but to construct a new reality that would eventually find its way to the very heart of the matter: faith” (2019, 181).

como o apoio político, militar e financeiro a atores não estatais, como o Hamas e Hezbollah (Colleau 2016).

No entanto, apoiar grupos militares politizados é uma característica do Irão, mesmo quando a sua política externa é mais integracionista e não tão ideológica. Desta forma, alguns movimentos, além do Hezbollah, o Hamas e a *Jihad* Islâmica na Palestina, apoiaram ainda a *Front Islamique du Salut* (FIS) na Argélia, o regime Turabi no Sudão, a Irmandade Muçulmana na Jordânia, o partido *al-Nahda* na Tunísia e o grupo *Jihad* no Egito. Neste caso, o Irão é descrito como apoiante de movimentos islâmicos à parte de sectarismos (Hinnebusch e Ehteshami 2002).

A aproximação entre Irão e Hezbollah pode ser evidenciada através da sua compatibilidade ideológica. No caso do segundo, o Paradigma Karbala substitui resistir o opressor por resistir ao invasor, Israel e o seu aliado, os EUA. Por conseguinte, o Hezbollah tem como objetivos expulsar do Líbano os EUA e os seus aliados, e acabar com as influências colonialistas através da resistência de Israel e das superpotências, que propiciam a subjugação e opressão dos países em desenvolvimento. Além disso, também subscrevem a teoria do *velayat-e faqih*, e são ainda leais ao Líder Supremo Khomeini e ao seu sucessor. O Hezbollah enfatiza a cooperação com outros atores Estados muçulmanos, como o Irão, considerado por eles um ator muçulmano importante, que apoia os movimentos de resistência na região e a causa dos Árabes e dos muçulmanos, como a palestina (Husseini 2010). Todavia, apesar do seu papel e visão, alguns autores, como Byman (2018) identificam o Hezbollah como uma organização terrorista.

A exportação da Revolução para o restante mundo muçulmano, era uma ação natural na ideologia de Khomeini, sendo um objetivo protegido pela Constituição e incumbido nas missões destinadas aos Guardas Revolucionários e outras organizações militares e paramilitares (Byman 2018). Tal como Menashri explicou, “the Islamic Revolution was not just a title for a movement, but an ideal they wished to put into practice throughout the Muslim World” (2007, 154), um modelo que deveria ser imitado pelos restantes.

A Revolução e o estabelecimento da República Islâmica tiveram um forte impacto regional e na segurança nacional dos países, pois perturbou a ordem regional. A nova postura religiosa, característica do pós-revolução, entrou em confronto com outros atores islâmicos relevantes, como a Arábia Saudita, que acreditava que a liderança iraniana iria exportar a Revolução. O incentivo para que os muçulmanos se revoltassem, também aumentou as suspeitas sobre si, pelo que as elites árabes procuraram bloquear a sua influência (Hinnebusch e Ehteshami 2002).

Consequentemente, os anseios de Khomeini não se concretizariam, pois, o cisma Sunita-Xiita, e a maioria sunita-árabe no Médio Oriente, limitaram os impactos da Revolução fora das fronteiras iranianas (apesar de terem surgido pequenos focos de influência⁶²). Fomentou antes sentimentos de desconfiança e hostilidade em relação aos objetivos do Líder Supremo. O Irão desviou a sua atenção para países como, Líbano, Iraque, Kuwait, Bahrain, Iémen, Síria, Afeganistão e Paquistão, que possuíam comunidades xiitas mais significativas e mais recetivas à ideologia revolucionária. Para tal, o Irão usufruiu de elos de ligação com Ayatollahs xiitas das várias comunidades no mundo árabe, mas também personalidades ligadas à política (como os Ayatollahs Mushin al-Hakim e Mohammad Baqir al-Sadr, fundadores do partido político iraquiano *Dawa*, e o líder espiritual do Hezbollah libanês, Al-Sayyed Mohammad Hussein Fadlallah) (Salamey e Othman 2011). Ou seja, as esferas de poder mais importantes situavam-se no Iraque e Líbano. Por sua vez, estas circunstâncias foram causadoras de distúrbios políticos entre Irão e Iraque (Warnaar 2013).

Questões de ambição territorial⁶³, a possibilidade da exportação ideológica proveniente do Irão (Yazdani e Hussain 2006), juntamente com a tentativa de assassinato⁶⁴ de vários oficiais seniores iraquianos, em abril de 1980 (Sick 2003), podem ter motivado a invasão militar iraquiana⁶⁵ a 22 de setembro de 1980 contra o seu vizinho. A agressão iraquiana contou com o apoio não só dos EUA, mas também dos países árabes, que partilhavam da mesma apreensão do Iraque. Inclusive, ter-se-ão unido no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), de forma a proteger os seus regimes do Irão (Yazdani e Hussain 2006).

Khomeini demonstrava a sua aversão⁶⁶ aos regimes monárquicos, que considerava não serem governos legítimos: muitos dos Estados árabes do Golfo correspondiam a esta descrição, pelo que temiam que algo semelhante, ao que aconteceu no Irão, ocorresse também nos seus países. Como meio de contestação da liderança dos Pahlavi, Khomeini proclamou que a monarquia era uma contrariedade do Islão, uma manifestação reacionária (Hiro 2018). As sucessões hereditárias e a monarquia não são reconhecidas, são uma violação do sistema de governação e leis do Islão⁶⁷. Khomeini comparou o formato

⁶² Na década de 80 surgiu na Arábia Saudita, uma pequena organização radical pro-Khomeini – *Hizbollah of the Hijaz* que terão efetuado alguns ataques durante esse período (Hegghammer 2009).

⁶³ Durante a invasão iraquiana no Irão, Saddam Hussein declarou posse sobre o Cuzistão, uma província iraniana rica em petróleo (Richard, 2019). Este reclamou também a posse sobre o Shatt al Arab (Hiro 2018).

⁶⁴ Sick (2003) considera estes eventos como questões relevantes, que incentivaram Saddam a invadir o Irão.

⁶⁵ O conflito entre Iraque e Irão começou em 1980 após a invasão do Iraque. Esta guerra durou oito anos e deixou um rasto de destruição significativo para ambos os países. Apesar da debilidade estrutural do Irão pós-revolução, este país debateu-se contra o seu vizinho, acabando por empurrar o conflito para território iraquiano em 1982, prolongando-o quando poderia ter tido a sua vitória nesse momento. Isto pode ser explicado através de um sentimento de sobrevalorização das capacidades iranianas (Warnaar 2013).

⁶⁶ A rejeição da monarquia foi um tema diversas vezes abordado num conjunto de sermões publicados em 1971 - *Hukumat-e Islam. Vilayat-e faqih* ("Islamic Government: Rule of the Faqih") (Hiro 2018, 57). Khomeini apelava os *ulama* a eliminar os regimes repressivos e substituí-los por um liderado por juristas islâmicos (Hiro 2018).

⁶⁷ O Profeta Maomé escreveu cartas ao Imperador Bizantino e o Imperador do Irão solicitando que abandonassem as formas de governo monárquicas e imperialistas. Desta forma, o povo seria apenas obediente a Deus, o "True Monarch" (Imam Khomeini cit. in Algar 1995, 31).

monárquico com o governo de Yazid: “the same sinister, evil system of government” (Imam Khomeini cit. in Algar 1995, 31) que o mártir Hussein tentou impedir que se concretizasse.

Por sua vez, o conflito com o Iraque reforçou a inimizade com o Ocidente. Em 1988, Saddam Hussein ordenou um bombardeamento químico contra o seu vizinho, evento tardiamente reportado pelos média ocidentais, apesar das tentativas dos média iranianos em denunciar o ataque e as suas causalidades (5000 mortes). Para o Irão ficou claro que a sua proteção estava ao encargo do poder nuclear e da sua autonomia (Richard 2019).

Esta situação contribuiu para a crescente perceção dentro do Irão de que, o país era o líder das nações oprimidas contra os *arrogant powers*, e o Estado relacionou-os ao simbolismo de Karbala - o martírio do Imã Hussein às mãos de Yazid e o seu exército, que corresponde ao sofrimento dos Xiitas e os seus governos injustos (Adib-Moghaddam 2005).

As dificuldades económicas resultantes da guerra com o Iraque, afetaram também a sua capacidade de exercer influência e de projetar a sua ideologia na região (Salamey e Othman 2011). O que se verificou na realidade foi que, para além das perdas económicas e humanas contabilizadas depois da conclusão da guerra com o Iraque, a ideologia revolucionária foi ficando gradualmente mais desvanecida. Além disso, a morte do Líder Supremo em 1989, assinalou mais visivelmente a atenuação revolucionária na política externa iraniana (Yazdani e Hussain 2006).

Apesar da importância da exportação da Revolução, era imperativo reabilitar o país. Por conseguinte, as prioridades da política externa sofreram algumas alterações, era necessário terminar com o isolamento diplomático em que o Irão se encontrava (Sadjadpour 2009) procurando estabelecer objetivos estratégicos (Byman, 2018) ou como Menashri (2007) afirmou, as suas políticas foram ajustadas devido a reflexões pragmáticas.

Desta forma, o Líder Supremo Ayatollah Khamenei, apoiou as iniciativas do então presidente Hashemi Rafsanjani para melhorar as relações regionais, mantendo-se, contudo, reticente quanto a uma proximidade com os EUA (Sadjadpour 2009). Entre os dois persistiam complicações no estabelecimento de relações económicas. Apesar de Rafsanjani contrariar o isolacionismo da República Islâmica e procurar relacionar-se tanto com o Ocidente assim como com o Oriente, os EUA continuavam a apresentar condições para negociar com o Irão. Desse modo, o Irão não poderia anuir com tais condições, pois poria em risco as suas políticas de não alinhamento (Sadri 2012).

No entanto, as transformações na sua política externa guiada por novos princípios como: a rejeição de todas as formas de domínio externo, a preservação da sua independência e integração territorial, defesa dos direitos de todos os muçulmanos e não recorrer a alianças com os poderes

hegemónicos (Hiro 2018), viriam a afetar negativamente a imagem do país no sistema internacional. Surgiu a conceção de que o Irão se tinha tornado um país fundamentalista e fanático (Colleau, 2016). Os EUA formaram uma narrativa: a Narrativa Iraniana, em que destacaram o Irão como seu inimigo, malvado, hostil e irracional (Akbarzadeh e Barry 2016).

A componente ideológica na política externa iraniana é então muitas vezes menosprezada, visto que, por vezes, é interpretada como um elemento que posiciona o Irão como um Estado pária no Sistema Internacional. No entanto, esta questão pode ter uma interpretação menos pejorativa: a resistência em reconhecer a ordem estabelecida pode dever-se ao facto de o Irão aspirar a alteração da mesma, a criação de uma diferente (Warnaar 2013).

Porém, Saikal (2016) argumenta que o modo de ação defendido por Khomeini revela uma abordagem mais complexa. Khomeini entendia que o Irão não podia existir isoladamente, tinha de operar num sistema mundial cada vez mais interconectado e envolto em trocas contínuas de recursos e comerciais. Desta forma, quando valores ideológicos e pragmáticos se confrontavam, tendencialmente, os últimos prevaleciam sobre os primeiros, algo que aconteceu ainda durante a liderança de Khomeini (Menashri 2007). Por conseguinte, é importante mencionar a venda de armas no caso Irão-Contra, que demonstra essa mesma essência das políticas iranianas: “with the survival of the regime at stake, they would trade Islam and religious principles for the realism of international relations” (Rieffer-Flanagan 2009, 15).

Em outra ocasião, depois da intervenção norte americana no Iraque em 1991, estes encorajaram os curdos e os xiitas iraquianos a revoltarem-se contra Saddam Hussein, comportamentos que teriam impacto desestabilizador no Curdistão iraniano. Richard (2019) argumenta que a inação iraniana face à repressão dos Xiitas em Najaf e Karbala, significou que, motivações políticas e estratégicas - manutenção das suas fronteiras, excederam as religiosas – apoiar os iraquianos xiitas.

Por conseguinte, antes da Revolução, Khomeini tinha já demonstrado adaptabilidade ideológica, no que Warnaar (2013) descreveu de comportamento populista, pois o seu discurso alterou no pré e pós-revolução. Inicialmente, para garantir apoio das várias camadas revolucionárias contra o Xá, prometeu mais liberdades, por exemplo, aos comunistas e às mulheres, do que aquelas que viria a conceder com a instauração da República Islâmica. Aliás, os comunistas viriam a ser perseguidos e silenciados pelo regime. Alguns valores invocados também não foram inicialmente mencionados, como foi o caso do *velayat-e faqih*, tópico controverso que afastaria certas camadas revolucionárias de Khomeini que não partilhariam dos mesmos objetivos finais.

Atualmente, Ali Hoseini Khamenei é o sucessor do seu mentor político, Ayatollah Khomeini. Assumiu o cargo de Líder Supremo após a nomeação da Assembleia dos Peritos a 4 de junho de 1989 (CIA WorldFactbook n.d.c). Neste caso, algumas limitações do Líder Supremo estão associadas à falta de carisma e menores qualificações teológicas quando comparado com o seu antecessor, que pouco terão contribuído para a sua indigitação. Na verdade, a sua nomeação deveu-se essencialmente à sua proximidade com Khomeini e à sua compreensão dos problemas contemporâneos do mundo muçulmano. Como Sadjadpour explica, as opiniões sobre Khamenei caracterizam-no como: “(...) Lacking the popular support, charisma, and theological qualifications (...) weak and indecisive individual in a powerful post (...) an insecure despot who micromanages the country” (2009, 1).

Quanto à sua ideologia, alguns afirmam que Khamenei, antes de se tornar Líder Supremo, era “a closet moderate, forced to project a stern public persona to keep the radical clergy at bay”, (Sadjadpour, 2009, 1). Outros defendem uma postura completamente oposta: “a deeply religious, ideologically rigid, anti-American cleric whose politics are stuck in the anti-imperialist euphoria of the 1979 revolution” (Sadjadpour 2009, 1).

No entanto, Khamenei não era inexperiente no domínio político: no passado já tinha exercido cargos políticos sob a liderança do Líder Supremo Khomeini, como Ministro da Defesa em 1980, supervisor dos Guardas Revolucionários depois do início da guerra. Foi-lhe dada ainda a responsabilidade de presidir a Oração de Sexta-Feira em Teerão, e em 1981, assumiu a presidência, cargo que exerceu até à morte de Khomeini (Sadjadpour 2009).

Apesar do seu poder e do consenso político entre Líder Supremo e o presidente, a relação entre Khamenei e o presidente Ahmadinejad, ficou marcada pela competição política e vários incidentes que demarcaram as divergências entre os dois. No entanto, ideologicamente eram muito próximos no seu discurso anti-imperialista e revolucionário (Warnaar 2013).

Em relação à condução da política externa no país, a responsabilidade recai em múltiplos atores internos. Oficialmente, de acordo com o estabelecido na Constituição de 1979, o Conselho Supremo de Segurança Nacional é o órgão mais importante na formulação de política externa. Este órgão é constituído pelos chefes dos três ramos do governo – legislativo (presidente da Assembleia), o chefe do poder judicial e o chefe do executivo (presidente) e ainda o chefe do Conselho Supremo das Forças Armadas, o responsável pelos assuntos de planeamento e orçamentais, dois representantes nomeados pelo Líder, Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Interior e Informação, um Ministro relacionado com a área, e oficiais com o escalão mais elevado das Forças Armadas e dos Guardas Revolucionários. As decisões tomadas só ficam efetivas após a validação do Líder Supremo (Warnaar 2013).

Este sistema providencia alguma consistência ideológica à sua política externa, visto que o Líder Supremo é a figura principal na tomada de decisões. Além disto, o Conselho dos Guardiões seleciona todos os políticos iranianos assim como oficiais e elites da política externa, fiéis ao sistema. Tal significa que existe alguma homogeneidade nas tomadas de decisões (Warnaar 2013). A construção política da República Islâmica e o consenso político, tendo como figura máxima de autoridade o Líder Supremo, assegura a sobrevivência e estabilidade do regime (Borszik 2016).

Não obstante, apesar de existir consenso, a República é também sensível a tensões políticas. Sick (2003) explicita que a estrutura governativa da República, dividida em dois centros de poder – órgãos eleitos, como a presidência, os respectivos ministros, o parlamento e a *velayat e-faqih* e outras instituições governamentais como o Conselho dos Guardiões e a Assembleia dos Peritos, por vezes, geram contrariedades de objetivos. A tendência dos governos, especialmente durante os mandatos de Khatami, foi de maior abertura política e econômica especialmente com o Ocidente. Ao mesmo tempo, outros elementos do poder iraniano resistiam esta abordagem, vivendo ainda com a agenda revolucionária e recorrendo a atos, considerados pelo autor, como terroristas.

Os princípios que englobaram a identidade iraniana nos anos 60 e 70, foram absorvidos pelas elites políticas. As convicções existentes na linguagem e símbolos da Revolução e mais tarde na República Islâmica, tornar-se-iam dominantes no Irão através da sua assimilação pelo Estado (Adib-Moghaddam 2005).

Em suma, a Revolução Islâmica de 1979 transformou a identidade iraniana. Os novos princípios como a independência política e cultural, autonomia econômica, mobilização ideológica contra o sionismo e contra a interferência norte-americana nos assuntos internos, assim como regional, continuam a orientar a sua política externa. Por conseguinte, os efeitos desta mudança poderão ser visíveis no contexto de política externa dos dois presidentes em análise. Estas concepções derivam dos seus ideais “utopian-romantic” (Adib-Moghaddam 2005, 266) que constituem a sua política externa. Assim, o autor considera que a cultura de política externa é um sistema composto por ideologias, normas, instituições e artefactos culturais.

Capítulo IV: A ameaça do Crescente xiita

“The Middle East that will emerge from the crucible of the Iraq war may not be more democratic, but it will definitely be more Shiite”
(Nasr, 2006, 59)

Como descrito no capítulo anterior, alguns eventos históricos, como a Revolução Islâmica, contribuíram para que o Irão fosse percebido internacional e regionalmente, como uma ameaça à estabilidade do Médio Oriente. Consequentemente, esta noção continuaria a ser formada pelos países da região que, de igual forma, continuavam a temer o expansionismo xiita.

No entanto, Treviño explica que existem duas explicações opostas que podem elucidar sobre o comportamento iraniano ao longo dos anos – “Iran sees a chance to become a regional hegemony, meaning it intends to take all opportunities and push itself into the dominant possibly even imperial position in the Middle East: economically, culturally and politically” (2013, 382) ou “the idea of defensive realism, this theory proclaims that States engage in aggressive behavior designed to protect them in the chaotic and unpredictable world of international politics” (2013, 382).

A primeira interpretação argumenta que o Irão age na procura pelo domínio regional, devido às suas aspirações de conquista hegemónica poder e influência. O Irão reflete uma ameaça para os Estados vizinhos, pois os seus desígnios sobrepõem-se aos dos restantes por meio de intimidação e exploração. Contrariamente, a segunda perspetiva, defende que as suas ações são mecanismos de proteção contra ameaças, num sentido de expansão de influência como forma de salvaguardar a sua existência (Treviño 2013).

O Crescente xiita mencionado pelos opositores do Irão, é algo que usa argumentos semelhantes à primeira perspetiva. É um fator com características ideológicas que afeta o estatuto iraniano no Médio Oriente, pois interfere nas relações com os países da região, contribuindo para a perceção negativa sobre as intenções iranianas. Esta conjuntura, era então uma das maiores preocupações para os árabes sunitas, que acreditavam que o Irão procurava interagir com as massas da região. Desejava também criar uma ligação ideológica com os governos e fações políticas xiitas amigáveis em vários países, como o Iraque, Líbano, Síria e no Golfo Pérsico, e ainda expandir e fortalecer o seu papel e poder regional (Barzegar 2008).

Para o desenvolvimento desta dissertação, acredito ser importante mencionar o Crescente xiita, pois é um meio conceitual que mostra e explica as dinâmicas político/sectárias que envolvem as relações interestatais do Irão.

Este termo foi cunhado pelo rei Abdullah II da Jordânia, para descrever as alterações político-sociais que se seguiriam no Crescente Fértil, com a interferência iraniana no Iraque após a invasão norte-americana no país (Menashri 2007). Este evento assinalou o que Vali Nasr chamou de “Shiite revival” (2006, 58), pois após o derrube de Saddam Hussein pelos EUA, estes tinham a intenção de estabelecer um regime democrático no Iraque o que, conseqüentemente, levou ao fortalecimento dos Xiitas. Esta façção historicamente oprimida, teve finalmente a oportunidade de reivindicar e recuperar os seus direitos e influência política, depois de anos ostracizados sob domínio da minoria sunita de Saddam Hussein (Nasr 2006).

Por sua vez, o fim do seu regime foi vantajoso⁶⁸ para o Irão. A relação entre os dois países era tumultuosa e assente em desconfianças e competição, que culminariam numa guerra em 1980. Assim, os EUA ajudaram a eliminar um dos seus inimigos, permitindo a sua expansão de influência para Oeste (Rabinovich 2019). Por conseguinte, foi deixado um vácuo de poder na região, que antes era equilibrado entre o Irão e o Iraque. A possibilidade de o Irão assumir essa responsabilidade isoladamente, fomentou sentimentos de incerteza nos países árabes, que temiam a firmação do seu estatuto como potência e líder regional. Os Sunitas acreditavam que esta projeção de poder e influência, para prossecução dos seus interesses hegemónicos, seria com o recurso aos seus parceiros árabes xiitas (Barzegar 2008).

Tendencialmente, o ambiente político do Médio Oriente não beneficiava o Irão, pois antes da ascensão xiita no Iraque, o Irão estava rodeado por países sunitas hostis – Iraque, Arábia Saudita, Paquistão e Afeganistão dominados pelos Talibã. Desta forma, como Nasr explica: “Iranians (...) see the rise of Shiites in the region as a safeguard against the return of aggressive Sunni-backed nationalism” (2006, 66).

A emergência iraniana xiita era um elemento politicamente instável para a região isto porque, os Xiitas, como minorias em vários países sunitas, têm pouca expressão nas suas sociedades. Maior visibilidade, podia induzir as populações a amplificar as suas exigências sociopolíticas⁶⁹ perante os seus governos, o que levaria a que as elites sunitas envolvidas na área do Crescente xiita perdessem poder⁷⁰. Por sua vez, estes ficariam ainda mais debilitados dado o crescimento e influência ideológica do Irão na região, que iria opor-se à sua predominante (Barzegar 2008). Todavia, e mesmo na atualidade, estas posições sectárias são desestabilizadoras para a região e para as relações diplomáticas entre o Irão e os

⁶⁸ Vantajoso na medida em que, o Irão conseguiu aumentar a sua influência no Iraque devido ao novo governo xiita iraquiano. Por sua vez, este governo era apoiado pelos norte-americanos (Warnaar 2013).

⁶⁹ As alterações políticas no Iraque, que acabariam por beneficiar os Xiitas, serviram de incentivo para que no resto do Médio Oriente, os Xiitas lutassem pelos seus direitos. Por exemplo, em 2005, durante as eleições municipais na Arábia Saudita, nas regiões onde residiam a maior parte dos Xiitas, a participação eleitoral foi mais elevada do que em qualquer outro lugar. Foi feito o apelo ao voto por Hassan al-Saffar, líder dos sauditas xiitas, para que estes, tal como aconteceu no Iraque, fossem votar para assim garantir maior participação governativa nos seus países (Nasr 2006).

⁷⁰ Nomeadamente, como Nasr (2006) menciona, o rei Abdullah da Jordânia mostrava-se preocupado com a extensão do Crescente xiita e como isso podia prejudicar o predomínio sunita no Médio Oriente.

países do Médio Oriente. Os Sunitas interpretam a aproximação e auxílio a grupos armados (como o Hezbollah) e minorias xiitas, como um sinal de que o regime ainda age em prol da exportação da Revolução (Byman 2018).

O Irão, impulsionador e beneficiário desta conjuntura ideológica, desde a Revolução que era visto como uma ameaça. As suas ações eram interpretadas, e continuaram a sê-lo até a invasão do Iraque em 2003, como ambições regionais para estabelecer um império à semelhança do seu legado. Este projeto nacional seria concretizável devido ao aumento do poder xiita no Iraque, que favoreceu as posições iranianas (Barzegar 2008).

Este evento facilitou a cooperação com o Iraque, pois após o derrube de Saddam Hussein, o Irão conseguiu intervir privilegiadamente no país, sendo dos primeiros a enviar uma delegação oficial para dialogar com o novo governo (Nasr 2006). Nomeadamente, em 2008, Ahmadinejad foi o primeiro presidente iraniano a visitar o Iraque desde a fundação da República Islâmica. Este evento foi um marco, um novo capítulo nas relações entre os dois países, como mencionado pelo presidente iraniano (Hiro, 2018). Ahmadinejad tinha a convicção de que os dois países deveriam ter uma relação forte⁷¹, daí ser notável o grau de cooperação entre os anos 2005-2009, em que se verificou a expansão comercial, de turismo, de migração entre fronteiras e investimentos nas infraestruturas energéticas, escolas, hotéis, e mesmo na reconstrução de cidades iraquianas, como Karbala ou Najaf (Warnaar 2013).

Para além disto, estima-se ainda que tenha sido exercida influência não-oficial, e que esta tenha sido muito significativa - concretizou-se através do estabelecimento de uma ampla rede de aliados com operacionais de *intelligence*, milícias armadas⁷² e maior aproximação com entidades ligadas a partidos políticos xiitas, como os líderes e porta-vozes do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque (CSRII)⁷³, assim como o Primeiro-Ministro do Partido Político *Dawa*, Jaafari, o seu sucessor Nouri al-Maliki (Nasr 2006), e mais tarde também com o presidente xiita eleito em 2014 (Siza 2014) Haider al-Abadi (Byman 2018). Estes partidos foram consequentemente auxiliados pelo Irão, que utilizou o seu canal de televisão Al Alam para fomentar apoio, providenciou ainda ajuda financeira nas duas eleições que sucederam o derrube de Saddam Hussein (Nasr 2006).

As preocupações dos Árabes sunitas ecoaram até um dos seus aliados, os EUA, que nomeadamente, defendiam que o Irão estaria a patrocinar grupos insurgentes, criminosos e milícias,

⁷¹ Ahmadinejad apoiava-se nos laços históricos entre os dois, com base na maioria xiita iraquiana, para se relacionar com o Iraque, declarando o governo do país vizinho como um irmão do regime iraniano (Warnaar 2013).

⁷² O Irão desenvolveu laços, por exemplo, com Muqtada al-Sadr (Nasr 2006) clérigo xiita e filho de Muhammad Sadiq al-Sadr, assassinado pelo regime de Saddam Hussein. Posteriormente à queda do governo, criou a sua própria organização paramilitar – *Jaysh al-Mahdi* (Exército Mahdi) e contou com a ajuda do Irão (Guardas Revolucionários) no combate contra os EUA em 2004 e no estabelecimento de influência no Iraque (Weiss e Hassan 2015). O Irão ficou ainda encarregue de treinar indivíduos ligados à esfera política e militar do Exército (Nasr 2006).

⁷³ Weiss e Hassan argumentam que, este Conselho, é “uma criação da espionagem iraniana” (2015, 74).

assim como promovia propaganda antiamericana junto da opinião pública no Iraque (Nasr 2006). As políticas norte-americanas no Médio Oriente incidem na proteção de Israel e dos seus aliados árabes, medidas que culminam na proteção dos seus próprios interesses na região (Barzegar, 2008). Assim, o Irão como potência regional⁷⁴ era uma situação adversa. Daí que por exemplo, os EUA promova medidas que visem a sua contenção, como as sanções económicas que afetam negativamente o desenvolvimento do país e a sua produção nuclear (Treviño 2013).

Telegramas tornados públicos em vários organismos como no *The New York Times*, evidenciaram a preocupação norte-americana e saudita sobre a aproximação do Irão no Iraque. Num documento denominado “The Need to Resist Iran” (Hiro 2018, 227-228) o rei saudita, juntamente com vários ministros, concordaram que era uma prioridade estratégica resistir à influência iraniana no Iraque. Para esse efeito, era igualmente prioritário cooperar com os EUA. Inclusivamente, defendiam uma intervenção armada dos EUA para acabar com o seu programa nuclear.

Israel sentia-se particularmente ameaçado dada a sua proximidade à zona do Crescente xiita (Síria, Líbano e Iraque), devido aos conflitos com o Hezbollah em 2006 (Treviño 2013), movimento criado e financiado pelo Irão (Byman 2018), e de considerar que a situação vivida no Iraque estaria a fortalecer o Irão (Barzegar 2008). Além disso, a possibilidade do Irão ter em seu poder armas nucleares era algo receado por Israel, que temia que, juntamente com a promoção de atividades terroristas, Israel fosse alvo de ataques (Treviño 2013). Além da expansão de influência no Iraque, a guerra entre o Hezbollah e Israel contribuiu para os receios dos países árabes e de Israel sobre o Crescente xiita, pois uma vez mais, assistiram ao fortalecimento xiita e conseqüentemente, do Irão também (Menashri 2007).

Este ponto ideológico é comum entre os presidentes Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani, e assemelhasse à condenação geral do Estado em relação a Israel, promulgado primeiramente por Khomeini. A expectativa do cumprimento de políticas fiéis aos valores pregados pelo anterior Líder Supremo, podem justificar a manutenção do discurso contínuo anti-Israel, independentemente da facção mais ou menos conservadora do presidente no poder. Como veremos mais tarde, a menção de Israel e outros Estados fazem parte e ganham relevo no discurso de política externa do Irão, geralmente preenchidos por uma conotação negativa.

Todavia, para além da “alarming” (Bardají 2016, 89) influência iraniana no Iraque, com o eclodir da Primavera Árabe em alguns países significativos, o Irão conseguiu uma vez mais demarcar a sua presença e importância no Médio Oriente.

⁷⁴ Neste contexto, entende-se como poder regional, como líderes ou poderes locais, com capacidade considerável de influência, mas, no espaço limitado da sua região. São determinadas três características destes poderes: pertencer a uma zona geográfica em particular; ter a capacidade de contra-atacar qualquer ação ofensiva proveniente de um dos seus vizinhos; e uma forte e alargada influência regional (Dizbani e Omar 2018).

A intervenção na guerra da Síria (que começou durante a governação de Ahmadinejad e continuou com Rouhani) permitiu manter no poder Bashar al-Assad, que lidera um governo com ideologia xiita minoritária na Síria e, conseqüentemente, garantir a proteção dos interesses iranianos. No Iémen, os Houthi, grupo xiita apoiado pelo Irão, conseguiu derrubar o presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi apoiado pelo Arábia Saudita (Bardaji 2016). Os sucessos políticos do Irão e dos seus parceiros continuaram a ser fonte de desconfiança na região, Hassan Hassan afirma que: “The idea of a Shiite crescent in the region has become obsolete. Today, it is a full moon and the Gulf is surrounded” (cit. por Bardaji 2016, 91). Quanto mais o Irão assume uma posição de liderança, mais os países do Golfo, principalmente Arábia Saudita se sentem ameaçados, procurando formas de confrontar o Irão.

4.1. Irão: “a reliable partner”⁷⁵ ou promotor de instabilidade?

No entanto, o Crescente xiita pode indicar aspirações de política externa mais complexas do que os Árabes aparentam acreditar e defender. Barzegar argumenta que existiam desafios que contrariavam as propriedades ideológicas do Crescente xiita. Primeiramente, os valores culturais, a identidade nacional⁷⁶ (Persas, Árabes, Curdos, etc.), são considerados, ao contrário da ideologia ou religião, os fatores mais importantes de união no Médio Oriente. Ou seja: “the Iraqi Shiites, Lebanese, and Syrians are first Arabs and only then Shiites. (...) the Iranian Shiites are first and foremost Persians” (2008, 91).

Segundo, o Irão tomou iniciativas que visavam evitar qualquer tensão sectária, pois tal como invocado pelo anterior Líder Supremo, Ayatollah Khomeini, era necessário promover a união entre muçulmanos para juntos combaterem os problemas comuns do mundo Muçulmano. Khomeini, ao contrário de Pahlavi, promoveu o ensino do Árabe, nomeadamente na instrução religiosa (Hiro 2018), e apoiou outras iniciativas de aproximação, como a Semana da União, para promover a coexistência pacífica entre Xiitas e Sunitas, de forma a mitigar possíveis conflitos na região (Barzegar 2008).

Também Ahmadinejad promoveu a visão unitária dos muçulmanos por motivos análogos. Nomeadamente, este presidente iraniano em 2012, declarou que o Irão era um “reliable partner” (IRNA 2012, par.1) para os seus vizinhos. O mesmo sucedeu com Hassan Rouhani, que defendeu maior união entre muçulmanos na região. Inclusivamente, após os conflitos de 2019 no Golfo Pérsico, o presidente tomou a oportunidade de mencionar no 74º debate da Assembleia Geral das Nações Unidas que o Irão

⁷⁵ Como mencionado por Ahmadinejad (IRNA 2012, par.1), por Javad Zarif (2017, at 9:15-9:16) e Hassan Rouhani (The Economic Times 2016, par.1).

⁷⁶ Barzegar (2008) explica que este sentido de pertença pode justificar o facto de os iraquianos xiitas não terem apoiado o Irão na guerra contra o Irão, mas terem ficado ao lado do regime Baas de Saddam, pois era o seu dever nacional. Mais recentemente, os iraquianos continuam a opor-se ao Irão, como se verificou na onda de protestos no Iraque em 2019, onde os manifestantes contestaram a interferência iraniana no país (Barbarani 2019).

tinha o dever de manter a paz, a segurança, a estabilidade, o progresso na região, e estaria disposto a estabelecer laços de cooperação entre os países do Golfo Pérsico (United Nations 2019).

Barzegar afirma ainda que: “The creation of such an alliance based on ideological orientation is unrealistic, since it is incompatible with the geopolitical nature and current demands of the governments in such a coalition” (2008, 93). Isto é, a relação com países que partilham da mesma crença que o Irão, como a Síria, mais do que assente em princípios ideológicos, era baseada também em necessidades pragmáticas derivadas do contexto geopolítico.

Desde 1979 que a Síria tem sido um firme aliado, dada a sua convergência ideológica - opositores dos EUA e Israel e apoiantes da Palestina e grupos como o Hezbollah, e, em virtude do auxílio económico e securitário prestado durante a Guerra com o Iraque. Ambos os países constituíam uma parceria estratégica denominada por Eixo da Resistência. Assim, a sua relação parece ser mais complexa do que apenas uma coligação xiita, aliás, os dois acreditam em segmentos diferentes do Xiismo. O Irão professa a doutrina dos Doze Imãs e a Síria é Aluíta. Consequentemente, os países árabes tinham uma visão redutora sobre esta relação, caracterizando-a como uma aliança baseada na religião (Akbarzadeh e Conduit 2016a).

Durante a governação de Ahmadinejad, os dois países enfrentavam pressões do Sistema Internacional. O Irão, devido às declarações controversas do presidente iraniano, após defender que Israel deveria ser “wiped off the map” (Michael 2007, 668), enquanto a Síria era investigada pela ONU pelo assassinato do primeiro-ministro libanês, Rafiq Hariri⁷⁷. Por conseguinte, o Irão procurou aproximar-se da Síria, por exemplo através da realização de visitas de Estado, atos, que foram interpretados por estes como uma tentativa de ajudar a região a encontrar estabilidade e balancear interferências físicas e ideológicas externas que ameaçavam dividi-los (Warnaar 2013). Ahmadinejad proclamava laços de proximidade, referindo-se à Síria como como um país irmão, e um importante aliado e apoiante da causa palestina (Akbarzadeh e Conduit 2016a).

Esta aliança, tinha assim uma vertente política-securitária, materializada por exemplo, com a assinatura de um pacto de defesa em 2006 (Akbarzadeh e Conduit 2016a) e outras iniciativas que procuravam confrontar as ameaças emanadas pelos EUA e Israel e também pelos países árabes sunitas (Barzegar 2010). Tinha também uma vertente económica, que servia para colmatar os bloqueios impostos a ambos pelos EUA (Warnaar 2013). Não obstante, estes países partilham, de facto, afinidades

⁷⁷ Porém, após 15 anos da sua morte, em agosto de 2020, o tribunal das Nações Unidas acusou Salim Ayyash, um membro do Hezbollah, do seu assassinato (AlJazeera 2020g).

religiosas e culturais o que facilita a relação, a cooperação e a solidariedade política entre si (Barzegar 2010).

A relação com o Iraque e o apoio ao governo xiita de Al-Maliki, teria como principal objetivo bloquear o aparecimento de um novo governo hostil (sunita ou xiita) e assim prevenir o ressurgimento de um vizinho rival (Barzegar 2008). Um governo xiita no Iraque garantiria um ambiente mais seguro para o Irão, visto que há um certo valor moral que restringe guerras entre países xiitas (Nasr 2006), e além disso, um governo xiita no Iraque, dado o contexto regional, procuraria apoio político no Irão. Desta forma, os laços cooperativos estabelecidos pelo Irão podem ser interpretados como um mecanismo de proteção nacional, numa região e vizinhança instável, particularmente adversa ao Irão (Barzegar 2008).

Esta perspetiva foi defendida em 2004 pelo vice-ministro da defesa, Mohammad Shafii-Rudsari que explicou que: “Iran has a diverse defense strategy to meet threats from foreign powers such as America” (cit. por Wehrey, et al. 2009, 40), a maior parte da sua estratégia incidia sobre métodos defensivos, os quais admitiu serem de extrema importância. No entanto, como esta estratégia detinha também tendências ideológicas, as suas políticas poderiam ser interpretadas como ofensivas.

No entanto, a vertente ideológica das suas políticas não deve ser descartada, pois existe um sentido de complementaridade. Tal como Barzegar indica: “Iran’s regional policies have always been affected by two significant elements: geopolitical reality and ideology” (Barzegar 2008, 95).

Na existência de duas posturas argumentativas sobre o estímulo do Crescente xiita, Barzegar (2008) argumenta que em vez de ofensiva ou à procura de poder, o Irão exercia sobretudo mecanismos de defesa. Esta visão opõe-se à dos propugnadores do Crescente xiita, que acreditam que o Irão agia sob pretensões expansionistas, aproveitando-se da situação débil do Iraque para fortalecer o seu estatuto regional. Por oposição, a presença iraniana era essencialmente defensiva, direcionada para enfrentar ameaças securitárias, provenientes da propaganda negativa na região contra o Irão.

As ambições iranianas estavam exemplificadas, por exemplo, no Iran’s Strategic 20-Year Plan (2005-2025)” (Barzegar 2008, 95), em que posicionavam o país no centro do desenvolvimento económico, científico e tecnológico da região. A aposta no progresso científico e tecnológico contribuiria para maior riqueza e para a redução da sua dependência da exportação de petróleo (Madarshahi 2012).

Para a concretização destes objetivos, seria importante manter a vizinhança estável, de forma a incentivar atividades económicas, que seriam facilitadas se não houvesse isolamento ou rivalidades desestabilizadoras. Além disto, ao instituir relações com os países vizinhos, estaria a fortalecer os seus mecanismos de proteção contra ameaças comuns, como guerra civil, rivalidades étnico-religiosas e

atividades terroristas. Estas condições ajudarão diretamente o Irão na concretização dos seus objetivos (Barzegar 2008).

No entanto, a região devia ser capaz de resolver os seus problemas sem ajuda externa, já que para o Irão, qualquer presença estrangeira é um impedimento na preservação dos seus interesses. Depois de 2003, as alterações levadas a cabo pelos norte-americanos no Iraque, ainda que em parte tenham beneficiado o Irão, como já foi discutido, causaram grandes focos de tensão e conflitos sectários na região, com potencial desestabilizador para o país persa. As suas ações fortaleceram a presença de organizações terroristas no país, como a Al-Qaeda, e, para além disso, os EUA tentaram também prejudicar as atividades económicas do Irão no Iraque e com o Governo Regional Curdo (Barzegar 2008), assim como procuraram mitigar a influência iraniana na política no país. Também em virtude das suas políticas de contenção, os EUA fundaram coligações com os países sunitas (Barzegar 2010).

Por conseguinte, o Irão criou estratégias, como o estabelecimento de alianças com países como a Síria, com movimentos políticos como o Hezbollah, ou grupos xiitas no Iraque, com o objetivo de contestar as ameaças militares provenientes de Israel ou EUA, e impedir a institucionalização do seu poder nas proximidades das suas fronteiras (Barzegar 2010).

Assim, este ambiente de incerteza e desconfiança de ter nas suas imediações os EUA com poder, originou apelos para a retirada das tropas norte-americanas no Iraque. Inclusivamente, o Irão opôs-se ao Acordo estabelecido entre Iraque e a potência ocidental em 2009, para o estacionamento dos seus militares para os anos seguintes (Barzegar 2010).

Por sua vez, as alterações defendidas pelo presidente Barack Obama sobre a retirada das tropas para 2010, geraram uma reação positiva em Teerão (Barzegar 2010). Esta ideia é também defendida pelo presidente Hassan Rouhani, que na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018 afirmou que, por exemplo, a resolução dos conflitos no Líbano e Síria seria apenas possível através de diálogo interno, e sem existência de interferência externa (United Nations 2018). Também o Líder Supremo defendeu, a 9 de janeiro de 2020 num discurso em Qom, a retirada dos EUA da região, após os conflitos que se instauraram entre os dois no início do ano (The Office of the Supreme Leader 2020).

Estas afirmações vocalizam o persistente interesse iraniano em desincentivar qualquer intervenção externa em questões-chave para o Irão e em zonas de proximidade, visto que a presença norte-americana é entendida como um problema, sendo então necessário manter uma posição defensiva em relação a esta ameaça.

Todavia, esta sensibilidade deriva não só da presença de atores externos na região após o 11 de setembro, mas Barzegar (2010) explica que existem várias recordações históricas que permanecem, e

contribuem para esta postura desfavorável quanto à presença estrangeira nas zonas circundantes. Nomeadamente a competição com outros impérios, presença e interferência de potências ocidentais e orientais como a Rússia, Inglaterra e Estados Unidos (Hinnebusch e Eteshami 2002), a divisão do Irão em duas partes na Primeira Guerra Mundial pelos exércitos britânicos e soviéticos, o golpe militar de 1953 orquestrado pelo MI6 que depôs o primeiro-ministro Mohammad Mosaddeq, apoiado pela população, e por fim, já com a instauração da República Islâmica do Irão, o auxílio norte-americano ao regime de Saddam Hussein na guerra contra o Irão (1980-1988) (Barzegar 2010).

Além destas, outras situações acrescem à percepção negativa quanto à presença dos EUA, como a invasão do Iraque e Afeganistão, que reproduziu lembranças da guerra com o Iraque, a frequente proclamação da ameaça iraniana, as ameaças militares, a propaganda anti-Irão, o apoio à oposição iraniana e também a imposição de sanções (Warnaar 2013), cujos efeitos eram prejudiciais para o seu desenvolvimento económico, relações externas e estatuto internacional, e fomentou ainda o seu isolamento. Para o Irão, estas atitudes indicavam que a potência ocidental liderava uma coligação internacional contra o Irão (Colleau 2016).

Estas recordações históricas e a sua inação influenciaram o pensamento da elite ao longo das décadas (Hinnebusch e Ehteshami 2002). Assim, internamente, estas sensações reproduzem um estado de paranoia: “extreme concern with the United States and other Western countries” (Warnaar 2013, 66), uma “hyperlertness of Iranian leaders to outside threat” (Warnaar 2013, 67) ou ainda: “an almost obsessive preoccupation with outside interference in Iran’s internal affairs” (Hinnebusch e Ehteshami 2002, 285). Isto existe nas crenças e no discurso produzido pelos seus líderes, que nutrem desconfianças sobre externos, atribuindo-lhes culpa sobre qualquer problema interno. Consequentemente, promovem hostilidade contra eles pois temem a perda da sua autonomia (Warnaar 2013).

Ansari e Aarabi argumentam que o Ocidente, tem tendência para fazer uma análise inadequada sobre o papel da Revolução. Desta forma, as suas ações, por vezes, acabam “enhanced rather than diminished this trend” (2019, par. 63). Esta ideia é também defendida por Karabell (1996) que explica que, quando os EUA intervêm diretamente contra o fundamentalismo, estão a contribuir para o seu fortalecimento. Isto é, se de facto os EUA e os seus aliados regionais agem por acreditarem que o Irão é um país fundamentalista, fanático, esses mesmos atos vão intimidar o Irão que recebe um estímulo ideológico para reagir, dado o sentimento de ameaça e oposição à interferência (física, mas também ideológica) norte-americana na região. Estas ações serão posteriormente contestadas pelos seus

opositores que temem a ofensiva iraniana, e assim, promovesse um círculo vicioso que inibe boas relações entre o Irão, países vizinhos e os EUA, e a desconfiança mútua.

Sobre a sua capacidade de gerar poder, Treviño (2013) argumenta que o Irão não detinha a capacidade para se tornar numa hegemonia regional, isto porque, os seus opositores ameaçados pelo Crescente xiita, representavam um bloqueio à sua expansão. O Irão não dispunha também de capacidade económica⁷⁸ ou tecnológica para dominar os países vizinhos. O pouco desenvolvimento tecnológico ao nível militar limita as suas capacidades para se tornar num ator regional perigosamente mais forte (Saikal, 2016).

Byman (2018) defende o mesmo, o Irão não tem capacidade militar para se sobrepôr aos seus vizinhos. Pois mesmo após a concretização do acordo nuclear de 2015, o seu armamento é obsoleto e as indústrias nacionais têm dificuldade em produzir material inovador, pelo que, desta forma, o Irão não apresenta um risco nem ameaça militar para a região e para os países fronteiriços.

Também os autores Dizboni e Omar (2018) explicam que, apesar do elevado número de forças terrestres e uma relevante indústria de defesa, que produz muito do seu armamento, quando comparado com os países à sua volta, o seu poder militar é menos desenvolvido e equipado tecnologicamente. No entanto, o Irão é apto para ser considerado como um poder emergente e regional pois é capaz de exercer influência e negar as ofensivas dos seus vizinhos.

Apesar da complexidade em entender as intenções das políticas iranianas, através da análise de algumas situações, podemos afirmar que a perspetiva de Barzegar (2008) apresenta uma visão sólida e mais complexa da realidade. O presidente Mahmud Ahmadinejad, por exemplo, procurou estabelecer relações com países da América Latina, como a Venezuela e Brasil. Esta visão não era expansionista ou ofensiva, pois não havia laços ideológicos em comum, a não ser a difícil relação com os EUA, e o desejo do fim do seu regime imperialista em prol dos países emergentes (Warnaar 2013).

A relação com o Azerbaijão exemplifica um paradoxo visto que é um país maioritariamente xiita, mas a relação dos dois países nunca foi tão consolidada como seria de esperar. No entanto, era com a Arménia, país católico, que o Irão era mais próximo. Quando eclodiu o conflito entre os dois países, sob divergências quanto ao domínio da região de Karabagh (Barry 2016), o Irão favoreceu a Arménia (Menashri 2007). Desta forma, esta intervenção indica que o Irão não é um ator irracional, age cautelosamente, de acordo com os melhores interesses do Estado.

⁷⁸ Treviño argumenta que: “despite a constantly improving industrial and technological capacity (...) Iran is still not in a position to dominate its neighbors because the State is not efficient enough to convert its gains into a strong State capacity, because much of the gains are lost to corruption and ineffective government” (2013, 387).

Como Sadri (2012) determina, a religião e ideologia não eram elementos assim tão preponderantes na relação entre o Irão e os seus vizinhos do norte. Particularmente, a relação entre o Irão e os países do Cáucaso tinha uma forte componente económica e comercial. As indústrias do petróleo e gás têm um peso relevante no Irão, e acabam por influenciar e servir as suas estratégias políticas, especialmente com os países nesta área. Nomeadamente, apesar de o mercado asiático ser o principal destino das suas exportações, o Cáucaso era uma região de interesse para novas oportunidades de exportação e para o aparecimento de novas zonas económicas. Estas iniciativas permitiriam compensar a hegemonia norte-americana na região e os efeitos das sanções económicas, e realçavam a importância de criar parceiros regionais para a manutenção da sua estabilidade económica. Logo, o autor considera que apesar da influência da ideologia na Revolução Islâmica, a relação com os países desta área correspondia maioritariamente a elementos pragmáticos, muito relacionado com as necessidades de segurança energética.

Por exemplo, a provável rivalidade entre cristãos e muçulmanos era renegada pelo facto de a Arménia servir como um importante parceiro estratégico, securitário e de desenvolvimento económico. Juntos já estabeleceram várias parcerias comerciais e a Arménia foi ainda responsável pela propagação da arte e cultura persa pelo Cáucaso. Os laços entre os dois países era dos mais fortes entre os Estados dessa região e ambos que sofriam pressão e isolamento internacional, necessitavam da cooperação alargada entre eles para benefícios comuns (Sadri 2012).

O apoio ao Hamas, indica que o Irão não ajudava somente organizações xiitas, como é o caso do Hezbollah, na procura por alianças regionais que o protegessem das ameaças provenientes dos seus inimigos, ou para a prossecução dos seus objetivos (Treviño 2013). Estas práticas de apoiar tanto atores estatais como não-estatais, são o que lhe permite expandir alguma da sua influência (Dizboni e Omar, 2018).

As políticas de contenção de Israel tornaram-se muito importantes para a ideologia da Revolução, que promovia ações contra o regime sionista, passando a implementar o uso da força através do apoio a milícias, como o Hamas⁷⁹ e o Hezbollah, assim como foi instituída a Força Quds dos Guardas Revolucionários, que tinham a função de libertar a Palestina e expandir a Revolução, e, por conseguinte, combater Israel (Ansari e Aarabi 2019).

Assim, os grupos apoiados pelo Irão são elementos constitutivos da sua política externa, pois asseguram a proteção dos seus interesses na região. Na visão iraniana, o Hezbollah era visto como um

⁷⁹ Inclusive, representantes das duas forças encontraram-se em setembro de 2020, para discutir assuntos relacionados com Israel, nomeadamente, a normalização de laços entre EAU-Israel e outros desenvolvimentos político militares na Palestina e Líbano (AJazeera 2020c).

bloqueio à expansão israelita, tal como defendido pelo Líder Supremo Khamenei, que afirmou que a luta dos EUA contra esta organização paramilitar devia-se ao facto de o Hezbollah impedir que os sionistas ocupassem o “defenseless Lebanon” (The Office of the Supreme Leader 2020, par.12).

Na Síria, a sua atuação foi crucial para a manutenção do regime de Assad (Byman 2018) e na generalidade, permite a institucionalização dos Xiitas nas políticas regionais (Barzegar 2010).

A sua assistência no Líbano, por sua vez, ajudou a equilibrar a presença saudita. A aproximação ao Hamas, além da sua importância no combate a Israel e a favor da causa palestina, permite também contrariar a posição frágil do Irão na região – minoria xiita e persa. Logo, a interferência no conflito Israelo-Árabe confere apoio junto dos grupos árabes sunitas, e, diminui a sua marginalização no Médio Oriente (Byman 2018). Estas políticas traduzem-se em prestígio regional, graças à sua política externa independente e desafiante do domínio ocidental (Richard 2019).

Ainda que o exemplo da América Latina se distancie de políticas regionais, a própria interação com atores muçulmanos demonstra que as ambições iranianas abrangem mais do que apoiar xiitas para o alegado domínio do Médio Oriente, como defendem os seus opositores. O Irão procura ser um Estado forte, de forma a competir com outras potências regionais e mundiais e garantir a sua proteção. Dessa forma, cooperam com diferentes atores, de diferentes religiões de acordo com as suas necessidades políticas e económicas. Neste caso, a parceria com os países latinos permitiria o seu crescimento consoante a visão pro-Terceiro Mundo e à margem das grandes potências e das habituais relações com os países do Médio Oriente, os quais, por vezes, o Irão tem dificuldade em conectar dada a desconfiança existente e que interferem negativamente, por exemplo, no seu crescimento económico.

No entanto, essa dualidade mostra que o Irão pode intervir e beneficiar das proximidades ideológicas, se estas servirem os seus interesses, e que é um comportamento natural. Como Richard explica: “before the revolution, Iranian foreign policies already had an Islamic dimension. Even when Iran (...) renounced any claim to Bahrain, whose population is predominantly Shiite, the attention given by Tehran’s diplomacy to countries with a Shiite component was in line with the expectations of the people of these regions. An appeal to the only Shiite sovereign state in the Muslim world seemed natural” (2019, 278).

Ainda assim, de uma forma mais generalizada, Saikal defende que: “Tehran has rarely failed to exploit favorable situations when they have arisen to boost its soft and hard power to strengthen its regional influence (...) These relationships are not all of a security and military nature. Many of them also have serious political, economic, trade, and cultural dimensions” (2016, 26).

O Irão reconhece o potencial das suas ligações com fações amigáveis e o seu efeito para contrariar a sua condição regional. São mecanismos que preservam o Irão face às hostilidades dos países árabes, e reverte a seu favor a estrutura política regional que tendencialmente prejudicava a sua influência (Barzegar 2010).

A vertente ideológica não é inválida, porque apesar do pragmatismo iraniano, a liderança dos xiitas também permite a afirmação do seu estatuto regional e global, porque lhe confere uma proximidade natural com certos países (Menashri 2007). A exportação da Revolução poderá estar salvaguardada nas ações dos Guardas Revolucionários, da sua Força Quds e até mesmo do Líder Supremo e presidente, visto que as suas funções e cargos são em prol da proteção do regime, assentes na ideologia definida por Khomeini. Estas condições poderão contribuir para os receios em relação ao Crescente xiita e sobre as verdadeiras motivações do Irão nas suas interações com atores xiitas.

No entanto, deve-se ter uma visão mais cautelosa do Crescente xiita, visto que afirmar a sua veracidade é um pouco mais complexo do que possa parecer inicialmente, dado o debate defesa *vs.* ofensivo, ideologia *vs.* pragmatismo.

A pergunta levantada no título pretendia retratar estas dúvidas. As questões deste capítulo descrevem o confronto entre os argumentos do Irão, e os seus opositores e rivais. Enquanto o Irão afirma publicamente ser um país cooperativo, empenhado na manutenção da paz e estabilidade, e com isto entende-se, não sendo promotor de diferenças sectárias e do terrorismo, tendo adotado uma postura defensiva face as várias ameaças securitárias, os seus opositores defendem o contrário. A sua política externa ideológica é motivada pelo sectarismo, sendo causa dos distúrbios e prejudicial para a segurança e estabilidade regional. Ao analisar-mos os elementos políticos, vemos que as alianças iranianas e o seu comportamento, ainda que pareçam ideológicas, também cumprem outros requisitos importantes para os interesses da República Islâmica e atuam também como resposta à perceção de ameaças.

4.2. Desafios à política externa iraniana

Os presidentes iranianos enfrentavam vários desafios na orientação da sua política externa. A dificuldade em cooperar com os países árabes derivava do receio do Crescente xiita, sendo que as desconfianças destes países retrocedem até à Revolução Islâmica, culminando com o seu apoio à invasão do Iraque. Deste segundo evento, também se pode situar o prolongado isolamento que o Irão experienciava, as sanções económicas e as incertezas internacionais quanto ao seu programa nuclear.

Estas três circunstâncias estão relacionadas e derivavam da hostilidade com os EUA. Tudo isto causou a debilitação do Estado iraniano até à chegada de Hassan Rouhani, como veremos mais à frente.

A relação do Irão com o poder nuclear é antiga. Desde 1960, com a ajuda dos EUA⁸⁰, que o Irão iniciou o seu programa nuclear orientado para o tratamento médico. Antes da Revolução, a França e a Alemanha tinham começado a construir duas centrais nucleares em Khorramshahr e Bushehr. No entanto, com o seu eclodir, estes contratos foram cancelados. Assim, depois da estagnação do seu programa nuclear, a guerra com o Iraque serviu como justificação para a sua retoma (Richard 2019).

No entanto, depois de terem sido divulgadas informações relativas a uma instalação de águas pesadas em Arak e Natanz por um opositor iraniano em 2002, foi pedido que as suas atividades nucleares terminassem, existindo dúvidas sobre a conduta iraniana e as suas obrigações como assinante do Tratado de Não-Proliferação (Dizboni e Omar 2018). Este evento alertou a comunidade internacional para a existência de atividades nucleares clandestinas (Samore 2017). Além de Arak e Natanz, com o pretexto de finalizar a construção da central em Bushehr, com a ajuda da Rússia, também a central nuclear de Fordow foi secretamente equipada para conseguir produzir urânio enriquecido para uso militar. Não obstante, depois destas revelações, iniciaram-se negociações com os países europeus, e o Irão concordou numa suspensão temporária de enriquecimento (Richard 2019).

Por conseguinte, em 2009, Barack Obama recorreu às sanções económicas para travar o desenvolvimento das suas capacidades nucleares. O Irão na posse de armas nucleares representava um verdadeiro perigo para a sua segurança nacional, e desestabilizaria uma região com grande valor para os seus interesses. No entanto, a persistência iraniana não foi afetada. Mesmo depois de tentativas falhadas de negociação⁸¹ entre Obama e os P5+1 e a administração de Mahmud Ahmadinejad, mais as sanções económicas, estes, não só continuaram, como aceleraram o seu progresso nuclear, concentrando vastas quantidades de urânio pouco enriquecido, que mais enriquecido podia ser utilizado em cinco armas nucleares. Por sua vez, para a *intelligence* norte-americana, o Irão, de facto, agia em função do desenvolvimento de armas nucleares através da produção combustível, pesquisas sobre armamentos, sistemas de lançamentos de mísseis, que juntas resultariam numa arma nuclear (Sebenius e Singh 2012).

Durante a liderança de Mahmud Ahmadinejad, o Irão chegou a ser um dos países mais fortemente sancionado em todo o mundo. Com efeitos danosos, a sua economia experienciou uma

⁸⁰ Iniciado com a ajuda dos EUA através do seu programa Átomos pela Paz (Richard 2019).

⁸¹ Sebenius e Singh (2012) relataram bloqueios que explicavam as dificuldades em resolver a disputa nuclear entre Irão e EUA. Como a persistência de desconfianças depois de anos de políticas hostis entre si, falta de comunicações e contacto oficial, radicalização ideológica do regime iraniano e fracas capacidades de negociação e oportunidades falhadas de ambos os lados. Em junho de 2006, China, Rússia e os EUA juntaram-se à UE para oferecer outra proposta para negociações com o Irão, mas foram rejeitadas por Teerão.

Mais tarde, ao negar-se a cumprir as recomendações do CSNU sobre o enriquecimento de urânio foram aumentadas as sanções (Hiro 2018).

redução nas receitas de exportação de petróleo e de produção interna, aumento da inflação, crescimento do desemprego, desvalorização da moeda e aumento dos preços de bens para consumo (Borszik 2016).

De facto, Barzegar e Divsallar consideram que um dos “strategic limits” (2017, 41) do Irão é a economia. As ambições depositadas na sua política externa, procurando afirmar-se como um poder regional, e a competição com outros poderes regionais e internacionais, não eram correspondidas pela capacidade económica do país. Contudo, o sentido iraniano permitia adaptar-se, e equilibrar os seus objetivos com as possibilidades económicas.

Durante a liderança de Ahmadinejad, as tentativas norte-americanas para isolar o Irão foram eficazes em inibir a cooperação com vários países, como a Rússia e China, cujas relações tornaram-se insustentáveis a longo prazo dadas as sanções. De maneira a não prejudicar as suas relações com os EUA, esses países afastaram-se do Irão. Desta forma, o seu período de liderança 2005-2013, ficou marcado por constrangimentos políticos e económicos proporcionados pelo Ocidente (Warnaar 2013).

Como Richard (2019) ilustrou, um banco francês foi severamente multado em 2014 por ter violado o embargo. Em 2016, o presidente Rouhani assumiu os efeitos limitadores das sanções económicas na sua política externa. Efetivamente, as sanções impediram que se estabelecesse laços económicos com os países amigáveis pois não era possível realizar investimentos (Close ties with neighbours a basic foreign policy for Iran 2016). Estas medidas visavam desencorajar as relações económicas com o Irão. Com a saída unilateral em 2018 de Donald Trump, do acordo nuclear, algumas multinacionais que se preparavam para investir no Irão, cancelaram as suas atividades, pois temiam o seu afastamento do mercado norte-americano (Richard 2019).

Por sua vez, estas condições estão associadas a questões de legitimidade internacional, pois para a sobrevivência do regime, é tão importante este tipo de legitimidade como a doméstica. Desta forma, legitimidade internacional⁸² está relacionada com as opções internacionais dos países, acesso a ajuda estrangeira e alianças internacionais. Por sua vez, legitimidade internacional concede aos Estados meios para prosseguirem os seus objetivos nacionais. Esta legitimidade é conferida pelas principais potências externas - Ocidente e organizações internacionais (Warnaar 2013).

Porém, existem reivindicações por parte dos poderes emergentes para uma maior participação nestas decisões. Isto foi uma mais-valia para o Irão e Ahmadinejad, pois na falta de legitimidade conferida pelos poderes dominantes, estes países e potências emergentes tornar-se-iam seus apoiantes e principais aderentes da sua causa. Isto coincidiu com a insurgência global de vários países emergentes

⁸² De acordo com Warnaar, legitimidade internacional é: “a rudimentary social agreement about who is entitled to participate in international relations, and also about appropriate forms in their conduct” (2013, 64).

e potências médias que procuravam questionar a ordem dominante existente, sendo vocalmente opositores das políticas norte-americanas, procurando também, tal como o Irão, um percurso mais independente (Warnaar 2013).

Além da atribuição de legitimidade, a política externa iraniana enfrentava outros obstáculos, os “strategic limits” (2017, 47) como Barzegar e Divsallar arguíram. São características internas e externas que reprimem a sua política externa. Dado o exposto pelos autores, alguns dos seus aliados têm capacidades limitadas para ajudar na concretização dos seus objetivos. Por exemplo, isto acontece porque são dependentes financeira e militarmente do Irão, ou seja, se o auxílio deste cessasse, os seus aliados teriam dificuldades em sobreviver, ou ainda porque experienciam divisões internas, que os torna ineficientes perante os objetivos estratégicos do Irão.

Quanto aos seus adversários, alguns países, como a Arábia Saudita e a Turquia⁸³ lideraram políticas de contenção face à emergência iraniana, que ganharam ênfase com o acordo nuclear. Estes, possuíam capacidades estratégicas, como a participação em organizações como o CCG, o que permitia exercer alguma persuasão entre os países do Golfo e na sociedade muçulmana. Por sua vez, motivavam uma coligação para desafiar o poder iraniano (ex. criação de uma coligação islâmica⁸⁴, uma aliança saudita que correspondia à aliança liderada pelo Irão no combate ao terrorismo) e identificavam-no como um adversário. Assim, a Arábia Saudita e as suas políticas contra o Irão, nomeadamente ao nível da segurança e diplomacia, fixavam limites à sua política externa (Barzegar e Divsallar 2017).

No entanto, esta pressão não é apenas prejudicial para o Irão, mas também para os países que se envolvem com ele, como o caso do Qatar. Em 2017, este país experienciou as consequências da sua alegada proximidade com o Irão. Além desta questão, acusações que o Qatar estaria a financiar movimentos radicais na região, contribuíram para que nesse ano, a Arábia Saudita, EAU, Egito e Bahrein cortassem relações com o Qatar. Não obstante, os países apresentaram 13 condições para o cessar do bloqueio, sendo que uma delas era terminar os laços diplomáticos⁸⁵ com o Irão, mas o Qatar não consentiu com estas condições (Afsal 2021).

⁸³ Porém, os autores consideram que apesar de a Turquia procurar conter o Irão, a sua postura era mais moderada do que a Arábia Saudita. A Turquia e Irão partilhavam as mesmas preocupações e os mesmos interesses, por consequência, a Turquia preferia manter o Irão por perto (Barzegar e Divsallar 2017).

⁸⁴ Bardaji (2016) explica também que, de modo a desenvolver formas de proteção independentes dos EUA, a Arábia Saudita desenvolveu uma aliança com vários países muçulmanos para combater o terrorismo. O autor esclarece que esta aliança demonstra a vontade saudita em criar uma coligação sunita contra o Irão e as suas *proxies*. Outro exemplo de uma coligação anti Irão na região pode ser o esforço diplomático dos EUA, em 2020, para a normalização das relações entre os países da região e Israel (AlJazeera 2020d). Além dos EAU, também o Bahrein iria integrar o acordo para a normalização de relações com Israel, caracterizando este alinhamento como uma estratégia para confrontar a ameaça e a crescente influência iraniana na região (Holland e Spetalnick 2020).

⁸⁵ Em maio de 2021, Ahmadinejad declarou que em 2012, o Emir do Qatar, Hamad Bin Khalifa al-Thani, pagou 57 milhões de dólares pelo resgate de 57 soldados dos Guardas Revolucionários, capturados por um grupo armado em Damasco, no início da Guerra da Síria. O ex-presidente indicou ainda que pediu auxílio ao Qatar, após várias tentativas falhadas de libertar os soldados. Segundo o mesmo, o Qatar recusou a devolução do montante, arguindo que a sua intervenção foi em nome da amizade e união entre os dois países (Middle East Monitor 2021c).

Porém, existiam ainda outros constrangimentos, mas que derivavam da sua própria conduta interna – a corrupção e má gestão. Com a redução de sanções, como esperado segundo o Plano de Ação Conjunto Global (PACG)⁸⁶, que aliviava a sua economia em quatro áreas⁸⁷, era expectável verificar-se crescimento económico e do PIB. Inclusivamente, esperava-se que o Irão tivesse o crescimento mais rápido de toda a região do Médio Oriente e Norte de África entre 2016-2020 (Dizboni e Omar 2018).

O PACG, concluído a 14 de julho de 2015, foi o resultado de um processo negocial sob a presidência de Hassan Rouhani, que durou dois anos entre os países do P5+1 – EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e China, juntamente com a UE. Consequentemente, este documento foi aprovado pelo CSNU através da resolução 2231 a 20 de julho do mesmo ano. Este acordo servia essencialmente para impedir que o Irão adquirisse armas nucleares⁸⁸. O seu programa nuclear era investigado pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), que referenciava o perigo da produção de armas nucleares antes de 2003, e indícios, em 2011, da existência de atividades relevantes para a criação de dispositivos explosivos nucleares (Samore 2017).

Contudo, apesar destes sucessos, a sua conduta limitava os avanços económicos e o desenvolvimento. Por exemplo, mantinha-se uma taxa elevada de desemprego jovem. Além disto, a economia era também controlada pelos Guardas Revolucionários e por várias instituições religiosas, o que gerava competição e, por conseguinte, maior dificuldade na implementação de reformas (Byman 2018).

As suas deficiências e o seu mercado de risco reduziam a participação de investidores, pois o Irão apresentava condições económicas e financeiras desfavoráveis. As suas apreensões deviam-se a fatores como a corrupção, instituições e subsídios dominados pelo Estado, ineficiência burocrática, setor financeiro frágil, incapacidade de sustentar projetos previstos, falta de regulamento bancário que combatesse a lavagem de dinheiro (Samore 2017).

Por sua vez, a dispersão de poder no Irão também afeta as suas estratégias. Apesar de o Líder Supremo ter o poder de decisão, existem várias instituições (como o Conselho de Supremo de Segurança Nacional, o Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime, entre outros) que também contribuem para a delimitação da sua política externa. Diferentes intervenientes, significa também

⁸⁶ Quando o Irão implementasse as suas obrigações com respeito ao acordo, todas as sanções da ONU, as sanções mais economicamente prejudiciais e relacionadas com a questão nuclear, impostas pelos EUA e UE seriam levantadas ou suspensas. Passado 8 anos, com uma conclusão favorável da AIEA sobre o seu programa nuclear, seriam revogadas outro conjunto de sanções direcionadas a indivíduos e entidades associadas às atividades de proliferação nuclear e de mísseis balísticos (Samore 2017).

⁸⁷ Exportação e transporte de hidrocarbonetos e produtos relacionados, banca e serviços financeiros e de transações, acesso a ativos financeiros estrangeiros e por fim, venda e fornecimento de peças e transferência de bens e serviços para os setores automobilísticos e de transporte aéreo, e investimento estrangeiro associado (Dizboni e Omar 2018).

⁸⁸ O Irão concordou em eliminar o seu urânio enriquecido, e futuramente, num período de 15 anos, limitar o seu enriquecimento a 3,67%. Concordou ainda em inspeções e monitorizações ilimitadas das suas instalações militares de forma a confirmar o cumprimento das suas obrigações (Richard 2019).

wordviews distintas, o que, conseqüentemente, enfraquece e complica o planeamento da sua política externa (Barzegar e Divsallar 2017).

No entanto, existem outros os desafios à sua política externa. São invariáveis e independentes do governo em vigor, e podem ter sido vividos tanto por Mahmud Ahmadinejad como Hassan Rouhani, pois resultam de fatores do sistema regional e internacional e da distribuição de poder no Médio Oriente. Esta condição, o que Juneau define de “strategic loneliness” (2014, 92), retrata a dificuldade do Irão em garantir cooperação com os seus vizinhos, pois as dinâmicas regionais bloqueiam as suas tentativas de aproximação, e, conseqüentemente, de conseguir superar os altos níveis de suspeita e desconfiança sobre o seu regime. Isto apresenta dificuldades contínuas na condução da sua política externa, pois, independentemente do regime dos seus vizinhos, o Irão interpreta a região como naturalmente competitiva e desafiadora dos seus interesses, o que implica uma visão pessimista sobre o sistema regional e internacional.

Por sua vez, os seus vizinhos partilham o mesmo sentimento de desconfiança, visto que o Irão é entendido como um Estado competitivo cujas ambições são problemáticas para os restantes. Desta forma, a relação daqueles com o Irão baseia-se em necessidades securitárias e de equilíbrio da balança de poder (Juneau 2014). Como Barzegar e Divsallar (2017) explicaram, para o Irão, é conceção geral que o país está situado numa região hostil e para sobreviver, é fundamental gerar poder. Por conseguinte, esta visão parece assemelhar-se a alguns argumentos presentes no debate sobre o Crescente xiita. Este debate acentua duas visões antagonistas sobre o comportamento iraniano - ofensivo ou defensivo.

Com esta perspetiva em mente, Javad Zarif em 2019, quando questionado sobre a apreensão internacional sobre a posse de mísseis balísticos questionou: “does Iran have to simply lay dead because some people don’t want us be able to defend ourselves?” (ProductiehuisEU 2019, at 5:00-5:06), arguindo ainda que, “I am not going (...) to make our people defenseless so that the next Saddam Hussein in our region could rise up and kill our people without means of our defense” (ProductiehuisEU 2019, at 6:38-6:55).

No entanto, o Irão beneficiaria de uma região estável. A posição geográfica do Irão junto de uma das mais importantes rotas mundiais de consumo, de produção e transporte de energia, a sua presença nos mercados dos países vizinhos, juntamente com maior aproximação política, potenciará o crescimento económico do Irão (Barzegar 2008).

Sebenius e Singh (2012) relataram o comportamento defensivo iraniano, relacionando com a sua atividade nuclear. O objetivo principal do regime iraniano é a proteção da *velayat e-faqih*⁸⁹. No fim

⁸⁹ Cujo significado é: “Guardianship of the religious jurist or absolute power of a ruling cleric” (Sebenius e Singh 2012, 13).

dos anos 80, oficiais iranianos explicaram que o desenvolvimento de uma arma nuclear serviria como defesa contra a percepção da ameaça iraquiana e israelita.

Consequentemente, as divergências com os norte-americanos, além de afetar a sua projeção internacional, por exemplo, através das sanções, também produziam consequências internas. Para o Irão, as sanções eram a materialização da vontade norte-americana em mudar o regime iraniano, criando discórdia entre o povo e o poder. Estas percepções levaram a um crescente de repressão, vigilância e intimidação interna de grupos da oposição (como o Movimento Verde) e os reformistas. As suas manifestações em 2009 foram desvalorizadas como resultado das políticas sancionatórias dos EUA que desejavam atacar e enfraquecer a Revolução (Borszik 2016).

No entanto, esta convicção ainda é atual, quando num encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros suíço em setembro de 2020, Rouhani denunciou o empenho, desde há muitos anos, daquela potência ocidental, no derrube da República Islâmica e nas tentativas de interferência interna. Particularmente, essa intenção foi materializada através da violação da resolução 2231 e da iniciação de uma guerra económica (History has shown that Iranians won't surrender 2020).

Sendo assim, o Irão, como Juneau mencionou: “lives in a regional environment where clashes of ambition are intense” (2014, 94), com países como a Arábia Saudita, mas ainda com outros países nas suas proximidades, como a Rússia, Turquia, que procuram ser grandes poderes no Médio Oriente. A acrescentar a esta dificuldade de cooperação dadas as divergências e competição política, prevalece ainda a falta de elementos em comum entre o Irão e os restantes, visto que é o único país etnicamente persa e maioritariamente xiita (Juneau 2014). Estas características, complicam ainda mais a convergência de interesses com outros poderes regionais e externos, assim, tem de estar em constante adaptação face à dinâmica das políticas regionais (Barzegar 2018).

Capítulo V: A evolução da política externa iraniana: entre o conservadorismo e o reformismo

Como já foi dito anteriormente, a ascensão de Hashemi Rafsanjani (1989-1997) foi indício de uma mudança na abordagem iraniana (Kaya e Şartepe 2016). A Revolução Islâmica e a morte do seu líder, enfraqueceu o seu caráter mais ideológico conservador, havendo a possibilidade de criar novas abordagens, menos controversas e conflituosas, quanto à política externa iraniana.

Associado à sua presidência, emergiram grupos no espectro da direita moderada que apoiavam a abertura social, o fim do isolamento político, cultural e económico, sendo defensores do mercado livre. Hassan Rouhani era apoiante deste grupo. Por sua vez, estas três questões pertenciam à agenda de Rafsanjani no seu projeto de modernizar e transformar o Irão após 1989 (Kaya e Şartepe 2016).

No entanto, foi com a presidência de Khatami e as eleições de 1997 que o movimento reformista ganhou destaque na política iraniana. Estes pretendiam trocar o sistema fundamentalista por um sistema islâmico, fortalecer o poder civil e integrar o Irão no Sistema Internacional. Khatami apresentou uma agenda inovadora, distinta do que promulgou o Ayatollah Khomeini, introduzindo tópicos como o pluralismo e Direitos Humanos e demonstrando abertura diplomática, promovendo o diálogo entre civilizações (Kaya e Şartepe 2016).

Porém, o domínio estatal dos conservadores⁹⁰, opostos aos reformistas, pois prezavam os ideais revolucionários, continuava a impor problemas aos reformistas, tal como viria a acontecer a Hassan Rouhani. Para estes, os reformistas eram uma ameaça, principalmente ao *status quo* e à legitimidade e aos valores da República Islâmica de Khomeini. Como tal, os conservadores tentavam limitar a influência do movimento reformista na sociedade, por exemplo, através da censura nos meios de comunicação e da negação do pluralismo político (Kaya e Şartepe 2016).

Assim, a atuação dos reformistas, como elementos políticos com legitimidade para remodelar o sistema, é limitada. Inclusivamente, Khatami em 1997 insinuou numa entrevista que apesar das expectativas internacionais sobre uma mudança no Irão, a principal tarefa de preservar o sistema, sobrepor-se-ia à sua vontade de criar reformas (Keynoush 2012). O mesmo aconteceu com o seu antecessor e a sua tentativa de aproximação com o Ocidente (Sadri 2012; Sick 2013). Qualquer iniciativa que visasse o envolvimento do Irão com os EUA, ou tentativas de impor reformas, eram reprovadas pelos seus críticos internos, como os conservadores, ou até mesmo pelo Líder Supremo, não conseguindo a sua materialização (Keynoush 2012; Sadjapour 2009).

⁹⁰ Sadjapour (2009) argumenta que o Líder Supremo Khamenei tendencialmente favorecia os conservadores em vez dos reformistas.

Em suma, os presidentes moderados antecedentes de Rouhani tinham esmorecido perante a pressão e a influência dos conservadores, desta forma como Ansari indicou: “Rouhani’s inheritance is a poor one” (cit. por Akbarzadeh e Conduit 2016b, 11).

Em contrapartida, a candidatura de Ahmadinejad foi apoiada pelos principalistas, uma facção conservadora, e mais tarde, alguns dos apoiantes de Ahmadinejad pertenceriam e liderariam um partido ultraconservador – Coligação Frente Persistente (Keynoush 2012).

Por conseguinte, o presidente deverá, acima de tudo, preservar e respeitar os preceitos da Revolução, da República Islâmica e do Líder Supremo (Keynoush 2012). Não obstante, a presidência é o segundo cargo mais importante na política iraniana, que ao contrário do Líder Supremo, é nomeado por sufrágio universal (por maioria absoluta num total de 2 rondas) em eleições que se realizam de quatro em quatro anos. O mesmo presidente pode ser nomeado para um segundo mandato, como aconteceu com Mahmud Ahmadinejad⁹¹ e Hassan Rouhani, podendo ainda assumir um outro não consecutivo (CIA WorldFactbook n.d.c).

As suas funções residem no domínio executivo, assim como é o responsável pela implementação da Constituição (Constitutional Executive Authority n.d.). O cargo de presidente é essencial para caracterizar o Estado como república. No entanto, apesar de alguma flexibilidade ideológica, a sua atuação é escrutinada pelo Líder Supremo, assim, o presidente tem a finalidade de preservar o sistema. Estas duas figuras equilibram poderes e prestam apoio mútuo, e se se verificar a existência de medidas contraproducentes à agenda do sistema, a vontade do Líder Supremo poderá sobrepor-se à sua (Keynoush 2012).

Para exercer este cargo, o presidente tem de corresponder a algumas características vinculadas na Constituição. O artigo 115, descreve que: “The President shall be elected from among distinguished religious and political personalities having the following qualifications: He shall be of Iranian origins, have Iranian citizenship, be efficient and prudent, have a record of good reputation, honesty and piety, and be true and faithful to the essentials of the Islamic Republic of Iran and the official Faith of the country” (Constitutional Executive Authority n.d.).

De certa forma, pode-se afirmar que neste artigo da Constituição está expressa a conexão entre política e religião e o contínuo predomínio da mesma. É uma característica inegável para exercer o cargo

⁹¹ Ahmadinejad registou-se como candidato à presidência para as eleições de junho de 2021 (Motamedi 2021b). No entanto, o mesmo deixou um aviso – caso o seu nome não estivesse incluído na lista de candidatos aprovados, este não votaria nem apoiaria nenhum outro candidato (Al-Monitor, 2021). Ahmadinejad tinha já tentado em 2017, não sendo aprovado pelo Conselho dos Guardiões (Motamedi 2021b). A candidatura mais recente foi, uma vez mais, vetada pelo Conselho (Al-Monitor 2021).

de presidente, pondo de parte qualquer tentativa de secularização do Estado iraniano. O próprio nome: República Islâmica, expressa a importância da religião e a sua conexão com a política (Barry, 2016).

Capítulo VI: A era de Mahmud Ahmadinejad (2005-2013) e o regresso do conservadorismo

A 25 de junho de 2005, Mahmud Ahmadinejad, governador de Teerão que no passado tinha já exercido pequenos cargos políticos, foi eleito presidente (Strategic Comments 2005).

No entanto, como Warnaar (2013) esclareceu, Ahmadinejad não conseguiria captar apoio, sendo um candidato pouco conhecido sem a ajuda institucional e material de determinados grupos, que estariam interessados na manutenção do sistema em vigor. A autora refere-se aos Guardas Revolucionários e às *bonyads*, visto que partilhavam ideologias similares às de Ahmadinejad - aproximação e defesa dos ideais revolucionários e contestação das políticas reformistas, que, para estas instituições, implicavam a diminuição do seu poder

A postura de Ahmadinejad, como um “simple teacher” (Strategic Comments 2005, 1), com um modo de vida comum, modesto, com base numa educação religiosa, permitiu que a população iraniana conseguisse relacionar mais facilmente com o candidato. Consideravam-no um candidato distinto, “a man outside the sphere of power” (Haghighi e Tahmasebi 2006, 964) que iria combater a “power mafia” (Haghighi e Tahmasebi 2006, 966). Ahmadinejad debruçou-se sobre as necessidades económicas do país, defendendo que iria redistribuir equitativamente os rendimentos provenientes do petróleo, que iria estabelecer um governo mais transparente, justo, que combatesse a corrupção e o elitismo, usando um discurso nacionalista com alguma nostalgia histórica, que relembra os grandes feitos do passado (Warnaar 2013).

Este aproveitou ainda o descontentamento da sociedade devido às debilidades económicas do país, e às acusações de corrupção e governação ineficaz do presidente anterior (Haghighi e Tahmasebi 2006), problemas que afirmou deverem-se ao incumprimento dos princípios da Revolução (Warnaar 2013). Dessa forma, Ahmadinejad seguiria os princípios indicados pelo líder da Revolução (Borszik 2016). Aproveitou ainda os receios dos indivíduos mais religiosos que se mostravam insatisfeitos com as políticas do governo, que levaram à perda da significância da religião entre a população mais jovem, e que temiam o fim do *velayat e-faqih* (Haghighi e Tahmasebi 2006).

Ahmadinejad procurou atrair diferentes grupos sociais como os jovens⁹², mulheres e a classe trabalhadora, essenciais para a sua base de apoio, retirando seguidores aos reformistas (Haghighi e Tahmasebi 2006).

⁹² Ahmadinejad propôs empréstimos matrimoniais para os casais jovens que desejassem começar família, apelou para que as mulheres pudessem entrar em estádios de futebol e lutou por um aumento salarial (Haghighi e Tahmasebi 2006).

O formato da sua campanha para uma segunda eleição, também se fundamentou em estratégias semelhantes – uso de linguagem corrente, visitas às capitais provinciais, participando em comícios e recolhendo petições que permitiram solidificar o seu apoio popular (Hiro 2018).

A estratégia de Ahmadinejad e dos conservadores com a intenção de eliminar a oposição, como Ansari (2007) explica, baseou-se no culto de personalidade de Ahmadinejad. A sua identidade possuía uma essência mística, relacionada com o regresso do Imã Oculto. Os seus apoiantes e o próprio, acreditavam que Ahmadinejad e Mahdi partilhavam uma relação próxima. O autor para sustentar este argumento descreve um evento que ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas, em que o presidente afirmou que os seus apoiantes conseguiam ver uma luz verde a pairar à sua volta. Segundo o autor, esta estratégia inibia vozes dissidentes, pois era crença da generalidade a legitimidade de Ahmadinejad no poder. No entanto, quando questionado, estas características eram o que permitiam controlar a insatisfação popular. Assim, o seu carisma relaciona religiosidade com nacionalismo.

Esta visão coincide com o que Haghghi e Tahmasebi (2006) explicam sobre os seus objetivos – promover o messianismo xiita. Estes apelos tinham finalidades adjacentes, a mobilização das massas, pois apesar de não ser um clérigo, permitiria garantir maior autoridade religiosa como um líder muçulmano. Os seus desejos incidiam também na política, Ahmadinejad queria reintroduzir um governo islâmico, pois acreditava que apenas uma governação assente nos princípios da religião poderia resolver os problemas mundiais e projetar a sua imagem como defensor da liberdade e igualdade económica.

Sobre isto, Ahmadinejad tinha uma visão mais nacionalista e fiel à Revolução Islâmica (ex. retórica anti-imperialista), do que o seu antecessor que se afirmava um internacionalista (Strategic Comments 2005), promovendo o diálogo entre civilizações e a liberalização económica e cultural (Warnaar 2013).

Ahmadinejad tinha-se aproximado da visão revolucionária e das fações mais conservadoras enquanto universitário, e depois de existirem divergências⁹³ com outros estudantes⁹⁴, que acabariam por fomentar a rejeição ideológica de qualquer movimento de reforma religiosa e daqueles que a defendiam. Por sua vez, estes grupos adversários, contribuíram diretamente para as orientações mais conservadoras

⁹³ Após a guerra com o Iraque e a invasão da embaixada, aumentaram os conflitos entre estudantes mais moderados que se opõem à liderança da Associação Islâmica, e consequentemente, a Ahmadinejad. Os primeiros, por serem a maioria, conseguiram apropriar-se da organização o que levou que Ahmadinejad e os outros membros migrassem para o Centro *Jihad* da universidade, onde contaram com o apoio de Nategh Nouri, representante de Khomeini na “Construction Jihad” (Haghghi e Tahmasebi 2006, 962).

⁹⁴ Enquanto membro da Associação Islâmica da sua universidade, existiram confrontos ideológicos e de opiniões com outros grupos estudantis, primeiramente com os “Students Following the Imam’s Line” (Haghghi e Tahmasebi 2006, 961), e depois com o “the Office to Foster Unity”, (Haghghi e Tahmasebi 2006, 961) o mesmo Conselho, mas com algumas alterações ideológicas após a aproximação destes ao movimento estudantil reformista de 1997, apoiando, inclusivamente, Khatami nas eleições desse mesmo ano. Este grupo eram os principais intervenientes nas negociações que antecederam e sucederam a tomada da embaixada norte-americana pelos estudantes, excluindo propositadamente a Associação e Ahmadinejad de todo o processo, o que causou alguma revolta e que contribuiu para o desenvolvimento do sentimento hostil de Ahmadinejad contra este grupo (Haghghi e Tahmasebi 2006).

e para a relação complicada com os reformistas durante a presidência de Ahmadinejad (Haghighi e Tahmasebi 2006).

Depois do período de governação reformista e moderada de Mohammad Khatami (1997-2005), foi instituída uma visão estatal mais conservadora e autoritária. Nomeadamente, o governo de Ahmadinejad era mais repressivo, apologista da censura (ex. de filmes e livros), do afastamento dos reformistas das instituições estatais (Warnaar 2013), assim como do afastamento de académicos com afinidades às ideologias liberais e seculares (Haghighi e Tahmasebi 2006). Para a proteção do regime, o presidente recorreu a métodos usados por Khomeini, como o controlo e censura dos media estatal, para filtrar a informação disponível na sociedade (Warnaar, 2013). Por exemplo, em 2006, foram encerrados dois importantes jornais iranianos sendo apenas possível propagar informação ou mensagens a favor do regime (Haghighi e Tahmasebi 2006).

Como tal, o legado e a ideologia revolucionária foram usados por Ahmadinejad como um mecanismo de sobrevivência e de controlo face às exigências reformistas. Além disso, vários princípios ideológicos assemelhavam-se aos defendidos por Khomeini, como a divisão do mundo em opressores-oprimidos e a visão hostil em relação aos EUA, que acusava de prejudicar os interesses e a população iraniana (Warnaar 2013).

Apesar das ambições do presidente Khatami, e da cooperação e assistência (logística e militar) oferecida aos EUA para derrubar os Talibãs no Afeganistão (Haghighi e Tahmasebi 2006) no seguimento dos ataques terroristas de 2001 (Barzegar 2010), este não conseguiu aproximar o Irão à administração norte-americana⁹⁵. A potência ocidental depois dos atentados acabaria por incluí-lo no Eixo do Mal⁹⁶ (Sick 2003) e procurou seguir o caminho do unilateralismo. Por conseguinte, estas conjunturas terão contribuído para a alteração das políticas do governo.

Ahmadinejad contrariou as políticas do seu antecessor e repensou a abordagem ao Ocidente, consoante os princípios do Ayatollah Khomeini. Por sua vez, esta atitude baseou-se num ativismo político contra o unilateralismo ocidental, recorrendo a parcerias com países que partilhavam das mesmas preocupações, nomeadamente, em organizações internacionais como a Liga Árabe, a Organização da Conferência Islâmica⁹⁷ e ainda com os MNA (Warnaar 2013).

⁹⁵ Sick (2003) justifica a alteração da postura norte-americana de, aparentemente, aliado do Irão no Afeganistão para inimigo, citando um evento que terá contribuído para o retrocesso do seu relacionamento. A janeiro de 2002 Israel capturou um barco da Autoridade Palestiniana (AP), que teria, alegadamente, na sua posse armas e explosivos, provenientes da ilha Kish, no Irão, em direção à Palestina. A Palestina e o Irão explicaram que esse evento foi orquestrado por Israel, com o intuito de influenciar a política norte-americana.

⁹⁶ Este conceito foi abordado em 2002 pelo presidente norte-americano George W. Bush, onde também incluiu o Iraque e Coreia do Norte, e serviu para caracterizar um conjunto de governos perigosos, acusados de patrocinar terrorismo e que procuravam criar armas de destruição maciça (Pinto 2003).

⁹⁷ Organização composta por 57 países, de quatro continentes diferentes, com o principal objetivo de proteger os interesses dos muçulmanos, os seus lugares sagrados, promover solidariedade, auxiliar na causa palestiniana, acabar com a discriminação e melhorar a cooperação económica. Em 2005, demarcaram a importância de abordar temas como o terrorismo, Islamofobia, má governança e disparidades económicas, e mais tarde, sobre a iliteracia, epidemias, corrupção, entre outros. Por sua vez, o Irão é dos países que mais contribui financeiramente para esta organização (Johnson 2010).

Além disto, a declaração do Irão como um país integrante do Eixo do Mal (Sick 2003) alertou os seus representantes para o perigo de algo idêntico ao que aconteceu no Afeganistão, ou seja, uma invasão e a posterior alteração de regime. Isto contribuiu para a visão hostil de Ahmadinejad, o afastamento e confronto entre Irão e EUA (Haghighi e Tahmasebi 2006). Ao contrário da política conciliatória do seu antecessor, Ahmadinejad adotou uma postura mais agressiva e desafiante em relação ao Ocidente (Borszik 2016).

6.1. A diplomacia de Ahmadinejad: coligações contra o Grande Satã e Pro-Terceiro Mundo

A sua política externa apoiou-se no regionalismo, na medida em que procurou fomentar relações com os países árabes, mas também numa postura mais global. Ahmadinejad aspirava a liderança deste movimento anti-hegemónico entre os países em desenvolvimento e emergentes, o que implicaria no final a alteração do sistema internacional (Warnaar 2013).

Portanto, ao contrário das campanhas de Iranofobia dos poderes hegemónicos, que retratavam o Irão de uma forma negativa, Ahmadinejad defendia que o Irão era um “reliable partner” (IRNA 2012, par.1) mas um perigo para esses e para os “arrogant powers” (IRNA 2012, par.1) A desunião e confrontos regionais mencionada por ele era um objetivo dos Estados Unidos, interessados em justificações para continuar a venda a venda de armas para a região.

Posto isto, podemos afirmar que esta visão de cooperação regional se assemelha ao que é defendido por Barzegar (2008) e a viabilidade do Crescente xiita. Com a informação supramencionada, verifica-se que o Irão não procurava conflitos com os Árabes sunitas nem relações exclusivamente ideológicas, mas sim cooperar para responder eficazmente às suas necessidades geopolíticas e interesses nacionais. O regime iraniano esperava desenvolver alianças e não criar instabilidade. Então, para a prossecução dos seus objetivos, e focados na necessidade de mudar a imagem negativa do Irão perante o Médio Oriente, era essencial melhorar as suas relações políticas regionais (Warnaar 2013).

Sadri (2012) completa esta ideia afirmando que os principais atores que o Irão procurava para o estabelecimento de relações são os regionais. Não obstante, ao nível dos seus interesses, os seus vizinhos são também importantes, assim como os países muçulmanos e países em desenvolvimento.

Durante o seu primeiro mandato, Mahmud Ahmadinejad levou a cabo a chamada “accommodating foreign policy” (Barzegar 2010, 181), tal como Hashemi Rafsanjani e Khatami haviam já executado, que contemplava medidas para aproximar o Irão dos países árabes, como a Arábia Saudita,

mas também com o Egito e até manter canais de diálogo com os EUA (cooperação com as Forças da Coligação sobre questões securitárias no Iraque e Afeganistão) (Barzegar 2010).

A ideia era então fomentar a visão do Irão cooperativo e pacífico que procurava a estabilidade, em vez de intrometido e instigador de instabilidade na região, como promove a visão do Crescente xiita. Para avançar com esta imagem, e aproveitando a oportunidade para instituir parcerias coordenadas para a estabilidade e segurança regional, logo em 2005, foram organizadas várias visitas de Estado a alguns países do Golfo Pérsico, como o Kuwait, Bahrain, Omã, EAU, Qatar, e ainda à Líbia e Jordânia, Arábia Saudita, Iémen, Egito e Argélia e Síria, em 2006 (Warnaar 2013).

A 3 de dezembro de 2007, a convite do Emir Hamad Al Thani do Qatar, Ahmadinejad participou na conferência do CCG, em que apresentou uma proposta que incluía cooperação nas áreas científicas, culturais e económicas, que levaria a um acordo de livre comércio. Neste evento, assegurou a disposição iraniana para a conclusão de um acordo securitário, uma vez que esperava a paz e segurança (ao contrário da instabilidade que era prejudicial para os Estados do Golfo) baseada na justiça e sem interferência externa. Sobre esta interferência externa, Ahmadinejad referia-se aos acordos de cooperação entre países do Golfo e os EUA. Desta forma, o presidente iraniano incitava os Estados a terminar as suas alianças securitárias (Hiro 2018).

No entanto, tendo em conta uma vez mais o significado e consequências do Crescente xiita, Warnaar (2013) esclarece que a atitude do Irão foi interpretada de forma diferente pelos EUA e os seus aliados regionais que não ficaram convencidos quanto às suas ações compassivas, numa altura em que a sua influência tinha aumentado significativamente. Logo, os esforços iranianos ficariam aquém do desejado, podendo até alegar a existência da “strategic loneliness” (2014, 92), mencionada por Juneau devido ao facto de que, os países da região continuavam a não confiar nas intenções iranianas (Warnaar, 2013).

Desta forma, permaneceu a crença de que a política externa de Ahmadinejad estava direccionada para a ofensiva, para o expansionismo, interferindo em vários países como o Iraque, Palestina, e Líbano, com o intuito de desestabilizar a região seguindo políticas ideológicas⁹⁸ (Barzegar 2010) que instigavam conflitos sectários e proclamando inclusivamente uma ameaça persa (Warnaar 2013).

Porém, a aproximação a atores xiitas no Iraque e a sua ligação ideológica e religiosa tinha um objetivo inerente – fortalecer estes grupos nas esferas de poder no país. Até então, os Xiitas estavam despojados de qualquer intervenção no Iraque, o que em contrapartida revelava ser um problema

⁹⁸ Este sentimento manteve-se quando inclusivamente, num encontro com Ahmadinejad em 2013, o Grande Imã do Egito criticou a expansão do Xiismo em territórios sunitas, subentendendo que o Irão tinha uma agenda sectária (Akbarzadeh e Barry 2016).

securitário para o Irão, tendo na sua fronteira, um vizinho hostil, o qual havia iniciado uma invasão contra si em 1980. O poder ideológico na atuação no Iraque segundo Barzegar (2010), foi utilizado na procura de afinidades ideológicas para promover a união do Iraque, para que a sua instabilidade associada às divisões étnicas e religiosas não se alastrasse além-fronteiras.

Desta forma, o Iraque, de vizinho problemático tornar-se-ia um vizinho amigável o qual poderia estabelecer relações diplomáticas estáveis. Esta interferência tinha também outro alvo que acentuava a necessidade pragmática das suas políticas – enfrentar os desafios de segurança derivados da presença norte-americana na região. Quer isto dizer que, com o derrube de Saddam e a possibilidade do Irão reverter a situação a seu favor, era necessário impedir que os EUA pudessem ditar as futuras políticas iraquianas, e, conseqüentemente, impedir que o Irão tivesse qualquer participação (Barzegar 2010). A intervenção dos EUA ainda que útil para a manutenção da estabilidade no país, deveria ser contrariada de forma que a sua presença não dominasse o Iraque. Logo, o Irão, interveio de forma a mitigar a sua força e para se proteger da mesma.

A intervenção no conflito da Síria poderá ter uma análise realista e não apenas sectária. Apoiar a Síria e o seu líder xiita era a melhor decisão a ser tomada com base nas suas necessidades. A salvaguarda da Síria também serviria a proteção do Eixo da Resistência contra Israel, tal como Akbarzadeh e Conduit: “Ahmadinejad (...) recognizing Syria’s importance as Iran’s line of defense in the Levant, and understanding that the viability of Hezbollah was on the line” (2016a, 136).

A Arábia Saudita, incentivada pelos EUA, decidiu tomar uma posição mais assertiva confrontando o Irão, de forma a competir e balancear por influência, pois receavam o crescimento iraniano. Aproveitaram esta oportunidade para legitimar a repressão da sua comunidade xiita minoritária, alegando que estariam a ser usados pelo Irão para desestabilizar a monarquia. Ora, a potência ocidental, usou esta situação para fortalecer as alianças securitárias com os países árabes, através da reafirmação da ameaça iraniana e do seu perigoso programa nuclear, unindo os vários países (ex. os países do CCG) contra o Irão (Warnaar 2013).

O afastamento entre o Irão e a Arábia Saudita mantinha-se, pois, por exemplo, o envolvimento na Palestina, acentuava as diferenças, e, por sua vez, dificultava o estabelecimento de uma cooperação plena. É importante realçar que desenvolvimentos positivos entre ambos não significaram laços duradouros entre eles, pois as desconfianças relativas a políticas sectárias (ex. acusações de que o Irão estaria a converter Sunitas em Marrocos e Argélia ao Xiismo), acompanharam intermitentemente a

relação de ambos. A questão palestina e a “moral superiority”⁹⁹ do Irão (Warnaar 2013, 123) proclamando ser protetor dos direitos dos Árabes, e de todos os outros, as críticas à sua atuação, ou falta dela, pela defesa da Palestina, do Líbano e da comunidade muçulmana no geral, levantaram suspeitas quanto à sua influência expansionista e aumentaram as suspeitas e a ameaça iraniana. Assim, os desígnios iranianos para a região tornaram-se infrutíferos, pois manteve-se a dificuldade em estabelecer relações regionais devido à coligação entre países árabes e EUA contra o Irão, o que enfraqueceu e prejudicou a sua demanda pela promoção de uma imagem positiva no seio da região (Warnaar 2013).

Todavia, a sua amplitude relacional era mais eficaz do que ficar dependente das relações regionais. A sua política externa e relações diplomáticas mais extensas, auxiliariam nas suas reivindicações internacionais quanto ao direito de produção nuclear, sendo essa atitude considerada uma provocação à ordem vigente. Por sua vez, esse direito, a sua autossuficiência e autonomia nas áreas científicas e tecnológicas, significariam o cumprimento de um princípio importante na ideologia da revolução, a independência política (Warnaar 2013).

Por conseguinte, a sua política externa seguiu maioritariamente dois caminhos: resistência ao Ocidente, não cedendo às suas exigências, cooperar com os países árabes ou Egito (após a Primavera Árabe), com países emergentes do continente africano, asiático e América Latina, que tal como o Irão havia promovido, começaram a insurgir-se contra a hegemonia ocidental (Warnaar 2013).

Deste modo, estas iniciativas de cooperação serviam também para combater as tentativas norte-americanas de isolar o país. Assim, o Irão procurou também interagir em espaços, por exemplo, o MNA, onde criticava a hegemonia ocidental e os seus efeitos enfraquecedores nos países em desenvolvimento. Os líderes iranianos argumentavam que estes não conseguiam progredir tecnologicamente, face à postura dominante dos EUA (Warnaar 2013).

De facto, a retórica de Ahmadinejad acabou por conquistar apoio para o seu programa nuclear junto dos MNA, cujos membros são, por exemplo a África do Sul, Índia, Venezuela, Cuba, Zimbabué, e a China e Brasil, estes dois como membros observadores. Por sua vez, este conjunto de Estados passou a verbalizar o descontentamento pelo unilateralismo norte-americano, que acreditavam existir para satisfazer as suas necessidades, e apoiavam o programa nuclear iraniano que eles defendiam ser para fins pacíficos (Warnaar 2013).

⁹⁹ Pelo facto de o Irão ser um exemplo para os países vítimas. Para a sua concretização era preciso garantir que a sua imagem estivesse limpa, através da descredibilização dos argumentos negativos sobre si e da valorização e exposição dos aspetos positivos das suas políticas que invalidavam as acusações dos seus opositores (Warnaar 2013).

No entanto, o Irão criou mais proximidade com os países da América Latina, a “America’s backyard” (Warnaar 2013, 130) – Venezuela, Nicarágua, Equador e Bolívia, Argentina e Brasil, que acreditava nomeadamente numa abordagem conciliatória e não no tratamento hostil do Irão. Por conseguinte, foram realizadas inúmeras visitas de Estado, procurando, e eficazmente cativar estes países para a sua demanda anti-EUA. Ahmadinejad era particularmente chegado ao presidente Hugo Chávez, desenvolvendo laços extensivos, ao longo dos anos da sua presidência, através de projetos de desenvolvimento no país, de cooperação na OPEP e na exploração de petróleo e urânio.

Outra escolha de política externa foi fortalecer laços com a Rússia e China. A aproximação a estes países é explicada por Jiang (2017) como parte da estratégia iraniana de anti-sanções. Estas atitudes são relevantes para a sua política externa, visto que, as sanções limitam o seu desenvolvimento económico e o relacionamento com os outros países.

A Rússia e a China, ao contrário dos EUA e Inglaterra, não pertenciam ao conjunto dos Estados imperialistas e opressores, ainda que existissem indícios históricos, como a interferência russa, que poderiam implicar o seu afastamento. No entanto, ambos eram considerados bons parceiros devido às suas fortes economias, por serem membros do CSNU, por não serem tão rigorosos quanto às exigências Internacionais sobre Direitos Humanos¹⁰⁰ no Irão, e o seu apoio a organizações terroristas (nomeadas desta forma pelos EUA). Os dois países assentiam com o poder norte-americano, porém discordavam da potência e das suas políticas internacionais e preferiam, inclusivamente, a instituição de um sistema multipolar. Assim, não eram a favor das sanções e defendiam o programa nuclear iraniano (Warnaar 2013).

Dada a falta de aliados regionais, a orientação para a Ásia baseou-se também nos laços históricos e identitários. Desta forma o Irão procurou integrar, como membro observador ou membro efetivo, em algumas organizações internacionais onde retirava benefícios securitários e económicos, como Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR), Diálogo de Cooperação da Ásia (DCA), da

¹⁰⁰ Algumas sanções impostas ao Irão são também relacionadas com questões de Direitos Humanos (Borszik 2016). A Amnistia Internacional relata que em 2019, durante protestos nacionais as forças iranianas terão perpetuado violações dos direitos humanos contra os protestantes. Segundo um relatório de setembro de 2020, os manifestantes terão sido presos e torturados para a extração de informação, ocorreram detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados (AlJazeera 2020a). As NU também já censurou políticas iranianas que limitam a liberdade de expressão, como a apreensão de opositores políticos, a elevada taxa de penas de morte, nomeadamente, também a execução de jovens, o uso de tortura e a permissão do casamento de raparigas menores de idade. Em março de 2021, a UE preparou-se para aplicar novas sanções a indivíduos iranianos por abusos e violações de direitos humano, e renovar outras sanções sob o mesmo tema, existentes desde 2011 (Emmott e Irish 2021). O Conselho da UE acrescentou mais oito pessoas e três entidades a esta lista de sanções, devido à sua participação na repressão das manifestações de novembro de 2019. A lista inclui agora 89 indivíduos e quatro entidades (Council of the European Union 2021).

As sanções de 2011 foram decretadas como resposta à repressão das manifestações que seguiram as eleições presidenciais de 2009 (DW, 2018), e incidem sobretudo na proibição de viagens de indivíduos sancionados para países Estado-membro, congelamento de ativos e a proibição de exportação de bens que possam ser usados para executar repressão interna ou de controlo de telecomunicações (Council of the European Union 2021).

Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)¹⁰¹, e participou na conceção da Assembleia Parlamentar da Ásia (APA), cuja sede fica exatamente em Teerão (Warnaar 2013).

Dizbani e Omar (2018) explicam que como geralmente os países em desenvolvimento não têm a capacidade para alterar o Sistema Internacional, por falta de influência em instituições ou organizações internacionais, como tal, recorrem a parcerias com Estados mais fortes, para que no futuro possam participar e ter mais poder num sistema multipolar. Por conseguinte, a aproximação à Rússia e à China, poderá também indiciar uma tentativa de contestação do sistema em vigor, assim como a pertença a organizações como a OCX permite opor-se ao isolamento internacional. Jiang (2017) tece argumentos semelhantes, arguindo que, devido à exclusão por parte dos EUA do Irão dos acordos securitários do Médio Oriente, este viu-se obrigado a procurar e expandir o seu espaço securitário, através da sua integração nos assuntos regionais e internacionais. Nomeadamente, através do desenvolvimento de relações com os países em volta do Mar Cáspio, a sua integração no MNA, e a sua participação na OCX. Por sua vez, este comportamento pertencia também à sua estratégia de anti-sanções, pois visava mitigar o efeito das mesmas.

A OCX realizava frequentemente exercícios de contraterrorismo envolvendo os países membros. Estas ações estavam associadas à preocupação da Rússia e China sobre o terrorismo e pretendiam demonstrar a sua proatividade na resposta a ameaças. Não obstante, existiam também outras motivações adjacentes a estas atividades, como a presença norte-americana no contexto da Guerra ao Terror. Isto é, ainda que os EUA tenham terminado com a ameaça dos Talibãs no Afeganistão, para benefício da segurança regional, a sua presença militar no país e na Ásia Central era motivo de apreensão. Assim estes exercícios, segundo Akbarzadeh (2015) serviam como preparação para o combate ao terrorismo, mas também para enviar sinais aos norte-americanos, que a sua presença já não era necessária.

Posto isto, as ações da OCX correspondiam com as políticas e ambições de Ahmadinejad, como a sua oposição aos EUA. Ao longo dos mandatos de Ahmadinejad, a OCX ganhou importância na sua política externa, pois entendia que a organização equilibrava o poder e presença norte-americana na

¹⁰¹ O Irão ganhou estatuto de membro observador em 2005. No entanto, a OCX é a organização descendente dos Cinco de Xangai (CX), fundada em 1996 pela China, Rússia Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Esta organização era liderada pela China e tratava de questões transfronteiriças. Akbarzadeh (2015) explica que os principais receios da China eram o movimento de pessoas e literatura, por vezes armas, que poderiam incitar a revolta nas populações muçulmanas de Xinjiang. No entanto, os CX, ganhou potencial para se tornar numa organização securitária regional, após a admissão do Uzbequistão e a aproximação dos EUA durante a Guerra ao Terror em 2001.

Por sua vez, a entrada do Uzbequistão estava relacionada com problemas e a preocupação do país sobre o radicalismo islâmico, como a presença dos Talibãs no Afeganistão e crescimento de movimentos internos como o Movimento Islâmico que já realizaria operações para além das fronteiras estatais. O Uzbequistão, acreditava que o combate ao terrorismo era uma das missões dos CX, e de facto, a insurgência e militância muçulmana eram vistas como um problema tanto para a Rússia, como para a China. Após a oficialização do Uzbequistão como membro, também foi fundada a OCX. Por conseguinte, umas das maiores preocupações da organização tornar-se-ia a combater o terrorismo e o fundamentalismo islâmico (Akbarzadeh 2015).

região (Akbarzadeh 2015). Neste sentido, Sadri (2012) expõe que mesmo advogando uma política de não-alinhamento, o Irão foi compelido a conciliar-se com o Leste em virtude da sua rejeição do Ocidente.

Ao mesmo tempo, o Irão esperava ser membro efetivo, pois além dos interesses geoestratégicos e securitários, a pertença à organização permitiria criar possibilidades económicas e comerciais com os restantes países, que contornariam as sanções económicas, permitindo também mitigar os efeitos do seu isolamento político. Em 2008 e 2010, o Irão tentou estreitar a sua posição na organização, através de tentativas de adesão, mas sem sucesso. Em 2010, a OCX criou novas regras de admissão, que proibiram a entrada de países sancionados pela ONU, como era o caso do Irão. Ora, Akbarzadeh (2015) argumenta que esta medida não foi um acaso, mas uma ação pensada e direcionada para o Irão, uma forma de os países membros protegerem os seus interesses, tendo em conta a desconfiança sobre as motivações iranianas na região.

Embora Ahmadinejad acreditasse que os seus interesses correspondiam aos da OCX, relativamente à presença estadunidense¹⁰², ao contrário dos seus homólogos da Ásia Central, o Irão era mais assertivo e não omitia a sua antipatia pela potência ocidental. Estes países não partilhavam a visão exata do Irão e preferiam manter relações cordiais com os EUA. Ainda que a Rússia e a China procurassem reduzir a sua influência na região, acolher o Irão e a sua ideologia distintamente anti-imperialista era um risco para a organização, pois poderia categorizar a mesma como um órgão anti-América e arrastá-lo para o confronto entre Irão e EUA (Akbarzadeh 2015).

Além de considerações geoestratégicas, há ainda outro fundamento que explica o interesse dos países da Ásia Central em manter o Irão afastado da OCX – considerações religiosas e culturais.

Os países da Ásia Central partilham semelhanças culturais e alguns também religiosas com o Irão. Por sua vez, estas características eram usadas no seu discurso e abordagem diplomática com estes países. Desta forma, Ahmadinejad referia-se a estes países como países próximos, irmãos com história comum persa (como por exemplo, como referenciado em encontros com oficiais do Tajiquistão e Afeganistão). O Irão esperava fortalecer esses mesmos laços, mas ainda fortalecer laços económicos que servissem os interesses nacionais dos países. O presidente iraniano acreditava que a afinidade religiosa e cultural era uma vantagem para o Irão na região (Akbarzadeh 2015).

No entanto, aquilo que poderia aproximar os países da Ásia Central ao Irão, era na verdade o que os afastava, isto porque, os países não confiavam nas suas intenções do. Citando Akbarzadeh: “these overtures inspired anxiety and suspicion among the secular leadership of Central Asia, who saw

¹⁰² Pois como alguns observadores notam, a OCX servia como um contrapeso aos EUA (Akbarzadeh 2015).

Ahmadinejad's evocation of 'shared culture' as a Trojan Horse for Islamic expansionism" (2015, 95). Por conseguinte, os países temiam que o verdadeiro interesse iraniano fosse debilitar os seus regimes.

Em suma, os sentimentos iranianos não eram correspondidos, e a região impedia a expansão da influência iraniana. Nomeadamente, os países desta área não sentiam o mesmo regozijo por partilharem a mesma fé (ainda que o Irão se abstivesse de usar com frequência a religião como tópico de abordagem nesta região)¹⁰³. Nem todos os países da Ásia Central são xiitas, muitos creem na escola Hanafi do Islão sunita. Além disso, ao contrário do Irão, os mesmos mantinham a religião separada da política. Assim sendo, eram sensíveis ao formato politizado iraniano e à aplicação da *Sharia*, e pretendiam manter afastada¹⁰⁴ a influência xiita iraniana na região (Akbarzadeh 2015).

Em ambas as considerações, o que se verifica é que a ideologia e o discurso próprio do Irão não são recebidos de igual forma por todos os atores. Os seus valores e crenças, característicos da sua política externa, podem mesmo criar bloqueios e desafios nas suas relações políticas, apesar da sua grande valorização por parte do Irão. Ainda que Irão e a OCX fossem compatíveis no seu interesse em circunscrever a influência e presença dos EUA, a dedicação do Irão sobre este tema era incompatível com o quadro geral de interesses dos países integrantes na organização.

As políticas direcionadas para esta região ganharam ênfase com Ahmadinejad, e parecem contradizer a ideologia do Estado e os princípios revolucionários. A política independente de "neither East nor West, but the Islamic Republic", deu lugar a uma política externa parcial – "Look to the East" (Akbarzadeh 2015, 97). Esta nova abordagem, integrava a estratégia iraniana no combate à ameaça ocidental, e servia para diversificar as relações diplomáticas e económicas com o intuito de diminuir os efeitos das sanções. Desta forma, era fulcral procurar e fortalecer relações político-económicas com a Rússia, China e Índia, mesmo que tivessem surgido acusações de violações de direitos humanos nas suas populações muçulmanas, como a guerra entre a Rússia e a Chechénia (Akbarzadeh 2015).

O Líder Supremo justificou esta conduta, aparentemente oposta daquilo que o Irão defendia ser um dos seus papéis como defensor dos muçulmanos, como o interesse maior do Estado iraniano. O Irão não podia condenar publicamente a guerra na Chechénia e as políticas contra os Uigures na China, (Xinjiang) pois punha em risco a sua relação com os dois países e arriscar-se-ia ao isolamento. Proteger os interesses nacionais era a prioridade, segundo o Ayatollah Khamenei. Este "paradox of Iran's foreign

¹⁰³ Akbarzadeh (2015) explica que o Irão ao seleccionar esta abordagem mais calculada, esperava proteger as relações bilaterais com a Rússia.

¹⁰⁴ Documentos confidenciais tornados públicos indicam a preocupação do Uzbequistão e o xiismo. Nomeadamente, o país estava satisfeito com a rejeição do Irão como membro da OCX em 2008, pois acreditava que iria travar a expansão do Xiismo na região. Por sua vez, as divergências entre este país e o Tajiquistão deviam-se ao facto de este último apoiar a entrada do Irão na organização (Akbarzadeh 2015).

policy”¹⁰⁵ (Akbarzadeh, 2015, 98) deveria ser revertido, pois não correspondiam aos ideais transmitidos pela Revolução Islâmica que deveriam ser sempre respeitados, e só assim poderia recuperar o seu estatuto como líder do mundo muçulmano.

No entanto, com o aumento da pressão internacional sobre o Irão, estes países acabaram por se afastar, pois era mais favorável para estes estar do lado dos EUA. Akbarzadeh (2015) explica que na verdade, os resultados das políticas “Look to the East” (2015, 97) não seriam tão eficazes como o Irão esperava. Isto é, Ahmadinejad acreditava que os países se iriam manter ao lado do Irão face às crescentes tensões com o Ocidente, no entanto, apesar da cooperação comercial e económica, os mesmos, quando necessário, continuavam a aliar-se aos EUA.

Assim, os aliados mais fiéis continuaram a ser os países latinos, pois partilhavam a mesma antipatia pelos EUA e desejavam levar um rumo mais independente. O Irão usava esta postura para reafirmar o seu poder face à imposição de sanções internacionais, procurando contra-atacar o unilateralismo norte-americano e criar uma diferente estrutura de poder, através do estabelecimento de parcerias com Estados com semelhanças ideológicas (Warnaar 2013).

Porém, como se verificou no caso dos países da Ásia Central, a mesma partilha religiosa não significa que os Estados muçulmanos partilham laços inevitáveis. O mesmo é patente na relação entre o Irão e Azerbaijão durante a presidência de Ahmadinejad. Tal como Barry (2016) mencionou, Ahmadinejad fomentou a cisão política direcionada para o Azerbaijão e Arménia, sendo que as relações prosperaram com o último, país católico em vez do Azerbaijão xiita, cujas relações pioraram durante os seus mandatos. Além das acusações mútuas de interferência interna (Antidze 2012), existiram outros conflitos responsáveis pela escalada de tensões entre os dois - organização da Eurovisão¹⁰⁶ em 2012, o aprisionamento de cidadãos iranianos¹⁰⁷, organização de sucessivas conferências por grupos separatistas que pediam a anexação do Sul do Azerbaijão, as posições políticas do Azerbaijão, como a proximidade com os EUA, Israel¹⁰⁸, pró NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), as afirmações nacionalistas sobre o território iraniano e competição energética, dificultavam a cooperação entre ambos (Barry, 2016).

O facto de ambos serem xiitas não significou um vínculo nato. Na verdade, o Azerbaijão não parecia ser uma escolha fiável, mas pelo contrário, seria mais facilmente visto como um inimigo do que

¹⁰⁵ Conceitos usados por um antigo comandante militar, Salman Safavi, em 2013, para explicar a primazia dos interesses dos interesses nacionais em vez de se juntar aos muçulmanos nas suas causas. Em 2009, já tinham sido expressas as mesmas preocupações por um antigo deputy do presidente Khatami. Este alertou que os ideais iranianos estariam a perder relevância em detrimento das relações com o Oriente (Akbarzadeh 2015).

¹⁰⁶ Em 2012 Azerbaijão recebeu o festival Eurovisão, no entanto, o Irão condenou a sua realização no país afirmando que o evento era imoral. De seguida, irromperam protestos no Azerbaijão contra as declarações do seu país vizinho (Barry 2006). As críticas iranianas sobre a organização deste evento estavam relacionadas com valores morais e religiosos, nomeando o evento como uma “gay parade”, (Antidze 2012, par.3). um comportamento desviante do Islão. Este evento e o crescente de tensões entre dois, teve repercussões diplomáticas, nomeadamente, o Irão acabou por retirar o seu embaixador do Azerbaijão

¹⁰⁷ Por exemplo, o Azerbaijão prendeu várias pessoas com alegadas ligações aos Guardas Revolucionários e de estarem a orquestrar ataques contra pessoas, como o embaixador israelita (Antidze 2012).

¹⁰⁸ Até 2012, Israel tinha-se tornado no segundo maior importador de petróleo do Azerbaijão (Mayr 2012).

um possível aliado. Em vez de procurar uma relação baseada em questões ideológicas, Ahmadinejad nada fez a não ser realçar as diferenças políticas existentes entre eles.

A atuação iraniana no Cáucaso¹⁰⁹ deriva de um plano político mais consciente, cujas ações são analisadas cuidadosamente face às sensibilidades da região. Posto isto, uma aproximação pragmática era mais viável do que propagar a Revolução Islâmica (Barry 2016). Dessa forma, esta abordagem ao Azerbaijão surgiu durante a presidência de Khatami. Em vez de exaltar as semelhanças culturais, sendo uma forma de interação frágil com o Azerbaijão, o Irão sobrepôs a importância da cooperação económica, política e securitária com a região (Sadri 2012). O Azerbaijão apesar de xiita, é um país secular com um sistema político distinto da teocracia iraniana. Por isso, após as críticas de 2012, os azeris mostraram-se preocupados e culparam o Irão pelo florescimento da influência do Islão no país (Antidze 2012).

A opção pela Arménia surgiu com a disputa territorial sobre uma região, Nagorno-Karabagh. Com população maioritariamente arménia, era administrada autonomamente, mas pertencia ao regime soviético e parte da República Socialista Soviética do Azerbaijão (Barry 2016).

Consequentemente, com o enfraquecimento do regime, a República desejava juntar-se à República Socialista Soviética da Arménia, o que despoletou protestos na República do Azerbaijão, que acabaram por escalar numa guerra civil, e quando finalmente as duas Repúblicas e também Karabagh, se tornaram independentes, transformou-se num conflito internacional. Ao fim de dois anos de confrontos, os exércitos de Karabagh e Arménios acabaram por conquistar o lado ocidental do Azerbaijão, ocupando cerca de 20% do seu território. Durante conflito, a Turquia¹¹⁰ foi o grande aliado do Azerbaijão, seguindo um plano de desenvolvimento inspirado no seu parceiro. Por sua vez, a Arménia, cujas fronteiras foram bloqueadas pelos seus vizinhos (Azerbaijão e Turquia), via no Irão o seu único vizinho mais confiável, capaz de “avoid strangulation” (Barry 2016, 62).

Assim, as preferências do Azerbaijão pelos seus rivais, como a Turquia (ainda que Irão e Turquia mantivessem vínculos económicos), complicavam as relações entre os países vizinhos. O Irão acreditava ainda que o Azerbaijão estaria a ser usado pelos norte-americanos, por Israel e por outros grupos anti-Irão, na realização de atividades ofensivas. Por exemplo, acreditavam que a *Mossad* (Serviços Secretos israelitas) estariam ativos no seu território atuando¹¹¹ contra o Irão, e apoiariam também outras organizações, como o *Mojahedin-e Khalq*, grupo de oposição iraniana considerado por eles terrorista e com um historial de conflitos desde a nascença da República Islâmica (Barry 2016).

¹⁰⁹ A ligação entre o Irão e essa região remonta até a dinastia dos Safévidas, os responsáveis pela expansão da religião e cultura persa e língua para essa área (Sadri 2012).

¹¹⁰ A escolha de se juntar à Turquia estava relacionada com a existência de disputas territoriais entre Turquia e Arménia, mas também devido à proximidade entre os dois países (Barry 2016).

¹¹¹ Israel, terá, alegadamente, treinado dissidentes azeri, responsáveis pelo assassinato de figuras associadas ao programa nuclear iraniano, além de que terão usado o seu território para lançar drones sobre o Irão (Barry 2016).

Por um lado, enquanto a multiculturalidade da sociedade iraniana onde muitos são falantes nativos de várias línguas incluindo o azeri, beneficiou as atividades diplomáticas e a interação entre países, por outro lado, essas mesmas afinidades identitárias¹¹², associadas a reivindicações territoriais, podem incorporar reações nacionalistas. Particularmente, no caso do seu vizinho xiita do Cáucaso que reivindicava algumas partes do Irão, como as províncias de Ardabil e Zanjan, sendo acusado de promover visões nacionalistas junto da população. Assim, para os líderes iranianos, o nacionalismo do Azerbaijão representava uma ameaça à sua integridade territorial (Barry 2016).

Durante o governo de Ahmadinejad, com todos os eventos que pareciam indicar a emergência iraniana, fator que causava apreensão sobre o avanço do Crescente xiita, no caso do Azerbaijão, o que se verificou na verdade foi a deterioração das relações com um país próximo, não só territorialmente, mas ao nível cultural, social e religioso, em prol de uma melhor perceção das necessidades, problemas e ameaças do Estado iraniano.

Inclusivamente, sobre este tema, o estudo de Brenda Shaffer, constata que: “Iran’s Shi’a identity (...) did not influence Iran’s choice to support Armenia in its conflict with Azerbaijan. (...) Iran’s support for Armenia is taken as evidence that identity does not matter in foreign policy” (cit. por Warnaar 2013, 31). Parafrazeando Barry que explicita objetivamente as escolhas diplomáticas do Irão: “Islamic identity is a core element of its national ideology but its not pursued at the expense of all others” (2016, 60-61).

6.2. Ahmadinejad e a perpetuação do Paradigma de Karbala: *mostazafin* e *mostakberin*

A identidade iraniana deriva diretamente do seu legado revolucionário, cujas alterações tiveram implicações internacionais. Isto é, pré Revolução, o Irão não tinha qualquer participação internacional, era submisso e estava sob o domínio de potências estrangeiras, sendo impedido de se desenvolver autonomamente. Nos pós, tornou-se ativo, e um exemplo para os restantes países, pois era um símbolo da resistência contra os *arrogant powers*. Colaborava para a paz e justiça, o que permitiria a sua independência e o seu desenvolvimento (Warnaar 2013).

O contributo da Revolução de 1979 é inquestionável para a postura adotada por Ahmadinejad na condução da sua política externa, pois a partir desse evento: “the Iranian nation changed itself from oppressed by the arrogant powers to resistant, and from helpless to independent” (Warnaar 2013, 171).

¹¹² Esta afinidade é visível pois existe muita proximidade entre o povo iraniano e o povo azeri, sendo que chegam a considerarem-se como um só povo ou as mesmas pessoas. (Barry, 2016).

O Irão ganhou a capacidade e dignidade, para se defender e resistir à exploração que sofria por parte de externos. A Revolução modificou a sua identidade, e a partir desse momento, com a orientação de Khomeini, começou um novo rumo pelo desenvolvimento (“path (...) path of God (...) bright path (...) the path of honor, etc.”) (Warnaar 2013, 92) encontrando-se ainda no processo de mudança e desenvolvimento, que se prolongará por vários anos, tendo de ultrapassar vários obstáculos, em busca da glória e honra.

Por conseguinte, pode-se afirmar que Ahmadinejad era também opositor do *status quo*, o único espaço onde seria possível confrontar os EUA e os seus aliados, nomeadamente Israel, era fora do sistema em vigor (Haghighi e Tahmasebi 2006). Deste modo, o Sistema Internacional não era inalterável, numa visão comum à do anterior Líder Supremo, mas era capaz de suportar a mudança, e que o país não teria de se adaptar a ele, mas sim alterá-lo (Warnaar 2013).

Este comportamento, poderá ajudar a entender algumas atitudes mais controversas do presidente iraniano, como a desvalorização do Holocausto como um mito - forma de deslegitimar o Estado de Israel. Esta questão, associada à causa palestiniana, centravam o Irão e Ahmadinejad como líderes do mundo muçulmano e do revisionismo do Holocausto¹¹³, entrando por isso em colisão com os EUA e Israel e contestando os ideais ocidentais. Através da promoção desta ideia, Ahmadinejad estaria a ofuscar as diferenças sectárias, aproximando-se dos Árabes sunitas e, conseqüentemente, alcançaria maior destaque regional e global. Por sua vez, estas declarações aproximaram o Irão de outros atores, que operavam também afastados do *status quo*, como indivíduos ligados à extrema-direita ocidental. Neste sentido, citando Michael explicitou que a negação do Holocausto permitira agregar os críticos da política externa norte-americana no Médio Oriente, dos judeus e do sionismo (Michael 2007).

Não obstante, ao contrário desta temática conflituosa, na 67^a Assembleia Geral das Nações Unidas, Ahmadinejad espelhou internacionalmente uma postura mais moderada, nomeadamente, declarou a dedicação da nação iraniana na promoção da paz, tranquilidade e estabilidade, através da cooperação mundial (PBSNewsHour 2012).

Porém, os líderes iranianos mencionavam, sem se referir diretamente a nenhum, vários países, nomeando-os como: “arrogant powers (...) bullying powers, colonial powers, domineering powers and hegemonic powers” (Warnaar 2013, 82). Neste conjunto de Estados estão implícitos os EUA (os líderes), mas também países europeus e Israel. Porém, estes termos, não se referem apenas a Estados, nem obrigatoriamente ao Ocidente, nomeadamente alguns países não ocidentais podem incluir-se neste

¹¹³ Os seus defensores, acreditavam que os detalhes deste evento foram propositadamente exagerados de formar a gerar simpatia mundial pelos judeus e legitimar a criação do Estado de Israel (Michael 2007).

quadro. Não é um confronto entre Ocidente e o não Ocidente, mas sim entre os *arrogant powers* e as suas vítimas. Por sua vez, os primeiros eram os imperialistas e colonialistas. Apesar de já não existirem países colonizados, estes, ainda sofriam os efeitos negativos do seu domínio. Não obstante, os povos tinham em parte responsabilidade pelos seus problemas, visto que escolheu viver afastada da religião e do que lhe foi inculcado pelos seus Profetas (Warnaar 2013).

A noção do inimigo estrangeiro é também um modelador das suas políticas internas. Isto porque resistir ao opressor estrangeiro, pertence à sua “Iranian nationalist mythology.” (Ansari 2007, 45). Era evidente a dedicação de Ahmadinejad na defesa do Irão, sendo que o Irão se identificava como vítima dos *arrogant powers*, democrático e moral (Warnaar, 2013) pelo que críticas às suas políticas eram classificadas como anti-patrióticas. A concentração na ameaça externa, permitia-lhe desviar a atenção dos problemas e críticos internos para o estrangeiro. Deste modo, o Ocidente era o culpado pelos problemas do Irão, e não a (má) gestão do governo (Ansari 2007).

Deste modo, estas conceções são a continuação das crenças de Khomeini, incorporadas nos primeiros tempos da República. A questão dos *arrogant powers*, retrata a divisão do mundo entre esses poderes, os opressores, e os oprimidos. Além disso, a política externa de Khomeini moldada por valores anti-imperialistas e anticolonialistas, relacionavam-se com a política externa de Ahmadinejad (Kaya, Şartepe 2016)

O Irão tinha assim o dever de liderar e ser um exemplo para os países vítimas da hegemonia dos *arrogant powers*, países esses, alguns, com afinidades histórico-culturais com o Irão, como o Afeganistão e Iraque, por conseguinte, acentuando o papel e a importância do país nesta missão. Por sua vez, a seu favor estiveram a remoção de Saddam Hussein, mas também dos Talibãs (opositores do Irão), e o consequente aumento da sua influência nestes Estados, que possibilitou a concretização dos seus desígnios. Não obstante, esta responsabilidade recaía também sobre os vários países árabes que permaneciam complacentes com os *arrogant powers*. Assim, o Irão procurava laços de cooperação mais abrangentes, além dos estabelecidos com países congéneres (Warnaar 2013).

O diálogo e a ação direcionada para todos os países do Médio Oriente garantiriam a sua união, e, como resultado disso, ser possível criar uma coligação regional contra os opressores. Para solucionar os problemas, a *umma* teria de permanecer unida, ignorar as tentativas de separação do exterior, e eliminar do Médio Oriente intervenientes opostos às suas crenças religiosas, que subordinavam os povos. Esta interferência levava-os à ruína identitária e, inevitavelmente, também política e económica, prejudicando o Médio Oriente na sua generalidade (Warnaar 2013).

O Líder Supremo Khamenei, mencionava estar iminente a revitalização do Islão como resposta e resistência ao domínio ocidental. Assim, aqueles que procuravam dividir a *umma*, cientes que o seu poder e domínio na comunidade muçulmana estaria a enfraquecer, tentavam depreciar o Islão, através do apoio aos seus inimigos (“writers and artists who insulted the Prophet”) (Warnaar 2013, 87) e através da disseminação de conflitos entre Xiitas e Sunitas.

Portanto, os muçulmanos tinham um inimigo comum, os *arrogant powers*, e para contrariar a sua presença, a sua união significaria assumir a identidade muçulmana e seguir o caminho de Deus. Na verdade, estes, ansiavam por uma região estável, pacífica, próspera, algo que só seria possível sem interferência externas, nomeadamente dos EUA. Por sua vez, o Irão, justificava algumas das afirmações hostis sobre si por parte dos países árabes, como manipulações e propaganda negativa do Ocidente (Warnaar 2013).

Nos seus discursos, Ahmadinejad apresentou vários problemas mundiais – pobreza, opressão, questões ambientais e morais (como o estatuto da mulher), violações de direitos humanos e falta de segurança e paz. Por conseguinte, segundo o presidente iraniano estas adversidades sucediam do *status quo* instaurado após a Segunda Guerra Mundial, e o conseqüente domínio e subjugação dos países vitoriosos (*arrogant powers*) sob a humanidade (Warnaar 2013).

Nestas condições, alguns Estados demonstravam dificuldade em competir e participar no Sistema Internacional, pois a primazia dos EUA sobrepunha-se a quaisquer interesses desses Estados, o que impedia o seu desenvolvimento. Este conjunto de países eram forçosamente dependentes, o que possibilitava a sua exploração global, continuando os poderes hegemónicos a usufruir dos recursos de outrem para benefício próprio, alimentando a sua própria riqueza. Estes eram os detentores e controladores do Sistema Internacional, institucionalizando o seu poder e moldando a opinião mundial. Estes recorriam a meios coercivos para manter a sua hegemonia, tais como ameaças militares e económicas, mas também através de guerras psicológicas e manipulações (Warnaar 2013).

Por sua vez, a ingerência dos *arrogant powers* estendia-se até às organizações internacionais (ex. Nações Unidas), desacreditadas pelos líderes iranianos, que admitiam existir apenas para proteger o *status quo* e a hegemonia norte-americana. Estes continuavam a sua supremacia através da imposição das suas vontades sobre os outros, fomentando a injustiça na ordem global (Akbarzadeh 2015).

Ahmadinejad referia publicamente que tinha chegado o fim da sua hegemonia, o fim do colonialismo, do imperialismo, da humilhação de certos países, da discriminação, e a imposição de valores e tendências de um pequeno grupo, sobre a maioria (Warnaar 2013).

Também a interferência na causa palestina, como já mencionado anteriormente, eleva o seu estatuto e relevância na região. Por sua vez, esta causa relaciona-se ideologicamente com as crenças da República Islâmica, como por exemplo, a existência de injustiças proporcionadas pelo Ocidente e a divisão do mundo entre opressores e oprimidos. O Irão transpunha assim o conflito para a sua realidade nacional procurando angariar o apoio das massas (Barzegar 2010).

Tal como referiu em 2012 na 67^a Assembleia Geral das Nações Unidas, Ahmadinejad enalteceu a sua nação: “I represent a great and proud nation that is a founder of human civilization and an inheritor of respected universal values. I represent a conscious nation which is dedicated to the cause of freedom, peace and compassion, a nation that has experienced the agony and bitter times of the aggressions and imposed wars, and profoundly values the blessings of peace and stability” (PBS NewsHour 2012, at 1:32-2:03).

No entanto, os *arrogant powers* tinham permanecido imutáveis, sendo que continuavam motivados em dominar o Irão, e para tal procuravam isolar e debilitá-lo. Estas atitudes explicam o seu estatuto de vítima (vítima de propaganda, de acusações, de sanções, é lhe negado direitos, etc.) e inspiram a sua resistência. (Warnaar 2013).

A desconfiança relativa à potência ocidental e à sua presença no Médio Oriente, prosperou com a presidência de Barack Obama. No entanto, enquanto alguns anteviam uma possível alteração na sua abordagem ao Irão, para os líderes iranianos a intenção norte-americana na aproximação aos países muçulmanos mantinha-se imutável – isolar o país de forma a limitar a sua influência e desenvolvimento, interferindo nas relações regionais contra o Irão (Barzegar 2010).

Khamenei proclamava a conceção de que os governos ocidentais operavam hostilmente, esperando estagnar o desenvolvimento tecnológico e científico do Irão, através de sanções, nomeadamente, associadas ao seu programa nuclear. Na sequência deste argumento, as sanções económicas pertenciam a um conjunto de agressões e pressões vivenciadas desde a Revolução. Estas tentativas de enfraquecimento eram contestadas pelos líderes iranianos, que apelavam ao contínuo enriquecimento de urânio e o estabelecimento de novas centrífugas como forma de resistência às sanções (Borszik 2016).

Ahmadinejad defendia junto da sua audiência doméstica que o seu programa nuclear era a simbolização do seu avanço tecnológico e científico, correspondendo a aspirações de liderança regional e resistência à hegemonia ocidental (Borszik 2016). Não obstante, o direito nacional de enriquecer urânio teria propósitos pacíficos (Hiro, 2018).

Por sua vez, a resistência era representada pelo sucesso das suas políticas internas, apesar dos constrangimentos impostos pelos *arrogant powers*, e para Ahmadinejad, ao nível externo, devido à defesa internacional dos seus direitos, posicionando-se contra as práticas prejudiciais dos *arrogant powers* (promotores da injustiça, *bulllys*, entre outros) (Warnaar 2013).

Desta forma, a sua vitória sobre os *arrogant powers* passava pelo progresso nacional e por manter a sua independência e resistência. Estas circunstâncias eram especialmente importantes para o Irão, visto que o desenvolvimento científico e tecnológico era de extrema importância interna, e era o principal alvo dos seus opositores (Warnaar 2013).

Esta confiança no seu poder, contrasta com a sua preocupação histórica sobre a interferência externa no país. Apesar da sua quase obsessão¹¹⁴ sobre este receio, o Irão proclamava que conseguia eficazmente ultrapassar as pressões impostas por externos. Por sua vez, esta atitude deu azos a uma tendência denominada por Hinnebusch e Ehteshami como: “the arrogance of nonsubmission” (2002, 285), e que surgiu com o Ayatollah Khomeini, que delega uma grande importância ao Irão, demonstrando a sua infabilidade e imunidade às ações norte-americanas.

Todos os países vítimas dos *arrogant powers* deviam combater os hegemónicos. Por conseguinte, a sua interação com o mundo não-muçulmano também envolvia um discurso religioso, não associado ao Islão, mas a outras religiões monoteístas, como o Cristianismo e de uma forma não explícita, o Judaísmo. Todas estas crenças eram ameaçadas pela imoralidade e agressão, sendo importante a coesão entre elas (Warnaar 2013).

No entanto, o que o Irão idealizava sobre a resistência e a eliminação dos poderes hegemónicos da região, viria a concretizar-se com o rebentar da Primavera Árabe. A alteração de regimes políticos autoritários, à semelhança do que havia ocorrido em 1979, significou para o Irão, que tal como ele, outros países se tinham insurgido contra os seus regimes e a dominação ocidental (exceto a Síria), assumindo por isso, algum crédito por essas ações (Warnaar 2013).

Estes eventos trouxeram outros desafios para a política externa iraniana. O facto de o Irão e os aliados árabes apoiarem grupos sectários diferentes na Síria, despertou algumas memórias, nomeadamente, o fantasma do Crescente xiita, visto que o apoio a Bashar al-Assad significou para os Árabes, que o Irão continuava com as suas políticas de influência para destabilizar a região (Warnaar 2013).

O que durante a liderança de Ahmadinejad se verificou foi que as mesmas dinâmicas que sucederam no Irão várias décadas atrás, estavam a acontecer novamente, uma insurgência global contra

¹¹⁴ Como Hinnebusch e Ehteshami (2002) descrevem esta preocupação.

os seus opressores. Isto por sua vez, significou que o mundo estava a lutar contra a opressão promovida pelos atores hegemónicos, e por fim, a mudança do Sistema Internacional mencionada no discurso iraniano estava finalmente a acontecer (Warnaar 2013).

No entanto, esta missão internacional foi aproveitada internamente. Com as crescentes dúvidas sobre a sua legitimidade, como foi posta em causa nos protestos de 2009 que se seguiram à vitória de Ahmadinejad nas eleições, e os apelos a favor de reformas, os opositores ou dissidentes do regime eram caracterizados como os aliados do Ocidente. A partir desse momento, a securitização do seu sistema sociopolítico aumentou dada a maior perceção da ameaça externa. Assim, esta questão polarizou a luta contra o Ocidente para a esfera nacional, que se refletiu no esforço doméstico em proteger o regime das ameaças provenientes dos infiltrados que compactuavam com o Ocidente, invocando a união da população e ao mesmo tempo legitimando a repressão (Warnaar, 2013).

A sua reeleição em 2009 foi fortemente contestada. Era esperado que o seu opositor reformista, Mir Hussein Mousavi, fosse o vencedor das eleições de 2009 devido à elevada afluência de eleitores (84%), o que implicava uma participação expressiva da classe média alta e alta, que, tendencialmente, eram mais próximos do secularismo. Além disto, um debate televisivo em que Mousavi criticou a gestão de Ahmadinejad (problemas económicos e retrocesso na liberalização sociocultural) tinha suscitado a confiança na sua vitória. Porém, as determinações dos resultados deram a vitória a Ahmadinejad, com cerca de 62,5% dos votos contra 33,9% do oponente reformista. De seguida, sob suspeita de fraude eleitoral, surgiram protestos em várias cidades, considerados dos maiores desde a Revolução Islâmica (Hiro 2018). À medida que os protestos eram reprimidos violentamente, acentuou-se a crença de que, de facto, os resultados tinham sido manipulados, para evitar uma segunda ronda (Richard 2019). Estes movimentos de oposição ficaram conhecidos como Movimento Verde (Hiro 2018).

Kaya e Şartepe (2016) argumentam que, posteriormente à sua eleição, a facção conservadora começou a perder o controlo do governo. Richard (2019) explica também que a lógica de repressão que seguiu às manifestações, danificou a legitimidade da República. Logo, a inquietação civil, os problemas sobre o acordo nuclear, as sanções e a retirada de confiança do Líder Supremo, facilitaram a vitória do reformista, Hassan Rouhani.

Além disso, no Ocidente, acreditava-se que estes protestos resultariam, ou que seria possível, assistir ao declínio da República Islâmica (Richard 2019).

Capítulo VII: A ascensão e política externa reformista de Hassan Rouhani (2013-2021)

“The world will not have a better friend than Iran, if peace is what you seek”

Hassan Rouhani, 2018

Hassan Rouhani, trouxe uma abordagem realista e um discurso apaziguador, procurando afastar o Irão do confronto e aproximá-lo do diálogo, da interação e compreensão. Assim sendo, Zarif declarou que as políticas iranianas iriam corresponder aos princípios da dignidade, racionalidade e prudência (Zarif 2014).

A campanha eleitoral de Hassan Rouhani, considerado um reformista, foi então de tom mais moderado, promovendo tanto uma abertura externa – mudanças na sua atuação internacional, como abertura interna – criticou a censura dos media, como o seu antecessor havia feito, favorecendo a liberdade de expressão. Este banalizou ainda o exagerado controlo do Estado como a opressão interna, inspirada no ambiente de securitização de Ahmadinejad que procurava eliminar os infiltrados, acusados de compactuar com o Ocidente (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Hassan Rouhani assumiu poder a junho de 2013, quando o Irão se encontrava numa situação débil. Ahmadinejad tinha falhado na sua missão de recuperar a economia do país, de resolver o conflito nuclear, de resolver as divergências com a comunidade internacional, sofrendo ameaças de intervenção militar, graças ao seu tom provocativo. Estas posturas, favoreceram a aplicação de sanções económicas, que agravaram ainda mais o estado da economia iraniana. A sua administração acabaria por piorar as suas condições, devido à má gestão e corrupção financeira (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Além disto, a perseguição da oposição com recurso às forças de segurança, e conflitos entre conservadores e neoconservadores, debilitaram a sua, e a legitimidade do regime junto da população. Os últimos anos do seu mandato, e até no imediato da reeleição de Ahmadinejad, em 2009, enaltecem o ativismo social e o descontentamento da população iraniana, principalmente dos jovens, contra o governo (Warnaar 2013).

Relembramos assim o argumento que, a sociedade e as suas exigências, exercem pressão sobre o governo, influenciando a orientação das políticas estatais. Estas condições foram exemplificadas por Zarif, que afirmou que as posições pragmáticas do novo presidente, ao nível da política externa e interna, foram elementos de atrativos para o povo iraniano (Zarif 2014).

Por conseguinte, o sucesso eleitoral de Rouhani foi a manifestação do desejo popular para a mudança (Akbarzadeh e Conduit 2016b). Esta aspiração de mudança e liberalização, remanesceu na eleição para um segundo mandato em 2017, em que obteve 57% dos votos, num ato eleitoral com

elevada afluência popular (70%), que demonstrou a contínua vontade civil para maior abertura política, que incluísse maiores liberdades individuais (Strategic Comments 2017).

No entanto, apesar desta ideologia renovadora, era expectável alguma continuidade de princípios fiéis à República. Rouhani era fundamentalmente um homem do regime, conviveu no exílio com o Ayatollah Khomeini, integrou vários órgãos políticos e participou também nas negociações do Irão-Contra. Assim, tinha elevada compreensão sobre o regime, e tornava-o devoto à sua proteção (Colleau 2016).

A República Islâmica está assente nas fundações ideológicas de Khomeini, e o presidente deve corresponder as suas políticas, à vontade do Líder Supremo¹¹⁵. Nomeadamente, Rouhani assegurou que o regime continuaria o caminho de Khomeini (President calls for Muslims 2014). Segundo o mesmo, o líder da Revolução indicou o caminho a seguir, e o seu legado, inspira o combate ao colonialismo e ao domínio estrangeiro, e o conseqüente estabelecimento da soberania das nações e dos povos, dos julgamentos de Deus, do Alcorão, da *Sunnah* e do Profeta. Khomeini difundiu ainda mensagens de paz, moderação e o distanciamento do extremismo (Imam Khomeini established modern Islamic Govt. 2014). Rouhani assegurou que: “before the Islamic revolution, global superpowers used to interfere in Iran’s internal affairs and decide for the country. That era is gone, he said, adding, today, there is no power or superpower that can decide for (Iran’s) Establishment anymore... nor would we allow them to do so” (Islamic Revolution Guards Corps 2015, par. 6-7).

Ainda assim, na tentativa de diminuir os efeitos do faccionalismo, o presidente ambicionava a união nacional e, para isto, propagou uma narrativa sem catalogações, afirmando ser apartidário, capaz de adaptação (Colleau 2016).

Efetivamente, esta tendência pode ser visível recentemente. Depois da derrota de Donald Trump nas eleições de novembro de 2020 para o democrata Joe Biden, Rouhani declarou que o país aproveitaria as oportunidades oferecidas para levantar as sanções em virtude de uma possível abertura diplomática entre os dois países. Por conseguinte, o presidente informou que: “Wherever this favourable opportunity arises we will act on our responsibilities. No one should miss any opportunity” (Middle East Eye 2020, par. 4). Esta conduta não agradou os conservadores, apelidando-a de “over-excitement” (Middle East Eye 2020, par. 5). Não obstante, Rouhani refutou estas críticas e as inseguranças dos seus opositores, afirmando que os interesses nacionais e a sua segurança não eram questões faccionais ou partidárias.

Akbarzadeh e Conduit (2016b) explicam que um dos obstáculos à concretização dos seus objetivos de política externa provinham dos seus rivais domésticos, como elementos dos Guardas Revolucionários e dos conservadores. Segundo os autores, a relação entre a política doméstica e

¹¹⁵ Rouhani assegurou que o seu governo iria respeitar as orientações do Líder Supremo (The era of violence and extremism 2015).

internacional impôs significativas restrições à sua agenda política. Nomeadamente, apesar de Khamenei apoiar as negociações sobre o acordo nuclear, os conservadores protestavam esta iniciativa. Os mesmos acabariam por conseguir influenciar as escolhas iranianas relativamente aos seus vizinhos, como aconteceu na guerra da Síria.

Rouhani estava motivado em eliminar as debilidades político-económicas existentes, por conseguinte, procurou desenvolver a sua posição internacional em consenso com o Sistema Internacional e com o Ocidente. Esta ótica alargada deriva de ambições maiores: restabelecer o Irão à sua grandeza e relevância histórica global (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Desta forma, o seu plano reformista baseou-se em três pilares. O primeiro planeava reestruturar a economia e foi encarado como uma necessidade prioritária. Esta reforma estava dependente da dissolução das sanções económicas e da promoção de boas relações interestatais. Desta forma, o desenvolvimento económico estava intrinsecamente relacionado com uma política externa mais moderada, quando comparada com a do seu antecessor, sendo que, a política externa desafiante de Ahmadinejad tinha sido prejudicial para a economia. Rouhani desejava abrir a economia internacionalmente, sem nunca descuidar os valores e princípios nacionais (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

O segundo está relacionado com o primeiro, pois as disputas com a comunidade internacional sobre o programa nuclear eram também responsáveis pela aplicação de sanções, tanto por parte da ONU como por parte dos EUA. Assim, a concretização de um acordo nuclear implicaria, conseqüentemente, melhores condições económicas para o Irão (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Por último, uma alteração na sua abordagem diplomática regional e internacional, era a direção natural quando relacionada com os dois pilares supramencionados, e que colmataria no fim do seu isolamento internacional. Neste caso, ao contrário da narrativa do regime que retratava continuamente os EUA como o Grande Satã, e Ahmadinejad, que durante os seus mandatos criou uma distinta divisão entre o Irão e a potência ocidental, Rouhani verbalizou a necessidade de melhorar as relações com os EUA. Apesar da consciência de que existiam desafios crónicos à instituição de um relacionamento, Rouhani acreditava que seria possível ultrapassar estas barreiras se ambos revelassem boa vontade. Num ato sem precedentes, que simbolizou a sua motivação em cumprir a sua visão reformista, dois meses após a sua eleição, o presidente telefonou¹¹⁶ ao homólogo norte-americano (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

¹¹⁶ Tornando-se o primeiro presidente, desde a Revolução, a falar, diretamente, com um presidente norte-americano (Akbarzadeh e Conduit, 2016b).

7.1. O regresso ao diálogo entre civilizações?

Esta aproximação à potência ocidental, pode ser descrita com base na sua dualidade política. Isto é, a estratégia iraniana tendencialmente oscila entre resistir e desafiar e a conciliação. Por sua vez, estes comportamentos estão dependentes e variam de acordo com o contexto interno e geopolítico (Colleau 2016). Por exemplo, o Irão analisava a hostilidade dos EUA através das suas campanhas anti Irão, mas, mesmo assim, entendia que era necessário relacionar-se com ele, de forma a conter escaladas de tensões e desentendimentos (Zarif 2014).

Por sua vez, esta questão, incorpora o quadro geral de política externa, apresentada pelo governo de Rouhani – “achieving (...) constructive engagement and effective cooperation with the outside world” (Zarif 2014, 57). A nova abordagem diplomática direcionada para todos os países, incluindo para aqueles que antes eram marginalizados pelo discurso sobre os *arrogant powers*, e que viviam no confronto com o Irão, revela uma necessidade realista de acabar com o seu isolamento. Esta perceção pode ser sustentada, citando Saikal, que retratou estas características de política externa, afirmando que: “despite Tehran’s strong public Islamic ideological stance, its foreign policy is driven largely by nuanced Islamic pragmatic rather than idealistic considerations” (2016, 24).

Este percurso mais moderado, permitiu que se chegasse a um acordo interino em 2013 - Acordo Interino de Genebra, oficialmente nomeado como do Plano de Ação Conjunto Global (PACG), negociado entre o Irão e os EU/E3+3 (Reino Unido, França, Alemanha, EUA, Rússia e China), sobre o seu programa nuclear, que permitiu dar o primeiro passo para a redução¹¹⁷ das sanções económicas (Juneau 2014) dado que em troca, o Irão aceitou restringir o seu programa nuclear (Kaya e Şartepe 2016).

Esta postura foi também responsável pelos desenvolvimentos positivos na relação Irão-EUA, mas no geral, com o Ocidente, fundada na necessidade de desenvolver canais de cooperação mais amplos, que satisfizessem as necessidades internas. Esta ideia, é também fundamentada por Colleau (2016) que afirmou que a necessidade em fortalecer e diversificar relações amigáveis com atores regionais e externos, reflete a influência das questões económica na delimitação das prioridades e objetivos de política externa de Rouhani.

Após a implementação do PACG, a preocupação nuclear desapareceu, no entanto, no contínuo relacionamento com os países europeus, o discurso não alterou significativamente. Por exemplo, numa chamada telefónica com o homólogo búlgaro em 2016, Rouhani referiu que o acordo nuclear permitiu a expansão da cooperação com a UE (President: JCPOA a groundwork 2016). Todavia, continuava presente

¹¹⁷ Posteriormente, o Tratado de Lausanne em abril de 2015 também contribuiu para mais reduções de sanções. Este Tratado, permitiu que a AIEA inspecionasse as suas centrifugadoras e ordenou a redução da sua capacidade de enriquecimento de urânio (Kaya, e Şartepe 2016).

a necessidade de expandir o diálogo e a cooperação, como forma de criar oportunidades económicas e comerciais benéficas para ambos, e para combinar esforços conjuntos para questões securitárias relacionadas com a região e o mundo (Tehran, Rome determined to develop ties 2016).

Através da organização de visitas de Estado ou encontros entre representantes em conferências ou outros eventos internacionais, o presidente iraniano propagou mensagens cooperativas e de amizade entre o Irão e os restantes, procurando associar-se afetivamente com eles. Tal como afirmava, as relações com os países europeus tinham elementos tradicionais, pois existiam interesses e objetivos comuns (Iranian government keen on relations with European Union 2014).

Os seus laços foram definidos como históricos e culturais (Iran-EU cooperation will benefit region 2014) o que, possibilitava e contribuía para a aproximação entre o Irão e os países europeus. Os tópicos incidiam sobretudo nas áreas da económica e comércio, procurando colaborar com os países europeus nas áreas da indústria, científica e tecnológica, petróleo e energia (como por exemplo, a Geórgia que era vista como uma via para a exportação para a Europa), da farmacêutica, agricultura, transporte, indústrias, promoção do turismo e maior investimento do setor privado, entre outros. Estas iniciativas permitiriam fortalecer as relações bilaterais com os países europeus, mas também multilaterais (President calls for enhanced ties 2014; Iranian governments keen on relations with European Union 2014; Iran-EU cooperation will benefit region 2014; President calls for stronger cooperation 2015; Tehran, Rome determined to develop ties 2016).

Além disto, dados os acontecimentos regionais e as suas repercussões negativas também no Ocidente, existiam questões securitárias que o líder iraniano procurou explorar na sua relação com a Europa. Nomeadamente, o Irão afirmou-se como um aliado no combate do terrorismo e extremismo, sendo esta uma responsabilidade global e não apenas dos países do Médio Oriente (Dr. Rouhani calls on nations 2014; Iran and the EU can cooperate 2014). Era ainda necessário intervir na Síria, procurando resolver pacificamente o conflito através do diálogo e de uma vontade conjunta (Violence and extremism, a threat to the entire world 2014). Uma coligação entre Irão-Europa seria essencial para o fomento da estabilidade e resolução de problemas da região, e consequentemente, prevenir a instabilidade global.

Com a informação apresentada, é já perceptível a abordagem mais pragmática do governo de Rouhani quanto à escolha dos seus aliados, mas existe ainda outro exemplo que realça esta diferença entre Rouhani e Ahmadinejad - a reaproximação ao Azerbaijão. Rouhani e Javad Zarif, teriam de ultrapassar as alterações e a perceção de que o Irão preferiria o seu vizinho católico, desde o conflito sobre Karabagh. Desta forma, dividiram as responsabilidades na sua política no Cáucaso. Rouhani interagiu mais proximamente com o Azerbaijão, enquanto Zarif, presidiu a relação com a Arménia.

Seguindo esta atuação, o Irão esperava harmonizar-se com o Azerbaijão, mostrando que não existiriam preferências pelo seu vizinho (Barry 2016).

As trocas comerciais e assistência à Arménia depois do conflito, assim como a desconfiança quanto às políticas ideológicas do Irão, como o seu histórico de desejar a exportação da Revolução, eram alguns dos motivos que prejudicavam as relações com o Azerbaijão. Este país, ainda que xiita, não aderiu ao modelo islâmico adotado pelo Irão, e temia qualquer iniciativa¹¹⁸ do regime iraniano com vista à concretização desse objetivo (Sadri 2012). Por conseguinte, teria de ser dada mais atenção ao Azerbaijão, engrandecendo os elementos que os aproximava e que os poderia unir, como a proximidade histórica e cultural (Barry 2016).

No entanto, continuavam a persistir alguns impasses entre os dois. Os mesmos constrangimentos que existiam durante o governo de Ahmadinejad, como o secularismo e o nacionalismo azeri (como as conferências separatistas, que contribuíam para os receios sobre a integridade territorial do Irão), disputas sobre direitos do Mar Cáspio, a proximidade entre o Azerbaijão, Israel e EUA, assim como a relação Irão-Arménia, continuavam a ser motivos de desconfiança entre ambos (Barry 2016).

Porém, enquanto para Ahmadinejad estas questões não permitiam uma relação entre os dois países, para o seu sucessor, eram apenas alguns desentendimentos que teriam de ser ultrapassados. Um dos objetivos na sua interação com este país, era expandir os laços económicos e bilaterais como forma de melhorar as condições de vida e, por consequência, mitigar as tensões sociais e políticas vividas na altura (Barry 2016).

Em suma, Rouhani defendia políticas sem favoritismos, procurando interagir com os dois países do Cáucaso, refletindo necessidades realistas. Como Barry defende: “these encounters do prove one of the central points about Iranian foreign policy – that Iran is willing to be pragmatic, in this case with the ally of a sworn enemy, to achieve its policy objectives” (2016, 70).

A condução destas políticas foi posta à prova quando, em 2020, começou um novo capítulo no confronto¹¹⁹ entre a Arménia e o Azerbaijão. O presidente Rouhani interveio diplomaticamente, oferecendo-se como mediador na resolução do conflito¹²⁰. As divergências sobre Nagorno-Karabagh

¹¹⁸ O Azerbaijão tinha dúvidas sobre as suas motivações religiosas do Irão, e temia a crescente importância de grupos religiosos no país (Barry 2016).

¹¹⁹ Em setembro de 2020 as tensões aumentaram na região de Nagorno-Karabagh, procedendo à mobilização do exército e à escalada da violência. A Arménia acusou o Azerbaijão de atacar civis na região, controlada pela Arménia. Consequentemente o Azerbaijão preparou um contra-ataque, argumentando que estaria a proteger a população dos ataques do país vizinho (AlJazeera 2020b). Depois de seis semanas de confrontos na região, foi assinado um acordo de paz. Este acordo não favoreceu a Arménia, pois teve de ceder algumas áreas de Nagorno-Karabagh ao Azerbaijão (Euronews 2021).

¹²⁰ Rouhani mostrou-se apreensivo com a situação, declarando que a guerra e conflitos não solucionariam os seus problemas. A previsível instabilidade regional, adjacente ao confronto entre os dois países, também preocupava o presidente iraniano que considerou a paz, a segurança e a estabilidade na região, como pilares do desenvolvimento. Assim sendo, a região não suportaria uma nova guerra, nem o surgimento de um clima de instabilidade (War, conflict not the solution, complicate problems 2020). O presidente considerava que era necessário resolver a disputa entre os dois países, o mais rápido possível, respeitando as leis internacionais. Um clima prolongado de insegurança e instabilidade, fomentaria a infiltração de organizações terroristas na região (Regional peace, security, end of military conflicts very important 2020).

deveriam ser resolvidas segundo as leis internacionais, e com respeito pela integridade territorial (War, conflict not the solution, complicate problems 2020). Rouhani adotou uma postura equilibrada, ajustada às políticas conciliatórias do seu governo, como proposta na abordagem aos países do Cáucaso. Tendo em conta o que foi dito sobre uma política sem favoritismos, o presidente iraniano descreveu o Azerbaijão como um bom vizinho, duas nações fraternas e amigáveis, um país de afinidades para o povo iraniano (Regional peace, security, end of military conflicts very important 2020).

Por conseguinte, aquando do cessar-fogo, em dezembro de 2020, Rouhani encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros azeri, e manifestou a sua disposição em desenvolver a relação do Irão com o Azerbaijão. Aproveitando as suas fronteiras, Rouhani desejava melhorar a cooperação económica e comercial entre os dois países, e acelerar a implementação de acordos prévios (Iran determined to cement ties with Azerbaijan 2020).

O Irão mostrou-se solidário com a causa azeri, reconhecendo por diversas vezes o respeito pela sua integridade territorial. De certa forma, o Irão pareceu mais favorável às exigências azeris. Os oficiais iranianos caracterizaram a presença arménia como uma ocupação, e que o fim da mesma, fomentaria a paz e a estabilidade (AlJazeera 2020e). Em outra ocasião, Rouhani afirmou que o Irão não aceitava ocupações territoriais (We emphasise preservation of Azerbaijan's territorial integrity 2020). Assim sendo, quando Rouhani menciona o reconhecimento de fronteiras estaria a apoiar o Azerbaijão, e como já tinha defendido antes, a sua integridade territorial. Isto porque, apesar da região de Nagorno-Karabagh estar sob domínio de arménios apoiados pela Arménia desde a guerra nos anos 90, a região nunca foi reconhecida internacionalmente como uma República independente (AlJazeera 2020e).

Posto isto, as relações políticas de Rouhani seguiram dois caminhos distintos. Por um lado, adotou políticas divergentes das do seu antecessor. Focado em revitalizar o país (necessidades especialmente pragmáticas) e tendo em conta o ambiente político, legado de Ahmadinejad, Rouhani optou por estabelecer canais de cooperação com países pouco prováveis, como os EUA e generalizadamente, o Ocidente. Rouhani renovou ainda a ligação com o Azerbaijão, cujas relações tinham sido danificadas pelo governo anterior. Mas, por outro lado, em convergência com o caminho de Ahmadinejad, decidiu conservar outras alianças, como com os países do Médio Oriente, da América da Latina, e manteve ainda, de certa forma, as políticas direcionadas para o Oriente, quer com os países da Ásia Central, quer com a China.

A preservação das relações regionais, pode ser descrita em termos de geopolítica. Barzegar (2018) afirma que no seio da política externa iraniana existe a forte tendência para a cooperação regional, pois a área onde habita representa dois caminhos específicos na condução da sua política externa. O

Médio Oriente representa as oportunidades de crescimento económico e de desenvolvimento, através da interação e integração com os vizinhos e com regiões limítrofes. Representa ainda a possibilidade de enfrentar ameaças, e desafios securitários conjuntamente, como a presença norte-americana e israelita, mas também combater o terrorismo e o extremismo que vigoravam na região na altura. Desta forma, os líderes iranianos entenderam que para pôr em prática o seu projeto de desenvolvimento económico, científico e tecnológico, era importante se relacionarem política e economicamente com os restantes.

Regionalmente, Rouhani procurou interagir com os seus vizinhos, através da realização de visitas de Estado com vista à cooperação, de forma a fortalecer laços e reduzir os níveis de desconfiança regional (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

A aproximação aos países do Golfo era uma prioridade, dada a importância estratégica do Estreito de Ormuz. Ou seja, a posição geográfica de países como Omã, incentivou a consolidação das relações entre Estados (Iran gives high priority to ties with Islamic states, neighbors 2014). O convívio e proximidade com os Estados muçulmanos, e em específico com os países no sul do Golfo Pérsico¹²¹, era um dos pilares importantes na política externa da República Islâmica (Iran's hand of friendship extended to region 2014). Porém, este convívio com os seus vizinhos e outros Estados nas proximidades, tinha outros interesses além da ligação religiosa. Citando Hassan Rouhani: "The expansion of relations with neighbors and the creation of a more secure and more developed region are among the main priorities of Iran's foreign policy" (United Nations 2018, at 21:33-21:41).

As questões discutidas com os países muçulmanos incidiam nas necessidades económicas e comerciais, como energia, petróleo, *shipping*, questões aduaneiras, meio ambiente, turismo, entre outros (Iran-Oman ties example of good-neighborliness 2014). Sendo que, por exemplo, em junho de 2014 foram assinados seis documentos entre Irão e Kuwait, que fomentaram a sua parceria estratégica e relações bilaterais (Iran-Kuwait signed 6 cooperation documents 2014).

A assinatura de um acordo interino sobre a questão nuclear em novembro de 2013, permitiu a aproximação (através da realização de visitas de Estado, assinatura de acordos) entre Irão e os países do Golfo (Guzansky, 2015). O novo presidente iraniano, além das suas qualificações e entendimento dos assuntos securitários do Golfo e da sua flexibilidade ideológica, era também já conhecido dos líderes regionais. As atividades diplomáticas entre Irão, EAU, Omã, Kuwait e Qatar evoluíram desde 2013, até que, em 2014, nomeadamente, o primeiro-ministro dos EAU, verbalizou diretamente o seu descontentamento pelas sanções impostas ao Irão. Nomeadamente, não seria difícil reatar a relação

¹²¹ Por exemplo, uma iniciativa promulgada por Rouhani em 2019, denominada por *Coalition for Hope*, representava a responsabilidade histórica do Irão, na manutenção da segurança, paz e estabilidade e progresso nessas regiões. Juntamente com os restantes países, esta iniciativa teria também o objetivo de fortalecer as relações pacíficas e amigáveis entre os países da região, especialmente os localizados no Golfo Pérsico, Golfo de Omã e Estreito de Ormuz (United Nations 2019).

EAU-Irão, ainda que a relação com os EAU esteja também assente em contratempos devido a conflitos de interesses (disputas territoriais¹²² e programa nuclear), mas existiam entre os dois oportunidades de cooperação comercial e económica, que aproximava os dois governos e os diferentes Emirados (Guéraiche 2016).

Favorecido pelos infortúnios que emergiram na região, como o aparecimento do Estado Islâmico do Iraque e Síria e a proclamação do Califado no Iraque em 2014, vários países do Médio Oriente desviaram as suas atenções e suspeitas da expansão xiita, para os perigos do radicalismo e do extremismo (Guéraiche 2016). Por consequência, o Irão passaria a ser recebido como um possível aliado para a manutenção da segurança regional.

Como Estados muçulmanos, referindo-se exatamente desta forma, num encontro com o vice-primeiro-ministro do Omã em 2014, Rouhani declarou que os países da região tinham o dever e eram os únicos capazes de proporcionar a paz e segurança na região (Mutual interests require strengthening of bilateral ties 2014). A sua colaboração devia ser também orientada para a mitigação do terrorismo e extremismo, causas, por exemplo, que prejudicavam a relação entre Irão e Paquistão (President demanded “serious and swift action” 2014). Este tópico era de extrema importância visto que foram realizados encontros com vários países em 2014, incluindo um quadrilateral, entre Irão-Paquistão-Afganistão-Tajiquistão, onde a extinção do terrorismo foi dos principais tópicos abordados, pois segundo o Irão, representava uma fonte de instabilidade e insegurança para os seus povos (All regional countries believe 2014). Também com o primeiro-ministro iraquiano, Rouhani evidenciou a sua determinação em prestar auxílio ao país vizinho, e proteger o país da instabilidade e insegurança, originados pelos terroristas (President, Iraqi PM in a phone conversation 2014).

Rouhani conquistou alguns resultados positivos na relação com os seus vizinhos, por exemplo, foi possível estabelecer alguns parâmetros de cooperação como o acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em que os países do Golfo, liderados pela Arábia Saudita, concordaram que o Irão aumentasse a sua produção, e o acordo em 2017 que permitiu que cerca de 85000 peregrinos iranianos se deslocassem a Meca (Strategic Comments 2017).

Não obstante, na instabilidade que caracteriza o seu relacionamento com a Arábia Saudita, Guzansky (2015) explica que estas iniciativas era um concerto de interesses e que não poria fim a décadas de desconfiança, hostilidade e de rivalidades ideológicas e estratégicas entre eles.

¹²² Perduram contingências sobre a posse de Grande e Pequena Tunb, três pequenas ilhas que pertenciam ao Emirado de Ras Al Kaimah e que foram invadidas e tomadas pelo Irão em 1971 (Guéraiche 2016).

A importância regional do Irão tinha crescido até a chegada de Rouhani devido à influência no Iraque e ao seu envolvimento, juntamente com os EUA, no Afeganistão. No entanto, a sua interferência na Guerra da Síria a favor do seu velho aliado, ação prioritária¹²³, complicou o resto das suas relações políticas regionais, como por exemplo, com a Arábia Saudita, que temia o expansionismo hegemónico do Irão (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Porém, enquanto Rouhani tentava aliviar as pressões sobre o país, a realidade política da região adia mudanças significativas. A guerra na Síria perturbou o Médio Oriente, e a consequente escalada das tensões sectárias no conflito prejudicou o Irão. A nova política externa tratava-se de apaziguar as relações regionais e evitar confrontos com os seus vizinhos. Quando Rouhani assumiu o cargo, o Irão estava já envolvido na guerra, e o contínuo auxílio militar, dificultou as tentativas de aproximação com os seus vizinhos e prejudicou a sua imagem regional e internacional. O presidente iraniano, desejava ter uma abordagem mais cautelosa, face à acusação de que Bashar al-Assad teria usado armas químicas contra civis, atitude condenada, discretamente, por Hassan Rouhani (Barry 2016).

Mas, Akbarzadeh e Conduit (2016b) explicam que, o que se verificou no campo de política externa direcionada para o conflito da Síria, foi que, o presidente e o seu governo teriam pouco poder¹²⁴ e controlo para ditar a participação iraniana. Havia outro órgão, que estaria mais fortemente envolvido, e que defendia a intervenção a favor de regime - os Guardas Revolucionários¹²⁵. Estes tinham adquirido uma significativa autonomia económica e política¹²⁶ durante a presidência de Ahmadinejad, inclusive, grande parte do seu gabinete e o próprio Ahmadinejad tinham ligações ou pertenceram de facto à organização. Assim, ganharam a capacidade para dirigir alguns aspetos da política externa iraniana, nomeadamente na Síria, que foi considerada o limite para os Guardas Revolucionários, que viam como necessário a defesa do Eixo da Resistência (Akbarzadeh e Conduit 2016a).

¹²³ Visto que a dinastia regente era importante geopoliticamente para o Irão (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

¹²⁴ Em abril de 2021, foi divulgado um áudio em que Javad Zarif discutia as lutas de poder interno. Este evento causou distúrbios políticos no Irão, tendo o Líder Supremo Khamenei criticado as palavras do ministro dos negócios estrangeiros (AlJazeera 2021d). Segundo o Líder Supremo, as afirmações de Zarif eram a repetição das palavras hostis dos inimigos do Irão (Motamedi 2021a).

Esta gravação, fortalece o argumento dos autores. Zarif explicou que por vezes a diplomacia teve de ser sacrificada por aquilo que ele denominou de "the field" - as operações militares e políticas organizadas pelos Guardas Revolucionários. O mesmo afirmou ainda que a Rússia esteve contra o acordo nuclear, pois não beneficiaria da abertura do Irão ao Ocidente, consequentemente, indicou que a Rússia convenceu Qassem Soleimani a aumentar a sua presença na Síria e aumentar os voos para o país (AlJazeera 2021d). No entanto, segundo Zarif, o general também era desfavorável ao acordo e tentou sabotá-lo. Referiu ainda que desconhecia muitos dos assuntos em que o Irão estava envolvido, como as operações na Síria e no Iraque (Motamedi 2021a).

Zarif defendeu-se das críticas que foi alvo, nomeadamente provenientes dos conservadores, afirmando que favorecia "a smart adjustment between the militar and diplomacy" (AlJazeera 2021d, par.10). Por sua vez, os seus comentários referiam-se a uma "confidential theoretical discussion around the necessity of diplomacy and the field strengthening each other." (AlJazeera 2021d, par.11). Enalteceu ainda o trabalho de Soleimani no Afeganistão, no Iraque e combate contra o ISIS, e que as suas afirmações não se baseavam numa crítica pessoal ao general. O presidente Rouhani também o argumentou algo semelhante, e afirmou ainda que a divulgação da gravação foi uma tentativa dos seus inimigos de criar divisões internas

¹²⁵ Teriam grande poder sobre as decisões tomadas na Síria, mas ainda em outros países como o Iraque, Líbano, Afeganistão e Gaza. Com a ascensão do ISIS, mais este órgão sentiu a necessidade de participar ativamente no conflito. Este comportamento fez questionar sobre se existiriam limites à atuação do presidente em determinados aspetos da política externa do Irão (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

¹²⁶ Nomeadamente, Rouhani demonstrou preocupação sobre a integração da camada militar na política, afirmando que antigos generais devem-se manter afastados da política. O dever das forças armadas iranianas é militar e não seguir o caminho da política, o seu objetivo é proteger a soberania do país, e o seu governo. Não obstante, estas declarações foram proferidas em abril de 2021, no contexto das eleições que se realizariam em junho, retratam os receios reformistas, de que, no futuro, o Irão seja governado por militares, sendo que vários antigos oficiais demonstraram interesse em se candidatar (Middle East Monitor 2021b).

A sua participação proeminente no Iraque, fomentada também com o combate contra o ISIS, foi um dos motivos pelos quais a Arábia Saudita continuava a temer a instauração do Crescente xiita. Além desta situação, o surgimento do conflito sectário no Iémen em 2015 contribuiu para o agravamento desse sentimento, dado que, para o seu vizinho árabe, os Houthi, movimento responsável pelo golpe, eram uma *proxy* iraniana apoiada por eles para criar desordem. Desta forma, os sauditas intervieram para reinstalar o presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi (Akbarzadeh e Conduit 2016b).

Tendencialmente, a Arábia Saudita, agia de forma a mitigar¹²⁷ qualquer exortação de poder e influência iraniana, sendo então um dos motivos pelos quais era difícil estabelecer canais de diálogo entre os dois. Enquanto o Irão tentava, e com sucesso, negociar um acordo nuclear, o país árabe mostrou-se insatisfeito¹²⁸ com estes desenvolvimentos, pois para eles, o acordo era uma ameaça aos seus interesses. A longo prazo porque não impediria o Irão de ter poder militar nuclear, e a curto prazo, com o fim das sanções, o Irão conseguiria cumprir as suas ambições regionais. Esperavam ainda a normalização das relações comerciais e diplomáticas com a Europa e os EUA, o que poderia significar a balança de poder regional a favor do Irão (Bardaji 2016). Desta forma, defendia a manutenção de sanções económicas, porque eram um mecanismo eficaz de contenção (Juneau 2014).

Os pareceres sauditas quanto ao acordo nuclear eram conhecidos, e previam uma possível interferência norte-americana a comando de Donald Trump a seu favor. A administração procurava confrontar o Irão e parecia determinada em danificar a sua abordagem conciliatória, através do boicote do PACG, impedindo o acesso a benefícios económicos. Consequentemente, estas ações, serviriam para auxiliar o aliado saudita na sua estratégia política de animosidade contra o Irão (Strategic Comments 2017).

No passado, Zarif defendeu o comportamento iraniano de propaganda negativa, proveniente da Arábia Saudita. Quando confrontado com os argumentos, que a presença do Irão não tinha sido positiva

¹²⁷ Documentos revelados em 2015, relatam várias atitudes sauditas, nomeados por Hiro como “ongoing anti-Iran and anti-Shia crusade” (2018, 220). O autor narra que no período 2010-2015, que englobam os mandatos dos dois presidentes, documentos mostravam como o regime saudita gastava milhões de dólares na sua agenda religiosa (promover o Islão sunita, por exemplo, através da construção de Mesquitas, centros de estudo religioso e escolas, espalhava clérigos no estrangeiro, etc., e por outro lado focado em atacar o Islão xiita e o Irão). Outros documentos, revelam a sua preocupação com as atividades iranianas. Seguindo as indicações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as embaixadas sauditas na Ásia, África e na Europa, monitorizavam as missões iranianas. Estavam preocupados com a relação Irão-Tajiquistão, acreditando que era a tentativa de exportar a Revolução e a sua ideologia pelos países da Ásia Central. Consequentemente, o embaixador saudita em Duchambe, sugeriu que os oficiais tadjiques restringissem o apoio iraniano, obtendo financiamento alternativo, como provenientes da Arábia Saudita. Mais documentos expuseram que entre 2010 e 2013, o rei Abdullah tentou tirar do ar o Al Alam, um canal de televisão iraniano, mas falado em árabe. Estas tentativas de contenção eram também levadas a cabo em países onde os muçulmanos não tinham tanto impacto, como na China, em que foi pedido à embaixada saudita em Pequim, que sugerisse programas que confrontassem o expansionismo xiita na China. Na Tailândia, depois de ter sido atingida por várias cheias, o Ministro dos Negócios Estrangeiros requereu fundos à tesouraria, argumentando que o apoio saudita teria um impacto positivo junto dos muçulmanos no país e, consequentemente, dificultar a expansão da influência iraniana e a sua influência religiosa.

¹²⁸ Ainda em 2020, o rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz, pronunciou-se nas Nações Unidas contra o Irão. O mesmo, continuou a expressar o desagrado do país sobre o acordo nuclear de 2015, afirmando que permitiu o aumento das suas atividades expansionistas, a criação de redes de terroristas e o uso de terrorismo. O Irão foi referenciado como uma ameaça à paz e segurança internacional, responsável pela instabilidade regional e promotor do extremismo e sectarismo. O Irão defendeu-se destas acusações alegando que seriam o projeto de certos países (subentendem-se EUA e Israel) que pretendem criar divisões e conflitos entre os países da região, com o objetivo de vender armamento (AlJazeera 2020f).

para a estabilidade do Iraque, o Ministro procedeu citando¹²⁹ registos históricos que validavam uma posição contrária. Que de facto o Irão era um agente promotor da estabilidade e da luta contra o terrorismo (Zarif 2017).

Quanto às relações interestatais fora da região, Rouhani manteve ao longo dos anos as ligações com os países latinos. O seu discurso continuou a incidir nas semelhanças políticas e culturais, que deveriam ser usadas para a expansão de relações sobre diversas matérias (ex. economia, segurança). Quando Rouhani se relacionava com os seus contraparte, verifica-se que foram preservados o discurso e as noções de independência e resistência contra a intervenção de forças estrangeiras (President calls on Nicaraguan officials 2014). A sua união seria uma bandeira a favor dos países em desenvolvimento e resistência contra as pressões dos seus inimigos, mantendo a sua independência sem interferências externas nos assuntos domésticos (Independent states should unite 2014).

Com a Venezuela, um elemento em comum louvado na sua relação, foi o facto de Hugo Chávez ser opositor do regime sionista. Desta forma, Rouhani esperava que o presidente Nicolás Maduro continuasse as mesmas políticas (Independent states should unite 2014), sendo que os dois países eram um marco de união contra o imperialismo (US imperialism a more dangerous virus 2020). A mensagem produzida junto do presidente boliviano em 2015, foi que todos os países oprimidos podem vencer os opressores, se os enfrentarem (Rouhani: Resistance and resilience 2015).

Rouhani manteve também a orientação para o continente asiático, especialmente, os países da Ásia Central permaneceram atores relevantes na política externa iraniana, continuando a procurá-los para parceiros económicos e comerciais (President calls for boosting Iran 2014; No obstacles on the way of deepening Iran-Uzbekistan relations 2017; Developing Iran-Kyrgyzstan ties beneficial 2017). Por exemplo, foram criados múltiplos Memorandos de Entendimento, e outros acordos com o Cazaquistão em 2016, com o intuito de fortalecer as relações entre os dois países (Tehran, Astana ink 9 MoUs 2016). Também com este país, Rouhani tecia preocupações securitárias. O extremismo, o terrorismo e conflitos sectários, eram sérias ameaças para o os muçulmanos. Posto isto, a luta contra o extremismo deveria assentar nos princípios de união e cooperação islâmica (Signing 66 coop. docs between Iran, Kazakhstan 2016). O estabelecimento de relações mais fortes, com os países da região e com os seus vizinhos atenuaria a insegurança, a instabilidade e o terrorismo na região (Close ties with neighbours, a basic foreign policy for Iran 2016).

¹²⁹ Como o próprio mencionou: "Whose policies have been conducive to regional stability and whose policies have supported instability, it wasn't Iran that recognized the Taliban as the legitimate government of Afghanistan it was Saudi Arabia and the UAE, it wasn't Iran that undermined the democratic government of Iraq it was Saudi Arabia (...) it wasn't Iran that supported the terrorist, extremist groups in Syria, it wasn't Saudi Arabia that came to the help of Iraqis in Erbil and in Baghdad when ISIS invaded the country (...) Iran has been on the side of stability, Iran has been on the side of fighting terrorism and extremism, at least since 2001 we have a clear straight record of engaging in every attempt to counter terrorism in the region and unfortunately Saudi Arabia and the United Arab Emirates have been on the wrong side" (Zarif 2017, at 11:58-13:28).

Apesar de não partilhar fronteiras com o Uzbequistão, o presidente iraniano referenciou a história, a cultura, as semelhanças civilizacionais e os interesses nacionais e regionais comuns, como razões que ligavam os dois países. Logo, os laços históricos que partilhavam, permitiria o fortalecimento das relações entre os dois governos em todas as áreas, para benefício não só do Irão e Uzbequistão, mas também de toda a região (Iran welcomes deepening bilateral, regional, int'l ties 2017).

Mais recentemente, os representantes iranianos continuam a referenciar a importância e a proximidade entre o Irão e os países da Ásia Central. Tal como Javad Zarif declarou, no fim da sua visita por vários países da região em abril de 2021: “Central Asians aren't just neighbors; they're kin.” (Zarif 2021).

Ainda assim, estas opções diplomáticas não cumprem rigorosamente a abordagem de Ahmadinejad dada a abertura política do Irão para o Sistema Internacional.

Porém, no relacionamento com países como a China, permaneciam algumas questões, como a falta de solidariedade muçulmana e o seu silêncio perante alegados abusos infligidos aos muçulmanos, como em Xinjiang¹³⁰, e a sua relação fundada nos interesses económicos, como opção à pressão norte-americana.

Inclusivamente, os EUA criticaram o facto de o regime iraniano não condenar a violação de direitos humanos da minoria Uigur na China, e que tal comportamento debilitava a credibilidade do Líder Supremo como figura importante e líder do mundo muçulmano¹³¹. Os norte-americanos argumentaram que a dependência económica da China, impedia os iranianos de falarem abertamente contra o seu aliado asiático (Ramani 2018).

Ali Motahari admitiu que um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lhe confidenciou que o Irão mantém o silêncio sobre a opressão dos muçulmanos na China, devido à dependência e necessidades económicas. Por sua vez, Ali Motahari considerava que a inimizade com o Ocidente não deveria ser causa para a sua dependência da China ou Rússia, pois consequentemente, são impedidos de protestar, fechando os olhos perante as injustiças (Radio Farda 2020). Esta atitude

¹³⁰ Ali Motahari, figura da ala conservadora, já gerou controvérsia sobre este tema no Irão e junto de figuras políticas conservadoras próximas do Líder Supremo, pois é crítico da atuação do regime iraniano. Este alega que os chineses destroem mesquitas na província de Xinjiang e proibem a celebração de cerimónias religiosas (Radio Farda 2020). Um relatório por um investigador alemão alega que as mulheres são esterilizadas como forma de controlar o crescimento da população muçulmana. Além disto, os muçulmanos são postos em espécies de centros de detenção, chamados pelo regime chinês, como centros de reeducação (Haqiqatnezhad 2020). Nesses campos, relatórios alegam que os muçulmanos são abusados fisicamente e obrigados a abandonar a sua religião e língua (Estandari 2020). Pessoas anteriormente detidas expuseram os maus-tratos nos campos – doutrinação política, privação de sono e comida e injeções forçadas. Além disso, as pessoas são levadas para os centros de forma arbitrária (Gan, Westcott e Griffiths 2020). Há ainda relatos de tortura e tratamentos desumanos como abusos sexuais, trabalho forçado, havendo inclusivamente mortes (Gan, Westcott e Griffiths 2020). A maior parte dos campos foi construído entre 2017 e 2018 e já foram identificados 85 campos, que desde 2017 já receberam, pelo menos, um milhão de Uigures (Wood, n.d.) e outros grupos muçulmanos minoritários. Um relatório da Comissão Executiva do Congresso dos EUA informa que surgiram evidências que estarão a ocorrer crimes contra a humanidade e, possivelmente, genocídio (AlJazeera 2021a).

¹³¹ Esta crítica já tinha sido feita no âmbito da política “Look to the East” e o “paradox of Iran's foreign policy” (Akbarzadeh 2015, 98) de Ahmadinejad. O Irão precisaria de restaurar os seus ideais para poder reclamar a sua posição de liderança no mundo muçulmano.

revela o a dualidade iraniana. Isto é, enquanto o Irão é uma voz ativa, por exemplo, na causa palestina, relativamente aos abusos da China, prefere manter a discrição relativamente ao tema (Hashemi 2019).

Os iranianos validavam o comportamento chinês, e o tratamento da população minoritária muçulmana, afirmando que o problema da China não é o Islão, mas sim os muçulmanos que professam o Wahhabismo e Takfirismo, ramos conservadores do Islão promovidos pela Arábia Saudita, que se preparava para expandir para Xinjiang. Também o ISIS era uma ameaça para o país, pois temia-se a sua propagação pela região. Em suma, os *hardliners* iranianos, os próprios oficiais da República Islâmica e os Guardas Revolucionários, em consonância com as justificações da China, advogavam que estaria a agir em conformidade com as políticas anti radicalismo e não anti-Islão (Haqiqatnezhad 2020). O governo chinês esclarece que os centros são voluntários e que têm a função de reeducar a população muçulmana através da reabilitação (Hashemi 2019), através do ensino da lei e língua chinesa, locais onde aprendem competências úteis para o mercado de trabalho, e evitam o surgimento ou propagação do extremismo religioso e do terrorismo (Gan, Westcott and Griffiths 2020). Por sua vez, Rouhani defendia que os dois países deveriam também cooperar para a erradicação do terrorismo na região e na Ásia (Iran ready to promote ties with China 2019).

De facto, a China continuava a ser um importante aliado estratégico para o Irão, como o próprio presidente iraniano declarou (Ties with China always strategic 2019). A China é dos principais parceiros comerciais, por exemplo no comércio de petróleo (Esfandiari 2020), mantendo essa troca mesmo após as sanções. Porém, dados indicam que houve uma redução dessas compras e do comércio bilateral. Isto pode ser explicado pelas sanções económicas e o facto de a China procurar evitar confrontos com os EUA (Sadeghi 2020). A China é também crítica da saída unilateral do acordo nuclear de 2015 e o retorno das sanções económicas (Esfandiari 2020). Desse modo, em 2019, num encontro entre Javad Zarif e os homólogos chineses, o Ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano comunicou a necessidade de em conjunto, contrariar a tendência de unilateralismo e o desrespeito pelas leis internacionais, como referência aos EUA (Associated Press 2019). A instituição desta parceria estratégica simbolizaria o esforço conjunto de combate do unilateralismo. Ao contrário do individualismo, o projeto¹³² desenvolvido entre os dois, conciliava interesses comuns que ajudaria a paz e estabilidade internacional (Signing of 25-year Iran-China Comprehensive Strategic 2020).

¹³² Denominado Plano de cooperação de 25 anos, permitiria que juntos participassem em projetos de desenvolvimento de infraestruturas, projetos no âmbito da Nova Rota da Seda, e seria também uma oportunidade para atrair investimento económico, como na indústria, turismo, tecnologia de informação e comunicação (The 25-year comprehensive cooperation plan 2020). Por sua vez, este acordo foi assinado entre os dois a 27 de março de 2021 (Nasser 2021).

7.2.0 discurso de Rouhani e as semelhanças a Ahmadinejad

Além de maior abertura política e diplomática, nas suas temáticas, Rouhani expunha também uma imagem positiva dos objetivos do Irão. Procurava distanciar-se de qualquer noção fanática, e tentava justificar o combate ao radicalismo. Rouhani chegou mesmo a mencionar que: “there should be friendly and close relations between religions, cultures and thoughts. ‘We believe that all should respect divine prophets and religions’” (President calls for stronger cooperation 2015, par.10).

Em outra ocasião, clarificou que o país procurava a paz, justiça, assistência e resistência contra as injustiças (Crushing response awaiting any aggression against Iran 2015). O PACG abriu caminho para a cooperação e entendimento entre o Irão e os restantes países. Era seu desejo interagir pacificamente com os seus vizinhos, sendo o mensageiro de paz, segurança, estabilidade de todos os Estados da região (Iran’s approach to establish stability 2015), procurando também resolver os seus problemas com a comunidade internacional através do diálogo e negociações (The era of violence and extremism 2015).

Segundo o mesmo, o Irão não ambicionava conquistas territoriais, invasões, nem a usurpação de territórios, mas protegeria sempre que necessário o seu território, a sua dignidade e independência (Iran’s strong presence in nuclear talk 2015). Os seus vizinhos não deveriam temer o poder iraniano pois estes não eram favoráveis a tensões, agindo incessantemente em defesa da paz e estabilidade regional (Countries cannot pass these critical conditions 2020). A cooperação regional era promovida como o único mecanismo eficaz na resolução de qualquer dissidência, visto que, a interferência dos seus inimigos, como os EUA, representava uma ameaça à paz regional (EU should play its role against US 2020). Rouhani esclareceu ainda que o Irão cumpre o importante papel como ligação entre o Oriente e o Ocidente, protegendo o mundo livre da violência (United Nations 2018).

Quanto à produção nuclear, o presidente iraniano assegurou a sua legitimidade, argumentando que era um direito nacional produzir energia nuclear. Tal como Ahmadinejad havia verbalizado, Rouhani também esclarecia que estas atividades seriam para fins pacíficos¹³³, reafirmando a oposição à criação ou aquisição de armas de destruição maciça, atos vistos como ilegais e imorais (Iran-EU cooperation will benefit region 2014) e opostos às normas internacionais que o Irão consentiu. As suas crenças, princípios éticos e morais impedem a sua violação. Além destas restrições, a emissão de veredictos¹³⁴ do Líder

¹³³ Por exemplo, Rouhani proclamou em 2018, que o Irão defendia a paz e democracia por todo o Médio Oriente, e que, o seu conhecimento nuclear seria para pacíficos, pois o seu aproveitamento para a produção de armas nucleares era proibido, visto que, eles próprios tinham sido vítimas do terrorismo (United Nations 2018).

¹³⁴ Inclusive, o Líder Supremo publicou uma *fatwa*, em 2006, que proibia a produção e o uso de armas de destruição maciça, como as armas nucleares, assegurando que, é uma contradição do Islão (Borszik, 2016). No entanto, *fatwas* desta natureza já datam dos anos 90 (AlJazeera 2021b).

Supremo, inspirados nos ensinamentos religiosos, são razões fundamentais que impedem o Irão de prosseguir armas de destruição maciça (Iran never posing threats 2014).

Estas alegações sobre o Irão e o seu programa nuclear, segundo Rouhani, correspondiam à propaganda negativa do Ocidente que apresentava uma imagem irrónea do país, sendo que Ahmadinejad já tinha protestado estes mesmos comportamentos. Mas enquanto Ahmadinejad manteve uma posição inflexível quanto a um acordo, Rouhani refutava as críticas dos seus opositores, sendo seu desejo um acordo nuclear acreditando que seria um avanço positivo para o estabelecimento da estabilidade, segurança e paz na região e em todo mundo (All countries should strongly deal with violence and extremism 2015). Conceções opostas do que proclamavam os EUA e seus aliados, que acusavam o Irão de prosseguir os seus planos de energia nuclear para fins não civis. Estas recriminações danificavam a imagem do Irão e deviam-se à propaganda contra si (We seeking to counter Iran phobia 2014), que gerava, conseqüentemente, sentimentos de Iranofobia junto dos muçulmanos. (Crushing response awaiting any aggression against Iran 2015).

Desta forma, era uma prioridade do governo contradizer e acabar com a Iranofobia. Para Zarif (2014), estas campanhas anti-Irão, através da sua apresentação como uma ameaça à ordem global, derivavam do seu programa nuclear e eram conduzidas pelos EUA e Israel como forma de deslegitimar a República.

Não obstante, não existia somente propaganda anti-Irão, mas também sentimentos de Islamofobia. Zarif (2014) enquadra estas campanhas no pós-Guerra Fria, em que, com a extinção do inimigo e da ameaça soviética, a atenção desviou-se para um novo ator que ganhava visibilidade e estatuto global, os muçulmanos. Estas campanhas, promovidas por políticas estatais, eram a forma do Ocidente convencer o mundo que, os muçulmanos eram os seus novos inimigos.

Os dissimuladores deste julgamento junto da opinião pública mundial, eram apontados como os inimigos do Islão e dos muçulmanos, cujos objetivos eram criar e acentuar as divisões entre os muçulmanos (Government opposing Islamophobia 2014). A comunidade teria de acabar com as diferenças entre eles, para que em conjunto, pudessem revitalizar a civilização islâmica, através do combate da discriminação, da intolerância religiosa, da pobreza cultural, económica e espiritual, e a falta de desenvolvimento. Era seu dever unirem-se para propagar mensagens de moderação e combater o extremismo e a violência na comunidade muçulmana (President calls for elimination 2014). De acordo

Fatwa "É um decreto divino e é uma prerrogativa conferida às mais altas individualidades religiosas (Almeida e Silva 2016, 80). Em 2021 o ministro dos Negócios Estrangeiros Javad Zarif, também continuou a enunciar os fins pacíficos do seu programa nuclear e negou as acusações do Secretário de Estado norte-americano, afirmando que o Irão não estava a preparar-se para construir uma bomba nuclear, reafirmando inclusivamente, a ideia de que as armas nucleares são uma contrariedade às visões ideológicas do Irão (AlJazeera 2021c).

com Rouhani, o Islão orientava ainda os muçulmanos para a perfeição, prosperidade, paz, tranquilidade, fraternidade e amizade (President hopes Muslim world will honor peace 2014).

O confronto com o radicalismo indicava que os países resistentes seguiam o caminho da religião, pois o Islão significa paz (Terrorism condemned everywhere 2015). Motivado em combater a Islamofobia, o projeto iniciado pelo Irão e adotado pela ONU, o “World Against Violence and Extremism” (WAVE), passaria a mensagem que, o Irão seguia o caminho da prudência e do equilíbrio (Government opposing Islamophobia 2014), por isso criticava as atrocidades do ISIS nos países onde atuava, acusando-os de danificar e difamar o Islão (Islam is not a religion of violence and extremism 2015). Esta organização terrorista cometia atos (homicídio, violência em nome da *jihad*) de “Islamophobia and anti-Islam moves” (Terrorism condemned everywhere 2015, par.7), ou como afirmou na Assembleia Geral das Nações Unidas, eram uma “fake, distorted representation of Islam” (United Nations, 2018, at 24:09-24:12) e que contribuíam para que os inimigos do Islão propagassem uma imagem negativa da religião que não correspondia à realidade (President felicitates heads of the Islamic states 2015).

Todavia, continuava presente o sentimento orgulhoso iraniano, lembrando o discurso de Ahmadinejad de que a vitória sobre os opressores resulta da resistência e do sucesso das suas políticas, face aos constrangimentos impostos pelos seus inimigos. Nesta perspetiva, Rouhani afirmou algo semelhante quando proclamou que os seus inimigos nunca conseguiriam derrotar o Irão (Boosting production, export 2018), enfatizando que o Irão não se iria vergar perante a *bullying* e a coerção (History has shown that Iranians won't surrender 2020). Ambos os presidentes referiam-se ao Irão como uma grande nação (Boosting production, export 2018).

Apesar de todas as adversidades e de experienciar e resistir ao terrorismo económico, Rouhani, referiu que o Irão defendia os seus direitos à independência e ao desenvolvimento científico e tecnológico (United Nations 2019).

Internacionalmente, Rouhani vangloriava a resiliência iraniana, como indicação da assertividade na defesa dos interesses nacionais. Devido aos efeitos debilitantes das históricas sanções, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, citando o presidente: “a multi-millennial history of our country demonstrates that Iran and Iranians have never broken in the face of a storm of events – not even been bowed” (United Nations 2018, at 10:51-11:04). Consequentemente, o presidente comparou as sanções ao extremismo, visto que, o primeiro é a negação da vida e da prosperidade das pessoas, e o segundo é a negação do pensamento

Zarif desvalorizou os esforços norte-americanos. Para ele, as sanções económicas não produziam efeitos, afirmando que após tantas décadas de sanções, o Irão ficou imunizado. Assim, este

comportamento coercivo, que afetava a soberania e a dignidade dos Estados levava a movimentos de resistência e de independência política (Zarif 2017).

Neste sentido, Rouhani continuava a reportar o comportamento norte-americano como terrorismo, por exemplo, graças a eventos que ocorreram em 2020 – o assassinato de um importante oficial da sua força militar¹³⁵ num país estrangeiro, assim como a violação do espaço aéreo iraniano (History has shown that Iranians won't surrender 2020).

Porém, tal como havia proclamado Ahmadinejad sobre os *arrogant powers* anteriormente, as grandes potências ocidentais continuaram a ser denunciadas como egoístas, explorando a região para a concretização dos seus interesses, através da usurpação dos seus recursos (gás e petróleo), criando divisões entre os muçulmanos e espalhando mensagens de Islamofobia junta da opinião pública mundial (Government opposing Islamophobia 2014). Prevalencia o imperialismo norte-americano, um perigo maior para a sociedade do que um vírus¹³⁶, cujo comportamento *bully* e ganancioso prejudicava os Estados independentes como o Irão e Venezuela (US imperialism a more dangerous virus 2020).

O conflito na Síria, segundo Rouhani, representava perigo para a região, pois era a tentativa de legitimar, uma vez mais, a interferência norte-americana na região através do fomento da guerra, levando a uma nova ocupação e ao apoio ao regime israelita (Government opposing Islamophobia 2014).

Desta forma, os seus inimigos, os *arrogant powers*, ainda procuravam validar a sua agressão e ocupação no Médio Oriente através da divisão da comunidade. No entanto, o Irão estava preparado para ajudar aqueles, que tal como eles, continuavam a resistir à violência e ao terrorismo e ainda aqueles que procuravam libertar as suas terras da ocupação externa (Islam is not a religion of violence and extremism 2015). Na semelhança com o martírio do Imã Hussein, filho de Ali, Rouhani mencionou-o como um modelo, e que tal como ele, a nação iraniana nunca se iria subalternar aos opressores ou aos seus ideais (Iran's strong presence in nuclear talks 2015).

Além da sua vitória sobre o direito nacional de produzir energia nuclear, Rouhani advinha uma perdurável rivalidade com os seus inimigos que continuariam a conspirar¹³⁷ contra o Irão e a região, sendo necessário consolidar a Revolução, dado que a proteção da soberania da República é inseparável da Revolução Islâmica (Islamic Revolution Guards Corps 2015).

¹³⁵ Os norte-americanos foram responsáveis pelo assassinato de Qasem Soleimani (Gigova et all 2020), o comandante das Forças Quds. Este evento ditou a escalada de tensões entre Irão e EUA (BBC News 2020).

¹³⁶ Declaração feita por Rouhani no contexto da pandemia global COVID-19, numa chamada telefónica com o presidente venezuelano (US imperialism a more dangerous virus 2020).

¹³⁷ Por exemplo, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, Rouhani alegou que os EUA continuavam a prejudicar a participação internacional do Irão: “deprive Iran from the advantages of participating in the global economy and has resorted to international piracy by misusing the international banking system” (United Nations 2019, at 5:39-5:56).

Os países precisavam de ultrapassar todos conflitos de interesses e trabalhar em conjunto na dissolução de problemas comuns. Os problemas de um atingiam todos os outros, assim a ameaça a uma nação, deveria ser sentida como uma ameaça à sua própria nação (Islam is not a religion of violence and extremism 2015). A solução dos problemas que atingiam a região, dependia da solidariedade de todos os Estados que nela habitam (Regional problems should be resolved 2015).

Nas declarações de Rouhani, ficou sublinhada a necessidade de manter a comunicação e proximidade entre a comunidade muçulmana. Rouhani reiterou que o Irão procurava criar um ambiente de confiança com todos os países do mundo, especialmente, com os vizinhos, e que não desejava tensões entre Estados. Por sua vez, qualquer problema que surgisse, seria solucionado através da disponibilidade para dialogar, e assim resolver o conflito segundo uma abordagem amigável e fraternal, com base na igualdade e respeito mútuo (Iran never posing threats 2014). A cooperação entre os povos muçulmanos, permitiria neutralizar as conspirações dos seus inimigos (President calls for Muslims 2014).

Em 2014, o sucessor de Ahmadinejad abordava a importância da união, na 27^a Conferência Internacional de Unidade Islâmica em Teerão. Esta Conferência é um espaço de interação entre os diferentes países e clérigos que professam o Islão, e, representa a iniciativa histórica iraniana para encorajar a união, a empatia, a solidariedade e laços fraternais entre muçulmanos, um espaço onde é possível solucionar os seus problemas (Tehran Times 2019).

Rouhani verbalizou a importância da união e o repúdio pelos argumentos e comportamentos divisivos e sectários, e repúdio pela conceção expansionista e hegemónica que existia sobre o Irão, que contribuía para a desconfiança sobre as suas motivações. Referindo que o Crescente xiita não tinha qualquer fundamento, proclamando que: “We neither have Shia Crescent, nor Sunni Crescent, rather we have Islamic full moon” (Beginning of violence, deviation from moderation 2015, par.12).

O discurso de Rouhani em 2014, estava preenchido por várias conotações religiosas. Isto é, além dos apelos de união, por oposição das diferenças entre Sunitas e Xiitas, e a luta contra a violência e extremismo, o presidente chega, inclusive, a mencionar o Profeta e os seus ensinamentos, para direcionar e engrandecer os valores a serem seguidos pela comunidade (President calls for elimination 2014). Deste modo, tendo em conta os problemas que os muçulmanos enfrentavam – discórdia, injustiça, agressão e extremismo, era necessário retomar as orientações do Profeta, o mensageiro de Alá, que divulgou mensagens de coexistência pacífica, amizade e fraternidade (Dr. Rouhani calls on nations 2014).

Todavia, a narrativa política de Rouhani quando procurava agregar os vários países, assemelha-se aos apelos feitos por Ahmadinejad, dadas as expressões usadas por Rouhani no seu discurso. Em consonância com o seu antecessor, Rouhani criticou a hegemonia global e as suas tentativas em depreciar o Islão e em controlar as terras muçulmanas, sendo imperativo reagir e resistir aos opressores (Islam is not a religion of violence and extremism 2015). Prevalia assim a crença da existência dos poderes hegemónicos, opressores, e a solução para os eliminar seria orientar os países muçulmanos para esta missão.

A independência política e securitária era uma forma de afirmação do poder iraniano, a sua legitimidade e segurança derivam de si mesmos e não do auxílio de externos (Zarif 2017). No entanto, culpam externos pelos distúrbios domésticos. Como consequência da subida do preço e do racionamento do petróleo, medidas que, segundo os dirigentes iranianos eram vitais dados os efeitos das sanções¹³⁸ na sua economia, eclodiram manifestações nacionais em 2019. O governo iraniano culpou os seus inimigos, os sionistas, os norte-americanos e os sauditas, de serem os instigadores da inquietação civil (AlJazeera 2019a).

Rouhani, continuou ainda a contestação iraniana relativamente à ocupação israelita. Críticas ao Ocidente (ex. sensibilidade quanto a interferências externas), ou as críticas ao regime sionista permanecem independentemente da natureza política do presidente. Assim, vetores ideológicos dos presidentes parecem ser dependentes da sua herança política, protegida pela própria estrutura da República Islâmica.

Tal como Zarif (2014) escreveu, o novo governo iria continuar a apoiar os povos oprimidos, mas especialmente os palestinianos, através da contínua rejeição dos sionistas e a sua influência no mundo muçulmano. Para Rouhani, uma das maiores crises no Médio Oriente era a Palestina (Occupation of Palestine 2015). Israel foi retratado como a maior ameaça para a paz e estabilidade regional e global, devido ao seu armamento e capacidade militar, conjugado com ameaças de aniquilação nuclear (United Nations 2018). Israel não cumpria as leis internacionais, não respeitava os direitos humanos e as leis humanitárias, incorrendo numa guerra desigual contra os palestinianos (UN Security Council's passiveness is obvious symbol of injustice 2014).

Esta causa relaciona-se com a personalidade do regime iraniano - o apoio aos oprimidos, e o apoio à resistência contra os agressores e opressores. Sobre esta matéria, Rouhani julgava os EUA, pois

¹³⁸ Reintroduzidas em 2018 após a saída unilateral dos EUA do acordo, as sanções económicas, que abrangeram todos os setores da economia iraniana, já danificaram a economia iraniana em um bilião de dólares. Consequentemente, Javad Zarif a fevereiro de 2021, afirmou que iria negociar com os EUA, depois de restaurar o acordo nuclear de 2015, formas de compensação pelos danos sofridos (Motamedi 2021c).

esta potência era a principal responsável pela fragilidade da região, e por este defender¹³⁹ os opressores. (Iran's ultimate ideal to make peace 2016).

Dada a importância deste conflito para o Irão, na visão de Rouhani, as perpetuações de sucessivos crimes deviam-se à falta de união da comunidade muçulmana que respondia ineficazmente às agressões cometidas pelos sionistas. Logo, os muçulmanos deveriam ter solidariedade e aliarem-se contra os invasores (President calls for women and children's active participation in Quds Day rallies 2014). Em 2020, a decisão dos EAU em normalizar relações com Israel, foi um sinal de traição à causa palestina e a todos os muçulmanos, um grave erro que iria reforçar a união regional contra o regime sionista (AlJazeera 2020d).

Rouhani expressou ainda o seu descontentamento quanto à criação de coligações securitárias comandadas por forças estrangeiras. Por consequência, a derradeira solução para a firmação da paz e segurança no Médio Oriente era incompatível com a atuação estadunidense. A segurança e a estabilidade em todas as partes do Médio Oriente, só poderia ser alcançada através de esforços conjuntos regionais (United Nations 2019).

A nação iraniana desejava um futuro livre de violência e guerra, o retorno à justiça, paz, ao direito e ao respeito pelo compromisso (United Nations 2019).

A compreensão da Ordem Mundial e as suas dinâmicas assentes na cooperação e multilateralismo, foi a mensagem produzida por quem representava o Irão na organização da sua política externa. Enquanto alguns temiam a hegemonia e a ambição dos interesses iranianos, como já foi mencionado ao longo desta dissertação, publicamente, o discurso produzido pelo país era oposto a esta crença. Em vez de criar uma cisão entre as partes, o Irão proclamava incessantemente a especial união entre países muçulmanos para a resolução de problemas e progresso comum.

O Irão concedia prioridade ao multilateralismo e às relações interestatais. Para a resolução de problemas que o Irão considerava serem mundiais, ou que atingem vários países (confronto *dos arrogant powers*, terrorismo, etc.), a cooperação era a melhor solução. Zarif (2014) escreveu que o mundo incorre em relações de interdependência, e que os Estados, independentemente do seu poder e outros atributos, entendiam que a vantagem era cooperar. O isolacionismo não era motivo de exaltação nem benéfico.

Algo semelhante foi também defendido por Rouhani. Para este, a rejeição do multilateralismo não era sinal de força, mas sim um sintoma de fraqueza de intelecto, que incapacitava o entendimento de um mundo complexo e interconectado (United Nations 2018). O multilateralismo é um mecanismo

¹³⁹ Para Rouhani, as ações israelitas e os crimes contra os palestinos eram concretizáveis com a assistência material e militar norte-americana. Além disso, Israel contava ainda com a propaganda política da potência ocidental. (United Nations 2018) Rouhani criticou ainda o plano dos EUA e do regime sionista, como por exemplo, o Acordo do Século (United Nations 2019).

eficaz na concepção de soluções conjuntas para problemas comuns regionais e globais. A tendência para a cooperação era a nova forma de trabalho, em vez do confronto, submissão e rivalidades (Zarif 2014).

No entanto, o Irão mantinha o descrédito nas organizações internacionais, governamentais ou não governamentais. Por exemplo, movimentos sociais como a Amnistia Internacional, que luta pelos Direitos Humanos, alegaram que o Irão praticou diversas violações dos Direitos Humanos. O Irão negou as suas acusações, afirmando que a Amnistia seria uma organização parcial e apoiada pelos governos ocidentais como os EUA. Consequentemente, qualquer avaliação sobre o Irão carecia de objetividade e imparcialidade (AlJazeera 2020a).

Conclusão

Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani, assumiram os cargos da presidência em diferentes conjunturas político-sociais, mas em condições idênticas. Isto é, os problemas de gestão dos governos das fações no poder, contribuíram para que nas eleições seguintes, fossem eleitos candidatos das fações opositoras.

Ahmadinejad ganhou visibilidade numa sociedade descontente com a governação reformista de Khatami, e depois do retorno das relações hostis com os EUA, seguindo-se a declaração do Irão como membro do Eixo do Mal. Desta forma, o seu discurso nacionalista e a sua postura simplista, com uma educação comum e religiosa, foi bem recebido pelos iranianos, que viram em Ahmadinejad uma opção às elites políticas e à sua corrupção.

Por sua vez, anos mais tarde, Rouhani aproveitou o mesmo descontentamento da sociedade, mas neste caso, pela governação conservadora e repressiva de Ahmadinejad. Este não tinha sido capaz de melhorar as fragilidades iranianas. Aliás, permaneceram os problemas económicos e a corrupção, depois de anos de confronto com os EUA e com a comunidade internacional, com implicações para a economia iraniana. Por conseguinte, o discurso moderado de Hassan Rouhani, apoiante da liberalização, coincidia com os desejos do povo iraniano de um novo governo da República Islâmica.

Em suma, Ahmadinejad e Rouhani são distintos: o primeiro foi uma figura mais radical, conservadora, isolacionista, enquanto o segundo procurou ser moderado, reformista e internacionalista.

Porém, o regime da República Islâmica impede que os presidentes tenham a liberdade, se assim fosse o caso, de mudar a sua política interna ou externa. É por isso, por exemplo, que tanto em 2009, como em 2019, houve registos de repressão e violência contra os manifestantes, que em diferentes alturas protestaram contra o governo. A justificação dada pelos oficiais também foi semelhante - estas revoltas tinham sido o resultado das políticas norte-americanas contra o Irão.

Os valores e a missão da República são incontestáveis e intemporais, tais como a libertação da Palestina e a oposição a Israel, a vitimização do Irão e o seu papel revolucionário, exaltando os mártires iranianos como o General Soleimani, morto pelo Grande Satã. Na verdade, a continuidade ideológica de 1979 não se deve apenas à assimilação desses valores pela elite política, mas também pela forma como são protegidos e institucionalizados. Órgãos como o Conselho dos Guardiões, com a sua competência para pré-selecionar os candidatos a presidente, conseguem eliminar qualquer figura desviante, ou seja, que viole os princípios da Revolução.

Por isso é que apesar de uma aparente, e necessária, abertura política e económica de Rouhani, comportamento diferente de Ahmadinejad, quando analisando o seu discurso e as suas abordagens,

apercebemo-nos que ambos os presidentes eram fiéis representantes da República Islâmica. Até porque, Rouhani é igualmente um homem do regime, com ligações ao Ayatollah Khomeini.

Para ambos, a religião é visível no discurso e nas temáticas abordadas, e vigora da mesma forma desde Khomeini. Assim, a religião pode servir como meio de legitimação ou de enquadramento de algum valor ou valores.

Relativamente ao seu programa nuclear e às acusações de que teria o propósito de construir armas nucleares, Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani defendiam o contrário, declarando que teria apenas fins pacíficos. Neste sentido, a mesma ideia é enfatizada pela influência da religião no pensamento da República. Tal intenção não pacífica é uma contrariedade ideológica para o Irão, e, para esse efeito, existem decretos religiosos – *fatwas*, que proíbem a aquisição de armas nucleares. O mesmo tópico está também inserido na temática dos *arrogant powers*, sendo que a persistência iraniana em relação a este tema é um modo de resistência aos seus inimigos, que tentam travar o progresso e o desenvolvimento tecnológico do Irão. A defesa deste direito é fundamental para a sua independência e liberdade política, valores importantes para o Islão.

Por outras palavras, a religião, é um fundamento que proíbe que o Irão direcione a sua capacidade nuclear para a construção de armas de destruição maciça. No entanto, é também um fundamento que encoraja o Irão a defender os seus direitos.

Outro exemplo é o carácter revolucionário do Irão e o seu anti *status quo*, juntamente com o discurso que engloba a noção dos *arrogant powers*. Os dois presidentes mencionavam a existência de agentes opressores e imperialistas, e o importante papel do Irão como defensor dos países vítimas da sua subjugação e exploração global, dever assumido após o sucesso da Revolução (sendo esse ato uma revolta contra os governos tiranos e corruptos). Consequentemente, podemos aferir que esta crença advém das tradições e da história xiita, nomeadamente, através da leitura (política) de Karbala.

Para o Irão, o martírio de Hussein representa a luta ativa e um dever de revolta contra os opressores e as suas injustiças. Num mundo dividido e em confronto entre os opressores, corruptos e injustos, o mundo não-muçulmanos e os oprimidos, os injustiçados e o mundo muçulmano. O paradigma foi então adaptado para incluir os problemas do Irão contemporâneo, legitimando a rejeição da presença ocidental, a sua aspiração por independência e pelo retorno das tradições muçulmanas. Esta visão perdura enquanto continuarem a existir os opressores e os imperialistas, cujo objetivo é fomentar as injustiças e atacar os países muçulmanos. A fé xiita incute nos seus seguidores a crença de que são perseguidos e atacados, sendo preciso manter uma postura resistente ou de preservação, como por exemplo a prática de *taqiya*. Por sua vez, esta vitimização que os dois presidentes também manifestaram,

quando mencionavam a existência de poderes imperialistas e dos seus objetivos no Médio Oriente, é também produto da doutrina xiita e das suas narrativas, como o Paradigma de Karbala ou a Defesa Sagrada.

Além disto, estão presentes no pensamento iraniano outros elementos religiosos que enquadram os mesmos valores, como o fundamentalismo islâmico.

O Irão rege-se segundo este pensamento, concretizando por exemplo, um dos objetivos do fundamentalismo islâmico – instituir uma teocracia, não havendo separação entre política e religião. O Islão é considerado uma religião revolucionária, que apoia a resistência dos povos. Por isso os fundamentalistas rejeitam os poderes hegemónicos, o colonialismo e o imperialismo, assim como a influência política, cultural e social do Ocidente nas sociedades islâmicas. Como tal, uma política externa fundamentalista, como é observado no caso do Irão, opõe-se aos valores acima descritos. Para os fundamentalistas, o cumprimento dos ensinamentos e da moral do Islão, como por exemplo, viver segundo um sistema administrativo fundado nos seus princípios, são a única forma para que os povos muçulmanos possam viver prosperamente, em paz, segurança e estabilidade. Rouhani, também afirmou que seguindo os ensinamentos do Profeta e do Islão, os muçulmanos criariam o caminho da paz, tolerância e a justiça.

Por conseguinte, o Islão indica valores contrários aos dos imperialistas: justiça, a verdade, a moral, a independência e a liberdade, princípios para o benefício da *umma*. É ainda uma religião de paz e de moderação, por oposição ao extremismo de alguns muçulmanos. O Profeta propagou mensagens de coexistência pacífica, amizade e fraternidade entre muçulmanos, e por esse motivo, Ahmadinejad e Rouhani falaram diversas vezes da importância da união entre países muçulmanos, para que juntos, seguindo o Islão, pudessem desenvolver-se, opondo-se ao extremismo, à instabilidade e à imoralidade das interferências estrangeiras. Ambos declaravam ser necessária a união dos muçulmanos para combater os opressores, os invasores, ou seja, proteger-se e combater as ameaças e os problemas que afetavam os muçulmanos.

A influência do fundamentalismo, da tradição e história xiita, e no geral, dos princípios do Islão no discurso dos presidentes em análise, corrobora a afirmação de Fox (2001) relativamente ao papel da religião como um sistema de crenças que integra os valores dos *policymakers*. O facto de os presidentes iranianos propagarem a ideologia da República como uma extensão dos seus próprios valores, significa que estão a expressar doméstica e internacionalmente, preceitos associados à religião. Consequentemente, a influência da religião nos seus *worldviews* irá afetar o seu modo de ação. Além disto, em consonância com o que Akbarzadeh e Barry (2016) assumiram, o Xiismo, assim como o Islão,

incorporam, de facto, a identidade iraniana, sendo então possível assumir que a política externa iraniana, em parte, tem uma relevante componente identitária derivada da religião. O Iranismo é também visível na sua relação com os países da Ásia Central ou com os países do Cáucaso, procurando referir-se a eles como países irmãos, com história e cultura comuns.

Em suma, o papel da religião na política externa de Mahmud Ahmadinejad e Hassan Rouhani, serviu essencialmente como uma ideologia, influenciada pelo fundamentalismo islâmico e pela herança xiita. É uma agregação de valores associados ao Islão que o Irão usa para identificar os problemas mundiais e regionais e as suas soluções, para identificar os seus inimigos e os seus aliados, para distinguir o que é certo e errado. Estas dicotomias são depois abordadas nas suas interações e discurso político, como expansão dos seus valores.

Assim é possível explicar e enquadrar o comportamento constante de anti-imperialismo, anti EUA, anti *status quo*, de resistência e progresso, a advocacia da paz, liberdade, justiça, independência política, económica e social, os constantes apelos de união da *umma*, o seu apoio aos povos oprimidos, como o povo palestino e por consequência, o anti-sionismo. Tudo isto, que aparentemente, motiva a sua política externa. Estas questões não são meros elementos de luta nacionalista, mas também englobam a sua luta religiosa. Um dever do Irão, como país fiel seguidor do Islão, contra aqueles que ameaçam os seus valores, através da subjugação e exploração não só dos muçulmanos, mas dos povos vítimas por todo o mundo.

No entanto, como falamos em política, em alguns aspetos, ambos os presidentes atuaram pragmaticamente criando confrontos entre ação política e a religiosa. As várias circunstâncias mencionadas nesta dissertação estão diluídas em inúmeras motivações e interesses nacionais. Estas circunstâncias dificultam a obtenção de conclusões concretas e incontestáveis, e é o que torna a política externa iraniana dinâmica, e a meu ver, complexa.

As motivações políticas e também ideológicas da sua política externa acompanhar-se-ão na grande maioria dos casos, mas a balança nem sempre estará equilibrada. Como tal, estas contradições devem ser também explicadas.

Por vezes, as escolhas na sua política externa são contraditórias, seguindo caminhos diferentes do que é proclamado ideologicamente pela República. A relação com a China é um exemplo disso. Em contexto de análise de política externa, é possível constatar que a atuação de ambos o presidente foi, neste âmbito, realista e pragmática: a subordinação da religião aos demais objetivos do Estado iraniano. O Irão compactuava com as justificações chinesas sobre Xinjiang (centros de reabilitação, prevenção do

extremismo religioso) para a salvaguarda dos seus interesses nacionais, sendo a China um parceiro estratégico quer na narrativa anti-América, quer ao nível económico, comercial e securitário.

Neste caso, a balança tende para o pragmatismo, e a ideologia é em parte desfavorecida. Ainda assim, enquanto violava o seu princípio de defensor dos muçulmanos, é visível a temática dos *arrogant powers*, o desejo histórico de criar um Sistema Internacional alternativo, que passa pelo declínio da hegemonia dos EUA, global, mas também à escala regional. Para esta missão, é importante conseguir parceiros alternativos, como a China. Além disso, a China também estaria a combater o extremismo religioso, outro objetivo importante para o Irão.

Porém, a devoção iraniana à proteção e defesa dos direitos dos muçulmanos e o seu poder ideológico são postos em causa em situações como esta. Por isso é que alguns falam do *double standards* iraniano. Enquanto o Irão mantinha uma postura intransigente sobre a Palestina, ou outras causas relacionadas com os muçulmanos, o mesmo evitava condenar ou questionar publicamente o comportamento chinês, por ser economicamente dependente.

Nomeadamente, sobre a opressão do povo palestino, a aliança com o Hamas é também um exemplo da coexistência entre objetivos ideológicos e pragmáticos. O primeiro trata uma vez mais a questão da resistência, dos opressores e os imperialistas, a defesa dos direitos dos muçulmanos. O segundo trata-se de uma questão de integração política regional, a sua aproximação às massas árabes sunitas através da firmação do seu estatuto como país líder e defensor de todos os muçulmanos, diminuindo os efeitos das diferenças étnicas e sectárias.

A sua política externa relativamente à região do Cáucaso é outro caso que exemplifica as contradições, e as ambiguidades das escolhas estratégicas da República Islâmica. Como foi explicado nesta dissertação, a região tem um importante valor comercial e económico para o Irão. Não obstante, o Irão tem de equilibrar a religião quando se relacionava com o Azerbaijão e a Arménia. O Azerbaijão apesar de xiita, é um país secular, como tal, o Irão não deve dirigir-se a este país com base neste elemento. Ainda que o presidente Rouhani tenha retratado o Azerbaijão como um país irmão, com semelhanças culturais, o Azerbaijão desconfiava das intenções religiosas e da interferência iraniana, e, além disso, tinha outras preferências internacionais e regionais. Este discurso e o retorno à cooperação, teve então como necessidade primordial o desenvolvimento económico, sendo necessário garantir que o Irão era imparcial sobre a longa rivalidade entre o Azerbaijão e a Arménia, e desvalorizar as alianças do país com os seus rivais.

Nesta questão, podemos ver algumas das diferenças comportamentais entre os dois presidentes. Ahmadinejad mostrou-se mais radical e ideológico, enquanto Rouhani investiu e delineou uma estratégia

para a região mais pragmática, como forma de melhorar as relações com o Azerbaijão. No caso de Ahmadinejad, a religião e a economia não salvaguardariam o relacionamento entre as duas partes, pois questões de segurança e política sobrepuseram-se. Porém, importa mencionar a sua fidelidade a certos elementos da ideologia iraniana. Algumas críticas tecidas pelo Irão ao Azerbaijão passavam pela sua proximidade com os seus inimigos (Israel e os EUA), os *arrogant powers* e por exemplo, questionar a moralidade do Azerbaijão quanto à realização do festival da Eurovisão em 2012, num caso de reivindicação religiosa. Para Rouhani, as questões que influenciavam o seu entendimento continuaram a ser sobre interesses nacionais, com destaque para a economia, mas os meios para concretizar os seus planos foram distintos. Rouhani escolheu não afastar o Azerbaijão, tratando-o como um vizinho hostil, mas sim aproximar-se do país, em busca de maiores benefícios políticos e económicos.

Por sua vez, a Arménia, apesar de católica, apresentava os mesmos elementos que levaram o Irão a cooperar com o Azerbaijão. Assim não houve uma distinção entre religiões, ambos eram parceiros viáveis para a concretização dos objetivos iranianos. Neste contexto, ao contrário do esperado, tendo em conta os argumentos de que o Irão possui uma agenda sectária, a religião não teve um papel tão preponderante nas suas relações com o Azerbaijão, nem com a Arménia.

É necessária uma compreensão imparcial e objetiva sobre os apelos de política externa iraniana. O papel e a dimensão da religião são apenas uma fração da sua política externa, e a sua influência está muitas vezes presente, mas a adaptar-se às necessidades. Por fim, o comportamento que o Irão exhibe politicamente, reflete a sensibilidade da sua posição geográfica: numa região suscetível a conflitos, sensível sectária e etnicamente, com diferentes redes de interesses, poder e intervenientes, e sensibilidades económicas face à longa pressão internacional, mas também securitárias, que provoca o Irão a procurar alternativas e a acomodar o seu pensamento e comportamento.

Bibliografia

- Adib-Moghaddam, Arshin. 2005. "Islamic Utopian Romanticism and the Foreign Policy Culture of Iran." *Critique: Critical Middle East Studies* 14, n°3 (outono): 265-292. <https://doi.org/10.1080/10669920500280623>.
- Afsal, Muhammed. 2021. "The Qatar blockade is over, but tensions with Bahrain are not." *Middle East Eye*, janeiro 31, 2021. <https://www.middleeasteye.net/news/qatar-bahrain-blockade-ends-tensions-remain?fbclid=IwAR2hPZhYz-u5ilKyLkQVAy0BJop5rngXbqWhPwLMCCf-voXqbYWeyxLTkHE>. (consultado em fevereiro 2, 2021).
- Aghaie, Kamran. 2001. "The Karbala Narrative: Shi'i Political Discourse in Modern Iran in the 1960s and 1970s." *Journal of Islamic Studies* 12, n°2 (maio): 151-176. <http://www.jstor.org/stable/26198125>.
- Akbarzadeh, Shahram. e Conduit, Dara. 2016a. "Charting a New Course? Testing Rouhani's Foreign Policy Agency in the Iran-Syria Relationship." in *Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 133-154. ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Akbarzadeh, Shahram. e Conduit, Dara. 2016b. "Rouhani's First Two Years in Office: Opportunities and Risks in Contemporary Iran." in *Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 1-15. ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Akbarzadeh, Shahram. 2015. "Iran and the Shanghai Cooperation Organization: Ideology and Realpolitik in Iranian Foreign Policy." *Australian Journal of International Affairs* 69, n°1, 88-103. <https://doi.org/10.1080/10357718.2014.934195>.
- Akbarzadeh, Shahram e Barry, James. 2016. "State Identity in Iranian Foreign Policy." *British Journal of Middle Eastern Studies* 43, n°4, 613-629. <https://doi.org/10.1080/13530194.2016.1159541>.
- Ali M. 2007. "Chapter Three: The Ahmadinejad Presidency: Image and Foreign Policy." *The Adelphi Papers* 47, n°393, 41-65. <https://doi.org/10.1080/05679320701868169>.
- AlJazeera. 2019a. "Iran blasts Amnesty protest toll calling it 'disinformation'." *AlJazeera*, novembro 20, 2019. <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/20/iran-blasts-amnesty-protest-toll-calling-it-disinformation>. (consultado em setembro 2, 2020).
- AlJazeera. 2019b. "Why is the Strait of Hormuz so strategically important?" *AlJazeera*, julho 11, 2019. <https://www.aljazeera.com/economy/2019/7/11/why-is-the-strait-of-hormuz-so-strategically-important>. (consultado em dezembro 3, 2019).
- AlJazeera. 2020a. "Amnesty accuses Iran of widespread torture during 2019 protests." *AlJazeera*, setembro 2, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/9/2/amnesty-accuses-iran-of-widespread-torture-during-2019-protests>. (consultado setembro 2, 2020).

- AlJazeera. 2020b. "Fighting erupts between Armenia, Azerbaijan over disputed region." *AlJazeera*, setembro 27, 2020 <https://www.aljazeera.com/news/2020/9/27/heavy-fighting-erupts-in-disputed-nagorno-karabakh-region> (consultado em março 24, 2021).
- AlJazeera. 2020c. "Hezbollah, Hamas chiefs meet to discuss Israel-Arab ties." *AlJazeera*, setembro 6, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/9/6/hezbollah-hamas-chiefs-meet-to-discuss-israel-arab-ties>. (consultado em setembro 7, 2020).
- AlJazeera. 2020d. "How the world reacted to UAE, Israel normalising diplomatic ties." *AlJazeera*, agosto 15, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/8/15/how-the-world-reacted-to-uae-israel-normalising-diplomatic-ties>. (consultado em setembro 8, 2020).
- AlJazeera. 2020e. "Iran reassures Azerbaijan, slams 'rumours' of arms to Armenia." *AlJazeera*, setembro 30, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/9/30/iran-says-recognises-azerbaijan-territorial-integrity>. (consultado em março 24, 2021).
- AlJazeera. 2020f. "Saudi king denounces Iran's 'expansionism' in fiery UN speech." *AlJazeera*, setembro 23, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/9/23/saudi-king-calls-for-comprehensive-solution-on-iran-in-un-speech>. (consultado em abril 18, 2021).
- AlJazeera. 2020g. "UN tribunal: Hezbollah member guilty in Rafik Hariri killing." *AlJazeera*, agosto 19, 2020. https://www.aljazeera.com/news/2020/8/19/un-tribunal-hezbollah-member-guilty-in-rafik-hariri-killing?fbclid=IwAR3IOR6P3JDSdgnVyf9mOzV78YbHUsGSx9fvFaq_GxmLG3r49eBcNrD_ofQ. (consultado em agosto 19, 2020).
- AlJazeera. 2021a. "China possibly committed 'genocide' against Xinjiang Muslims." *AlJazeera*, janeiro 14, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/1/14/china-possibly-committed-genocide-against-xinjiang-muslims>. (consultado em fevereiro 22, 2021).
- AlJazeera. 2021b. "Iran could pursue nuclear arms, intelligence chief warns." *AlJazeera*, fevereiro 9, 2021. https://www.aljazeera.com/news/2021/2/9/tehran-could-pursue-nuclear-arms-irans-intelligence-chief-warns?fbclid=IwAR2Q9c-eaX8ZNoFjakzDdxGFbkzv-sWM_TDSdXDZq3mY8-zH6d5WwgcrVck. (consultado em março 11, 2021).
- AlJazeera. 2021c. "Iranian FM Zarif: 'Iran does not seek a nuclear weapon'." *AlJazeera*, fevereiro 1, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/2/1/iran-weeks-away-from-enough-nuclear-material-for-bomb-blinken> (consultado em maio 4, 2021).
- AlJazeera. 2021d. "Rouhani says leaked tape aimed to sow division in Iran." *AlJazeera*, abril 28, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/4/28/irans-rouhani-warns-against-division-as-fallout-of-leaked-audio>. (consultado em maio 15, 2021).
- Almeida e Silva, Teresa. 2016. *Islão e Fundamentalismo Islâmico – das Origens ao Século XXI*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação

- Al-Monitor. 2021. "Tehran hard-liner council bans leading centrists from presidential race." *Al-Monitor*, maio 25, 2021. <https://www.al-monitor.com/originals/2021/05/tehran-hard-liner-council-bans-leading-centrists-presidential-race>. (consultado em maio 25, 2021).
- Amirahmadi, Hooshang. 2015. "Dark Geopolitics of the Middle East." *The Cairo Review of Global Affairs*. <https://www.thecaireview.com/essays/dark-geopolitics-of-the-middle-east/>. (consultado em novembro 10, 2019).
- Ansari, Ali e Aarabi, Kasra. 2019. "Ideology and Iran's Revolution: How 1979 Changed the World." *Tony Blair Institute for Global Change*. Fevereiro 11, 2019. <https://institute.global/policy/ideology-and-irans-revolution-how-1979-changed-world>. (consultado em janeiro 22, 2020).
- Antidze, Margarita. 2012. "Iran's "gay" Eurovision jibes strain Azerbaijan ties." *Reuters*, maio 22, 2012. <https://www.reuters.com/article/azerbaijan-iran-idUSL5E8GM61H20120522>. (consultado em 22 de março de 2021).
- Arjomand, Said Amir. 1989. "History, Structure, and Revolution in the Shi'ite Tradition in Contemporary Iran." *International Political Science Review/ Revue Internationale de Science Politique* 10, n°2 (abril):111-119. <http://www.jstor.org/stable/1600710>.
- As-Saadi, Abdul-Ilah. 2020. "Ashoura: Why Muslims fast and mourn in Muharram." *AlJazeera*, agosto 28, 2020. <https://www.aljazeera.com/news/2020/8/28/ashoura-why-muslims-fast-and-mourn-in-muharram?fbclid=IwAR1liNv96n0fgzvDtnmeYbcukzJrA8x9bLmzgr8koeVPy30ITujpxL1Okel>. (consultado em agosto 28, 2020).
- Associated Press. 2019. "Iranian Foreign Minister Zarif in Beijing for Talks." *VOA*, agosto 26, 2019. <https://www.voanews.com/east-asia-pacific/iranian-foreign-minister-zarif-beijing-talks>. (consultado em maio 4, 2021).
- Barbarani, Sofia. 2019. "Iraqi protesters say Iran leaks confirm what they 'already know'." *AlJazeera*, novembro 20, 2019. <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/20/iraqi-protesters-say-iran-leaks-confirm-what-they-already-know>. (consultado em novembro 23, 2019).
- Bardaji, Rafael L. 2016. "Religion, power and chaos in the Middle East." *European View* 15, n° 1, 87-95. <https://doi.org/10.1007/s12290-016-0391-9>.
- Barry, James. 2016. "Brothers or Comrades at Arms? Iran's Relations with Armenia and Azerbaijan." In *Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 59-74. ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan
- Barzegar, Kayhan. 2008. "Iran and the Shiite Crescent: Myths and Realities." *The Brown Journal of World Affairs* 15, n°1 (outono/inverno):87:99. <http://www.jstor.org/stable/24590951>.
- Barzegar, Kayhan. 2009. "Geopolitical factor in Iran's Foreign Policy." *Middle East Institute*. Janeiro 29, 2009. <https://www.mei.edu/publications/geopolitical-factor-irans-foreign-policy>. (consultado em dezembro 6, 2019).

- Barzegar, Kayhan. 2010. "Iran's Foreign Policy Strategy after Saddam." *The Washington Quarterly* 33, n°1 (janeiro):173-189. <https://doi.org/10.1080/01636600903430665>.
- Barzegar, Kayhan e Divsallar, Abdolrasool. 2017. "Political Rationality in Iranian Foreign Policy." *The Washington Quarterly* 40, n°1 (primavera): 39-53. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2017.1302738>.
- Barzegar, Kayhan. 2018. "The Iranian Factor in the Emerging Balance of Power in the Middle East." *AlJazeera Centre for Studies*. Setembro 9, 2018. <https://studies.aljazeera.net/en/reports/2018/09/iranian-factor-emerging-balance-power-middle-east-180909084735167.html>. (consultado em dezembro 30, 2019).
- BBC News. 2020. "Qasem Soleimani: US kills top Iranian general in Baghdad air strike." *BBC News*, janeiro 3, 2020. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-50979463>. (consultado em maio 4, 2020).
- Borszik, Oliver. 2016. "International sanctions against Iran and Tehran's responses: political effects on the targeted regime." *Contemporary Politics* 22, n°1, 20-39. <https://doi.org/10.1080/13569775.2015.1112951>.
- Byman, Daniel. 2018. "Confronting Iran." *Survival* 60, n°1 (fevereiro-março): 107-128. <https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1427368>.
- CIA WorldFactbook. n.d.a. "Economy." *CIA WorldFactbook*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iran/#economy>. (consultado a novembro 27, 2019).
- CIA WorldFactbook. n.d.b. "Geography." *CIA WorldFactbook*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iran/#geography>. (consultado a novembro 27, 2019).
- CIA WorldFactbook. n.d.c. "Government." *CIA WorldFactbook*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iran/#government>. (consultado a novembro 27, 2019).
- CIA WorldFactbook. n.d.d. "People and Society." *CIA WorldFactbook*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iran/#people-and-society>. (consultado a novembro 27, 2019).
- Colleau, Morgane. 2016. "Iran's Janus-Faced US Policy: The Rouhani Administration Between Continuity and Change, Opportunity and Constraint." In *Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 33-57. ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan
- Correia, Pedro de Pezarat. 2010a. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Correia, Pedro de Pezarat. 2010b. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II: Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. Coimbra: Almedina.
- Council of the European Union. 2021. "Iran: Council concludes annual review of the EU's Iran human rights sanctions regime." *Council of the European Union*. Abril 12, 2021.

- <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/04/12/iran-council-reviews-eu-human-rights-sanctions-regime/>. (consultado em abril 25, 2021).
- Dizboni, Ali G., Omar, Sofwat. 2018. "Hegemonic Aspirations and Middle East Discord: The Case of Iran." *E-International Relations*. Novembro 25, 2018. <https://www.e-ir.info/2018/11/25/hegemonic-aspirations-and-middle-east-discord-the-case-of-iran/>. (consultado em setembro 1, 2020).
- Duarte, Felipe Pathé. 2015. *Jihadismo Global – Das Palavras aos Actos*. Barcarena: Marcador Editora.
- DW. 2018. "EU extends Iran human rights sanctions by a year." *DW*, abril 12, 2018. <https://www.dw.com/en/eu-extends-iran-human-rights-sanctions-by-a-year/a-43361971>. (consultado em abril 25, 2021).
- The Economic Times. 2016. "Iran can be reliable partner for India's energy needs: Hassan Rouhani." *The Economic Times*, abril 17, 2016. <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/iran-can-be-reliable-partner-for-indias-energy-needs-hassan-rouhani/articleshow/51866679.cms>. (consultado em março 11, 2021).
- Ehteshami, Anoushiravan. 2002. "The Foreign Policy of Iran." In *The Foreign Policies of Middle East States*, 283-309. Ed. Raymond Hinnebusch e Anoushiravan Ehteshami. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc
- Emerson, Michael O., e Hartman, David. 2006. "The Rise of Religious Fundamentalism." *Annual Review of Sociology* 32, 127-144. <http://www.jstor.org/stable/29737734>
- Emmott, Robin., Irish, John. 2021. "Exclusive: EU set to sanction more Iranians for rights abuses, first since 2013, diplomats say." *Reuters*, março 30, 2021. <https://www.reuters.com/article/us-iran-eu-sanctions-exclusive/exclusive-eu-set-to-sanction-more-iranians-for-rights-abuses-first-since-2013-diplomats-say-idUSKBN2BM2A6>. (consultado em março 30, 2021).
- Eqbali, Aresu. e Rasmussen, Sune Engel. 2021. "Iran Blocks Moderates from Running in June Election." *The Wall Street Journal*, maio 25, 2021. <https://www.wsj.com/articles/iran-blocks-moderates-from-running-in-june-election-11621951952>. (consultado em maio 26, 2021).
- Esfandiari, Golnaz. 2020. "Ex-Lawmaker Raises Rare Criticism Of Iran's Silence About China's Abuse Of Uyghurs, Other Muslims." *Radio Free Europe/Radio Liberty*, agosto 7, 2020 <https://www.rferl.org/a/ex-lawmaker-raises-rare-criticism-of-iran-s-silence-about-china-s-abuse-of-uyghurs-other-muslims/30771986.html>. (consultado em maio 4, 2021).
- Euronews. 2021. "Manifestantes bloqueiam acesso ao parlamento da Arménia." *Euronews*, março 10, 2021. <https://pt.euronews.com/2021/03/10/manifestantes-bloqueiam-acesso-ao-parlamento-da-armenia>. (consultado março 24, 2021).
- Fox, Jonathan. 2001. "Religion as bem Overlooked Element of International Relations." *International Studies Review* 3, nº3 (outono):53-73. <https://doi.org/10.1111/1521-9488.00244>.

- France24. 2019. "Thousands march against Islamophobia in Paris." *France24*, novembro 10, 2019. <https://www.france24.com/en/20191110-thousands-march-against-islamophobia-in-paris>. (consultado em novembro 15, 2019).
- Gan, Nectar., Westcott, Bem., e Griffiths, James. 2020. "What's been happening in China's Xinjiang, home to 11 million Uyghurs?" *CNN*, junho 19, 2020. <https://edition.cnn.com/2020/06/19/asia/xinjiang-explainer-intl-hnk-scli/index.html>. (consultado em fevereiro 20, 2021).
- Gigova, Radina., Qiblawi, Tamara., Hanna, Jason., e Almasy, Steve. 2020. "Trump and Rouhani trade warnings after killing of top general." *CNN*, janeiro 5, 2020. <https://edition.cnn.com/2020/01/04/middleeast/qasem-soleimani-airstrike-saturday/index.html>. (consultado em maio 4, 2021).
- Goldschmidt Jr., Arthur. 2008. "The Historical Context." In *Understanding the Contemporary Middle East*, 37-83. Ed. Jilian Schwedler e Deborah J. Gerner. Boulder: Lynne Rienner Publishers
- Guéraiche, William. 2016. "The UAE and Iran: The Different Layers of a Complex Security Issue." In *Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 75-92. Ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Guzansky, Yoel. 2015. "Iran and the Arab Gulf States: Change amidst Continuity." *Israel Journal of Foreign Affairs* 9, n°1, 63-74. <https://doi.org/10.1080/23739770.2015.1006432>
- Haghighi, Alireza N. and Tahmasebi, Victoria. 2006. "The velvet revolution of Iranian puritan hardliners: Mahmoud Ahmadinejad's rise to power." *International Journal* 61, n°4 (outono): 959-970. <https://doi.org/10.1177/002070200606100412>.
- Haqiqatnezhad, Reza. 2020. "Iran Hardliners Claim China Is Serving Islam By Suppressing Uyghur Muslims." *Radio Farda*, agosto 4, 2020. <https://en.radiofarda.com/a/iran-hardliners-claim-china-is-serving-islam-by-suppressing-uyghur-muslims-/30766289.html>. (consultado em fevereiro 19, 2021).
- Hashemi, Ahmad. 2019. "How Come Islamic Countries are Silent About China's Crackdown on Muslims." *Iran Internacional*, janeiro 6, 2019. <https://iranintl.com/en/world/how-come-islamic-countries-are-silent-about-china%E2%80%99s-crackdown-muslims>. (consultado em maio 4, 2021).
- Hegghammer, Thomas. 2009. "Jihad, Yes, But Not Revolution: Explaining the Extraversion of Islamist Violence in Saudi Arabia." *British Journal of Middle East Studies* 36, n°3 (dezembro): 395-416. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13530190903338938>.
- Hiro, Dilip. 1989. *Islamic Fundamentalism*. London: Paladin.
- Hiro, Dilip. 2018. *Cold War in the Islamic World – Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy*. London: Hurst & Company.

- Holland, Steve. e Spetalnick, Matt. 2020. "In break with past, UAE and Bahrain forge ties with Israel at White House." *Reuters*, setembro 15, 2020. <https://www.reuters.com/article/us-israel-gulf-usa/at-historic-white-house-event-uae-and-bahrain-to-move-toward-normal-ties-with-israel-idUSKBN2660LF?fbclid=IwAR3RfQQDK4B6UjGgwR22S0nacX1erV4dD7DBKLalgiyP5NEcVLdIBbf>. (consultado em maio 4, de maio de 2021).
- Holtmann, Philipp. 2014. "A Primer to the Sunni-Shia Conflict." *Perspectives on Terrorism* 8, n°1 (fevereiro): 142-145. <http://www.jstor.org/stable/26297127>.
- Husseini, Rola El. 2010. "Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria." *Third World Quarterly* 31, n°5, 803-815. <https://doi.org/10.1080/01436597.2010.502695>.
- Imam Khomeini. 1985. *Islam and Revolution - Writings and Declarations*. Traduzido e anotado por Hamid Algar, Londres: KPI Limited.
- IRNA. 2012. "President: Iran a reliable partner for neighbors." *Islamic Republic News Agency*, outubro 17, 2012. <https://en.irna.ir/news/80375558/President-Iran-a-reliable-partner-for-neighbors>. (consultado em maio 6, 2021).
- Jafari, Saeid. 2020. "Iran pares election roster in favor of hard-liners." *Al-Monitor*, janeiro 24, 2020. <https://www.al-monitor.com/originals/2020/01/iran-election-roster-hard-liners-reformists.html>. (consultado maio 25, 2021).
- Jiang, Zhen. 2017. "Confrontations on the Issue of Terrorism Between Iran and the U.S. after 1979." *Terrorism and Political Violence* 29, n°2, 236-253. <https://doi.org/10.1080/09546553.2016.1254626>.
- Johnson, Toni. 2010. "The Organization of the Islamic Conference." *Council on Foreign Relations*. Junho 29, 2010. <https://www.cfr.org/background/organization-islamic-conference>. (consultado em maio 28, 2020).
- Juneau, Thomas. 2014. "Iran under Rouhani: Still Alone in the World." *Middle East Policy* 21, n°4 (inverno): 92-104. <https://doi.org/10.1111/mepo.12098>.
- Kadir, Rizal Abdul. 2019. "Convention on the Legal Status of the Caspian Sea." *International Legal Materials* 58, n°2 (abril): 399-413. <https://doi.org/10.1017/ilm.2019.5>.
- Karabell, Zachary. 1996. "Fundamental Misconceptions: Islamic Foreign Policy." *Foreign Policy* n°105 (inverno): 77-90. <https://doi.org/10.2307/1148974>.
- Kaya, Sezgin and Şartepe, Zeynep. 2016. "Contentious Politics in Iran: Factions, Foreign Policy and the Nuclear Deal." *Alternatives Turkish Journal of International Affairs* 14, n°3 (janeiro): 1-12. <https://dergipark.org.tr/en/pub/alternatives/issue/26672/280308>.
- Kemp, Geoffrey. 2005. "Iran and Iraq: The Shia Connection, Soft Power, and the Nuclear Factor." *United States Institute of Peace*. Novembro 1, 2005.

- <https://www.usip.org/publications/2005/11/iran-and-iraq-shia-connection-soft-power-and-nuclear-factor>. (consultado em novembro 25, 2019).
- Keynoush, Banafsheh. 2012. "Iran after Ahmadinejad." *Survival* 54, n°3 (junho-julho): 127-146. <https://doi.org/10.1080/00396338.2012.690988>.
- Khalaji, Mehdi. 2011. "Iran's Regime of Religion." *Journal of International Affairs* 65, n°1 (outono, inverno): 131-144. <https://www.jstor.org/stable/24388186>.
- Madarshahi, Monir Sadat. 2012. "Iran's Twenty-Year Vision Document: An Outlook on Science and Technology." *Iranian Studies* 45, n°5 (setembro): 619-643. <https://doi.org/10.1080/00210862.2012.703486>.
- Mandaville, Peter., Hamid, Shadi. 2018. "Islam as Statecraft: How Governments use Religion in Foreign Policy." *Brookings*. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/11/FP_20181116_islam_as_statecraft.pdf.
- Mayr, Walter. 2012. "German Government Report Slams 'State Repression'." *Spiegel International*, maio 2, 2012. <https://www.spiegel.de/international/world/eurovision-song-contest-highlights-abuses-in-azerbaijan-a-830649.html>. (consultado março 22, 2021).
- Menashri, David. 2007. "Iran's regional policy: between radicalism and pragmatism." *Journal of International Affairs* 60, n°2 (primavera/verão):153-167. <http://www.jstor.org/stable/24357976>.
- Michael, George. 2007. "Mahmoud Ahmadinejad's Sponsorship of Holocaust Denial". *Totalitarian Movements and Political Religions* 8, n°3-4 (setembro-dezembro):667-671. <https://doi.org/10.1080/14690760701571288>.
- Middle East Eye. 2020. "Iran willing to take 'any opportunity' to lift US sanctions, Rouhani says." *Middle East Eye*, novembro 11, 2020. <https://www.middleeasteye.net/news/iran-willing-take-any-opportunity-lift-us-sanctions-under-biden-presidency-rouhani-says?fbclid=IwAR0mHhcteffvG-Wx4qfIToPGlzy6wEA3dGc9iLH1LdjyX6NEQ8JMtcE1RA>. (consultado em novembro 12, 2020).
- Middle East Monitor. 2021a. "Iran approves hardliner for presidential polls, bar several hopefuls." *Middle East Monitor*, maio 25, 2021. <https://www.middleeastmonitor.com/20210525-iran-approves-hardliner-for-presidential-polls-bars-several-hopefuls/>. (consultado em maio 25, 2021).
- Middle East Monitor. 2021b. "Iran: Rouhani urges generals to stay away from politics." *Middle East Monitor*, abril 19, 2021. <https://www.middleeastmonitor.com/20210419-iran-rouhani-urges-generals-to-stay-away-from-politics/>. (consultado em maio 25, 2021).
- Middle East Monitor. 2021c. "Iran's Ahmadinejad: Former Qatar emir paid ransom for IRGC soldiers in Syria in 2012." *Middle East Monitor*, maio 3, 2021. <https://www.middleeastmonitor.com/20210503-irans-ahmadinejad-former-qatar-emir-paid-ransom-for-irgc-soldiers-in-syria-in-2012/>. (consultado em maio 29, 2021).

- Momeni, Esha. 2019. "Red Death and Black Life: Media, Martyrdom and Shame." *Middle East Critique* 28, n° 2, 177-195. <https://doi.org/10.1080/19436149.2019.1599538>.
- Moore, James. 2015. "The Sunni and Shia Schism: Religion, Islamic Politics, and Why Americans Need to Know the Differences." *The Social Studies* 106, n° 5, 226-235 <https://doi.org/10.1080/00377996.2015.1059794>.
- Motamedi, Maziar. 2021a. "Iran's Khamenei reprimands foreign minister over leaked audiotape." *AlJazeera*, maio 2, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/2/irans-khamenei-reprimands-foreign-minister-over-leaked-audiotape>. (consultado em maio 18, 2021).
- Motamedi, Maziar. 2021b. "Iran's Mahmoud Ahmadinejad registers to run for president - again." *AlJazeera*, maio 12, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/12/irans-mahmoud-ahmadinejad-registers-to-run-for-president>. (consultado em maio 25, 2021).
- Motamedi, Maziar. 2021c. "US sanctions inflicted \$1 trillion damage on Iran's economy: FM." *AlJazeera*, fevereiro 21, 2021. https://www.aljazeera.com/news/2021/2/21/us-sanctions-inflicted-1-trillion-damage-on-irans-economy-fm?fbclid=IwAR3AJQKeAPiOiJbGlueld-NhjdR5EcsgHDdAtKGMMbNXOWiaM_gkQnMguso. (consultado em fevereiro 22, 2021).
- Nasr, Vali. 2006. "When the Shiites Rise." *Foreign Affairs* 85, n° 4 (julho-agosto): 58-74 <https://doi.org/10.2307/20032041>.
- Nasser, Heba. 2021. "Iran and China sign 25-year cooperation deal." *Middle East Eyes*, março 27, 2021. https://www.middleeasteye.net/news/iran-china-cooperation-deal-belt-road-initiative?fbclid=IwAR3Z5uCJo8YA-nA7AXOr-X12Df2i3aGHcWBmLQDTTDeN8_a8TeWL9IPVlpc. (consultado em março 28, 2021).
- Office of the Historian. (n.d.) "The Gulf War, 1991." *Department of State of United States of America*. <https://history.state.gov/milestones/1989-1992/gulf-war>. (consultado abril 15, 2021).
- The Office of the Supreme Leader. 2020 "Iran recent strikes merely a slap, US must leave region." *The Office of the Supreme Leader*. Janeiro 9, 2020. <https://www.leader.ir/en/content/24025/The-Leader%E2%80%99s-remarks-in-meeting-with-the-people-of-Qom>. (consultado em março 16, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. (n.d.) "Constitutional Executive Authority." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. <https://www.president.ir/en/president/functions>. (consultado em maio 20, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "All regional countries believe that the development is in moderation." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 27, 2014. <https://www.president.ir/en/76341>. (consultado em agosto 12, 2020).

- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Dr. Rouhani calls on nations for combat against extremism, terrorism." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Maio 27, 2014. <http://www.president.ir/en/78020>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Government opposing Islamophobia, a new war in the region." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 17, 2014. <http://www.president.ir/en/73941>. (consultado em julho 30, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Imam Khomeini established modern Islamic Govt. /Diverge from any extremism and fanaticism is a great lesson of the late Founder of Revolution." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Agosto 23, 2014. <http://www.president.ir/en/80065>. (consultado em setembro 6, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Independent states should unite against crime and terrorism." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Agosto 4, 2014. <http://www.president.ir/en/79685>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran and the EU can cooperate on regional and international issues." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Fevereiro 23, 2014. <http://www.president.ir/en/75346>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran-EU cooperation will benefit region, world." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 16, 2014. <http://www.president.ir/en/76057>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran gives high priority to ties with Islamic states, neighbors." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 12, 2014. <http://www.president.ir/en/75869>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran never posing threats against any state." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 1, 2014. <http://www.president.ir/en/75613>. (consultado em agosto 29, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran – Kuwait signed 6 cooperation documents." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 1, 2014. <http://www.president.ir/en/78123>. (consultado em agosto 30, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran-Oman ties example of good-neighborliness." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 12, 2014. <http://www.president.ir/en/75899>. (consultado em agosto 29, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iran's hand of friendship extended to region." *Official Website of President of the Islamic Republic*. Março 13, 2014. <http://www.president.ir/en/75957>. (consultado em agosto 29, 2020).

- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Iranian government keen on relations with European Union on mutual interests." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 9, 2014. <http://www.president.ir/en/75763>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Mutual interests require strengthening of bilateral ties." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 12, 2014. <http://www.president.ir/en/75955>. (consultado em agosto 29, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls for boosting Iran – Kazakhstan cooperation." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Maio 21, 2014. <http://www.president.ir/en/77715>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls for elimination of the roots of differences in Muslim world." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 19, 2014. <http://www.president.ir/en/73996>. (consultado em julho 31, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls for enhanced ties with Slovenia." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Fevereiro 24, 2014. <http://www.president.ir/en/75405>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls for Muslims unity to raise the Islamic flag." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 3, 2014. <http://www.president.ir/en/78205>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls for women and children's active participation in Quds Day rallies / Quds Day should be turned to hatred day against the Zionist's crimes." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Julho 23, 2014. <http://www.president.ir/en/79462>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President calls on Nicaraguan officials to pave the way for presence of Iran's private sector and investors." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 28, 2014. <http://www.president.ir/en/77074>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President demanded "serious and swift action" by Pakistan to secure the release of the soldiers." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Março 26, 2014. <http://www.president.ir/en/76259>. (consultado em agosto 3, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President hopes Muslim world will honor peace, tranquility in holy month of Ramadan." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 28, 2014. <http://www.president.ir/en/78960>. (consultado em agosto 12, 2020).

- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "President, Iraqi PM in a phone conversation stress fighting terrorism." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 13, 2014. <http://www.president.ir/en/78541>. (consultado em agosto 30, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "UN Security Council's passiveness is obvious symbol of injustice." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Agosto 4, 2014. <http://www.president.ir/en/79650>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2014. "Violence and extremism, a threat to the entire world." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Setembro 2, 2014. <http://www.president.ir/en/80343>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of Islamic Republic. 2014. "We seeking to counter Iran phobia." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 15, 2014. <http://www.president.ir/en/73875>. (consultado em julho 30, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "All countries should strongly deal with violence and terrorism." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 25, 2015. <http://www.president.ir/en/84070>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Beginning of violence, deviation from moderation/Terrorism disappears by conversation, not bomb." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Dezembro 27, 2015. <http://www.president.ir/en/91065>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Crushing response awaiting any aggression against Iran." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Maio 16, 2015. <http://www.president.ir/en/87067>. (consultado em agosto 10, de 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "The era of violence and extremism has over; should continue moderate policy to develop." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Maio 26, 2015. <http://www.president.ir/en/87338>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Holy Quran shows the path of guidance, progress, unity and fraternity." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 1, 2015. <http://www.president.ir/en/83533>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Iran's approach to establish stability, development, unity in the Islamic World/Iran, the forerunner of combating terrorism/Developing ties with Islamic countries, a priority/Appointment of the 1st woman ambassador after the Revolution, a symbol for women's capabilities." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Dezembro 5, 2015. <http://www.president.ir/en/90794>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Iran's strong presence in nuclear talks a national honor/A nation which pursues the culture of Ashura would never submit to oppressors."

- Official Website of the President of the Islamic Republic.* Março 9, 2015. <http://www.president.ir/en/85211>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Islam is not a religion of violence and extremism is a religion of simplicity and moderation/Need for unity among Muslims and identifying common interests/Muslims need practical cooperation." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Janeiro 7, 2015. <https://www.president.ir/en/83683>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Islamic Revolution Guards Corps (IRGC), protector of Revolution and its achievements/No superpower is able to make decision for the Islamic Republic, We do not let it do so." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Setembro 15, 2015. <http://www.president.ir/en/89355>. (consultado em agosto 20, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Occupation of Palestine is the cause of problems in the Middle East / World public opinion condemns Zionist aggression." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Janeiro 26, 2015. <http://www.president.ir/en/84092>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "President calls for stronger cooperation between Tehran-Tbilisi / Tension among neighboring states harms regional stability." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Janeiro 25, 2015. <http://www.president.ir/en/84056>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "President felicitates heads of the Islamic states on Prophet's birthday." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Janeiro 7, 2015. <http://www.president.ir/en/83712>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Regional problems should be resolved through political and social cooperation." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Março 7, 2015. <http://www.president.ir/en/85190>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Rouhani: Resistance and resilience of the nations and governments against world powers will secure their victory/no third party can decide about Iran and Bolivia bilateral relations." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Setembro 28, 2015. <http://www.president.ir/en/89668>. (consultado em agosto 20, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2015. "Terrorism condemned everywhere, either in the Lebanon and Iraq or Europe and the US." *Official Website of the President of the Islamic Republic.* Janeiro 9, 2015. <http://www.president.ir/en/83728>. (consultado em agosto 10, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "Close ties with neighbours a basic foreign policy for Iran/Facilitating banking relations, visa issuance, joint venture with Armenia,

- Kazakhstan, Kyrgyzstan." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Dezembro 24, 2016. <http://www.president.ir/en/97019>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "Iran's ultimate ideal to make peace be realised across region, world/We will continue supporting oppressed with Supreme Leader's guidance/U. S, Zionism responsible for crimes in the region." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Maio 5, 2016. <http://www.president.ir/en/93387>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "President: JCPOA a groundwork for extending Iran's cooperation with EU, esp. Bulgaria/ Iran welcomes Bulgarian entrepreneurs, investors." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 20, 2016. <http://www.president.ir/en/91386>. (consultado em agosto 4, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "Signing 66 coop. docs between Iran, Kazakhstan private, public sectors a turning point in ties/Extremism, terrorism, rifts between religion branches 3 important dangers for the Muslim World." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 11, 2016. <http://www.president.ir/en/92841>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "Tehran, Astana ink 9 MoUs, coop. agreements." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 11, 2016. <http://www.president.ir/en/92837>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2016. "Tehran, Rome determined to develop ties in post-JCPOA era/Iran ready to receive capital, tech, export cooperation." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Janeiro 25, 2016. <http://www.president.ir/en/91503>. (consultado em agosto 4, 2020)
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2017. "Developing Iran-Kyrgyzstan ties beneficial to both nations, region." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Fevereiro 5, 2017. <http://www.president.ir/en/97515>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2017. "Iran welcomes deepening bilateral, regional, int'l ties with Uzbekistan/Iranian technical-engineering companies ready to work in Uzbekistan/Stressing promoting multilateral transit cooperation, banking ties." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Outubro 18, 2017. <http://www.president.ir/en/101216>. (consultado em abril 8, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2017. "No obstacles on the way of deepening Iran-Uzbekistan relations/Iran can be the nearest path for Uzbek traders to access free waters, Persian Gulf." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Setembro 10, 2017. <http://www.president.ir/en/100622>. (consultado em abril 8, 2021).

- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2018. "Boosting production, export, employment highest prayer/Enemy not able to bring Iranian nation to knees; provided that branches, people stand together/Iran got special privileges in Caspian Convention/Yemeni lesson to aggressors: compromise, negotiation, agreement; not war, aggression." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Agosto 15, 2018. <http://www.president.ir/en/105714>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2019. "Iran ready to promote ties with China in all fields/ Iran welcomes China's investment, participation in projects." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 17, 2019. <http://www.president.ir/en/110141>. (consultado em fevereiro 21, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2019. "Ties with China always strategic/ Iran, China's resistance against US' unilateralism beneficial for Asia, world/ Iranian nation more united against foreign pressures." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 14, 2019. <http://www.president.ir/en/110003>. (consultado em fevereiro 21, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "Countries cannot pass these critical conditions without using each other's experiences/ US sanctions against Iran violation of WHO regulations/ Establishing INSTEX mechanism positive but insufficient/ Iran doesn't favour any tension in region." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 6, 2020. <http://www.president.ir/en/114614>. (consultado em agosto 11, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "EU should play its role against US' inhumane actions/ INSTEX not able to have effective role yet/ Sympathising with Italian people in fighting coronavirus." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 20, 2020. <http://www.president.ir/en/114823>. (consultado em agosto 11, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "History has shown that Iranians won't surrender to bullying/ Any day Americans admit to their mistakes, be committed to Resolution 2231, JCPOA, it will be beneficial to themselves, region, world/ Iran always committed to int'l regulations, multilateral agreements." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Setembro 7, 2020. <http://www.president.ir/en/117161>. (consultado em agosto 12, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "Iran determined to cement ties with Azerbaijan/ Iran ready to play a role in helping to strengthen ceasefire between Azerbaijan and Armenia, establish stability in region." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Dezembro 9, 2020. <http://www.president.ir/en/118498>. (consultado em março 24, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "Regional peace, security, end of military conflicts very important/ Iran ready to help resolve Azerbaijan-Armenia conflict in accordance with int'l law/ Expressing concern over interference of other countries in conflict." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Outubro 6, 2020. <http://www.president.ir/en/117697>. (consultado em março 23, 2021).

- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "Signing of 25-year Iran-China Comprehensive Strategic Partnership Plan a big step towards advancing common interests, countering unilateralism/ Iran ready to partner with China in producing COVID-19 vaccine." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Outubro 1, 2020. <http://www.president.ir/en/117644>. (consultado em fevereiro 19, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "US imperialism a more dangerous virus than corona for human society/ Emphasis on the need for cooperation between the two countries in OPEC Plus to restore oil price stability." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Abril 13, 2020. <http://www.president.ir/en/114725>. (consultado em agosto 11, 2020).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "War, conflict not the solution, complicate problems/ Inviting Armenia, Azerbaijan to exercise restraint, resolve disputes through dialogue/ Iran ready to play a constructive role in resolving disputes between Armenia, Azerbaijan." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Setembro 30, 2020. <http://www.president.ir/en/117610>. (consultado em março 23, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "We emphasise preservation of Azerbaijan's territorial integrity, but we are very sorry about the war; it must end/ Iran doesn't let some bring terrorists that we have fought in Syria for many years to our border points under any pretext/ Increasing the number of villagers covered by social security insurance from 650k to 2.8 million a great honour for this gov't." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Outubro 7, 2020. <http://www.president.ir/en/117707>. (consultado em março 23, 2021).
- Official Website of the President of the Islamic Republic. 2020. "The 25-year comprehensive cooperation plan between Iran and China approved." *Official Website of the President of the Islamic Republic*. Junho 21, 2020. <http://www.president.ir/en/115963>. (consultado em fevereiro 19, 2021).
- Oxford Islamic Studies Online. (n.d.) "Ummah". *Oxford Islamic Studies*. <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2427> (consultado em dezembro 16, 2019).
- Pasha, Nourollah e Ahmad, Zaid. 2014. "Fundamentalism or pluralism: Iranian youth's orientation." *British Journal of Religious Education* 36, n° 3, 298-314. <https://doi.org/10.1080/01416200.2014.919438>.
- PBS NewsHour. "Watch Iranian President Mahmoud Ahmadinejad's Address to U.N." Youtube vídeo. Setembro 26, 33:49. https://www.youtube.com/watch?v=X18YiXLE_9Y (consultado em junho 26, 2020)
- Pinto, Maria do Céu de Pinho Ferreira. 2003. *Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ProductiehuisEU. "US vs Iran: Zarif thrashes Donald Trump and sends firm warning, US driven by pathological obsession." Youtube. Fevereiro 17, 2019. 22:24. <https://www.youtube.com/watch?v=XiNauogTSrk> (consultado em junho 26, 2020).

- Rabinovich, Itamar. 2019. "How Iran's regional ambitions have developed since 1979." *Brookings*. Janeiro 24, 2019. <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/01/24/how-irans-regional-ambitions-have-developed-since-1979/>. (consultado em fevereiro 11, 2020).
- Radio Farda. 2020. "Official Admitted Iran Ignores Suppression Of Chinese Muslims, Former Lawmaker Claims." *Radio Farda*, agosto 5, 2020. <https://en.radiofarda.com/a/official-admitted-iran-ignores-suppression-of-chinese-muslims-former-lawmaker-claims/30768079.html>. (consultado em 4 de maio de 2021).
- Ramani, Samuel. 2018. "Iran's Careful Approach to China's Uyghur Crackdown." *The Diplomat*, setembro 18, 2018. <https://thediplomat.com/2018/09/irans-careful-approach-to-chinas-uyghur-crackdown/>(consultado em maio 4, 2021).
- Rashed, Dina. 2019. "Geography, Resources and the Geopolitics of Middle East Conflicts." *E-International Relations*. Maio 24, 2019. <https://www.e-ir.info/2019/05/24/geography-resources-and-the-geopolitics-of-middle-east-conflicts/>. (consultado em janeiro 5, 2020).
- Richard, Yann. 1995. *Shi'ite Islam: polity, ideology, and creed*. Traduzido por Antonia Nevill. Cambridge: Blackwell Publishers
- Richard, Yann. 2019. *Iran: A Social and Political History since the Qajar*. Traduzido por Willem Floor. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rieffer-Flanagan, Barbara Ann. 2009. "Islamic Reapolitik: Two-Level Iranian Foreign Policy." *International Journal on World Peace* 26, nº4 (dezembro): 7-35. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20752904>.
- Rolston, Bill. 2020. "When everywhere is Karbala: Murals, martyrdom and propaganda in Iran". *Memory Studies* 13, nº1 (fevereiro): 3-23. <https://doi.org/10.1177/1750698017730870>.
- Sadeghi, Saheb. 2020. "Iran split over 25-year China plan still shrouded in mystery." *Middle East Eye*, julho 17, 2020. <https://www.middleeasteye.net/news/iran-china-deal-colonial-slam-proposed-economic-political-agreement>. (consultado em março 28, 2021).
- Sadjadpour, Karim. 2009. *Reading Khamenei: The World View of Iran's Most Powerful Leader*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace. https://carnegieendowment.org/files/sadjadpour_iran_final2.pdf (consultado em junho 13, 2020).
- Sadri, Houman A. 2012. "Iran and the Caucasus States in the 21st Century: A Study of Foreign Policy Goals and Means." *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 14, nº3 (setembro): 383-396. <https://doi.org/10.1080/19448953.2012.720787>.
- Saikal, Amin. 2016. "Iran and the Changing Regional Strategic Environment." in *In Iran in the world – President Rouhani's Foreign Policy*, 17-31. ed. Shahram Akbarzadeh e Dara Conduit. Nova Iorque: Palgrave Macmillan

- Salamey, Imad and Othman, Zanoubia. 2011. "Shia Revival and Welayat Al-Faqih in the Making of Iranian Foreign Policy". *Politics, Religion & Ideology* 12, n°2 (junho): 197-212. <https://doi.org/10.1080/21567689.2011.591983>..
- Samore, Gary. 2017. "The Iran Nuclear Deal: A Definitive Guide." Belfer Center for Science and International Affairs, 1-68. <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/IranDealGuide2017.pdf>
- Santos, Eduardo Eugénio Silvestre dos. 2009. "A Geopolítica do Médio Oriente." *Revista militar* n°2488 (maio). <https://www.revistamilitar.pt/artigo/474>. (consultado em janeiro 8, 2020).
- Sebenius, James K. e Singh, Michael K. 2012. "Is a Nuclear Deal with Iran Possible? An Analytical Framework for the Iran Nuclear Negotiations." *International Security* 37, n°3 (inverno 2012/2013): 52-91. https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/sebeniussingh_isrevisions_v5%200_02fc4641-093d-4e51-b65a-baa52e2a8838.pdf.
- Sick, Gary. 2003. "Iran: Confronting Terrorism." *Washington Quarterly* 26, n°4 (outono): 83-98. <https://doi.org/10.1162/016366003322387127>.
- Siza, Rita. 2014. "Parlamento iraquiano aprova novo Governo liderado por Haider al-Abadi." *Público*, setembro 8, 2014. <https://www.publico.pt/2014/09/08/mundo/noticia/parlamento-iraquiano-aprova-novo-governo-liderado-por-haider-alabadi-1669052>. (consultado em maio 10, 2020).
- Strategic Comments. 2005. "Iran's presidential election." *Strategic Comments* 11, n°5 (julho):1-2. <https://doi.org/10.1080/1356788051155>.
- Strategic Comments. 2017. "Iran under Rouhani: increasing constraint". *Strategic Comments* 23, n°7 (agosto): vi-vii. <https://doi.org/10.1080/13567888.2017.1378016>.
- Szanto, Edith. 2013. "Beyond the Karbala Paradigm: Rethinking Revolution and Redemption in Twelver Shi'a Mourning Rituals". *Journal of Shi'a Islamic Studies* 6, n°1 (inverno):75-91. https://www.researchgate.net/publication/255718316_Beyond_the_Karbala_Paradigm_Rethinking_Revolution_and_Redemption_in_Twelver_Shi'a_Mourning_Rituals
- Tehran Times. 2019. "Intl. Islamic Unity Conference starts in Tehran." *Tehran Times*, novembro 15, 2019. <https://www.tehrantimes.com/news/442010/Intl-Islamic-Unity-Conference-starts-in-Tehran>. (consultado em julho 31, 2020).
- Treviño, Rusty. 2013. "Is Iran an Offensive Realist or a Defensive Realist? A Theoretical Reflection on Iranian Motives for Creating Instability." *Journal of Strategic Security* 6, n°3 (outono): 382-392. https://www.jstor.org/stable/26485083?seq=1#metadata_info_tab_contents.

- United Nations. 2018. "Iran - President Addresses General Debate, 73rd Session." Youtube video. 25 de setembro, 2018. 25:16. https://www.youtube.com/watch?v=8PA_L-NZBGw (consultado junho 25, 2020)
- United Nations. 2019. "Iran - President Addresses General Debate, 74th Session." Youtube video. 25 de setembro, 2019. 24:09. <https://www.youtube.com/watch?v=SgABuHc-B9E> (consultado junho 26, 2020).
- Warnaar, Maaik (2013) *Iranian Foreign Policy During Ahmadinejad: Ideology and Actions*. New York: Palgrave MacMillan.
- Warner, Carolyn, Walker, Stephen G. 2011. "Thinking the Role of Religion in Foreign Policy: A Framework for Analysis." *Foreign Policy Analysis* 7, nº1 (janeiro): 113-135. <https://doi.org/10.1111/j.1743-8594.2010.00125.x>.
- Wehrey, Frederic, David E. Thaler, Nora Bensahel, Kim Cragin, Jerrold D. Green, Dalia Dassa Kaye, Nadia Oweidat, and Jennifer Li. 2009. "Asymmetric Ambition and Conventional Reality: Iran's Evolving Defense Strategy, Doctrine, and Capabilities." In *Dangerous But Not Omnipotent: Exploring the Reach and Limitations of Iranian Power in the Middle East*. RAND Corporation 39-80. <http://www.jstor.org/stable/10.7249/mg781af.11>.
- Weiss, Michael e Hassan, Hassan. 2015. *ISIS- Por dentro do Exército do Terror*. Traduzido por Rui Jorge Mourinha. Alfragide: Texto Editores.
- Wood, Bryan. (n.d.) "What is happening with the Uighurs in China?" *PBS News Hour*. <https://www.pbs.org/newshour/features/uighurs/>. (consultado em maio 4, 2021).
- Yazdani, Enayatollah and Hussain, Rizwan. 2006. "United States Policy towards Iran after the Islamic Revolution: An Iranian Perspective". *International Studies* 43, nº3: 267-289. <https://doi.org/10.1177/002088170604300302>.
- Zarif, Mohammad Javad. 2014. "What Iran Really Wants: Iranian Foreign Policy in the Rouhani Era." *Foreign Affairs* 93, nº3 (maio-junho): 49-59. www.jstor.org/stable/24483405.
- Zarif, Javad (@JZarif). "Wrapped up tour of Central Asia with superb visit to Turkmenistan" Twitter, abril 8, 2021, 4:18 p.m. <https://twitter.com/JZarif/status/1380178340871602181>
- Zarif, Mohammad. "Iran's FM Mohammad Zarif: 'The US is addicted to sanctions' | Talk to Al Jazeera." Entrevista por Abderrahim Foukara. Outubro 7, 2017. Vídeo, 25:00. <https://www.youtube.com/watch?v=ZqErePPxiE&list=WL&index=94&t=0s>. (consultado agosto 17, 2020).